

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE  
DOURADOS - UFGD**

**ROSANA DE OLIVEIRA PRADO DOS SANTOS  
(ROSE PRADO)**

**BRÍGIDO IBANHES: ENTRE NARRATIVAS HISTÓRICAS E  
REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS**

Tese apresentada para o Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação – Doutorado em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/ FCH/ UFGD).

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite.

Área de Concentração: História, Região e Identidades.

DOURADOS  
2020

**ROSANA DE OLIVEIRA PRADO DOS SANTOS**

**(ROSE PRADO)**

**BRÍGIDO IBANHES: ENTRE NARRATIVAS HISTÓRICAS E  
REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS**

**DOURADOS  
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237b Santos, Rosana De Oliveira Prado Dos  
Brígido Ibanhes: entre narrativas históricas e representações literárias [recurso eletrônico] /  
Rosana De Oliveira Prado Dos Santos. -- 2019.  
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Eudes Fernando Leite.

Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Fronteira. 2. Identidade. 3. Representação. 4. História. 5. Literatura. I. Leite, Eudes Fernando.  
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

À Deus – Autor da minha vida;  
Ao meu esposo José (Dinho)  
e filhos: Raphael e Vinicius que são  
minha família: presente de Deus  
que adorna o meu viver,  
são minha inspiração e  
minha gratidão,  
pelo apoio e  
incentivo;  
dedico.

ROSANA DE OLIVEIRA PRADO DOS SANTOS  
(ROSE PRADO)

**BRÍGIDO IBANHES: ENTRE NARRATIVAS HISTÓRICAS E  
REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS**

TESE APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/FCH/UFGD  
\_\_\_\_\_ EM \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente e orientador:**

EUDES FERNANDO LEITE (DR. HISTÓRIA/ UFGD)

---

**1º Examinador:**

ANIBAL HÉRIB CABALLERO CAMPOS (DR. HISTÓRIA/UNA)

---

**2º Examinador:**

MARCELA CRISTINA QUINTEROS (DR<sup>a</sup>. HISTÓRIA/PNPD-CAPES)

---

**3º Examinador:**

CLAUDIA REGINA NICHINIG (DR<sup>a</sup>. HISTÓRIA/UFGD)

---

**4º Examinador:**

LEANDRO BALLER (DR. HISTÓRIA/ UFGD)

---

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela força que me move através da fé. Ele é digno de todo o meu louvor! *“Porque Nele vivemos, nos movemos e existimos”* (Atos 17.28)

Ao escritor Brígido Ibanhes, cujas obras me inspiraram rumo ao desafio desta Tese. Grata pelo empréstimo dos livros, pelas entrevistas concedidas, pelo uso de seu arquivo pessoal com fotos e documentos cedidos com tanta disponibilidade e, sobretudo, pela atenção sempre dispensada à esta pesquisadora.

Ao meu orientador, Professor Dr. Eudes Fernando Leite, que delineou os caminhos coerentes desta pesquisa, apontando sempre os objetivos propostos, sem podar a liberdade da escrita literária dentro da história. Como me fez bem conviver com você nessa caminhada em busca do saber!

Aos professores que em sala de aula acrescentaram o saber histórico tão intrínsecos no conhecimento de cada um. Em destaque, aos professores Dr. Leandro Baller (FCH) e Prof. Dr. Anibal Herib Caballero Campos (Universidad Nacional de Asunción/Py) pela contribuição de materiais, leitura e sugestões na versão para a qualificação desta Tese.

À Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – em especial à Faculdade de Ciências Humanas: um lugar de apoio e motivação para todos os seus alunos.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que possibilitou o andamento e desenvolvimento desta pesquisa através do apoio financeiro.

A todos, que de certa forma, contribuíram para a realização deste sonho! Muito obrigada!

*"A história é um romance que foi,  
o romance é a história que poderia ter sido".*

(Alcmeno Bastos)

## RESUMO:

A Tese pressupõe que a escrita de Brígido Ibanhes, escritor sul-mato-grossense, possui uma teia narrativa que mescla gêneros literários com fatos históricos, tecendo abordagens que abarcam representações e identidades na fronteira entre Brasil e Paraguai. Sendo assim, este estudo implica em análises que contemplam reflexões teórico-críticas oriundas da História e da Literatura. O *corpus* deste trabalho baseia-se nas obras *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros e Chão do Apa – Contos e Memórias da Fronteira* (2010). Na primeira obra em destaque, o escritor regionalista nos conduz às interseções representadas no mito do bandoleiro Silvino Jacques, entre as fronteiras reais e as imaginadas, uma vez que a história de Silvino Jacques está, sobretudo, alicerçada na oralidade, isto é, por testemunhos. Na segunda, o autor apresenta contos, lendas e personagens históricos e fictícios na fronteira entre Brasil e Paraguai com pequenos relatos sobre a guerra entre ambos os países. Sua narrativa é composta por um verdadeiro mosaico de assimilações em que o autor costura fatos históricos com fragmentos e recortes reconstruídos por reminiscências, transformando-os em contos, lendas e narrativas históricas. Dentre os teóricos referenciados ao longo desta pesquisa, dá-se destaque a obras paradigmáticas de Roger Chartier, Hyden White, Sandra Pesavento, Pierre Bourdieu, Antonio Candido e Luiz Costa Lima, dentre outros que contribuem para o pensar e o fazer histórico e literário contemporâneo, no processo de apreender as realidades humanas. Por fim, este trabalho objetiva a tentativa de demonstrar que a narrativa de Brígido Ibanhes nos dirige a um limiar entre a História e a Literatura, permitindo-nos, indagar: pode um literato produzir história?

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira. Identidade. Representação. História. Literatura.

## ABSTRACT

The Thesis presupposes that the writer sul-mato-grossense Brígido Ibanhes, has a narrative weft that mixes literary genres with historical facts, weaving approaches that embrace representations and identities in the border between Brazil and Paraguay. For this, we present here analyzes that contemplate theoretical-critical reflections from History and Literature. Thus, the *corpus* of this work, is based on the books *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros e Chão do Apa – Contos e Memórias da Fronteira* (2010). In the first book featured, the regionalist writer, leads us to the intersections represented in the myth of the bandit Silvino Jacques, between the real and the imagined frontiers, since the history of Silvino Jacques is above all based on orality, that is, by reports of people. In the second, the author presents us tales, legends and historical and fictional characters on the border between Brazil and Paraguay with short reports about the war between both the countries. His narrative is composed of a true mosaic of assimilations in which the author sews historical facts with fragments and cutouts reconstructed by reminiscences, transforming them into tales, legends and historical narratives. Among the theoretical referenced throughout this research, we highlight paradigmatic works by Roger Chartier, Hyden White, Sandra Pesavento, Pierre Bourdieu, Antonio Candido and Luiz Costa Lima that contribute to contemporary historical and literary thinking and making, in the process of apprehend human realities. Finally, this study aims to demonstrate that the narrative of Brígido Ibanhes leads us to a threshold between History and Literature, allowing us to ask: can a literary produce history?

KEY WORDS: Border. Identity. Representation. History. Literature.

## RESUMEN

La Tesis presupone que la escritura de Brígido Ibanhes, escritor sur-mato-grossense, posee una red narrativa que mezcla géneros literarios con hechos históricos, tejiendo enfoques que abarcan representaciones e identidades en la frontera entre Brasil y Paraguay. Por lo tanto, exponemos aquí análisis que contemplan reflexiones teórico-críticas oriundas de la Historia y de la Literatura. Así, el *corpus* de este trabajo se basa en las obras *Silvino Jacques: el último de los bandoleros* y el *Chão do Apa - Cuentos y Memorias de la Frontera* (2010). En la primera obra destacada, el escritor regionalista, nos conduce a las intersecciones representadas en el mito del bandolero Silvino Jacques, entre las fronteras reales y las imaginadas, una vez que la historia de Silvino Jacques está, sobre todo, basada en la oralidad, o sea, testimonios. En la segunda, el autor nos presenta cuentos, leyendas y personajes históricos y ficticios en la frontera entre Brasil y Paraguay con pequeños relatos sobre la guerra entre ambos países. Su narrativa está compuesta por un verdadero mosaico de asimilaciones en que el autor costura hechos históricos con fragmentos y recortes rehechos por reminiscencias, transformándolos en cuentos, leyendas y narrativas históricas. Vea también las fuentes de referencia a lo largo de este trabajo las obras paradigmáticas de Roger Chartier, Hyden White, Sandra Pesavento, Pierre Bourdieu, Antonio Cándido, Luiz Costa Lima, y otros que contribuyen para el pensar y el hacer histórico y literario contemporáneo en el proceso de aprehender las realidades humanas. Por fin, este trabajo objetiva el intento de demostrar que la narrativa de Brígido Ibanhes nos dirige a un umbral entre la Historia y la Literatura, permitiendo indagar: ¿puede un literato producir historia?

PALABRAS CLAVE: Frontera. Identidad. Representación. Historia. Literatura.

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1</b>	Tratado de Tordesilhas	82
<b>MAPA 2</b>	As fronteiras brasileiras	86
<b>MAPA 3</b>	Faixa de fronteira	87
<b>MAPA 4</b>	Fronteiras antigas	90
<b>MAPA 5</b>	Fronteiras: Cidades Gêmeas	98
<b>MAPA 6</b>	Fronteira: Brasil/Paraguai	100
<b>MAPA 7</b>	Arco e sub-regiões da faixa de fronteira	105
<b>MAPA 8</b>	Bella Vista, Itapúa e Bella Vista Norte, Amambay (Py	107
<b>MAPA 9</b>	Região onde Silvino e seu bando agiam	125
<b>MAPA 10</b>	Bacia do Rio Apa: Águas Internacionais	129
<b>MAPA 11</b>	A Bacia do Apa	131

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Primeira Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros.	38
<b>FIGURA 2</b>	Segunda Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros	39
<b>FIGURA 3</b>	Terceira Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros	44
<b>FIGURA 4</b>	Quarta Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros	45
<b>FIGURA 5</b>	Quinta Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros	46
<b>FIGURA 6</b>	Sexta Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros	47
<b>FIGURA 7</b>	Sétima/Oitava Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros	49
<b>FIGURA 8</b>	Zona de Fronteira no conceito de Cidades Gêmeas	102
<b>FIGURA 9</b>	Fuerte San José – Bella Vista Norte/PY	115
<b>FIGURA 10</b>	Visão panorâmica do Rio Apa na fronteira/cidades gêmeas	130
<b>FIGURA 11</b>	Visão panorâmica do Rio Apa na fronteira Brasil/Paraguai	133

## LISTA DE FOTOS

<b>FOTO 1</b>	Silvino Jacques na Revolução de 32	42
<b>FOTO 2</b>	Silvino Jacques e parte de seu bando	57
<b>FOTO 3</b>	Ponte Internacional – Bela Vista/BR / Bella Vista Norte	117
<b>FOTO 4</b>	Casa de Silvino Jacques em Caracol/MS	123
<b>FOTO 5</b>	Silvino Jacques e Zanir, sua Esposa e a filha Hilda	124
<b>FOTO 6</b>	Silvino Jacques aos quinze anos de idade	159
<b>FOTO 7</b>	Silvino com a primeira esposa Jandira – a Zanir.	161
<b>FOTO 8</b>	Oficial do exército enviado por Vargas e Silvino Jacques	162
<b>FOTO 9</b>	No Rio Grande do Sul ao lado de sua irmã Maria (1929)	290
<b>FOTO 10</b>	Adão Jacques, Silvino e veloso –Revolução de 32	290
<b>FOTO 11</b>	Silvino Jacques com combatentes da Revolução de 32	291
<b>FOTO 12</b>	O Capitão Silvino Jacques na Revolução de 32.	292
<b>FOTO 13</b>	Silvino na Revolução de 32 com companheiros	293
<b>FOTO 14</b>	Adão Jacques, primo de Silvino (a esquerda)	294
<b>FOTO 15</b>	Silvino Jacques e seu bando	295
<b>FOTO 16</b>	Silvino Jacques e Zanir, sua Esposa e a filha Hilda	296
<b>FOTO 17</b>	Elódia – uma das mulheres de Silvino	297
<b>FOTO 18</b>	Elódia	297
<b>FOTO 19</b>	Capitão Silvino H. Jacques	298
<b>FOTO 20</b>	Silvino Jacques – Arquivo Público de Minas Gerais	299
<b>FOTO 21</b>	Almerinda de Góes Falcão “Raída”	300
<b>FOTO 22</b>	Brígido Ibanhes infância em Bella Vista Norte/PY	301
<b>FOTO 23</b>	Brígido Ibanhes e esposa	302

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ADL</b>	Academia Douradense de Letras
<b>ANPUH</b>	Associação Nacional de História
<b>CADERNO</b>	Revista Quadrimestral de Ciências Sociais editada pelo Centro de
<b>CRH</b>	Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia
<b>CODIF</b>	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração para a Faixa de Fronteira
<b>FALA/MS</b>	Federação das Academias de Letras e Artes do Mato Grosso do Sul
<b>FESC/MS</b>	Fórum Estadual de Cultura do Mato Grosso do Sul
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
<b>LABHIS</b>	Laboratório de Ensino de História
<b>LEPHFIR</b>	Laboratório de Estudos e Pesquisas em História, Fronteiras, Identidades e Representações
<b>METRA</b>	Movimento de Moralização e Ética no Trato da Coisa Pública
<b>MIN</b>	Ministério da Integração Nacional
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PDFF</b>	Programa de Desenvolvimento da faixa de Fronteira
<b>RCI</b>	Regimento de Cavalaria Independente
<b>SAAE</b>	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
<b>SCDL</b>	Segunda Comissão Demarcadora de Limites
<b>SEMED</b>	Secretaria Municipal Educação de Dourados
<b>SSR</b>	Seminário do Santíssimo Redentor

## SUMÁRIO

Lista de Mapas	009
Lista de esquemas	010
Lista de fotos e figuras	011
Lista de Abreviaturas e Siglas	012
Introdução	017
<b>Capítulo 1</b>	<b>021</b>
<b>1. Percursos: autor, obras, teorias</b>	<b>021</b>
1.1 O autor	021
1.2 Análise crítica do autor	029
1.3 As obras em estudo – Silvino Jacques e Chão do Apa	034
* Silvino Jacques – o último dos bandoleiros	035
* Chão do Apa: contos e memórias da fronteira	058
1.4 Narrativas e Memórias	066
<b>Capítulo 2</b>	<b>080</b>
<b>2. Fronteira: discussão sobre conceitos e cidades gêmeas</b>	<b>080</b>
2.1 Considerações sobre fronteira: Brasil e Paraguai	081
2.2 Bella Vista Norte/PY	106
2.3 Bela Vista/BR	117
2.4 O Rio Apa – águas transfronteiriças	128
<b>Capítulo 3</b>	<b>137</b>
<b>3. Representações: históricas e literárias</b>	<b>137</b>
3.1 As representações históricas na escrita literária	138
3.2 História e Literatura no limiar das narrativas de Brígido Ibanhes	154
• Chão do Apa – contos e memórias da fronteira: o real e o imaginário	154
• Silvino Jacques – o último dos bandoleiros: literatura e história	158

<b>Capítulo 4</b>	173
<b>4. A identidade na dinâmica da fronteira</b>	173
4.1 O encontro de identidades entre Brasil e Paraguai	174
4.2 A narrativa híbrida na escrita do autor – as línguas	193
4.3 Um chão cultural entre Brasil e Paraguai – festas, costumes, mitos e lendas	207
<b>Capítulo 5</b>	211
<b>5. A escrita da história por um literato</b>	211
5.1 Apropriações e métodos	218
5.2 Fontes de um literato para produzir a história	227
Considerações Finais	232
Referências	239
Fontes utilizadas	251
Anexos	254
Anexo A – Decima Gaúcha de Silvino Jacques	255
Anexo B – Certidão de nascimento de Silvino Jacques	271
Anexo C – Certificado de Registro da <i>Decima Gaucha</i> – Biblioteca Nacional	272
Anexo D – Recortes de Jornais e Revistas – Fontes do escritor	273
Anexo E – Documento expedido pela SEMED	288
Anexo F – Tratado de limites Brasil-Paraguai	289
Anexo G – Fotos de Silvino Jacques, seu bando e sua família	291
Anexo H – Fotos de Brígido Ibanhes	302

## INTRODUÇÃO

Uma das escolhas mais difíceis ao nos lançarmos no doutorado é selecionar o nosso objeto de estudo. Pois, uma vez escolhido, passamos a vê-lo como um plano de pesquisa, o qual se transforma em nosso projeto de vida durante um determinado tempo e ocupa um espaço relevante em nossas relações com o mundo ao nosso redor. Este projeto, que ora se transformou em uma tese foi inspirado em uma indagação: pode um literato produzir História? Pergunta esta que veio caminhando, paralelamente à minha pesquisa de Mestrado em Letras/Literatura que, na época, buscou uma análise fronteira entre a Literatura e a História nas obras de escritores brasileiros, precisamente, na escritura de Visconde de Taunay em sua primeira obra publicada: *A mocidade de Trajano* (1871) republicada em 1984 pela Academia Paulista de Letras. Foi a partir desse estudo que surgiu o interesse de olhar por um ângulo diferente, isto é, num caminho reverso, observando como a História vê a Literatura como fonte de pesquisa ou qual o olhar do historiador em relação ao literato que representa a História em seus contos e romances.

Desta forma, a escolha deste objeto de pesquisa se deu não apenas pela importância de Brígido Ibanhes, enquanto escritor sul-mato-grossense, mas, também pelo fato de que através da sua escrita criou-se a possibilidade de investigação do tema proposto que são as narrativas históricas e as representações literárias em seus livros aqui em estudo.

O escritor em foco é um autor pesquisado em vida e sua distinguida escrita possui na última década diversos estudos acadêmicos e pesquisas representativas nas academias de História e de Literatura, sendo uma das obras, "*Silvino Jacques; o último dos bandoleiros*", indicada no vestibular de Letras nos anos de 2011 e 2012, da Universidade Federal da Grande Dourados. Assim, o tema aqui proposto visa contribuir para o saber, tanto nas Academias históricas, quanto literárias.

Um dos caminhos da pesquisa foi explanar algumas obras do autor, com fins de tecer os fios da escrita do literato sul-mato-grossense que se entrelaça na dupla

nacionalidade do escritor e na interdisciplinaridade do seu conteúdo. Buscamos investigar as interseções entre a História e a Literatura na escrita do autor, observando a figura do literato, o lugar social de onde ele produz, como produz e quais são as intenções de sua escrita. Coube-nos, ainda, averiguar qual é a relação entre os que cercam e atravessam suas produções por meio das identidades e representações nelas contidas e como podem contribuir para os Estudos Históricos e Culturais. Feito isto, nos dedicamos à tentativa de responder a indagação anteriormente mencionada: pode um literato produzir história?

À luz de uma bibliografia teórica, dedicada ao assunto, averiguamos que as obras de Brígido Ibanhes são narrativas ficcionais que podem contribuir para o enriquecimento dos estudos da História Cultural, por abordar a cultura de fronteira entre Brasil e Paraguai, bem como, o multilinguismo. Da mesma forma, essa pesquisa buscou identificar, nas obras do autor, alguns aspectos de sua narrativa historiográfica em que ele se apropria de personagens e de acontecimentos históricos, referindo-se à Guerra da Tríplice Aliança.

As análises abarcam também, as abordagens sobre fronteiras, representações e identidades dentro do contexto histórico-literário nas obras em estudo. Para tanto, o desenvolvimento da pesquisa percorreu a trilha da leitura de algumas obras do autor já explicitadas no início, bem como, a busca da análise de sua fortuna crítica; o estudo sociocultural da época e da região em que as obras foram escritas buscando seus pontos relevantes. Perfazendo esse caminho, acreditamos ter alcançado o objetivo proposto por este trabalho.

Os capítulos aqui apresentados resultam do desenvolvimento do projeto oferecido ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, ao final de 2015, que se intitula *Brígido Ibanhes: entre narrativas históricas e representações literárias*. Formulamos um “Plano de Tese” para delinear os caminhos a serem percorridos durante a pesquisa. As análises aconteceram numa dimensão teórica, metodológica e contextual por meio de leituras de livros, dissertações, teses e artigos referentes ao tema proposto. Da mesma forma, tivemos a oportunidade de entrevistar o autor em estudo e começar transcrever a entrevista para a produção da escrita.

O **primeiro** capítulo apresenta os percursos que traçaram a trajetória deste estudo, abordando o autor, suas obras e o aporte teórico referente a narrativas e memórias

na fronteira Brasil e Paraguai que servem como pano de fundo nas discussões aqui traçadas.

No **segundo** capítulo, abarcamos a discussão sobre fronteiras, considerando o termo de forma conceitual e investigamos a fronteira entre Brasil e Paraguai, precisamente, entre as cidades de Bella Vista Norte/PY e Bela Vista/BR. Delineamos também, uma análise sobre o Rio Apa, por se tratar de um rio transfronteiriço que separa os dois países.

O **terceiro** capítulo trata das representações históricas e literárias presentes na escritura de Brígido Ibanhes. Para perfazer este caminho, seguimos a trajetória que aborda a História e a Literatura no limiar das narrativas de Brígido Ibanhes e os mitos e lendas presentes nas suas escrituras.

Na sequência, o **quarto** capítulo versa especificamente sobre o tema *Identidades*. Nele, traçamos a discussão sobre o encontro de identidades entre Brasil e Paraguai, tendo como ponto de referência as cidades de Bella Vista/Py e Bela Vista/ BR, uma vez que este cenário se faz presente em alguns dos escritos do autor. Tratamos, ainda, a questão da língua, já que o autor possui uma narrativa híbrida que compõe seus escritos. Outro assunto destacado é o “entre lugar” que cria um chão cultural entre Brasil e Paraguai por meio de suas festas e costumes que descortinam uma interculturalidade entre ambos os países.

O **quinto** capítulo apresenta, por sua vez, questões que circundam o âmago desta pesquisa que é a escrita da história por um literato, o que nos levou a indagar: “Pode um literato produzir história?”. E, numa tentativa de resposta, buscamos uma análise sobre as apropriações, os métodos e as fontes que um literato utiliza em sua escrita espelhada na história.

No decorrer dos capítulos examinamos, dentre os historiadores, literatos, pesquisadores e entrevistas jornalísticas, uma leitura dos fatos históricos, ora representados nas obras *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012) e *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* (2010) que abarcam no seu contexto histórico tanto a personagem da vida real *Silvino Jacques*, quanto a *Guerra do Paraguai* que são o nosso ponto de interesse nesta tese. Neste estudo foi feita uma análise da época, do tempo, do momento histórico e cultural que o escritor contextualiza a sua escrita.

Na esteira de José Vicente Dalmolin (2013), “o fato histórico mesmo sendo em épocas seculares ou até milenar é sempre dinâmico nas suas (re)leituras, análises, interpretações e conclusões”. Para ele, o fato histórico permite ao pesquisador diversificados olhares, que, no seu entender, “são paradoxos e paradigmas dentro da dialética da sociedade que é sempre constituída de contradições *pró-e-contras*; mitos, heróis, cultos, vítimas, fanatismo, nacionalismo [...]” (DALMOLIN, 2013, p. 2).

Nas duas obras analisadas, Brígido Ibanhes perpassa na sua escritura um pouco de suas convicções e empirismo de sua vivência na fronteira entre Brasil e Paraguai. O autor busca trazer aos seus escritos alguns momentos históricos, se valendo de fontes orais e documentos para proceder suas obras. Representar os fatos históricos de uma guerra ou de uma pessoa da vida real em que estiveram envolvidas nações, povos, espaço geográfico, interesses ideológicos, políticos e culturais, certamente, desperta-nos novos olhares ou novas leituras, mesmo que os personagens sejam os mesmos da vida real.

Diante do exposto, este estudo delimita os “fatos históricos e culturais”, compreendendo o contexto dos acontecimentos na fronteira entre Brasil e Paraguai. Vale ressaltar ainda, que os episódios aqui expostos são tratados geograficamente como Estado do Mato Grosso, uma vez que a divisão geográfica do Estado ocorreu em 11 de outubro de 1977, quando então, esta região estudada passou a se chamar Estado do Mato Grosso do Sul. Destacamos que, pela historicidade, optamos por preservar os “textos originais” nas citações apresentadas ao longo do trabalho, utilizando, desta forma, “Estado do Mato Grosso”, referindo-se à região em análise neste estudo.

## CAPÍTULO I

### 1. PERCURSOS: AUTOR, OBRAS, TEORIAS

*O passado não  
reconhece seu lugar:  
está sempre presente.*

(Mario Quintana)

Neste capítulo, apresentamos um breve histórico biográfico do autor e suas obras, ora em estudo, trazendo as sinopses dos seus escritos, a fim, de contextualizar esta pesquisa. Por fim, abordamos os embasamentos teóricos referentes às narrativas e memórias representadas pelo literato.

#### 1.1 O Autor

[...] numa humilde casa de taipa, com paredes de taquara trançada e reboco de barro vermelho; piso socado de cupinzeiro, e cobertura de capim, nasceu em Bella Vista (PY), na *calle Jataity-Corá*, em meio aos tiroteios da revolução paraguaia de 1947, um

*mitãí churí, casõ mbocaíl*, este contador de antigas e perigosas histórias [...].

[...] nasci e cresci na outra banda.

Na roda da fogueira, ou no calorzinho do fogão à lenha, nas noites frias de inverno, quando o redemoinho do chuvisco castigava as frestas da casa de taipa, meus pais e meus tios relembavam os atropelos e as façanhas do bandoleiro. (IBANHES, 2012, p. 288).

As palavras de Brígido Ibanhes, na citação acima, descrevem o seu lugar de nascimento em Bella Vista Norte – Paraguai, no dia 08 de outubro de 1947. Filho de Aniceto Ibanhes e Affonsa Cristaldo de Ibanhes, naturais de Vila Porteira, no antigo Mato Grosso, mas que viveram radicados no Paraguai. Conforme descreve em Entrevista (2017), seu avô, que era paraguaio, veio como mascate para o Brasil e junto com a esposa se radicaram em Caracol (Porteiras naquele tempo). Após a morte de seu avô, sua avó permaneceu no distrito de Nunca-Te-Vi – Bela Vista/Brasil. E, nas palavras de Ibanhes: “é por causa disso que eu fui registrado lá, como se tivesse nascido na casa dela” (ENTREVISTA, 2017).

Em Bella Vista Norte/Py passou parte de sua infância e absorveu a cultura guarani juntamente com a tradição dos seus antepassados. O literato afirma, em entrevista para esta pesquisa, que no Paraguai seu nome de origem era Brígido Rafael Ibanhes, mas, quando foi registrado no Brasil, deram-lhe o nome de Brígido Ibanhes e como ele mesmo destaca “o Rafael ficou lá no Paraguai<sup>1</sup>” (ENTREVISTA, 2017). Com os olhos brilhantes pela recordação, se enche de satisfação em relatar que sua mãe lhe contava que Guimarães Rosa<sup>2</sup>, escritor e diplomata brasileiro, esteve presente em sua região pouco antes do seu

<sup>1</sup> Optamos por utilizar no texto as citações da entrevista, sem correções.

<sup>2</sup> “João Guimarães Rosa foi contista, romancista e diplomata, nascido em Cordisburgo/MG, em 27 de junho de 1908, e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, em 19 de novembro de 1967. Foi o terceiro ocupante da Cadeira 2 na Academia Brasileira de Letras, eleito em 8 de agosto de 1963. Diplomata por concurso que realizara em 1934, foi cônsul em Hamburgo (1938-42); secretário de embaixada em Bogotá (1942-44); chefe de gabinete do ministro João Neves da Fontoura (1946); primeiro-secretário e conselheiro de embaixada em Paris (1948-51); secretário da Delegação do Brasil à Conferência da Paz, em Paris (1948); representante do Brasil na Sessão Extraordinária da Conferência da UNESCO, em Paris (1948); delegado do Brasil à IV Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris (1949). Em 1951, voltou ao Brasil, sendo nomeado novamente chefe de gabinete do ministro João Neves da Fontoura; depois chefe da Divisão de Orçamento (1953) e promovido a ministro de primeira classe. Em 1962, assumiu a chefia do Serviço de Demarcação de Fronteiras”. Fonte: <http://www.academia.org.br/academicos/joao-guimaraes-rosa/biografia>.

nascimento – dizia ele, na entrevista, referindo-se ao Paraguai. Mauricio Roberto Lemes Soares (2013) destaca, que Brígido Ibanhes faz questão de mencionar na entrevista dada a ele, que Guimarães Rosa deixou registrado a sua passagem pela cidade de Bela Vista, conforme segue:

O escritor Guimarães Rosa, nesse período, trabalhava para o governo brasileiro como Diplomata e visitou a região de fronteiras entre Brasil e Paraguai devido a seu trabalho. Em sua obra póstuma “Ave, Palavra de 1970 – basicamente uma coletânea de relatos e diários de suas viagens – ele menciona sua passagem pelas cidades de Bela Vista e Bella Vista Norte, ocasião na qual as caracteriza de uma maneira singular: “Da Vila Militar, contemplamos as duas Belas Vistas – como livro pelo meio aberto – lisas, onduladas de ligeiro. Oblíqua, corre para dentro do Paraguai uma crista azulada, no fundo” (SOARES, 2013, p. 21, grifos do autor).

Em 1956, no Brasil, Ibanhes estudou no Colégio Perpétuo Socorro, ocasião em que aprendeu o português, pois até então falava o espanhol e o guarani. Depois, cursou o Seminário Redentorista em Ponta Grossa/PR, onde aprendeu, o latim, o inglês, o francês e o grego e teve acesso à literatura clássica nacional e internacional. Sobre esse período de aprendizagem, o autor destaca que quando concluiu o primário já estava falando o português, mas com bastante sotaque. E, quando tinha apenas nove para dez anos de idade, os padres norte-americanos queriam levá-lo para estudar e, sua mãe, conversou com ele sobre o assunto e, embora não compreendesse muito bem o que significava tudo aquilo, concordou e foi embora com os padres. Sobre isto, ele mesmo descreve em entrevista:

Cheguei no seminário e fiquei três anos sem ver meus pais, dedicado ao cristianismo e as leituras. Tive o contato com uma biblioteca muito grande... tínhamos horários de estudo, além disso quem tirava nota boa tinha mais uma hora e meia só para a leitura. Os padres punham músicas clássicas como fundo e ali cada um ficava no seu canto na leitura. Comecei a perceber que aquelas literaturas não tinham nada a ver comigo com histórias do Rio e de São Paulo. Tinha um escritor que tinha a minha

linguagem que foi Jose de Alencar. Sua escrita sem muita prolixidade, com figuras que me tocavam, como a do índio na obra *O Guarani*. Também, o Monteiro Lobato que caminhava na linha das lendas. E aquilo me despertava o interesse. [...] Eu estudei o primário e depois o científico, não sei o que seria hoje, acho que o Ensino Médio. Depois fiz técnico em contabilidade em Bela Vista. Depois fui pra São Paulo e comecei a trabalhar lá na Vila Mariana. Não pude continuar meus estudos. Mas a questão da literatura foi no Seminário, no período em que passei naquela biblioteca com os clássicos nacionais e internacionais, como Horácio, Ilíadas e os Sermões do Padre Vieira, li quase tudo, e Malba Tahan, me encantava com seus versos do imaginário popular árabe; com o Pe. Vieira, a matemática dos silogismos, isto é, o convencimento pelos fatos ou pela argumentação das premissas. Quanto aos clássicos internacionais, eu destacaria Mark Twain com seus personagens juvenis, que me inspirou na sua forma nas histórias do Chão do Apa – contos e memórias da fronteira; li muito também A. J. Cronin que me encantou com A Cidadela; as fábulas de La Fontaine, além dos seus ensinamentos, encantava pela singeleza e pelas imagens bucólicas; Rudyard Kipling, seu poema “Se” lhe tenho admiração e respeito até hoje, e, o português Luiz Vaz de Camões - li “*Os Lusíadas*” (duas vezes); com relação a Camões, não só na epopeia, mas também nos sonetos, me impressionava a métrica e a rima; e isso, com toques de modernismo (sem muita métrica, mas sem perder a cadência), trouxe para os singelos versos de *Marangatu – dois mitos guarani*. Foi no seminário, onde estudei o latim, o grego e os clássicos da Literatura Brasileira com mais afinidade com José de Alencar, Machado de Assis e Monteiro Lobato. Tive em Monteiro Lobato uma inspiração (ENTREVISTA, 2017, grifos nossos).

Num concurso interno do SSR – Seminário do Santíssimo Redentor – Ponta Grossa/PR, foi premiado pelo poema “*Noite Cigana*” e ele mesmo destaca que, aos doze anos de idade, participou de um concurso de poesia no seminário, alcançando o primeiro lugar. Foi a partir dali que Brígido Ibanhes deu início às suas experiências literárias, que, conforme as suas palavras: “eu senti que eu tinha colocado um pé na literatura brasileira. Eu sentia: estou no caminho certo, era como se fosse uma pedra angular” (ENTREVISTA, 2017).

De acordo com as palavras acima, observamos que a trajetória literária começou cedo na vida do escritor. O contato, tanto com as leituras, quanto com as histórias orais

recebidas, ora pelos pais, ora pelo tio ou pelos “contadores de causos nas rodas de tererê<sup>3</sup>”, tão comuns na sua infância, fizeram com que ele transitasse pelos caminhos da literatura e da história, as quais viriam a ser, posteriormente, as representações do passado na sua escrita regional.

Em 1966, prestou o serviço militar no 10º Regimento de Cavalaria na cidade de Bela Vista/MS – Brasil. Concurso na Prefeitura de Bela Vista, ocupando a função de Tesoureiro da Prefeitura e encarregado geral do serviço autônomo de água e esgoto (SAAE). Depois, já formado técnico em contabilidade seguiu carreira no Banco do Brasil em 1972, ocasião em que foi transferido para trabalhar em Minas Gerais e depois em Pernambuco. De retorno ao Mato Grosso, deu-se início à sua vida literária enquanto escritor, a qual passamos a descrever algumas informações de suas publicações, baseados em parte, na entrevista que Brígido Ibanhes concedeu ao jornal local “*Dourados Agora*”, ao repórter Tácito Loureiro<sup>4</sup>. em 16 de agosto de 2012, intitulada “Com os pés no chão, superando dificuldades, escreva nas nuvens para que todos vejam as suas mensagens, diz o escritor Brígido Ibanhes”. E, em parte, baseados na entrevista concedida em 2017, pelo autor, durante a escrita desta pesquisa.

Lançou seu primeiro livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* no ano de 1986 na cidade de Sidrolândia/MS. Sobre esta obra, trataremos com mais detalhes no tópico (1.3), tendo em vista tratar-se de uma obra com várias edições, tendo já alcançado a 8ª edição. De forma singular, as edições possuem variações distintas no número de páginas. Fato este, que nos instigou a averiguar cada edição publicada, uma vez que, se trata também, de nosso objeto de estudo nesta pesquisa.

Em 1988, publica, em Campo Grande/MS, o livro de contos *Che Ru – o pequeno brasiguaió – a integração de um povo*. Nele, registra os costumes e os entresos peculiares das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai e na sua escrita faz uso da Língua Espanhola, do Guarani e da Língua Portuguesa, as quais são comumente utilizadas nas regiões de fronteira para compor alguns dos seus escritos. A narrativa consiste em contos que remetem à infância do autor na fronteira entre o Brasil e o Paraguai e foi escrita em

---

<sup>3</sup> Erva mate preparada com água gelada e que se toma em roda de amigos.

<sup>4</sup> Fonte: <https://www.douradosagora.com.br/variedades/entrevistas/nao-da-para-se-viver-como-escritor-por-isso-e-que-o-chamam-de-imortal> .

homenagem ao pai. Era desejo primário do literato que esta fosse sua primeira publicação, mas não foi. Anos depois, foi acoplada ao livro *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira*, trazendo no último capítulo um breve texto sobre a gramática do guarani e esboçando um pequeno vocabulário das palavras do cotidiano, a fim de que, o leitor brasileiro pudesse receber um mínimo de conhecimento dessa língua.

No ano de 1993 lança em Chapecó/SC, a primeira edição do livro *A Morada do Arco-Íris – a história do maior tesouro das Américas* que relata as aventuras da descoberta de suas escavações arqueológicas em Volta Grande/SC, provocando muita polêmica entre os estudiosos dessa área. No ano de 2006 publica uma segunda edição da obra, cujo enredo é baseado na escrita de um antigo pergaminho jesuítico e abarca um contexto arqueológico, cuja história começa em Mato Grosso do Sul e depois segue ao Oeste catarinense no município de Caxambu do Sul/SC, numa cidadela toda construída em pedras lavradas – Volta Grande. O autor afirma, nesta obra, que a cidade possuía fenômenos paranormais e acontecimentos estranhos e, houve uma descoberta inédita que resultou no interesse de muitos pesquisadores e de Universidades.

Em maio de 1997, lança o livro infantil-juvenil *Kyvy Mirim - a lenda do pé de tarumã e do pombero* da Mitologia Guarani, inclusa a criação do mundo por Tupã, sendo esta, sua única publicação que não contém relatos da vida real.

O escritor visa valorizar a mitologia Guarani que aprendera desde a infância e nos seus escritos revela todo o universo mítico da etnia guarani que representa a comunidade étnica indígena do Paraguai. Nesta publicação o autor busca trazer uma mensagem ecológica de preservação não só das matas, mas, também, do povo da floresta. Em guarani, *Kyvy Mirim* significa “*O caçula*”, de onde se origina a palavra curumim. A obra foi lançada na I Feira Interamericana do Livro, em Curitiba/PR. Sucessivamente, em São Paulo - capital, na Livraria Horus. A edição se esgotou antes mesmo de ser lançada em Mato Grosso do Sul.

Em novembro de 2001, em evento realizado na Praça Antônio João – Dourados/MS, lançou o livro: *Ética na Política: entre o sonho e a realidade*, livro de cunho político que traz as experiências vividas pelo autor. São relatos da luta no combate à corrupção política que o escritor moveu enquanto fiscal do Banco do Brasil – período em que coordenou o Movimento de Moralização e Ética no Trato da Coisa Pública (METRA). O motivo da obra ter sido lançada em praça pública foi para transmitir ao povo

que sua mensagem principal era a conscientização política de que é o povo brasileiro quem, realmente deve ter o poder neste país.

No ano de 2007, publica o romance *Marti - sem a luz do teu olhar*. O livro, nas palavras prefaciadas por Paulo Nolasco (2007, p. 6), é obra “que escava profundamente a condição da marginalidade e da fatalidade das ruas e periferias da cidade.

Outra característica desta publicação é que retrata a cidade de Dourados/MS com suas belezas e conflitos. Trata também da agressão ao meio ambiente e da discriminação racial. O jornalista Rodrigo Teixeira (2010), em entrevista com o escritor, destaca a intenção do autor ao escrever o romance:

Nele abordo as questões sociais, tantos das periferias como da burguesia, e dou enfoque especial ao transtorno mental que acomete tantas mulheres no pós-parto. Faço um retrato de Dourados e parte de Campo Grande, e registros localidades e pessoas que mereceram destaque (IBANHES, in: TEIXEIRA, 2010).

Enfim, um romance recheado de amor, ódio e paixão que foi alvo de censura da SEMED – Secretaria Municipal Educação de Dourados (Anexo E, p. 288), por conta de um texto dentro da obra que especifica, detalhadamente, o estupro da protagonista da trama:

Um langor toma conta da mente, enquanto sente que uma mão aperta com força sua genitália e um dedo é empurrado para dentro da vagina. A dor é como se a estivessem rasgando por dentro. As têmporas latejam e um frio gela seu estomago já tão dolorido. Sente o membro do homem dentro do corpo e assim permanece por algum tempo que lhe parece eternidade (IBANHES, 2015, p. 10).

De acordo com José Henrique Marques, do jornal *Folha de Dourados*<sup>5</sup>, que publicou matéria em 18 de maio de 2015 sobre a retirada dos livros das escolas municipais de Dourados, a censura se deu por diretriz da Secretária da Educação: “aos diretores e

---

<sup>5</sup> FONTE: MARQUES, José Henrique. Censura em Dourados - Prefeitura proíbe livro nas escolas municipais (2015). Disponível em: <<http://www.folhadedourados.com.br/noticias/cultura/prefeitura-retira-livro-das-bibliotecas-de-escolas-municipais>> Acesso em: 10. Jan 2017.

funcionários das escolas que questionaram a retirada do livro. A justificativa de Rose Liston (Secretária de Educação) foi, apenas, de que cumpria *ordens superiores*". A literatura foi considerada imprópria para estudantes do Ensino Fundamental por conter detalhes do estupro da protagonista.

Em 2010, Ibanhes publica *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira*, no Cine São José em Bela Vista/MS. O livro traz à tona as memórias do escritor e revela o viver de um fronteiro que vai e vem, de uma margem à outra, de um país ao outro, buscando sua própria identidade. Relatos de histórias orais de seus antepassados sobre a Guerra do Paraguai e sobre os contos e lendas ditos nas rodas de tererê durante sua infância e juventude são pontos marcantes na obra.

O escritor, publicou, também: *Marangatu – dois mitos guaranis* lançado em junho de 2015, pela Editora Cortêz no 17º Salão da Fundação Nacional do Livro Infantil e juvenil, no Rio de Janeiro/RJ. O autor em sinopse, descreve seu conteúdo que, conta-nos, sobre as lendas de *Jasy Jatere* – o filho da lua, que no folclore brasileiro, segundo Ibanhes, conhecemos por "Saci Pererê". Outra publicação foi, *Kyvy Mirim, o curumim Pombero e o pé de tarumã* que narra a representação "da alma guarani e seus extraordinários poderes, a força vital que se move pelas emoções, se apaixonou, morreu por amor e, da terra, renasceu como árvore...".

E, em 2017, com edição do próprio autor, publica: *O maior tesouro das Américas – em Volta Grande no Canyon do rio Uruguai* que possivelmente, caberá novas pesquisas, em diferentes áreas do saber. Em sinopse na contracapa do livro, o autor destaca que em 1987, tomou conhecimento da localização da estrutura piramidal que, segundo a lenda guarani, abriga o maior tesouro das Américas.

Nas palavras do escritor desde 1657, que os espanhóis procuravam pelo lugar, com base em mapa apresentado ao ouvidor João Blasquez de Valverde pelo nativo Domingues. A narrativa descreve fenômenos sobrenaturais que impactaram o autor causando transformações "filosóficas, morais e espirituais", tanto dele, quanto dos que o acompanharam nas escavações arqueológicas no Cerro do Gato Preto região de Ipuaçi/SC.

Brígido Ibanhes é membro da União Brasileira de Escritores desde 1990. Foi em 1992, adotado pelo Pen Clube Internacional (Anexo D, p. 274), durante o 58º Encontro

de Escritores no Rio de Janeiro/RJ, por ocasião das perseguições decorrentes da publicação do livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (1986).

No ano de 2005 tornou-se membro da Executiva do Fórum Estadual de Cultura do Mato Grosso do Sul (FESC). E, em função da sua luta em prol da liberdade de expressão, dos direitos humanos e da cidadania para as minorias, e em vista do atentado sofrido em 2006, foi indicado em janeiro de 2007, pela Federação das Academias de Letras e Artes do Mato Grosso do Sul (FALA), para o Prêmio Nobel de Literatura. Neste mesmo ano, no mês de junho, trouxe para a área central de Dourados/MS, o projeto *Banquinha de Incentivo à Leitura*, onde instalou uma pequena banca de livros na calçada do *Tat Lanches* com o intuito de estimular os cidadãos à prática da leitura. Em 2008, foi indicado pelo Fórum Estadual de Cultura para integrar o Comitê Cultura da Cidade educadora. Ainda neste ano, foi eleito para um primeiro mandato como Presidente da Academia Douradense de Letras (ADL), para o biênio 2009/2010.

Posteriormente, foi eleito para o biênio 2011/2012, ocasião em que foi criada a ADL-Jovem, cujo objetivo era incentivar os alunos ao interesse pelos livros, pelas letras, pela literatura. No ano de 2015, em junho, foi contemplado com uma Comenda da Associação Brasileira de Liderança, a Medalha de Mérito Excelência e Qualidade Brasil, por causa da expressão da literatura regional e da luta em defesa dos direitos humanos e sociais<sup>6</sup>.

## 1.2 Análise crítica do autor

No que diz respeito a análise crítica de Brígido Ibanhes, destacamos alguns nomes que trazem preciosa contribuição nesta pesquisa. Dentre eles, Paulo Sergio Nolasco que, ao abordar a obra *Chão do Apa – Contos e Memórias da Fronteira*, afirma que, ao iniciar a leitura foi tomado de grande estímulo pelas “primorosas páginas iniciais e de introdução, com epigrafe de Guimaraes Rosa, abrindo-se para o universo *abrasador* da Guerra do Paraguai” (NOLASCO, 2016, *grifo do autor*). Para ele, a frase contida na página treze, que diz: "Amanhece o dia 16 de agosto de 1869",

---

<sup>6</sup> Biografia do autor citada na obra *O maior tesouro das Américas – Volta Grande no canyon do Rio Uruguai*. (2017, p. 272).

fixa o ponto da elevada narração memorialística, com o traço firme e já conhecido de seu gesto e pendor para a narrativa histórico-memorialística, e abrindo-se, a partir daí, para a uma leitura que prende entusiasmando o leitor, o estudioso crítico, para mais uma vez conhecer a saga da horrenda Guerra e copioso relato que vem para ocupar com toda certeza, o lugar de um imponente relato sobre nosso chão cultural, sobre a voz calada dos marginalizados latino-americanos (NOLASCO<sup>7</sup>).

Ainda, de acordo com Nolasco na citação acima, os contos e lendas da fronteira entre o Brasil e o Paraguai que compõem a narrativa de Ibanhes em *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira* (2010), abre-nos o universo do “chão cultural e fronteiriço” da região sul-mato-grossense com o Paraguai. Detalhes descritos que se apresentam de forma quase poética e, por vezes, melancólicas, ao abordar a guerra e as personagens históricas ou mitológicas.

Rosa & Nogueira (2011, p. 86), pesquisadoras do escritor, afirmam que Ibanhes, por dominar a língua portuguesa e o guarani como línguas nativas, tem maior facilidade de adentrar na alma das personagens fronteiriças. E, é por meio da memória e da linguagem que ele, numa narrativa regional e fronteiriça, composta por fatos, comportamentos e tradições recria a História e a Cultura das identidades fronteiriças do Estado de Mato Grosso do Sul, que se formam nas duas margens do Rio Apa.

Ribeiro (2011), enfatiza que Brígido Ibanhes, traça observações sobre os distintos ângulos na personagem de Silvino Jacques, ressaltando suas características rurais que, ao tempo do bandoleiro despertava um tipo de olhar nos ruralistas, mas que com o passar do tempo foi se transformando, “sendo ressignificado, por meio de sucessivas gerações, misturando mito e história” (RIBEIRO, 2011, p. 163).

Da mesma forma, o historiador Mauricio Lemes Soares (2013, p. 87), destaca que o escritor regionalista, “se vale de informações do real, do palpável, do vivido por ele, para então, construir a sua percepção”. Desta forma, faz com que a sua literatura nos conduza a enxergar um pouco da história do Mato Grosso do Sul.

---

<sup>7</sup> Citação extraída do blog do autor. Disponível em: <http://brigidoibanes.blogspot.com.br/p/sobre-o-autor.html>. Acesso em: 05. Out. 2016.

Maria de Lourdes Gonçalves de Ibanhes<sup>8</sup> (2013), afirma que o escritor Brígido Ibanhes, ao relatar a história de Silvino Jacques agregou elementos factuais e ficcionais, “deslocando-se, assim, da história, e aparentando-se com a metaficção historiográfica” (GONÇALVES, 2013, p.65). Ela ressalta que, Brígido “coloca-se na história de várias formas [...] como se o autor fizesse parte da vida de Silvino Jacques” (2013, p. 120). Para a pesquisadora, Brígido Ibanhes utiliza as trovas de Silvino Jacques em sua narrativa em forma de prosa e contando-as à sua maneira, usa “textos *amputados* da história, das trovas, dos jornais, para criar o seu próprio texto e até para legitimar aquilo que ele está recriando ou narrando” (2013, p. 123, *grifo dela*).

Maria Sinésia Vinchiguerra (2014, p. 21), destaca que, “sem dúvida, *Silvino Jacques* é a obra das mais representativas dentre todas as de Brígido Ibanhes, e não menos significativa para a literatura sul-mato-grossense, a literatura do Oeste brasileiro”, uma vez que o escritor explicita em sua narrativa “texto periférico das culturas marginais latino-americanas”. Acrescenta ainda, que Brígido Ibanhes possui um legado intelectual que, “além da produtiva lista de obras literárias que já o consagraram como escritor sul-mato-grossense, tem significativa e selecionada produção ensaística” que, na “condição de crítico cultural” (VINCHINGUERRA, 2014, p. 23), lhe garante destaque na Academia Douradense de Letras. Para ela, o escritor não apenas trata do relato de experiências linguísticas e culturais que perpetuam a escrita de um narrador, pleno de memórias e reminiscências, mas também, possui o “pertencimento autoral”. Isto é, o próprio Ibanhes se identifica enquanto indivíduo nativo tanto do Paraguai, quanto do Brasil, tornando-o um cidadão “fronteiriço de nascimento e pertencimento, tudo isso, amalgamado num processo de interculturalidade, ao qual, o leitor acaba depreendendo ao final da leitura do livro, propriamente dito” (VINCHINGUERRA, 2014, p. 67, 68).

Zélia Freire, em artigo publicado no *Caderno de Estudos Culturais*, ao mencionar o literato, enfatiza: “é preciso dizer que suas obras em muito contribuem para a compreensão do regional e do local. Isto é, as singularidades de uma cultura de fronteira, cuja literatura é a expressão da sociedade” (FREIRE, 2015, p. 159).

---

<sup>8</sup> Tendo a pesquisadora o mesmo sobrenome do escritor em foco neste estudo, por ter sido casada com ele, passaremos a citá-la com o sobrenome GONÇALVES, a fim de não causar confusão todas as vezes que citarmos o sobrenome de Brígido Ibanhes.

No ano de 2016, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, lançou o “*Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras – Sertões Brasileiros II*”. E, o que nos chama a atenção é que este terceiro volume aborda o Centro Oeste brasileiro, num “vigente esforço de retratar o Brasil no seu passado, por vezes remoto, como uma antologia historiográfica das regiões, hoje brasileiras” (p. 08, *grifo do autor*). Ainda no dizer do autor, “essa volta aos nossos variados passados se faz pelos olhos da literatura, que deixou registradas as experiências e pegadas históricas do homem convivendo com o seu lugar”.

É neste sentido que o Atlas vai mencionar o escritor sul-mato-grossense Brígido Ibanhes dentre suas páginas. Escritor regionalista, que busca retratar em sua escrita literária alguns acontecimentos da história do Centro Oeste brasileiro, contada num duplo olhar: o do narrador e o do autor.

Explorando ainda as páginas do Atlas, nos deparamos com temáticas tão comuns aos escritores do Centro Oeste em suas produções literárias, que trata da violência das relações na fronteira Brasil e Paraguai, bem como a convivência fronteiriça em que “diferentes grupos migratórios trouxeram à linguagem comum hibridismos entre a língua portuguesa, castelhana e guarani” (p. 79). No que tange, especificamente ao escritor Brígido Ibanhes, o Atlas destaca que devido ao trabalho pastoril e aos conflitos existentes entre proprietários de terra no sul do atual Estado do Mato Grosso do Sul, esses fatores servem como pano de fundo para o romance *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012). Um romance que conta a biografia de Silvino Jacques, gaúcho afilhado de Getúlio Vargas que migra para o sul de Mato Grosso. O protagonista, sempre envolvido em conflitos armados, seja em causas pessoais, de amigos ou até em movimentos políticos como a Revolução Constitucionalista de 1932<sup>9</sup>, acaba se dedicando ao banditismo – em

---

<sup>9</sup> Assumindo em 1930, Getúlio Vargas, tornou-se o líder de uma “Nova República”, após a deposição de Washington Luís – o último dos representantes da política das oligarquias que caracterizou a República Velha. No poder, Vargas procurou fortalecer o Estado Brasileiro e a si próprio centralizando a tomada de decisões. Inicialmente, visando enfraquecer as oligarquias estaduais, afastou os governadores e, em seu lugar, nomeou interventores de sua confiança: A Bahia foi entregue a Juracy Magalhães; boa parte do nordeste passou ao controle de Juarez Távora (que, por isso foi apelidado de vice-rei do Norte); São Paulo passou às mãos do pernambucano João Alberto. Contudo, a nomeação de um “não-paulista” para interventor de São Paulo desagradou as elites paulistas, agrupadas nos dois principais partidos de São Paulo: o PRP – que havia perdido o poder em 1930, e o PD – que embora tivesse apoiado Vargas, não tinha

atividades como mortes por aluguel, roubos, extorsões, golpes, dentre outros, tornando-se o bandoleiro mais famoso do sul do Estado.

De acordo com o Atlas, o romance enfatiza numerosas características regionais que são significativas, a exemplo, os Ervais Mato-Grossenses representados por Silvino e por outras personagens da trama. A princípio, destaca-se a própria condição de Silvino como migrante gaúcho e de diversas outras personagens como migrantes tanto do Sul como de outros Estados ou do Paraguai. As perambulações de Silvino e seu bando e os contatos que mantém em diversas localidades, despontam a intensa movimentação transfronteiriça na região, inclusive com a presença de brasileiros morando no Paraguai.

Outro ponto destacado pelo Atlas (2016, p. 80) é a dificuldade da regulação estatal na resolução dos casos de violência e conflitos na região, de modo que os proprietários de terra se armam ou recorrem aos bandos para se protegerem uns dos outros. Esse aspecto fica mais sensível na trama, quando as forças policiais mato-grossenses pedem auxílio ao exército para coibir as ações do bando de Silvino, e nem

---

conseguido espaço no seu governo. Diante disso, esses partidos se uniram e formaram a *FUP - Frente Única Paulista* que pleiteava a constitucionalização do país e a nomeação de um interventor civil e paulista para o governo de São Paulo. Pressionado, Vargas atendeu os paulistas parcialmente, nomeando Pedro de Toledo como interventor, mas exigiu que metade do seu secretariado e o comandante da Força Pública fossem indicados pelos tenentes, o que acabou intensificando as hostilidades entre Vargas e a FUP. Foi quando quatro estudantes foram mortos a tiros pela polícia durante uma manifestação antigetulista no centro da capital paulista. As iniciais dos seus nomes: MMDC – Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo – se tornaram sigla e símbolo do movimento liderado pela elite paulista. E, em 09 de julho de 1932, estourou em São Paulo o movimento armado conhecido como *Revolução Constitucionalista*, em São Paulo e, *Guerra Paulista*, nos outros Estados do país. O Estado de São Paulo foi tomado por uma febre de alistamento: em questão de dias, dezenas de milhares de voluntários eram, em sua maior parte, jovens de classe média, já que a maioria das lideranças operárias se negava a se engajar na luta. Dos estados brasileiros, em número de vinte na época, somente Mato grosso enviou soldados para ajudar o movimento paulista. Além disso, com o porto de Santos bloqueado pelo governo federal, os paulistas ficaram isolados na luta contra o adversário que possuíam um número bem maior de soldados, canhões e aviões (BOULOS JR, 2016, p. 114,115). De acordo com Fausto (2013, p. 299), representantes da força pública paulista se reuniram no dia primeiro de outubro de 1932 com o general Góis Monteiro, em seu quartel-general na cidade de Cruzeiro – Vale do Paraíba- e a Força Pública decidiu se render, em um gesto que poupou vidas e pôs fim às últimas esperanças de resistência. Embora tenham perdido a guerra, os revolucionários de 32 pressionaram o governo federal a elaborar uma constituinte, fato este, que resultou na redação da Constituição de 1934.

mesmo os militares conseguem capturá-lo, pois não conhecem os pontos remotos do território e os caminhos alternativos usados pelo grupo de Silvino Jacques.

O contato com essa recente publicação sobre Brígido Ibanhes só fez enriquecer e impulsionar esta pesquisa que, ao longo da trajetória das análises críticas de suas obras, reforçou o entendimento do quanto é gratificante ver um autor sul-mato-grossense, ainda em vida, ter sua obra *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros*, como destaque especial e único de um escritor deste Estado no referido Atlas.

Ibanhes, tem sido objeto de estudos em diversas áreas nas Universidades Estadual e Federal do Mato Grosso do Sul, quer seja nas Letras, na História ou outras áreas do saber científico. Isto, certamente nos leva a uma gama de exploração da fronteira entre a História e a Literatura como campos de estudo que interagem os fatos históricos muitas vezes retratados pela ficção.

Vale ressaltar ainda que, as pesquisas referentes ao autor em foco são, por assim dizer, recentes, ou seja, Brígido Ibanhes tem se tornado objeto de estudo nas Universidades de Mato Grosso Sul há poucos anos. Os estudos sobre o escritor circundam nas áreas da Literatura e da História trazendo o enfoque das representações históricas e literárias, bem como, as questões de fronteira e memória tão presentes na escrita de Ibanhes. Chama-nos a atenção, também, os idiomas: espanhol, guarani e língua portuguesa que compõem a escrita de Brígido e o destaque que ele dá à cultura e à história de ambos os países (Brasil e Paraguai).

### **1.3 As obras em estudo**

Brígido Ibanhes, ao longo de trinta e três anos (de 1986 a 2019) tem percorrido as vias regionais do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de representações, memórias e contos fronteiriços que envolvem Brasil e Paraguai em seus diversos livros publicados. Alguns desses escritos fazem parte do *corpus* deste trabalho, a saber: *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, em que analisamos a sexta edição, publicada em 2012 e, *Chão do Apa – Contos e Memórias da Fronteira* (2010).

Passamos então, a descrever, numa exposição concisa, as obras e, posteriormente, costuramos uma análise das narrativas e memórias que tecem os fios da escrita sul-mato-grossense do literato nesta pesquisa.

### **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros**

O livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* foi lançado no dia 31 de março de 1986 na cidade de Sidrolândia/MS. Contudo, no ano da sua publicação, precisamente, em vinte e três de outubro daquele ano, o livro foi apreendido pela justiça e liberado para o público pelo Tribunal do Estado somente em 1992, quando o escritor foi, então, adotado pelo Pen Club Internacional, organização ligada à ONU, em cerimônia realizada no Copacabana Palace Hotel, no Rio de Janeiro (RJ). De acordo com Gonçalves (2013, p. 81, 82), este processo teve origem quando, na véspera do lançamento do livro, o autor recebeu a visita de dois homens que reivindicavam os direitos autorais, das diversas citações das “*Decima Gaucha*<sup>10</sup>”, trovas<sup>11</sup> de autoria de Silvino Jacques, que Brígido havia colocado em sua obra. Segundo a pesquisadora, “depois de muita discussão, os homens, de forma velada, passaram a ameaçar o escritor” (p. 82). Ela ainda ressalta que o lançamento do livro ocorreu sob proteção policial, por conta das ameaças (Anexo D, recortes de jornais, p. 273) que o autor estava sofrendo por parte dos familiares de Jacques que o acusavam de ter plagiado as trovas de Silvino ao citá-las em seu livro.

O autor, por sua vez, ao publicar a segunda edição, nos traz um esclarecimento sobre esta questão, quando afirma, que “inúmeras foram as pessoas entrevistadas: parentes, amigos, ex-bandoleiros, pessoas que foram por ele perseguidas e outras”. (IBANHES, 1995, p. 14). Afirma ainda, que obteve até mesmo informações confidenciais dos “arquivos do 10º Regimento de Cavalaria em Bela Vista/MS. Meu serviço foi juntar e ordenar os fatos minuciosamente descritos por essas pessoas e pelos documentos históricos” (p. 14). Conta o escritor que

não queria um livro qualquer, mas um livro que fosse o retrato da região sudoeste do antigo Mato Grosso; que registrasse o costume da época, as lendas da fronteira, a violência gerada pelos coronéis na luta pelo domínio das terras, mas, principalmente, o linguajar aguaranizado, típico do mestiço da fronteira. Na noite gelada de

---

<sup>10</sup> A *Decima Gaucha* está grafada sem acento, por opção de mantermos a forma original em que o título foi escrito, que, segundo Gonçalves (2013, p. 19) datam de 1929.

<sup>11</sup> Ver (Anexo A, p. 257)

30 de maio de 1986, lancei “*Silvino Jacques: o último dos Bandoleiros*” (IBANHES<sup>12</sup>, 2015, grifo nosso).

Neste mesmo artigo, o escritor afirma que houve grandes perseguições com o lançamento do livro, com muitas ameaças e perseguições, a ponto de o autor ter que emigrar para o Nordeste. Na ocasião, a obra foi apreendida pela justiça por contrariar, segundo ele, os interesses de pessoas poderosas, que queriam “*essa história sepultada para sempre, fora do conhecimento das futuras gerações*”, como consta no processo, e por ter ultrapassado a fronteira do permitido à época. No entanto, por força da Carta Magna de 1988, que consagrou a liberdade de expressão, a publicação do livro foi liberada em 1992. Brígido ainda ressalta que, “*Silvino Jacques, o Último dos Bandoleiros* é uma obra genuinamente literária do Mato Grosso do Sul, pois essa era a minha pretensão”.

Na terceira edição, publicada em 1997, o autor reserva o último capítulo para esclarecer, definitivamente, a polêmica em torno do primeiro lançamento, elucidando a pendenga judicial transcorrida por seis anos até a autorização da justiça para republicá-lo. Segue algumas explicações de Brígido Ibanhes:

Por mais de cinquenta anos, alguns familiares e antigos coiteiros tentaram manter no anonimato, sob registro faccioso na Biblioteca Nacional e sob coação e terrorismo, as trovas das “Décimas gaúchas”, a fim de que, pela própria mão do bandoleiro, o Brasil não tomasse conhecimento do seu mais astuto quadrilheiro, tentando inclusive impingir à população uma imagem deturpada: a do justiceiro defensor da pátria [...] Os desmandos dos chamados coronéis, o envolvimento de políticos poderosos com a pistolagem, o apoio de famílias tradicionais ao banditismo, tudo isso jamais poderia ser revelado. O interesse das pessoas era impedir a publicação e a divulgação desta obra, e para isso se serviram de uma das filhas do bandoleiro, Sr<sup>a</sup> Idorilda Perrupato, para que, questionando supostos direitos autorais, ela embargasse legalmente a obra.

[...]

Apesar da violenta pressão, ameaças, provocações e processos judiciais, finalmente Deus nos concedeu a vitória no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e o nome do bandoleiro Silvino

---

<sup>12</sup> Disponível em <[http://www.douradosinforma.com.br/entrevistas.php?id\\_ent=194](http://www.douradosinforma.com.br/entrevistas.php?id_ent=194)>. Acesso em: junho de 2015.

Jacques se integra definitivamente à história do Oeste Brasileiro com repercussão dentro da própria cultura paraguaia (IBANHES, 1997, p. 269).

As edições de *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, publicadas ao longo destes trinta e três anos, se diferenciam umas das outras na quantidade de páginas, devido as informações que foram sendo acrescentadas à sua escrita. E, também, por conta da coleção de fotos utilizadas em cada versão, bem como, na disposição dos capítulos e/ou na apresentação dos documentos incluídos na obra. Outro ponto a ser destacado é que Gonçalves (2013), traz uma observação em nota de rodapé que muito nos instigou às análises de cada edição:

Nas duas últimas edições, a 5ª e a 6ª, Brígido Ibanhes modifica o registro do título da obra na **ficha catalográfica**, invés de *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros – o mito, gaúcho sul-mato-grossense*, como nas edições anteriores, ele registra *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros – história real*. Esse fato demonstra o esforço do escritor em dar ao seu texto o estatuto de verdade (GONÇALVES, 2013, P. 143, grifos nossos).

Segundo o escritor<sup>13</sup>, essa mudança na ficha catalográfica se deu devido a um novo entendimento de sua parte, quando explica: “A palavra *mito* nos remete a algo que foge à realidade ou a tem aumentada no imaginário popular. Silvino não deixa de ser um mito, mas é preciso conhecer sua história real”. Por conta destas diferenças em cada publicação, passamos a analisar as seis primeiras edições de forma mais detalhada, na tentativa de esclarecer a razão pela qual elas se diferem tanto.

Na primeira edição não consta ficha catalográfica e nem editora, sendo, portanto, edição do próprio autor. Possui cento e uma páginas e, conforme consta na capa, o título traz: *Selvino Jacques o último dos bandoleiros – o mito gaúcho sul-mato-grossense* (1986). O autor utilizou-se do nome “Selvino”, invés de “Silvino”. Ibanhes, elucida que,

quanto ao nome “Selvino”, sempre, nas primeiras entrevistas com testemunhas primárias, o nome era pronunciado dessa forma

---

<sup>13</sup> INFORMAÇÕES enviadas por “e-mail” pelo escritor Brígido Ibanhes, mensagem datada de 07 de agosto de 2019.

pelos interlocutores, talvez fugindo da pronúncia mais popular. Mas, na terceira edição, contratada com a Editora da UFMS, referendi o nome do registro de nascimento<sup>14</sup>.

Figura 01 – Primeira Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros.



Fonte: Imagem cedida pelo autor

Portanto, de acordo com o escritor, a partir da terceira edição até a mais recente (8ª edição), o título da obra se estabeleceu como “Silvino Jacques”.

O prefácio feito por Antonio Lopes Lins, sob o título: “Retrato de uma época convulsionada” permaneceu em todas as edições, diferenciando apenas a titularidade do prefaciador que, na primeira edição, assinou como “Antônio Lopes Lins – Acadêmico Sul-mato-grossense” (IBANHES, 1986, p. 9). Na segunda edição, como “Presidente da Academia Sul-mato-grossense de Letras. E, a partir da terceira edição, após o nome do prefaciador vem o título: “Academia Sul-mato-grossense de Letras”, sendo na sexta edição, acrescentado “*in memoriam*”.

<sup>14</sup> Idem à nota acima (ref.13).

Ainda percorrendo os caminhos das edições e, em análise da primeira, a estrutura do livro é composta por trinta e cinco capítulos, contendo cada um deles, cerca de duas páginas, sendo algumas intercaladas por desenhos referentes ao título dado no capítulo ou fotos de Silvino Jacques. As ilustrações foram feitas por Maria Izabel da Penha Mendonça e Orisvaldo Gomes.

Figura 02 – Segunda Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros.



Fonte: Imagem cedida pelo autor

A segunda edição foi publicada em 1995, pela Editora Scortecci/São Paulo. Neste segundo lançamento a obra foi acrescida de ficha catalográfica e, ao final, um caderno de fotos, sempre referenciado durante a escrita do autor. Como fonte documental, Ibanhes inseriu um anexo da cópia da certidão de nascimento<sup>15</sup> de Silvino Jacques com o

<sup>15</sup> Ver (Anexo B, p. 270) – cópia do documento cedido pelo escritor.

intuito de dar veracidade a seu personagem. Cabe ainda destacar, que na estrutura física do livro, além de modificar os títulos dos capítulos e fundamentar sua escritura com fotos e documentos, acrescenta, também, textos de “informes jornalísticos” para reforçar a autenticidade da sua narrativa, bem como, sobre o episódio de embargo do livro solicitado por uma das filhas de Silvino Jacques.

As matérias de jornal foram sempre referenciadas no verso das folhas (utilizando a página esquerda – verso da folha). Nestes recortes jornalísticos (ver Anexo D, p. 273), constam matérias da “Folha de São Borja, ano de 1992”; “Diário da Serra – Campo Grande/1992”; “Jornal O Progresso – 1987 – 1989 – 1992; “Correio do Estado – 1992”; “Jornal Panfleto – 1992” e “Folha de São Paulo – 1992”

Tratando ainda da estrutura física da segunda edição que contém trezentas e vinte e nove páginas, isto é, duzentas e vinte e oito páginas a mais que a primeira edição, Ibanhes, ao final, expressa agradecimentos, embasa sua escrita com referências bibliográficas e, como já dissemos, anexa uma seleção de fotos e por fim, informações da revogação da liminar de busca e apreensão na ocasião do lançamento da primeira edição, deferida anteriormente por medida cautelar (p. 329).

Outro ponto a ser destacado nestas duas primeiras publicações, bem como, na oitava edição recentemente lançada, mas que não está inserida no *corpus* desta pesquisa, trata da contra capa dos livros, que, trazem, o “lenço vermelho”, em destaque. E, não somente na contracapa, mas, em duas ocasiões o “lenço vermelho” é descrito pelo autor durante a narrativa da sexta edição.

Na primeira descrição, Ibanhes retrata a chegada de Silvino Jacques em Bela Vista/Brasil, sob o nome de “Valdemar Pereira”, como se segue na citação:

Quando vencendo as agruras da jornada, Valdemar Pereira chegou ao Mato Grosso, apeou em Bela Vista, a princesa do Apa como também é conhecida. Com o chapéu mangueiro de barbicacho, bombachas com frisos casa-de-abelha, encobrindo as botas de fole, *um lenço encarnado ao pescoço*, preso por um anel de ouro, um quarenta-e-quatro na revólvera e um trinta-e-oito escondido sob a camisa, aparentava ser um gaúcho aventureiro qualquer, como tantos outros que chegavam do sul (IBANHES, 2012, p. 39, *grifo nosso*).

O autor, faz questão de enfatizar a identidade gaúcha de Silvino por meio do

lenço ao pescoço, embora, ele esteja utilizando outro nome por ser um fugitivo da justiça do Rio Grande do Sul.

Na segunda citação, o literato ao descrever a morte do bandoleiro, mais uma vez coloca em cena o lenço que fazia parte da indumentária de Silvino, só que desta vez, por ocasião da morte de seu personagem protagonista:

Ainda na véspera aquele homem cavalgava pelos campos e cerrados como se fosse o dono do mundo, e agora estava ali, prostrado na rigidez da simples matéria. A noite foi longa e a diferença no aspecto do bandoleiro era que o seu *lenço vermelho* agora já não lhe pendia *chusco*<sup>16</sup> sobre o peito, mas estava preso por baixo do queixo e amarrado no alto da cabeça (IBANHES, 2012, p. 278, *grifo nosso*).

Dá-nos a sensação de que o escritor busca enfatizar que Silvino Jacques, embora estivesse fora do seu local de origem, nunca abandonou suas características de identidade de gaúcho, bem como suas convicções políticas. Ainda vale destacar que, na terceira edição, consta um capítulo exclusivo, intitulado: “*Kurussú Paño – O Lenço vermelho*”. Além da referência em guarani, nesta edição, há uma terceira citação do lenço vermelho que não aparece nas demais. Isto ocorre, também, por ocasião da morte de Silvino quando foi enterrado pelo seu atirador e, descreve o autor:

A Raída, quando soube que a captura saíra do local, encilhou um cavalo e seguiu para a beira do corgo. Viu que tinham enterrado o corpo. Com cuidado tirou a terra de cima do rosto e parte do peito à procura do lenço vermelho de seda que deixara presa à mandíbula do finado, mas não o encontrou (IBANHES, 1997, p. 264/265).

A referência do lenço vermelho, tanto nas citações, quanto nas fotos de contracapa despertou o interesse nesta pesquisa por saber qual seria o simbolismo de tal peça indumentária, visto tratar-se de uma parcela importante na história dos usos e costumes do gaúcho.

Neste sentido, em função de uma curiosidade histórica entendemos que o *lenço*

---

<sup>16</sup> Airoso.

*vermelho* era identificado com os revolucionários farroupilhas <sup>17</sup> (maragatos) e posteriormente com o Partido Federalista (1893). Mais tarde, o Partido Republicano Liberal, também adotou o uso do lenço, mas neste caso era o *lenço branco* (chimango). Sobre isto, Guazzelli (2005), afirma que nos países platinos a influência dos símbolos se difundiram muito e em especial, o vermelho. Segundo o pesquisador, o vermelho foi incorporado na bandeira dos republicanos rio-grandenses, compondo o verde-amarelo herdado do pendão imperial, tornando-se um símbolo tricolor obrigatório. Contudo, para “a plebe que compunha as tropas, era mais fácil o uso de lenços vermelhos ao pescoço, uso que atravessaria o século XIX” (GUAZZELLI, 2005, p. 54).

Foto nº 01 – Silvino Jacques na Revolução de 32



Fonte: Quando Silvino não gostava do fundo de suas fotos ele pintava seu próprio cenário < <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=37125862>>.

<sup>17</sup> “A Guerra dos farrapos foi a mais longa rebelião do período regencial e durante quase dez anos os rebeldes do Rio Grande do Sul buscaram legitimar seu movimento contra o Império do Brasil. Neste sentido, as ideias liberais, republicanas e federalistas que haviam se difundido a partir da Revolução de Maio no Rio da Prata, ganharam corpo entre algumas lideranças da República Rio-Grandense” (GUAZZELLI, 2005, p. 54).

Em entrevista com o escritor, ao ser indagado sobre as citações e acerca das contracapas contendo o “lenço vermelho”, Ibanhes declara que,

o lenço vermelho (ou encarnado) era símbolo dos maragatos no Rio Grande do Sul, grupo a que pertencia o Silvino, e que era reconhecido (o grupo) pela sua insubordinação ao poder central. Simbolizava ser livre e ser guerreiro, sendo o vermelho a cor do sangue e da luta. Na maioria dos relatos dos feitos do Silvino Jacques sempre ouvi comentários ao seu destacado lenço vermelho e, interessante, no imaginário popular gaúcho, até o modo de se portar o lenço em determinado evento manifesta uma posição declarada (ENTREVISTA, 2019)<sup>18</sup>.

De acordo com Carlos Urbim (2001, p. 82), “a marca clássica dos farrapos, símbolo da luta contra o Império brasileiro, era o lenço vermelho, com pontas nas costas e o nó no peito. O mesmo lenço vermelho tornou-se símbolo dos rebeldes de 1893 e de 1923”.

Guazzelli (2005, p. 66) reforça o uso do lenço quando destaca que “a pacificação com o Império não interrompeu o uso desses símbolos, identitários regionais” e acrescenta, que, na Guerra do Paraguai o regimento comandado pelo general Souza Netto conduzia a bandeira da República Rio-Grandense.

O que se vê, portanto, é que o literato sul-mato-grossense, intencionalmente, traz a história para dentro de sua literatura, pontuando usos e costumes de uma época da República Rio-Grandense em que o “lenço colorado”, no pescoço, era um complemento da roupa em qualquer ocasião, numa demonstração da identidade política do gaúcho.

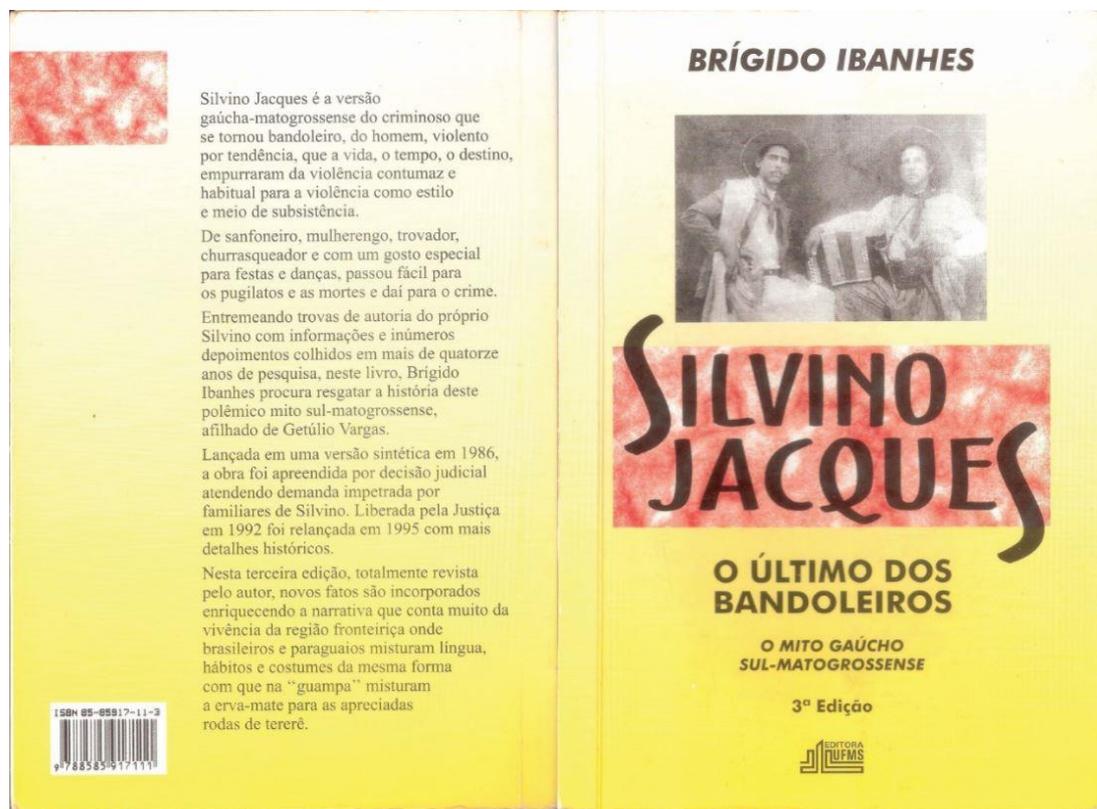
Ainda na entrevista (2019), referenciada em nota de rodapé, Brígido faz questão de solidificar a sua intencionalidade sobre o fato histórico, ao destacar que “[...] Considerando a importância dessa peça do vestuário, achei que deveria prestigiá-la”.

A terceira edição, publicada em 1997 pela editora da UFMS, contém duzentas e setenta e seis páginas. Novamente, ocorre a variação no número de páginas e, desta vez, o autor subtrai cinquenta e três páginas das trezentas e vinte e nove da segunda edição. O livro conta com um sumário e quarenta e seis capítulos.

---

<sup>18</sup> ENTREVISTA enviadas por “e-mail” pelo escritor Brígido Ibanhes, datado de 14 de fevereiro de 2019.

Figura 3 – Terceira Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros



Fonte: Imagem cedida pelo autor

E, como já explicitamos nas páginas 29 e 30 desta pesquisa, o autor reservou o último capítulo desta edição para esclarecer, definitivamente, a pendenga judicial em torno da criação de *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros – o mito gaúcho sul-matogrossense*.

Cabe ressaltar ainda que, na estrutura física do livro, cada capítulo trata de forma singular e específica sobre personagens e lugares por ele relatado, trazendo ao leitor assuntos pontuais, situando-o com clareza e elucidação dos fatos transcorridos na vida de Silvino e das pessoas que conviveram de perto com ele.

Sobre a quarta edição publicada em 2003, contendo duzentas e cinquenta e duas páginas, Ibanhes mantém a estrutura física do livro com diversos capítulos curtos, mas desta vez sem desenhos, apenas com algumas fotos de Silvino e seu bando.

Figura 4 – Quarta Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros



Fonte: Imagem cedida pelo autor

Ao final, consta uma pequena bibliografia em que o autor cita alguns escritores, tais como Edgar L. Barreto com a obra “Getúlio Vargas e sua época”; Edgar Carone com o livro: “A República Nova”, fonte que Brígido utiliza para endossar sua escrita nas páginas 44 a 47 sobre a Revolução de trina e dois.

E, sobre o Estado de Mato Grosso, faz uso da obra de Astúrio Monteiro Lima: “Mato Grosso de outros tempos”, bem como “Dragões de Mato Grosso” do capitão Luis Barbosa Lima.

Neste sentido, o literato sul-mato-grossense busca trazer veracidade histórica aos seus escritos, deixando explícito que suas publicações vão além do que é literário, isto é, Silvino Jacques e o contexto da época em que viveu fazem parte da história desta parcela do Brasil que é o Centro Oeste.

Na contracapa, Ibanhes traz uma sinopse do livro entrevendo ao leitor, tratar-se não apenas de uma literatura, mas de um livro que retrata a história, conforme constatamos a seguir:

Capitão Silvino Jacques, afilhado de Getúlio Vargas, tornou-se um bandoleiro, cuja vida e façanhas este livro relata em detalhes. Sua decisiva participação na Revolução de 32, quando às margens do rio Perdido fulminou os constitucionalistas, levando-os a uma derrota em Porto Murtinho/MS, fato que deu a vitória a Getúlio Vargas. Sem depor as armas de guerra, se colocou a serviço do latifúndio e dos interesses políticos do Presidente, preocupado com a faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai. Depois da trágica morte de Manoelito Coelho, formou-se uma captura comandada pelo delegado Orcírio dos Santos, que moveu ferrenha perseguição ao bandoleiro, transformando o Estado num palco de guerra (IBANHES, 2003).

O escritor, em cada edição acrescenta dados, fotos ou documentos objetivando trazer veracidade à sua narrativa. Além disso, cita nomes, acontecimentos e lugares que reforcem ao leitor, a sua intencionalidade de acoplar a história aos seus escritos.

Figura 05 – Quinta Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros

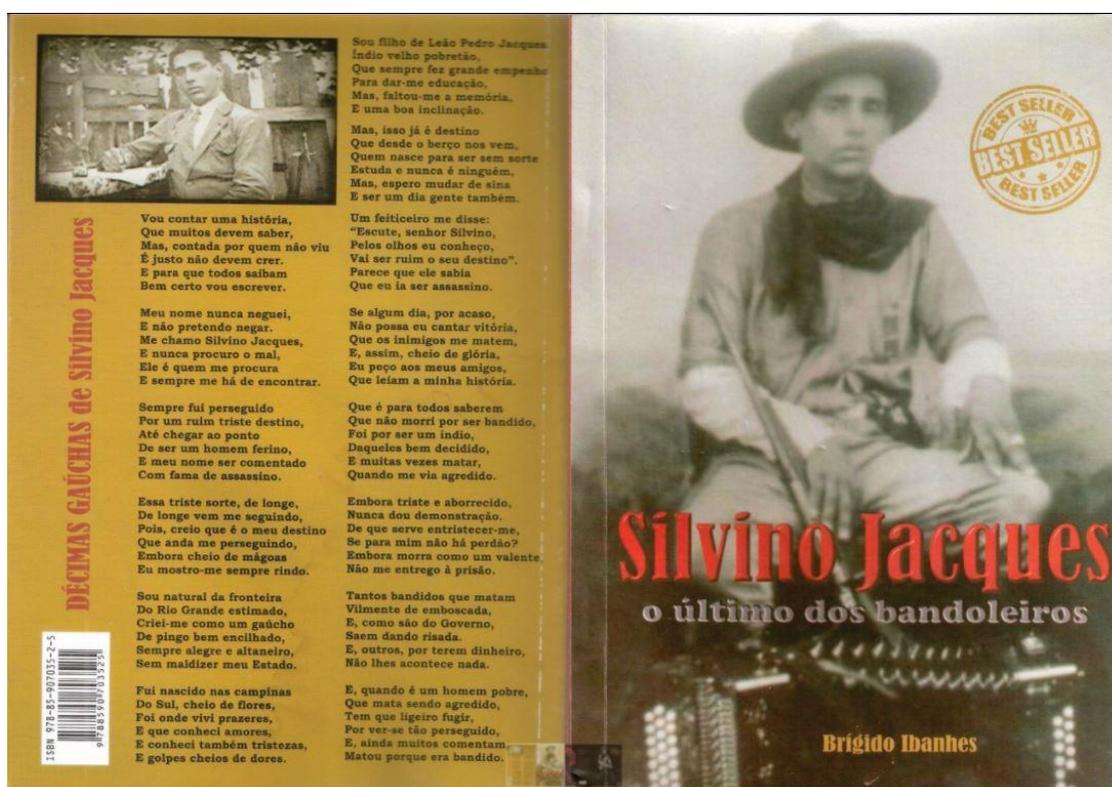


Fonte: Imagem cedida pelo autor

A quinta edição lançada em 2007, com duzentas e quarenta e cinco páginas foi publicada pela editora Dinâmica em Dourados/MS.

A partir desta edição, na ficha catalográfica, o livro passa a intitular: *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros – história real*. A mudança do título da obra, que antes era *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros – o mito, gaúcho sul-mato-grossense* já foi explicado anteriormente nesta Tese. Quanto a estrutura física desta edição, houve poucas mudanças, exceto a redução de sete páginas que, talvez seja pelo fato de os capítulos seguirem a ordem das páginas, ou seja, é uma sequência corrida, sem, necessariamente, iniciar o capítulo numa nova página à direita do livro. Vale destacar ainda que, embora o autor tenha feito a mudança no título do livro a partir desta edição, manteve na contracapa, o mesmo texto da edição anterior que vem com o subtítulo: “O mito gaúcho sul-mato-grossense”. Talvez, de forma intencional, o escritor, embora entenda que “mito” seja algo que foge à realidade, entenda, também, que Silvino Jacques sempre estará no imaginário das pessoas por mais que tenha buscado a autenticidade do real na sua escritura.

Figura 06 – Sexta Edição Silvino Jacques – o último dos bandoleiros



Fonte: Imagem cedida pelo autor (Edição em estudo nesta pesquisa)

Como já mencionamos no início deste estudo, a publicação em análise é a sexta edição, lançada em 2012, na cidade de Dourados/MS pela Editora Marindress.

A opção de pesquisar esta edição, deu-se pelo fato de que o livro foi um presente do autor à esta pesquisadora, que depois de feita a leitura o transformou em tema de pesquisa de doutorado.

O escritor, também, gentilmente, concedeu o empréstimo de todas as demais edições que neste capítulo são mencionadas numa breve análise. Cedeu ainda, o livro *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* (2010) e *Che Ru – o pequeno brasiguaió – a integração de um povo* publicado em 1988 e, como já mencionamos anteriormente, foi acoplado ao livro *Chão do Apa* em 2010. Livros, que compõem o *corpus* deste estudo.

O que diferencia esta edição das demais é o número de fotos e recortes de jornais que foram distribuídos ao longo da narrativa do autor. Ao final, consta uma bibliografia mais extensa do que as da terceira e quarta edição.

Brígido reforça sua escritura citando Hernâni Donato autor de *A revolução de 32*; Guimarães Rosa – *Ficção Completa*; Juarez Távora – *Uma vida e muitas lutas: Memórias I*; Marly de Almeida Gomes – *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, dentre outros. Também o sumário é mais extenso e, o autor acrescentou, ainda, duas páginas contendo um texto autobiográfico.

As duas últimas edições (7ª e 8ª) não estão incluídas nas análises desta pesquisa porque, conforme esclarecimento do autor:

a sétima edição foi concluída pela Editora Prismas, e não foi possível prosseguir com o contrato considerando que o dono adoeceu gravemente e ocorreu o distrato. Assinei, então, contrato com a *Brazil Publishing* para a oitava edição que está nas bancas, e cuja capa e contracapa lhe envio em anexo<sup>19</sup>.

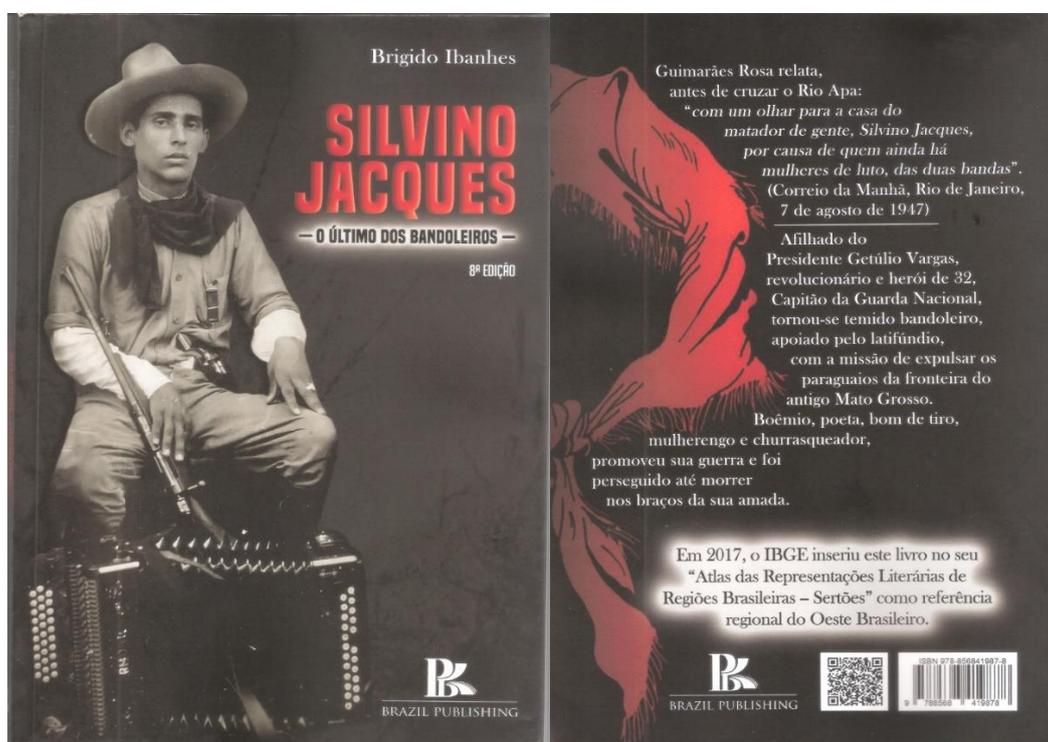
Nas palavras de Ibanhes, a publicação da sétima edição ficou, portanto, inviabilizada, conforme a explicado na citação. E, a capa (ver foto a seguir) que seria utilizada na sétima edição, não publicada, foi efetivamente utilizada na oitava edição.

Optamos por incluir neste estudo somente as seis primeiras edições, visto que a última foi publicada em 2019, ano de conclusão desta pesquisa.

---

<sup>19</sup> INFORMAÇÕES enviadas por “e-mail” pelo escritor Brígido Ibanhes, mensagem datada de 07 de agosto de 2019.

Figura 07 – Sétima e Oitava Edição Silvino Jaques – o último dos bandoleiros



Fonte: Imagem cedida pelo autor (edição recente até o presente momento)

Feita a exposição de uma breve análise de cada edição, bem como apresentando as capas de cada uma, distintamente, retomamos nossa pesquisa concentrando, portanto, nosso estudo na sexta edição de *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros*.

Gonçalves de Ibanhes, destaca a maneira como o autor trabalha com a narrativa, tomando por base fontes e fatos de um tempo que descreve o Centro Oeste brasileiro na região de fronteira. Ela ressalta que essa obra de Ibanhes possui uma estrutura muito singular e que

além de ser praticamente uma “colagem” – testemunhos, fotos, citações de jornais, de textos da história oficial (sobre a Revolução de 32 e a Intentona Comunista), de lendas indígenas, de partes da vida do próprio autor, a narrativa ibanhêsiana também está intercalada pela narrativa do personagem narrado, Silvino Jacques, isto é, por citações das trovas, já aqui analisada, nas quais Jacques confessa seus crimes (GONÇALVES, 2013, p. 121).

No olhar da pesquisadora, para Brígido narrar a primeira parte da vida de Silvino Jacques, ele usou, a exemplo, a tática de citações de várias trovas do bandoleiro, bem

como, diversos trechos de matérias publicadas em jornais e, por fim, utilizou também, depoimentos de algumas testemunhas que lhe contavam suas memórias sobre o bandoleiro.

Neste sentido, entendemos que o escritor ao longo de anos de pesquisa, de entrevistas com testemunhas que vivenciaram o período em que o gaúcho Silvino Jacques viveu no Centro Oeste, precisamente, na área de fronteira entre Brasil e Paraguai, representou de forma ficcional, os fatos, estabelecendo assim, um trânsito interdisciplinar entre a Literatura e a História. Sobre isto, Vinchiguerra (2014, p. 14), afirma que a escrita do autor identifica dados históricos em sua narrativa, tomando como princípio o conteúdo literário, que faz uma mescla entre a ficção e a construção do relato histórico.

O enredo do livro trata da vida e da morte de Silvino Jacques, um gaúcho de Camaquã, município de São Borja/RS, que fugiu do seu Estado para fazer história no Mato Grosso do Sul. O jornalista Lucas Arruda<sup>20</sup>, sintetiza a biografia de Silvino Jacques na matéria intitulada *Na história desses lados do Brasil, o Estado já teve seu próprio Lampião* (2015). Arruda narra que Mato Grosso do Sul traz a história de um bandoleiro muito famoso e que se tornou tema de pesquisas e publicações acadêmicas nos últimos anos, conforme registra:

Nosso bandoleiro andava com armas desde a adolescência. Veio para cá com 23 anos, foragido, após ser preso em sua terra natal e conseguir sair da prisão. Se instalou em Bela Vista e depois se mudou para o distrito de Porteiras, que hoje é o município de Caracol. Mesmo tendo ido embora de sua terra, não abandonou as vestimentas típicas de lá: sempre estava com bombacha, lenço e grandes chapéus (ARRUDA, 2015).

De acordo com o jornalista, após Silvino chegar no Sul do então Mato Grosso, passou os primeiros anos numa vida tranquila, sem realizar muitos crimes. Ao lado da esposa Jandira Pinheiro, conhecida como “Zanir”, abriu um comércio. Contudo, Jacques era daqueles homens que resolvia tudo “na bala” e por esta causa não conseguiu manter a tranquilidade por muito tempo. Assim, formou um bando com homens e mulheres que,

---

<sup>20</sup> ARRUDA, Lucas. Na história desses lados do Brasil, o Estado já teve seu próprio Lampião. Campo Grande: Jornal Campo Grande News, 2015. Link: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/na-historia-desses-lados-do-brasil-o-estado-ja-teve-seu-proprio-lampiao>>. Acesso em: 10 fev 2018.

de início, agiam pouco.

Com o passar do tempo passou a se aliar aos coronéis que o contratavam para fazer serviço de pistoleiro. Ainda parafraseando Arruda (2015), depois de um ano em que Silvino estava instalado no Centro Oeste, Getúlio Vargas, seu conterrâneo que chegou a apadrinhar o bandoleiro quando ambos ainda viviam em São Borja, assumiu a Presidência do país, comandando o Brasil no período de 1930 a 1945.

Conta-nos Arruda que, o então Presidente, mandava armas para que Silvino o ajudasse contra os constitucionalistas revoltosos. Porém, essa boa relação entre Silvino e Vargas foi quebrada, depois que o Presidente passou a enxergar o bandoleiro como uma ameaça à democracia da época. No relato de Arruda, muitas foram as vítimas feitas por Silvino que ia desde gente desconhecida até fazendeiros. Jacques não levava desaforos para casa, conforme descreve:

Uma vez foi a Ponta Porã para discutir segurança nacional e segurança pública com o tenente Cândido Prates. Após a reunião os dois se desentenderam e o tenente chamou Silvino de capitão desqualificado. Este, que não levava desaforo para casa, matou o outro.

Quando saía para bandolar, fazia algumas adições a seus grupos, às vezes até sequestrando. Mulherengo, ele teve várias amantes [...]

Muito das pesquisas sobre ele, são favorecidas por relatos escritos pelo próprio Silvino, sempre em rimas. Escreveu diversas poesias, todas sobre quando ainda vivia em Rio Grande do Sul, que foram compiladas na obra *Décima Gaúcha* (ARRUDA, 2015).

O jornalista ainda destaca que, por conta de sua má conduta, Silvino teve “a cabeça posta a prêmio”, por ordem do próprio Getúlio Vargas, que o via como uma ameaça, uma vez que, “queria que o poder fosse centralizado, sem líderes esparsos pelo país” (ARRUDA, 2015). Todavia, a maioria dos soldados, nas palavras de Arruda,

tinham medo e por isso foi formado um grupo de captura pela sociedade civil, liderada pelo delegado Orcírio dos Santos.

Por ele conhecer muito bem a região, já que andava por toda a área de Bela Vista, Porto Murtinho até a serra de Bodoquena, dois grupos de captura foram atrás de Silvino, até que um conseguiu

encurrular o bando, executando-o em maio de 1939 (ARRUDA, 2015).

A narrativa de Brígido Ibanhes vem neste mesmo caminho que é, desconstruir a imagem do herói de Silvino Jacques, perfazendo em sua escrita a trajetória do anti-herói, classificando-o como “bandoleiro”.

No que se refere ao banditismo no Estado do Mato Grosso, o historiador Walmir Batista Corrêa (1995), nos esclarece que em decorrência das proporções tomadas em relação a luta política no Estado, a qual se tornou uma verdadeira atividade econômica ou até mesmo um meio de sobrevivência, resultou no aparecimento de um “*coronelismo guerreiro* que fez política pelas armas e, por outro lado, de um *banditismo endêmico*, envolvendo toda a sociedade da região” (CORRÊA, 1995, p. 16, *grifo do autor*). Ele ainda acrescenta que isso se deu, sobretudo na sociedade rural, envolvendo posseiros, assalariados, camponeses sem-terra e marginais.

Os *coronéis guerreiros*, no dizer de Corrêa (1995, p. 16), eram aqueles coronéis que se identificaram com a luta política e a transformaram em causa própria, fundamentando o seu poder de domínio. Fato este, restringido ao sul do estado e, também, por conta das influências de migrações gaúchas na fronteira, semeando assim, a ideia de separatismo. O historiador, destaca que “a violência na história do Mato Grosso deve ser compreendida em seus fundamentos históricos e a partir da própria sociedade que se constitui na região e no seu *modus vivendi*” (CORRÊA, 1995, p. 18).

A violência na história do Mato Grosso fez parte do processo e do desenvolvimento da região e, de acordo com Walmir Batista “o papel histórico de determinadas camadas marginais e/ou oprimidas em nossa sociedade, agentes/pacientes dessa violência institucionalizada” (1995, p. 19). Para ele, a atuação do bandido assume uma conotação mais aprofundada a medida em que ele é visto como um bandido social, isto é, o resultado de uma relação de causa e efeito com a existência de um “*coronelismo guerreiro*, de um *banditismo* e de um *povo armado*”. Corrêa entende que, “o papel do bandido na história sempre foi minimizado”, uma vez que a própria visão oficial sempre buscou justificar a ação de bandidos juntamente com seus bandos, tratando-os à margem da história, como sendo um caso excepcional e não como parte integrante da realidade

tão presente e atuante na “formação econômica, social e política da sociedade rural brasileira” (CORRÊA, 1995, p. 19).

Na visão do historiador é, “pouco comum encontrar-se referências à ação de bandidos em documentos oficiais do início do século, em Mato Grosso”. Para ele, “essas referências à ação de bandidos têm o propósito de escamotear os fatos, procurando sempre apresentar a falsa imagem de segurança do Estado” (CORRÊA, 1995, p. 19). Contudo, ao explicitar a história do Mato Grosso nas primeiras décadas do período republicano (1889 – 1943), Corrêa destaca que,

foi na realidade a história de um povo armado. Sua principal característica constitui-se no uso extremo da violência que acabou por se confundir com o próprio modo de vida do mato-grossense. Essa violência, que atingiu profundas dimensões na política regional após a queda do regime monárquico, não significou o surgimento de uma situação historicamente inédita, mas seguramente resultou do próprio processo de ocupação da região desde o período colonial (CORRÊA, 1995, p. 25).

No dizer de Carlos Wagner (2003, p.8), “o banditismo criou uma cultura que influencia o modo de vida das pessoas” na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, bem como, no modo de vida das pessoas que vivem a milhares de quilômetros dali. Segundo o estudioso, foram

as disputas de fronteira, conflitos armados e a ação de uma das mais longas e corruptas ditaduras militares sul-americanas, a do general Alfredo Stroessner, que reinou no Paraguai durante 35 anos, criaram o terreno para a prosperidade de organizações criminosas (WAGNER, 2003, p. 17).

Wagner entende, que o modo de vida instalado na fronteira pelos antigos bandoleiros e quadrilhas forjou uma espécie de cultura “na qual o ilícito é admitido como meio de sustento da família” (WAGNER, 2003, p. 17). Com este pensamento, ele ainda destaca que: “os feitos dos homens considerados heróis”, eram usados para coagir e impor medo à população e que, muitas de suas façanhas, podem ser encontradas nos cemitérios da região fronteira, onde repousa suas vítimas.

No caso de Silvino Jacques, talvez por conta de todo envolvimento que ele tinha com Getúlio Vargas, o bandoleiro se camuflava num “bandido social”, uma vez que matinha comércio, frequentava festas e demonstrava ser “homem de bem” durante certo período de sua vida no Centro Oeste brasileiro.

Conforme, Gonçalves (2013, p. 62), o banditismo no Estado de Mato Grosso, “floresceu no início da República com a conivência dos coronéis, estando os bandos e bandidos sob a tutela deles. Para a pesquisadora, eram “bandidos oficiais, protetores de uma oligarquia rural despótica”.

Isso nos reporta, mais uma vez à Walmir Corrêa, ao afirmar, que se dizendo revolucionários, “os bandidos e bandos passaram a saquear e depredar sistematicamente fazendas de inimigos políticos” do coronel para quem trabalhavam. Exerciam, também, violência “sobre pequenos proprietários, sitiantes que se situavam na sua área de atuação (CORRÊA, 1995, p. 35). Ele esclarece que “mesmo após o término do conflito com o Paraguai, permaneceu na região mato-grossense um clima de instabilidade e violência” (CORRÊA, 1995, p. 29). E, ainda enfatiza que no processo de reocupação e reconstrução das áreas fronteiriças, de um modo geral, as leis passaram a ser sistematicamente violadas ou tão somente ignoradas, fato este que acabou dando continuidade ao clima de guerra e impunidade que imperavam na região.

Desta forma, para Corrêa (1995, p. 30), os primeiros focos de banditismo na região sul do Estado era, por assim dizer, “perfeitamente delimitados em determinadas fazendas, abandonadas ou arrasadas pela guerra ou através de constantes ataques a boiadeiros, mascates e aos fazendeiros que tentavam reconstruir suas fazendas”.

A figura do herói em Silvino Jacques é desmistificada por Ibanhes quando em sua narrativa expõe o lado bandido de Silvino, que aos quinze anos de idade fez suas primeiras vítimas.

Ibanhes (2012, p. 123), conta que Silvino, pescava num córrego em São Borja/RS e não percebeu quando dois sujeitos se aproximaram e chutaram o braseiro em que ele assava seus peixes. Silvino, incitado pela raiva, ao ver os dois zombeteiros sorrindo, “sacou do trinta-e-oito e, tomado por um impulso assassino, meteu chumbo nos dois. Na beira do córrego ficaram as primeiras vítimas de um rosário de vítimas”. E, assim, de acordo com o literato dava-se início a uma longa jornada de assassinatos e

sequestros na vida de Silvino Jacques. Brígido, nos traz à luz, um outro episódio da vida de bandidagem de Jacques:

Rumou para os lados da região da Vacaria, onde descobriu por informação do mascate Américo Carlos que o coronel na região era o Seo Antonio de Moraes, dono da Fazenda Turvo, e considerado muito rico, pois tinha até auto na fazenda. [...] O bandoleiro tomou o filho e o genro, Lujan Savari, como reféns e mandou que o velho lhe arrumasse vinte contos de réis, um bocado de dinheiro na época.

[...]

Esse expediente, Silvino costumava usar para garantir recursos. A carta enviada ao Teófilo Leite, deixa claro suas intenções (IBANHES, 2012, p. 165, 166).

Senhor Teófilo Leite,

Lembre-se que tinha marcado prazo certo para me dar os dez contos, não tenho nada mais que esperar, não sou criança pra ir em tapeação, e para evitar pior consequência entre nós, te proponho o seguinte: me mande até o dia 29 do corrente mês cinco contos de réis, sem falta. Procurarei em tua casa ou aqui no teu irmão Bento, e se eu não encontrar essa importância nesse prazo, você conte me como teu maior inimigo e tua casa virará cinzas, pois que ando mal e preciso castigar alguém para exemplo de outros (JACQUES, *in*: IBANHES, 2012, p. 166).

No primeiro fragmento, Brígido descreve a desonestidade de Silvino Jacques, praticando o banditismo do sequestro do filho e genro de um fazendeiro, como seu meio de subsistência no mundo do crime.

No excerto seguinte, o próprio Silvino Jacques, protagonista do enredo, em carta de próprio punho se “auto narra”, comprovando assim, suas mazelas praticadas durante o período que viveu na região de fronteira entre Brasil e Paraguai.

Contudo, nas trovas da *Decima Gaucha*, Silvino se justifica como um homem de bem ao escrever:

Em todas as minhas cruzadas  
Nunca lesei a ninguém  
Quando estou necessitado  
Sempre recorro a alguém,

Amigos ou camaradas  
Me servem com o que têm  
(JAQUES in IBANHES, 2012, p. 166).

A *Decima Gaucha* trata-se, de trovas deixadas pelo próprio Silvino Jacques que, em nota introdutória, afirma: “Trágico destino de Jacques e Ornellas. Escritos em versos gaúchos e bem rimados contendo a verdade do fato de um gaúcho predestinado” (SILVINO JACQUES, 1980).

Para Ibanhes, aos poucos, sequestros e coações se tornavam o meio de subsistência de vida de Silvino Jacques e “sua fama de justiceiro e capitão revolucionário vitorioso ia sendo substituída pela de meliante, sequestrador, matador e ladrão de gado” (IBANHES, 2012, p. 168).

À luz desse contexto, Walmir Corrêa (1995, p. 35) elucida que “em nome de uma revolução ou simplesmente dizendo-se revolucionários”, bandidos e bandos saqueavam e depredavam fazendas de inimigos políticos de seus líderes. Da mesma forma, estendiam a violência aos pequenos proprietários, sitiante e comerciantes que habitavam na região.

Corrêa, traça em seu livro *Coronéis e bandidos em Mato Grosso* (1995, p. 36-40), uma extensa lista de nomes de bandidos e bandos que atuaram no Estado de Mato Grosso nos anos de 1872 até 1943. Dentre esses nomes, encontra-se o de Silvino Jacques que atuou no banditismo de 1936 a 1939, tendo em seu bando cerca de vinte pessoas.

De acordo com Corrêa, foi nessa mesma década, no ano de 1939, ano da morte de Silvino Jacques, que

se iniciou o desarmamento dos *coronéis*, de bandidos e da população em geral, sobretudo, na região sul do Estado, quando o general José Pessoa intensificou a *lei do desarmamento*. Entretanto, o estado do Mato Grosso seria ainda por muito tempo conhecido como refúgio de bandidos e contraventores e lugar onde imperava a violência (CORRÊA, 1935, p. 40, *grifo do autor*).

Foto nº 02 – Silvino Jacques e parte de seu bando



Fonte: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=7446600>

Ibanhes, constrói o seu texto num mosaico mimético de fatos históricos, com base em relatos orais que retratam a vida de seu personagem principal que, por vezes, se auto narra em texto, por meio de alguns trechos da *Decima Gaucha*, citadas por Ibanhes, durante sua narrativa.

De acordo com o certificado de Registro da *Decima Gaucha* na Biblioteca Nacional, trata-se de obra literária com vinte páginas, mimeografadas, particularmente em 1980 em São Paulo/SP. A filha de Silvino, Idorilda Jacques Perrupato, após quarenta e um anos da morte do pai, requereu registro de direitos autorais dos textos em 1980. De acordo com Gonçalves de Ibanhes (2013, p. 13), os textos também foram publicados, anteriormente ao registro na Biblioteca Nacional, por Theodorico de Góes Falcão, na Revista *Crônicas e Histórias do município de Bonito*<sup>21</sup> em 1978 que, segundo ela, era “uma revista quase artesanal”. Ainda no olhar da pesquisadora (p. 89) que se firma no dizer de Meyer (1979, p. 720), por ela citado, “para o gaúcho, décima é uma história escrita em versos, mas não tem a estrutura de uma décima, estrofe de dez versos e oito

<sup>21</sup> JACQUES, Silvino. *Decima Gaucha*. In: FALCÃO, T. G. *Crônicas e histórias do município de Bonito*. Bonito, MS: Edição Independente, 1978. v. 1. p. 15-30 – (vide Anexo A, p. 257).

sílabas” (2013, p. 89) deixando entrever que os textos de Jacques possuem certa semelhança com a forma do cordel.

Ribeiro (2011), com base nos registros dos arquivos do Ministério da Educação e Cultura, Biblioteca Nacional, destaca:

Jacques foi escritor de parte de sua própria história, quando ele e seus amigos fugiam da polícia no Rio Grande do Sul. Épica, retórica e eloquente se auto versejou. [...] por meio da oralidade e do cordel, a trova de Jacques tornou-se conhecida em regiões fronteiriças no Sul e Centro Oeste do Brasil, respectivamente municípios do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul (RIBEIRO, 2011, p. 13, 14).

De acordo com Gonçalves (2013, p. 147), o escritor para compor a sua narrativa “costura as temporalidades para o tempo ser mostrado inteiro e contínuo, porque os eventos do passado não podem ser descritos como um todo”, pois, segundo ela, os relatos foram reconstruídos pela memória.

Ibanhes traz na sua escrita um caráter meta-ficcional, uma vez que reúne processos narrativos próprios do gênero, como os relatos orais e documentais, somados à criatividade ficcional do autor que em diversas ocasiões comporta-se como quem tudo viu, tudo criou, passando a ser um narrador onisciente e não apenas aquele que narra o que lhe foi contado.

### **Chão do Apa – Contos e Memórias da Fronteira**

O escritor, por meio de suas pesquisas enriquecidas com os relatos orais de seus antepassados, nesta publicação, revela-nos fatos históricos e fascinantes, ao mesmo tempo em que nos apresenta importantes personagens do antigo Mato Grosso, palco da Guerra do Paraguai, deixando suas indelévels marcas na região. Ele faz questão de exaltar em suas narrativas o meio em que viveu, trazendo especial atenção à região que marcou sua infância e adolescência, quando descreve: “as águas do Rio Apa, onde reina o imponente dourado; o cerrado com suas lendas e animais ferozes, como a onça pintada; o povo fronteiriço com suas tradições, polcas e comidas típicas (IBANHES, 2012, p.

291)<sup>22</sup>. É neste cenário que o literato produz *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* – que conta ainda com a “onomatopaica língua Guarani”, que segundo o autor, é a porção mais saborosa do seu cardápio literário.

Outra característica do livro é a narrativa autobiográfica do autor, que no decorrer dos capítulos descreve sua origem genealógica, sua infância, adolescência e juventude, intercaladas de reminiscências de fatos históricos sobre a Guerra do Paraguai, bem como das tradições do povo Guarani por meio de lendas e mitos. Além disso, o escritor mescla a sua escrita nos três idiomas: português, espanhol e guarani. Já no início, em nota dedicatória, Ibanhes expressa a intenção de sua escritura fortalecendo a ideia de deixar gravado em palavras as suas produções fronteiriças, como vemos a seguir:

Quero semear letras no chão onde nasci  
Chão em que, como menino, buli nos seus  
Segredos e até hoje, quando os cabelos  
Prateados denunciam o tempo passado, ainda sinto cócegas nas  
mãos de vontade de  
Escrever sobre as coisas e as estórias deste chão  
Sagrado do Apa e lhe abrir um trilheiro de letras (IBANHES,  
2010, p. 04).

A fronteira sempre será o seu “entre lugar” de memórias, de relatos, de vivências e, sobretudo, de sua escrita literária que, para ele, é o seu lugar de trânsito, de identidade e de vida.

Chama-nos a atenção, o fato de que seus relatos são pontuados de datas, locais e personagens que foram protagonistas durante a Guerra do Paraguai que foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Guerra que foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Uma guerra que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870. Desta forma, o autor deixa entrever na sua escritura alguns aspectos da metaficção historiográfica ao apropriar-se de personagens e de acontecimentos históricos, seja através de relatos orais que recebera de seus pais e avós, seja pelo processo memorialístico.

*Chão do Apa – contos e memória da fronteira*, abrange o território paraguaio e brasileiro, em uma sintonia, muitas vezes, a que só o fronteiriço é capaz de se adaptar.

---

<sup>22</sup> Citação extraída do livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012), ao final da obra, em notas biográficas do autor.

Tradições, linguajar, tudo reforça para que essa região seja singular, e que se perceba, conforme as palavras do autor, que “a fronteira delimitada pelo rio está apenas nos mapas”, pois, simbolicamente, a divisão geográfica não existe para os fronteiriços. A obra apresenta um narrador onisciente que relata o que lhe foi contado e ao mesmo tempo é a personagem protagonista que narra os contos.

O autor encerra sua escrita, expondo no último capítulo um breve texto sobre a gramática da língua guarani, esboçando um pequeno vocabulário das palavras do cotidiano, a fim de que o leitor brasileiro possa receber um mínimo de conhecimento dessa língua. Os contos narram as aventuras e desventuras de personagens da vida real que circundaram a vida de Ibanhes desde o seu nascimento, seja por memórias que lhe foram contadas, seja por suas próprias reminiscências.

Sob o título *Quando os canhões emudecem, Toque de silêncio e O Paraguai está morto*, o três primeiros capítulos evocam a memória dos últimos dias da Guerra do Paraguai que, conforme as palavras do escritor: “A campanha da Guerra do Paraguai já perdura por seis anos sangrentos, e o seu final se aproxima” (IBANHES, 2010, p. 9). O literato traz como protagonista sua bisavó Josefa Sanches que foi casada com “um oficial de nome German Sanches, sobrinho do Vice-Presidente Francisco Sanches Corvalán” (p. 10), morto tragicamente durante a batalha. E, “no curto espaço de tempo que estiveram casados, ela não lhe gerou nenhum filho” (p.10). Por meio da personagem, Ibanhes narra alguns episódios da Guerra dando ênfase ao heroísmo do Paraguai, bem como a participação da mulher durante este tempo trágico de conflito.

De acordo com Soares (2013, p. 45), *Conde D’Eu*<sup>23</sup>, surge na escritura de Ibanhes como “uma figura fria, cruel e sanguinária”, onde o escritor se utiliza da linguagem literária para conceder culpa ao Brasil em decorrência das mazelas sofridas pelos paraguaios em razão da Guerra. Foi durante a batalha de *Acosta-Ñu*<sup>24</sup>, ocorrida em meio a Guerra do Paraguai, quando *Conde D’Eu* ordena o incêndio da mata, que Brígido passa a narrar com detalhes o surgimento de sua família paterna.

Nos relatos do literato, seus bisavós foram salvos pelo Dr. Smith – médico inglês – que percorria o local da batalha de *Acosta-Ñu* em busca de sobreviventes. E, foi assim

<sup>23</sup> *Conde D’Eu* foi genro do Imperador Dom Pedro II.

<sup>24</sup> *Acosta Ñu*: sangrenta batalha em que crianças lutaram contra o Exército do Brasil na Guerra do Paraguai.

que “mais uma sementeira ficara escondida, preservada” (IBANHES, 2010, p. 14), ou seja, a semente de seus ancestrais que sobreviveram a matança. Ao salvar as crianças, Dr. Smith os adotou dando-lhes novos nomes, conforme nos descreve o autor:

O menino recebeu o nome de Bernardo Ibanhes e a menina, Belém de Ibanhes. Foram criados na Estância Casa Blanca, de propriedade do Dr. Smith em Concepción. PY. Como não eram consanguíneos, se casaram e tiveram filhos, entre estes, um de nome Narciso. Este estudou em colégio de padres em Asunción e, por conta de mascate, acabou se casando com dona Modesta Fleitas e passou a residir na antiga Porteiras, hoje, Caracol, onde tocou um açougue nos idos da década de 30 do século passado. O casal teve muitos filhos, entre eles, o Aniceto (IBANHES, 2010, p. 16).

Dentro deste esboço genealógico, Ibanhes apresenta seu pai Aniceto que, no livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, tem participação nos relatos do autor por conhecer de perto Silvino Jacques:

Aniceto Ibanhes, um dos filhos de *Nachi*<sup>25</sup> e de *ña*<sup>26</sup> Modesta Fleitas de Ibanhes, tinha uns quinze anos de idade. Andava muito pelas fazendas e sítios da região de Porteiras, recrutando e comprando boi gordo para o pai, que era açougueiro na vila. [...] Numa de suas andanças cruzou com aquele estranho cavaleiro, de chapéu grande de pano, que carregava na garupa do cavalo o tripé de máquina para tirar fotos e, por cima, bem amarrada, a capa plástica impermeável. Amiúde se cruzavam nas carreiras, nas picadas, nas nascentes dos córregos, onde todo mundo dava de beber e descansar aos cavalos, nas longas viagens solitárias pelos ermos (IBANHES, 2012, p. 41,42).

Ao narrar o ambiente da Guerra e resenhar alguns momentos de seus antepassados, Ibanhes desfecha o relato da Guerra do Paraguai com a morte de Solano Lopez, bem como, as dificuldades dos sobreviventes para recomeçar suas vidas num ambiente totalmente destruído, mas envolvido no patriotismo e na garra dos que ficaram para escrever uma nova história.

---

<sup>25</sup> Apelido de Narciso Ibanhes (notas do autor).

<sup>26</sup> Dona – expressão de tratamento (notas do autor).

Nos capítulos que se seguem, precisamente, no quarto e no quinto, Brígido Ibanhes vai delinear, de um lado, a fronteira paraguaia e, do outro, a fronteira brasileira. Descreve o seu lugar de infância, permeando a beleza, as qualidades, as práticas culturais e as festas religiosas de Bella Vista Norte, PY. Do lado de cá, em Bela Vista/BR, Ibanhes apresenta um cenário de contraste com o anterior. Narra a fronteira brasileira destacando a pobreza, a violência e a promiscuidade: “Na margem brasileira, perto do rio, localizava-se um bairro pobre, com vários cabarés e casas de prostitutas [...] poucas casas esparsas, mas muita violência” (IBANHES, 2010, p. 29). No dizer de Soares (2013),

Quando o escritor, “inocentemente”, narra as maravilhas de sua cidade natal no Paraguai, ele narra a partir do olhar de sua infância[...] Contudo, ao tratar do Brasil – estando o autor mais velho e, conseqüentemente, com uma visão de mundo mais realista – constrói uma narrativa mais forte (SOARES, 2013, p. 49, *aspas do autor*).

O que podemos observar nesse relato de Brígido Ibanhes é o duplo olhar do sujeito que vive entre fronteiras, que absorve uma dupla identidade: tanto nacional, quanto cultural. Sobre isto Stuart Hall, afirma que, “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações (HALL, 2006, p.50). Assim, sob o olhar antagônico entre Brasil e Paraguai, o escritor teceu seus contos da fronteira se apropriando tanto do olhar inocente da infância, quanto da visão da juventude que enxerga outros símbolos e representações diferentes ao existente na pureza da meninice.

Ainda retratando as belezas do Paraguai, o autor dá um lugar de destaque aos pássaros do local, iniciando o capítulo seis, exaltando a exuberância deles:

Naquela região do cerrado, o chão do Apa era um santuário de pássaros, que eram aos milhares e de todas as espécies. [...] quando os pássaros silenciavam era prenúncio de forte tormenta ou augúrio de alguma tragédia entre os homens (IBANHES, 2010, p. 38).

Não só a beleza dos pássaros é realçada pelo escritor, mas, também, a cultura de se observar os sons e o comportamento deles, aflorando assim, uma superstição regional que, talvez, tenha passado de geração em geração.

As lendas aparecem a partir do sétimo capítulo. O escritor traça um paralelo entre as lendas paraguaias e brasileiras – a partir do título: *Jasy Jaterê Acahatã – travessuras do saci Pererê*. Ibanhes entende que a lenda do *Jasy Jaterê* é comum na fronteira e por isso, associa-o ao saci Pererê pertencente ao folclore brasileiro. Contudo, a descrição física e os tipos de travessuras do *Jasy Jaterê* em nada se parece com o saci-pererê brasileiro. Vejamos:

A lenda do *Jasy Jaterê*, que nas horas da sesta, saía pelos caminhos da mata à procura de meninos travessos era bastante conhecida e respeitada. [...] eles os levava para longe na mata e lhes dava de comer favos de eira, mel, por vários dias até devolvê-los às famílias com indícios de loucura. Das meninas ele abusava, pois não conseguiam resistir à sua sedução. Seus cabelos loiros cacheados, seus olhos azuis, pele amorenada sempre com seu bastão/flauta de ouro na mão e chapéu enorme de carandá faziam dele uma figura que povoava com frequência o nosso imaginário mitológico. [...] Nas noites de lua cheia, seus cabelos se faziam embranquecidos, como que grisalhos, e ele se punha a tocar sua flauta de ouro, atraindo as mocinhas. Durante o dia, o seu toque atraía os pássaros, que em revoada giravam ao seu redor, elevando-o sobre o chão e lhe servindo de transporte entre os arvoredos (IBANHES, 2010, p. 42, 43).

Notamos na descrição acima, o *Jasy Jaterê* se difere do saci Pererê das lendas brasileira, pois de acordo com o folclore brasileiro, o saci-pererê é um ser negro, pequeno e de uma perna só que habita nas florestas.

A lenda surgiu no sul do Brasil e foi influenciada por elementos das culturas africanas e indígena. Ficou nacionalmente conhecida por influência de Monteiro Lobato que entre os anos de 1882 a 1948 narrou os contos do *Sítio do Pica pau Amarelo* e o descreveu como um “endiabrado moleque duma perna só” (LOBATO, 2005, p. 17).

Como podemos ver, a grande diferença entre o saci e o *Jasy Jaterê* da lenda paraguaia está, sobretudo, no aspecto físico. Ambos habitam as florestas e são travessos, mas o saci-pererê que na lenda é negro e possui apenas uma perna, também era conhecido

por não ter cabelos e nem pelos corporais e por isso usava um gorro vermelho na cabeça. Também tinha o hábito de fumar cachimbo. Além disso, conta o folclore brasileiro que o saci-pererê fazia travessuras banais, tais como, incomodar os cavalos fazendo nós e tranças em suas crinas, deixando-os agitados durante a noite, Também incomodava os viajantes que encontrava pela estrada derrubando-lhes os chapéus, danificando os freios das carroças, dentre outras travessuras.

No capítulo seguinte, *Colo'ô – partido colorado*, o literato contextualiza a situação política daquela época, afirmando que “os ânimos andavam bastante exaltados” (p.49), pois dois líderes disputavam a presidência do Partido Colorado em Bella Vista e que seu pai Aniceto, por conta deste embate, levou uma surra de um dos candidatos – que viu nele “o símbolo da oposição que o fizera perder as eleições e, por isso seria o bode expiatório” (p. 51), vindo quase a falecer. Além disso, o capítulo traz à tona a questão religiosa – uma das marcas identitárias da fronteira.

Na verdade, sob a ótica de Ibanhes a religião está intrínseca ao sobrenatural e o escritor vai tratar deste “sobrenatural”, por meio dos pássaros – com seus avisos premonitórios – ou por meio dos dogmas religiosos.

Nos próximos capítulos, do nove ao dezessete, nos deparamos com a narrativa em que o autor conta sobre o trânsito diário entre o Paraguai e o Brasil durante sua infância. Nesta ocasião, seu pai Aniceto abriu um comércio no Brasil, mesmo morando no Paraguai. E, todos os dias, Ibanhes levava as “*gallêttas ovejêa* – bolachas voadoras”, que eram produzidas no Paraguai para serem vendidas por seu pai no Brasil. Relata ainda, sua infância, seus amigos, suas aventuras entre os dois países, bem como o comportamento do povo fronteiriço com suas culturas, religiosidade e peculiaridades.

No capítulo dezoito temos o relato do período em que Ibanhes frequentou o Seminário católico em Ponta Grossa/Paraná, dos dez aos treze anos de idade. No retorno para junto da família descreve o cenário de violência na fronteira com Ponta Porã: “Depois de anos de internato, eu estava de volta ao mundo feroz e cruel.

O período no Seminário, permaneceu sempre em minha vida como um oásis inesquecível” (p. 90). Foi nesse tempo que passou no seminário que o autor faz um destaque neste capítulo sobre o início de sua vida literária, quando afirma: “Aos doze anos, num concurso de poesias promovido pelos padres, conquistei o primeiro lugar com o poema *Noite Cigana*” (p. 89).

E, entre contos e lendas, dos capítulos dezenove ao vinte e seis, Brígido Ibanhes, sempre focando o sobrenatural, vai descrevendo sua juventude desde a ida para o quartel até suas aventuras de que quando se envolveu com a filha de um matador de aluguel, com quem se casou por medo de se tornar mais uma vítima do justiceiro, conforme descreve:

A cerimônia aconteceu no quarto atrás do bolicho. Meus pais estavam junto a mim. E mais afastados estavam o matador, o *Zói* e outros dois irmãos, que vieram como reforço. Na janela do lado de fora, posicionou-se o Roberto com uma pistola camuflada na cintura. Era só eu responder um não à pergunta do Juiz de Paz e ele descarregava o pente nos incautos que lhe deram as coisas no quarto [...] Disse sim e tudo se acabou, aparentemente sem mortes (IBANHES, 2010, p. 147, grifo meu).

De acordo com Ibanhes (p. 148), o casamento durou “pouco mais de um ano”, período em que também veio a falecer o matador.

Vale destacar aqui, o capítulo vinte e quatro em que o escritor intitula *Enterro – o ouro de Lopez “plata yvyguy”* – ele narra que a lenda corria de boca em boca entre o povo paraguaio, de que havia um tesouro enterrado pelo General Francisco Solano Lopez, para que não fosse encontrado pelo exército inimigo.

Ibanhes afirma, que de fato o povo acreditava nisso e havia até mesmo alguns de seus amigos que foram em busca deste tesouro. Conforme o autor, esta é uma das histórias mais incríveis contadas na fronteira: “Na região de Bela Vista, tanto no Brasil como no Paraguai nada é mais folclórico que *plata yvyguy*, dinheiro embaixo da terra” (p. 172). Para ele, na verdade, essa riqueza enterrada era fruto das batalhas travadas em Bela Vista e, “aí, acredito, muita gente tratou de enterrar suas moedas e peças de ouro e prata” (p. 173). Brígido acredita que não enterravam apenas em lugares ermos, mas, também, “o piso das casas e das próprias paredes que, naquela época, seriam bem grossas” (p.173). Ele embasa sua suposição, esclarecendo que

Na década de 50, ao efetuarem uma reforma no prédio do antigo Forte de Bella Vista Norte, citado no livro de Taunay<sup>27</sup>, ao

---

<sup>27</sup> “No dia seguinte, 21 de abril as oito horas da manhã, os clarins do quartel do comando dera o *signal* para a marcha: era nada menos do que atravessarmos a fronteira, entrarmos o território *paraguayo*, e irmos atacar o forte de Bella Vista, que é desse lado a chave de toda a região”

cavarem o piso, os operários encontraram diversas moedas de ouro (IBANHES, 2010, p. 174).

A citação acima ao mencionar a reforma do Forte Bella Vista e as moedas encontradas pelos operários, nos faz pensar que, quem sabe, possa ter mesmo havido a possibilidade de que na área em que se travou as batalhas ou por onde passaram ou acamparam soldados e generais, houvesse mesmo os tais “tesouros” enterrados.

Podemos pensar também, que esses tesouros foram apenas lendas passadas, nas histórias contadas nas rodas de tererê. Seja como for, todos esses dados fazem parte das memórias e das narrativas que compõe a história de Bella Vista Norte, República do Paraguai.

O último capítulo do livro – o vinte e sete – Brígido reservou para dar um destaque ao idioma Guarani, uma vez que em sua narrativa, tanto os títulos, quanto em muitas expressões são utilizados tais termos. Sobre este assunto, discorremos uma análise no capítulo três, no item 3.2 – *A narrativa híbrida na escrita do autor – as línguas*.

#### 1.4 Narrativas e Memórias

Feita esta apresentação do *corpus* em estudo, passamos, então, a uma análise sobre “narrativa” e “memória” que são pontos relevantes na tecelagem da escrita histórico-literária do escritor sul-mato-grossense.

O autor, nas duas obras: *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (1986 – sendo que nesta pesquisa utilizamos a sexta edição de 2012) e *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* (2010), inicia sua narrativa com uma ampla descrição de relatos históricos, oriundos da memória de seus pais e avós.

Na primeira obra, desde as páginas iniciais, ele delinea o nascimento, infância e juventude de uma personagem da vida real – Silvino Jacques! Já, na segunda, ele esboça alguns fragmentos da Guerra do Paraguai quando narra a história de sua própria família, dando-nos a impressão de que busca manifestar, por meio da literatura, história e memória

---

(Taunay, 1874, p. 79). As palavras grifadas na citação – grifo meu – indicam a escrita original tal qual o livro foi digitalizado.

um regaste de seus antepassados, bem como do contexto histórico e social da região e da cultura guarani.

Somos sabedores de que jamais um acontecimento ocorrerá de novo, tal qual foi no passado, pois ao longo dos tempos quando narrado de forma oral ou escrita, haverá possíveis recomposições do fato ocorrido. Partindo deste entendimento, percebemos que há uma diferença entre a *narrativa literária* e a *narrativa histórica*, uma vez que esta, dentro de um conceito tradicional tem, inicialmente, a tendência de buscar os acontecimentos do passado, focando ao máximo se aproximar a ele.

Enquanto que, na *narrativa literária* não há esse compromisso de se aproximar do passado para retratá-lo, mas sim, a necessidade de recriá-lo, de forma ficcional buscando aproximar-se do fato ocorrido sem nenhum compromisso com o real. No tocante a isto, o um dos filósofos que se dispôs a definir essa diferenciação no campo da narrativa histórica, foi o parisiense François Marie Arouet, conhecido pelo pseudônimo, Voltaire (2003, p. 267), que afirmou: “história é narração de fatos verdadeiros, ao contrário da fábula, narração de fatos fictícios”.

Outro filósofo alemão, Walter Benjamin (1994, p. 205), assevera que a *narrativa literária*, que por longo tempo “floresceu num meio de artesão – no campo – no mar e na cidade” que para ele é, num certo sentido, “uma forma artesanal de comunicação” e destaca:

Ela não está interessada em transmitir o *puro em si* da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição da circunstância que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica. [...] assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja, mas qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata. [...] A literatura... não é para mim uma arte, mas um trabalho manual (BENJAMIN, 1994, p. 205, *grifo do autor*).

Ainda delineando sobre as narrativas, Benjamin, descreve o *narrador histórico*: “O historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo” (BENJAMIM, 1994, p. 209). Para ele, o *narrador literário*, tem a liberdade de “poder recorrer ao acervo de toda uma vida – uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia” (BENJAMIM, 1994, p. 221), o que, podemos facilmente entender que não se estende ao *narrador histórico* que está preso ao fato em si.

Entende-se, portanto, que embora o conceito de narrativa na sua etimologia, que é “*narrare*” no latim, e tem o sentido de “contar, relatar, expor um fato, uma história”, tem suas peculiaridades em campos distintos, tanto da história, quanto da Literatura.

No dizer de Roland Barthes (1976), “a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma, povo algum sem narrativa” (BARTHES, 1976, 19). Para ele, a narrativa é uma simples acumulação de acontecimentos, caso em que só pode falar dela referindo-se à arte, ao talento ou ao gênio do narrador/autor.

Para Antonio Candido, na obra *A personagem de ficção* (2000), “O narrador não é sujeito real das orações, como o historiador ou o químico [...] não narra de pessoas, eventos ou estados; narra pessoas (personagens), eventos e estados” (CANDIDO, 2000, p. 18). No conceito de Candido, as pessoas “históricas”, isto é, da vida real, “[...] ao serem focalizadas pelo narrador onisciente, passam, então, a ser personagens, ou seja, deixam de ser objetos e transformam-se em sujeitos”.

Neste sentido, em *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros* (2012), nota-se, um narrador onisciente, que é o “narrador/autor” e, simultaneamente, temos o *Silvino Jacques*, protagonista da trama que em diversas ocasiões se “auto narra”, uma vez que o autor se utiliza de textos da *Decima Gaucha* e das *cartas* de autoria de Silvino Jacques, conforme conferimos:

Ali deitado fiquei  
Era uma forte montanha  
Habitada só por feras,  
Cobras, mosquitos e aranhas  
E eu tinha por alimento

Somente um frasco de canha.

Deitado ali na sombra  
Das matas do sertão  
Tinha eu como leito  
As folhas secas do chão  
De travesseiro uma pedra  
De arma tinha um bastão.

Que triste o meu viver  
Naquele sertão sozinho  
A noite ouvindo as feras,  
De dia os passarinhos  
Que passavam a trinar  
Organizando os seus ninhos.

Ao cerrar da Ave Maria  
Que é a hora mais tristonha  
Sem poder dali sair,  
Passando grande insônia,  
Naquele chão tão imundo  
Naquela serra medonha  
(JACQUES *in* IBANHES, 2012, p. 30)

Ibanhes, narra o episódio de quando Silvino viu seu irmão ser ferido num confronto com a polícia gaúcha numa tocaia e ferido passou dois dias deitado aguardando que alguém o socorresse, pois estava muito fraco. E, foi dentro desta situação em que Silvino se “auto narra”, contando seu momento de dor e solidão.

Candido (2000, p. 18), entende que o narrador da história ocupa o lugar do enunciador real das orações e o narrador literário, desaparece, constituindo-se num narrador fictício que passa a fazer parte do mundo narrado. Para ele, o narrador fictício torna-se onisciente ou por vezes, identifica-se com uma ou outra personagem. Neste caso, percebemos que o passado perde a sua função histórica (real), pois o leitor, em conjunto com o narrador fictício, consegue presenciar os acontecimentos da trama. Por fim, o crítico entende que na ficção não há um narrador real, assim sendo, o narrador fictício não é o sujeito real das orações.

Hayden White em sua obra *Meta história: A imaginação histórica na Europa do século XIX* (1992), afirma que todo trabalho histórico utiliza como “veículo” a narrativa, ou seja, utiliza uma representação ordenada e coerente de eventos/acontecimentos em

tempo sequencial. Em sua análise ele argumenta a favor do caráter construtivo da narrativa histórica e entende que se na obra de ficção o enredo serve para elevar ao máximo os efeitos que pretende produzir no leitor, na *narrativa histórica* o objetivo constitui-se em explicar a escolha, disposição e a relação causal dos eventos provendo-lhe sentido. White (p. 199) ainda enfatiza que ao contrário dos textos literários, as obras históricas se fazem dos acontecimentos que existem fora da consciência do escritor. No sentido literário, Jonathan Culler em *Teoria Literária – uma introdução* (1999), destaca que “toda narrativa tem um narrador que pode se colocar fora da história ou ser um personagem dentro dela” (CULLER, 1999, p.88). Moldando esse pensamento ele fortalece o seu argumento:

O narrador não é identificado como um personagem na história e todos os personagens são referidos na terceira pessoa, pelo nome ou por “ele” ou “ela”. Os narradores em primeira pessoa podem ser os principais protagonistas da história que contam; podem ser participantes, personagens secundários na história; ou podem ser observadores da história, cuja função não é agir, mas descrever as coisas para nós” (CULLER, 1999, p. 88).

Para ele, “a narração pode focalizar os acontecimentos a partir da época em que ocorreram, a partir de logo depois, ou a partir de muito tempo depois” (CULLER, 1999, p.90) e que pode focar o que o autor sabia ou pensava na época do acontecimento ou de como viu as coisas depois, graças à sua visão retrospectiva.

Na narrativa, para Antônio Candido (2002, p.24) “o fator social é invocado para explicar a estrutura da obra e o seu teor de ideias, fornecendo elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós”. A obra *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* (2010), localiza para nós esse narrador/personagem, que se caracteriza como um sujeito social desde a sua dupla nacionalidade, como também pelo uso da língua em três idiomas: espanhol, guarani e português devido sua convivência com ambas as culturas: paraguaia e brasileira, criando desta forma um sujeito híbrido. Observemos alguns fragmentos da obra que comprovam este pensamento:

Bella Vista, Paraguai. Pequena cidade do norte do país, perdida no meio do luxuriante cerrado, às margens do rio Apa [...] poucas casas, poucos habitantes. As moradas na maioria, de taipas, cobertas com *capi'i san-juan*, capim sapé. [...] Falava-se nas ruas o guarani tão doce e onomatopaica língua nativa do Paraguai e de grande parte do Brasil. Estudava-se a língua espanhola nas escolas [...] Foi numa pequena cidade, Bella Vista, na rua Jatayty Corá, que em meio ao tiroteio da Revolução Paraguaia, no dia oito de outubro, nasceu este contador de estórias, tendo como irmãs a Josefina e a Eloína (Kéca), a primogênita [...] Quando só meu pai morava no Brasil, todos os dias, após as aulas matutinas no Paraguai, eu montava em pelo na Coreana, uma égua matunga, e lhe levava uma reforçada marmita (IBANHES, 2010, p. 23, 25, 27, 53, *grifos do autor*).

De acordo com a citação acima os acontecimentos ocorridos muito tempo depois e o fator social demonstram as marcas do narrador/personagem tão presentes nesses fragmentos da obra que comprovam o pensamento de Culler e Candido anteriormente citados.

Retomando o entendimento de Hayden White no capítulo “*A interpretação na história*” (2001), o autor afirma que

Geralmente os historiadores concordam que as narrativas históricas carregam um elemento de interpretação irreduzível e inexpugnável (impossível se apoderar pela força; incontestável). O historiador deve interpretar a sua matéria a fim de construir o padrão que irá produzir seu trabalho no processo histórico. O registro histórico pode ser compacto ou difuso demais. No primeiro caso sempre há mais fatos registrados do que o historiador pode incluir na sua representação; no segundo, o historiador deve incluir em sua representação acontecimentos que carecem dos fatos que poderiam permitir uma explicação plausível da ocorrência. Uma narrativa histórica é uma mistura de eventos explicados adequada e inadequadamente, uma representação, uma interpretação tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa (WHITE, 2001, p.65)

O que podemos perceber no texto citado é que há diferenças entre a *narrativa literária* e a *narrativa histórica*. A primeira está posta de forma ficcional e a segunda trabalha com fatos ocorridos que são registrados pelo historiador que vai representá-los

de forma escrita interpretando-os por meio de uma explicação narrativa. Paul Veyne (2008, p.18) nos dá a entender que a história não é nada além de uma narrativa de acontecimentos tidos como verdadeiros. Isso nos remete à pergunta principal desta pesquisa: “Pode um literato produzir história?”. Assim, no decorrer das análises vamos nos deparando com fragmentos das obras do autor que vão delineando a resposta desta indagativa, ao final da pesquisa. Pelo momento, cabe-nos verificar a forma em que Brígido Ibanhes costura os seus relatos. A exemplo, podemos citar em *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros* (2012), os documentos, apresentados pelo autor que comprovam determinados acontecimentos “da vida real” na trajetória de Silvino Jacques no antigo Mato grosso.

De certa forma, essa narrativa literária traz para dentro do texto o que podemos referendar como sendo uma *fonte histórica*. Na narrativa de Brígido Ibanhes ele descreve um homem chamado “Agrícola”, que o próprio Carlos Prestes (personagem da vida real) lhe escreveria cartas durante a marcha da Coluna. Ibanhes apresenta o homem: “Agrícola, assim era conhecido o sujeito que trouxe a notícia do fracasso do golpe. Ruivão, descendente de galegos, era apenas um estafeta, mas que servia de bode expiatório” (p. 118 – *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2012). Páginas antes, o autor publica a carta do Prestes<sup>28</sup> para o Agrícola:

Meu caro Agrícola.  
Saúde”

Informado de que continuas disposto à luta e concordas mesmo de ir até Mato Grosso mobilizar os nossos amigos para a luta, hoje dirigida em todo o Brasil pela ANL, apresso-me a escrever-te essas linhas.

[...]

É indispensável que em Mato Grosso a ANL, faça o possível para organizar os trabalhadores do campo, os operários e camponeses [...] indispensável começar imediatamente as lutas pelas reivindicações da massa trabalhadora do interior. [...] por melhores salários, por melhores condições de vida, contra as brutalidades das companhias estrangeiras, como a Mate Laranjeira, contra as obrigações feudais etc. Tais lutas no Mato

---

<sup>28</sup> “Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935”. Organização: Marly de Almeida Gomes Vianna – Rio de Janeiro: Universidade Federal de São Carlos, 1995. In: IBANHES, Brígido. *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*. Dourados/MS: Marindress, 2012, p. 112).

Grosso vão se transformar rapidamente em choques armados contra a polícia e os bandos reacionários. [...] cada revolucionário, principalmente cada membro da Coluna precisa organizar um grupo de começar a lutar pelos interesses das massas pobres do campo. A Coluna ressurgirá assim multiplicada e com um programa claro.

[...]

Companheiros, à luta! A Coluna Prestes toma novamente as armas para continuar a sua luta interrompida e combate com o povo por pão, terra e liberdade.

Viva a revolução!

Do companheiro muito amigo (IBANHES, 2012, p. 111 e 112).

É nesse tipo de tessitura que a escrita do literato sul-mato-grossense nos permite buscar uma tentativa de resposta ao “nó” *literário e histórico* desta pesquisa. Nisto, nos baseamos no pensamento de Ramos (2010, p. 1), o qual afirma que quando falamos em narrativa histórica nos deparamos com duas questões distintas que é em primeiro lugar a “leitura das reminiscências do passado pelos historiadores”, leituras que são construídas por meio de narrativas que comunicam “o entendimento de cada qual, sustentado através de fontes”. Em segundo lugar, ele afirma que “os vestígios deixados pelos homens que viveram no passado e que, sendo relatos, também constituem narrativas”.

Em “*O texto histórico como artefato literário*” um dos capítulos da obra *Trópicos do discurso – ensaios sobre a crítica da cultura* (2001, p. 97-116), White descreve a narrativa como uma prosa escrita, um enunciado lingual que tem um desenvolvimento de eventos de forma que lhe confere coerência e compreensão.

Em outras palavras, White vê a narrativa como um complexo de eventos espalhados que, verbalmente são organizados em uma sequência criando assim, uma forma, um desenvolvimento gradual e torna o evento compreensível. O autor argumenta que as narrativas históricas estão mais intimamente ligadas com a literatura do que as ciências, não porque narrativas históricas são fictícias, mas porque narrativas históricas empregam tropos (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) para configurar os eventos históricos de forma que o público pode se relacionar com a história.

A tese de White é a de que a narrativa histórica consegue realizar explicações pertinentes através de uma “urdidura de enredo” na qual os fatos são codificados em

estórias “tipos ideais” (ou arquetípicas), por sua vez, muito semelhantes às ficções e aos mitos.

Outro ponto a ser destacado neste trabalho é a memória que é tão presente nas escrituras de Ibanhes e, está intrinsecamente, ligada à narrativa, seja ela literária ou histórica.

Em termos de definição podemos pensar em “Memória” como sendo a presença do passado que é trazida à tona em determinado momento da vida, seja pelo historiador que articula a História ou pelo escritor que traça a ficção em sua obra, baseado em recordações ou relatos de outrem. Também, podemos entender a memória como sendo uma construção psíquica e/ou intelectual que ocasiona uma representação do passado acerca de um sujeito que se insere no contexto familiar, social ou nacional de um povo. Neste caso, a memória pode ser tecida tanto no contexto histórico, quanto literário.

Dentro deste viés, retomamos o pensamento de Ramos (2010, p. 9) que acredita que “a estrutura narrativa repousa sobre a organização formal das representações mentais, condicionadas pela sociedade em que foi escrita” e assim tende a refletir um nível de realidade ou de elaboração. Para ele,

tanto a Literatura quanto a História refletem a memória, a lembrança daquilo que foi, recorda o passado através de uma narração verossímil, construída com a ajuda da imaginação, servindo a uma releitura das questões do presente. [...] a literatura admite e valoriza seu aspecto fictício, reivindicando o poder da imaginação na interação entre passado e presente. A História nega a ficção de sua narrativa, assumindo uma postura científica que tenta destituir sua proximidade junto ao matiz literário, tentando legitimar o conhecimento como verídico ao invés de simplesmente verossímil (RAMOS, 2010, p. 9).

O estudioso conclui seu pensamento postulando que “a luta pelo reconhecimento de sua cientificidade, fez com que a história ignorasse que qualquer ciência é construída sobre alicerces que refletem teorias apenas verossímeis” (2010, p. 9).

No dizer de Jacques Le Goff (1992, p. 228) “O futuro tal como o passado, atrai homens de hoje, que procuram suas raízes e sua identidade e, mais que nunca, fascina-os”. Ainda no entender do autor se faz necessário ao ser humano a busca de suas raízes e identidade por meio do conhecimento de histórias passadas, a fim de criar uma história

do presente pressupondo que não haja apenas o passado. Para ele, a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1992, p. 423).

Neste sentido, o narrador/personagem de *Chão do Apa – Contos e Memórias da Fronteira* evoca a memória em seus contos fixando desta forma, a narração histórico-memorialística conforme fragmento a seguir:

A 8 de fevereiro de 1.870. A comitiva do Lopez chega a Cerro Corá, à margem do riacho *Aquidaban-nigui*, e o comandante se levanta no meio dos soldados e do seu povo, à espera do derradeiro confronto. [...] No dia 25, Solano Lopez cria a Medalha de Amambay para condecorar aqueles últimos combatentes [...] No dia 26 de fevereiro, finalmente o general Câmara toma coragem e parte do passo do Rio Negla em direção a Cerro Corá. Ao amanhecer no dia primeiro de março de 1.870 começam os primeiros embates (IBANHES, 2010, p. 17, 18).

Nota-se no excerto acima que o narrador onisciente descreve os acontecimentos finais da Guerra do Paraguai cujo título do capítulo em duas línguas, é: “O Paraguai está morto – *Ojejúca per Paraguay*” (em Guaraní).

Por meio da tradição oral, isto é, daquilo que ouviu de seus pais e avós durante a infância, o escritor faz uso destes relatos para construir a sua narrativa. Neste viés, Joel Candau em seu livro *Memórias e identidades* (2011) estabelece as relações entre as várias dimensões na construção da memória e da identidade.

No que concerne a “memória”, Candau distingue-a a partir de três conceitos, sendo que expomos aqui apenas os dois últimos: a memória propriamente dita e a meta-memória, definidos por ele:

A memória propriamente dita ou de alto nível, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento: evocação deliberada ou invocação voluntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc. [...]) A meta-memória, que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de

outro, o que diz dela, dimensões que remetem ao modo de afiliação de um indivíduo a seu passado [...] A meta-memória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva (CANDAU, 2011, p. 23).

Tanto a memória propriamente dita, quanto a meta-memória estão presentes desde o início da obra *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* (2010), pontuando fatos e detalhes da Guerra do Paraguai, bem como, as lendas e mitos trazidos por seus antepassados, de forma oral.

Vale ressaltar que, também, na obra *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012), no decorrer da sua escrita o narrador expõe acontecimentos vividos e a forma como representa Silvino Jacques por meio da meta-memória é uma marca singular em suas narrativas. Lembrando ainda, que o narrador pontua datas, lugares e nomes de pessoas do “mundo real” em se se passa a trama. Traços estes, que são marcantes nas duas obras aqui em análise. Tendo em vista que na página anterior, já citamos um fragmento de *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira*, explicitamos abaixo, um fragmento de *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* que comprovam a presença memorialística nas narrativas do escritor:

A vida lhe transcorria sossegada.  
As tropelias no Rio Grande do Sul não eram mais do que desagradáveis lembranças, muito difíceis de reviver. Mas, de repente, um movimento político-militar eclodiu no Brasil.  
Em meados de 1932 o dragão da revolução começou a chamuscar todos os cantos do país, formulando o levante de vários grupos armados na região fronteira do Mato Grosso, com combates iniciados em Bela Vista, seguindo depois em direção à Porteiras, e finalmente terminado em Porto Murtinho, numa jornada que durou três meses de desespero, incertezas, sofrimentos e derramamento de sangue.  
A região, antes palco da Guerra do Paraguai, agora seria palco de uma carnificina entre filhos da mesma pátria (IBANHES, 2012, p. 49).

Vimos acima a evocação da memória de um acontecimento histórico da Guerra Civil de 1932, também conhecida por “Revolução Constitucionalista”. É vasta a literatura sobre a Revolução de trinta e dois e embora não faça parte do presente trabalho a

discussão sobre o caráter deste acontecimento histórico no Brasil na década de trinta, vale destacar aqui Edgar De Decca (2004) que em seus estudos aprofunda o assunto ao enfatizar que “há um lugar a partir do qual deve-se ler a história – este é o passado memorizado [...]” (DE DECCA, 2004, p. 73). Para o historiador, a memória histórica da revolução de trinta, pesa na produção historiográfica, uma vez que este acontecimento histórico se tornou “um marco periodizador da história do Brasil e a historiografia em geral, assumindo de ponta a ponta essa memória” (p. 73) que, segundo ele, “estaríamos longe de alcançar a *memória histórica* da revolução de trinta se a supuséssemos como pura maquinação do poder político” (p. 74 – grifos do autor).

Seguindo este viés, De Decca em entrevista concedida a Marcos Pivetta<sup>29</sup>, ressalta que “O tempo é uma experiência social, resultado do desenvolvimento da linguagem, que é uma capacidade exclusivamente humana e permite criar representações das coisas”. E, dentro deste pensamento de Decca, observamos essa liberdade de “criar as representações das coisas” através da *memória histórica*, presente na narrativa de Ibanhes na citação mencionada anteriormente.

Em *A História, a memória e esquecimento* (2007, p. 115), Paul Ricouer afirma que as imagens penetram de tal forma na consciência do memorioso que chega a incluir elementos visuais e até qualidades associadas ao odor e ao sabor das coisas lembradas. Neste sentido, cabe descrever um excerto em “*Chão do Apa*” em que o autor buscando suas reminiscências representa um momento da Guerra do Paraguai, através do narrador/personagem, conforme descrito:

O cheiro forte, fétido, da carne queimada causa tonturas ao Dr. John Smith, um médico inglês a serviço dos aliados, designado para retirar os sobreviventes daquele holocausto. É a manhã do dia 17, e o sol apenas acinzentado o céu tristonho. O bafô quente do incêndio faz o Dr. Smith suar e sentir constante náusea (IBANHES, 2010, p. 114).

A memória é capaz de traçar detalhes que chamam a atenção para o momento descrito pelo autor. Segundo Ricouer (p. 114), “a maior virtude da mente de nosso

---

<sup>29</sup> PIVETTA, M. Entrevista - Edgar de Decca: As reinvenções do ontem e do amanhã. In: Revista Pesquisa FAPESP. 2009. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/02/05/edgar-de-decca-reinvencoes-ontem-e-amanha> Acesso em: 25. Maio. 2018.

personagem consiste em gravar, com precisão e sem trégua todas as impressões que aportam às suas margens”. Para ele (p. 150), durante o processo narrativo “a escrita é rapidamente comparada à *pintura*, cujas obras imitam os *seres vivos*”. Ele usa essa metáfora para expressar o nível propriamente literário da historiografia que vai criar o “efeito de real”, termo este, segundo o estudioso, cunhado por Roland Barthes (p. 152).

Por fim, Ricouer ao abordar o testemunho, como um artifício da memória, enfatiza que o depoimento “proporciona uma sequência narrativa à memória declarativa”. Afirma ainda que é próprio da narrativa poder ser destacada de seu narrador. Ele conclui esse entendimento quando destaca: “a composição da trama de uma história contada vem, além disso, reforçar a autonomia semântica de um texto, à qual a composição em forma de obra proporciona a visibilidade da coisa escrita” (RICOUER, 2007, p. 174).

De acordo com Koselleck (2006, p. 174) “Uma vez decorrido tempo suficiente, o passado se manifesta "sob uma configuração completamente diferente". Neste sentido podemos entender que a memória evoca uma experiência vivida e exposta quando narrada, ou seja, na sua manifestação quando configurada na escrita. O teórico ainda ressalta que “a mera narração de um presente do passado torna-se uma presentificação refletida do passado” (p. 174), o que nos leva a compreender, tomando nosso objeto de estudo como exemplo, que o narrador tem a habilidade de através de suas memórias tornar os acontecimentos passados, continuamente presentes no ato da leitura.

Assim sendo, cabe-nos, aqui, citar *Silvino Jacques o último dos bandoleiros* (2012), quando o autor evoca uma experiência vivida e exposta por Normélio Fioravante Torres, que conheceu Jacques e que Ibanhes narra no livro suas memórias daquele tempo passado. Vejamos:

Teria eu uns 14 anos, e era noite de inverno. Depois do cinema, vim ao boteco do Adel Martins Ferreira na Rua Albino Pfeifer. Era casa de jogo, jogavam bacarat. Eu vendia uns pasteis, grandes, por 400 réis. Nisso chegou o Silvio, um negro gaiteiro, e disse que estava tocando num baile em casa de carroceiro perto da Estação Velha. Pelas tantas, chegou o Silvino e mijou no meio da sala e o baile acabou.

- Acho que vem para cá! – avisou o negro gaiteiro.

- Na minha casa não entra! – emendou o Ferreira.

Nisso chegou Silvino a cavalo, muito bem montado. Era alto, magro, bem afeiçoado, moreno claro. Apeou e ficou falando

algum tempo, em voz baixa, com o dono Ferreira, depois tornou a montar e foi acabar outro baile na casa do negro velho Alcebíades, que trabalhava com os Motta na rua Mancias Alves, uma quadra antes dos trilhos. Também aí mijou no salão, conforme orientação... (IBANHES, 2012, p. 19).

O texto acima expõe, como já dito, as memórias de Normélio Fioravante Torres, com riquezas de detalhes de um tempo vivido na sua adolescência que traz à tona, recordações sobre o Silvino Jacques, especificando até mesmo suas características físicas e coração cruel.

Vemos aqui, portanto, uma narração memorialística, que Michel de Certeau (2000, p. 157, 158), ao tratar da “arte da memória”, enfatiza que a memória possui “conhecimentos que não podem se separar dos tempos de sua aquisição e vão desafiando as suas singularidades”.

Neste caso, o narrador/autor produz na sua escrita a memória que evoca o passado, que nas palavras de Certeau é “estar no lugar do outro, mas sem apossar-se dele” (p. 163). Para ele, a memória vem de alhures, ela não está em si mesma e sim noutro lugar, e ela desloca. Com isso, o estudioso entende que as táticas da arte da memória remetem ao que ela é e à sua inquietante familiaridade.

Concluindo, traçamos neste capítulo, o percurso da bibliografia de Brígido Ibanhes, apresentando suas características enquanto escritor, bem como as inspirações que lhe serviram de base em suas narrativas. Percorreremos, também, a análise crítica do autor, bem como expusemos sinopses dos seus livros publicados ao logo destes trinta e três anos. Dentre eles, analisamos de forma mais minuciosa as duas obras que compõem o *corpus* desta tese: *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012) e *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* (2010). No fim deste percurso, por meio de teóricos que embasaram as nossas reflexões, tratamos o tema narrativas e memórias, expondo os pontos relevantes que teceram a escritura do literato.

No capítulo seguinte, abrimos uma discussão sobre o conceito de fronteira e trafegamos nas vias das cidades gêmeas: Bella Vista Norte/Paraguai e Bela Vista/Brasil, formulando análise nos livros que compõem o *corpus* deste estudo.

## CAPÍTULO II

### 2. FRONTEIRA: DISCUSSÃO SOBRE CONCEITOS E CIDADES GÊMEAS

*A fronteira delimitada pelo rio,  
está apenas nos mapas,  
ela não existe em nosso sangue,  
muito menos em nossas emoções.*

(Brígido Ibanhes)

Neste capítulo, abordamos os embasamentos teóricos sobre o tema “fronteiras”, no sentido geográfico ou territorial. Posteriormente, analisamos as cidades gêmeas: Bella Vista Norte/Py e Bela Vista/MS-Brasil, que formam o cenário nos contos, relatos e memórias de Brígido Ibanhes, tanto na obra *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* (2010), como também, em vários relatos de Bela Vista/Brasil presentes em *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012). E, na sequência uma apreciação sobre o Rio Apa, ponto limítrofe entre os dois países.

## 2.1 Considerações sobre a fronteira: Brasil e Paraguai

A questão de “fronteira” tem sido ao longo dos anos objeto de estudo em diferentes campos da academia, seja enquanto “delimitação de espaço” geográfico ou territorial ou como fronteira interdisciplinar.

Neste primeiro momento, vamos vislumbrar o conceito de fronteira, tomando por base a definição geográfica ou territorial, pelo fato deste estudo focar a fronteira entre dois países da América do Sul que é Brasil e Paraguai nas obras estudadas de Brígido Ibanhes, nas cidades que são o palco dos acontecimentos de suas narrativas: Bella Vista Norte/PY e Bela Vista/BR.

Destacamos que, a princípio, interessa-nos, obter um panorama geográfico da extensão fronteiriça que abarca o território brasileiro. A partir disso, de forma introdutória ao tema, inserimos em nosso estudo, sinteticamente, uma análise sobre a demarcação da nossa fronteira nacional.

Conforme Hildebrando Accioly (1938, p. 7), “a primeira linha de demarcação entre os domínios ultramarinos das coroas de Portugal e Espanha, foi estabelecida através da bula de 04 de maio de 1493”, sendo modificada pelo Tratado de Tordesilhas, documento assinado em 7 de junho de 1494, ou seja, em torno de pouco mais de um ano. Este Tratado delimitou através de uma linha imaginária, as posses portuguesa e espanhola no território sul americano, chamado na época de “Novo Continente”.

O meridiano que passa a trezentas e setenta léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde foi tomado como linha divisória, passando a ser o marco do Tratado. A oeste da linha o território ficaria com a Espanha e a leste com Portugal<sup>30</sup>. Acreditava-se com isto que as disputas de território que se acirrava desde a descoberta do “Novo Continente”, se acabaria. Contudo, os portugueses começaram a invadir o território espanhol. Em contrapartida, a Espanha, que precisava tomar conta de um domínio muito extenso, não conseguiu se defender das investidas portuguesas. Conforme alguns mapas sobre o Tratado de Tordesilhas, o território português no Brasil tinha início onde hoje se encontra Belém, no Pará. O traço imaginário descia em linha reta até próximo de Laguna, em Santa

---

<sup>30</sup> Fonte: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/navegacoes/p3.php>.

Catarina, como podemos constatar no mapa:

Mapa nº 01 – Tratado de Tordesilhas



Fonte: <https://brainly.com.br/tarefa/6865268>

Assim, a pouca precisão da linha estabelecida por esse tratado, bem como as dúvidas e as contestações que aflorou, fez com que, tanto os portugueses quanto os espanhóis, nunca a respeitassem.

No dizer de Accioly, as terras portuguesas na América, cujas fronteiras ainda estavam indefinidas começaram a alargar-se durante a união das duas coroas, no período de 1580 a 1640. E, tão logo foi desfeita a união, “surgiram disputas e hostilidades entre as possessões de uma e de outra parte, no Continente americano, criando-se entre elas uma situação de animosidade, que perdurou ainda depois de independentes” (ACCIOLY, 1938, p. 8). Ronaldo Decicino (2013) relata que foi a partir do século 14 que se remonta

a formação do atual território brasileiro no início da chamada “Era dos Descobrimentos”, momento em que as monarquias ibéricas mostravam-se pioneiras nas grandes navegações. Ele afirma que nossas fronteiras foram definidas por meio das características naturais, tais como: paisagens, rios, lagos, acidentes topográficos, como montanhas, serras e picos elevados. Foi, contudo, em meados do século 18, que ambos os países compreenderam a necessidade de estabelecer os limites de seus domínios na América, de maneira precisa e definitiva – assim, chegou-se ao tratado firmado em Madrid em 13 de maio de 1750 – ocasião em que se “constituiu a primeira tentativa de definição geral dos limites do Brasil” (ACCIOLY, 1938, p. 3).

Outrossim, numa conjuntura marcada por guerras e disputas em torno dos territórios, o tratado de 1750 tinha por objetivo substituir o Tratado Tordesilhas, o qual já não era mais respeitado na prática. Desta forma, pelo novo tratado, ambas as partes reconheciam ter violado o Tratado de Tordesilhas na América e concordavam que, a partir de então, os limites deste tratado se sobreporiam aos limites anteriores.

Conforme informações do Exército Brasileiro<sup>31</sup>, dentro deste contexto, teve papel de destaque a figura de um diplomata brasileiro que servia na Corte de D. João V – Alexandre de Gusmão – natural de Santos/SP e irmão do Padre Bartolomeu de Gusmão. Em 1740, Alexandre foi nomeado secretário particular do Rei D. João V e era ele, quem praticamente dirigia a política externa de Portugal. Deste modo, por exercer influência sobre o soberano português pôde ver transformado em tratado com a Espanha um trabalho seu, considerado obra magistral de diplomacia e política.

E, assim, através do Tratado de Madri (1750) foi que o empenho dos sertanistas tiveram reconhecimento, por parte da Espanha, dos direitos dos brasileiros sobre os territórios povoados por eles e portugueses além do meridiano de Tordesilhas.

Segundo o IBGE, em texto comemorativo aos quinhentos anos do Brasil, o tratado de Madri redefiniu as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando assim, o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da

---

<sup>31</sup> “Influência do Tratado de Madri (1750) na Formação Territorial Brasileira”. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_returnToFullPageURL=%2F&\\_101\\_assetEntryId=1554950&\\_101\\_type=content&\\_101\\_urlTitle=influencia-do-tratado-de-madri-1750-na-formacao-territorial-brasileira&inheritRedirect=true#wrapper](http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=1554950&_101_type=content&_101_urlTitle=influencia-do-tratado-de-madri-1750-na-formacao-territorial-brasileira&inheritRedirect=true#wrapper). Acesso em: 25 out 2018.

Bacia Amazônica, enquanto a Espanha controlava a maior parte da baixa do Prata. Nesse Tratado (1750), o princípio do usucapião (*uti possidetis*), que quer dizer “a terra pertence a quem a ocupa”, foi levado em consideração pela primeira vez.

Para Maria Dulce de Faria (2016, p. 86), após o Tratado de Madri ser “anulado pelo El Pardo (1761), agravaram-se as hostilidades entre os súditos de ambas as cortes, originando conflitos de soberania no percurso da ocupação do território”. Ela afirma que em 1777, surge então, entre as nações ibéricas, um novo contexto diplomático oriundo da morte de D. José I em Portugal e da queda do Marques de Pombal. Este, era um grande opositor da paz com a Espanha, bem como o fato de a herdeira do rei lusitano, assumir o trono sob o título de D. Maria I, filha de D. Mariana Vitória, que por sua vez, era irmã do monarca espanhol, D. Carlos III.

Por meio dessa relação familiar, D. Mariana Vitória contribuiu para a intervenção na reconciliação e na concórdia entre as casas reais ibéricas.

De acordo com Faria,

O Tratado Preliminar de Paz e Limites assinado em Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, ratificado no dia 10, em Portugal e 11, na Espanha do mesmo mês e ano, teve como intuito finalizar os conflitos que ocorreram ao longo de três séculos entre as coroas portuguesa e espanhola, e seus súditos, sobre os limites dos domínios da América e da Ásia (FARIA, 2016, p. 88).

A pesquisadora enfatiza que esse novo tratado, diferente do Tratado de Madri, “cujos especialistas contratados foram estrangeiros europeus, a expedição dos demarcadores desse novo convênio foi constituída de astrônomos e cartógrafos luso-brasileiros” (p. 89), os quais possuíam formação na nova escola de “cartografia portuguesa.

Finalizando, grosso modo, essa síntese contextual sobre as delimitações do território nacional, o IBGE destaca que o Tratado de Santo Ildefonso (1777), confirmou o Tratado de Madri e “devolveu a Portugal a Ilha de Santa Catarina, ficando a Espanha

com a Colônia de Sacramento e a região dos Sete povos<sup>32</sup>”. Em contrapartida, Portugal conquistou a ilha de Santa Catarina e boa parte do Rio Grande do Sul.

Foi somente em 1801, com a assinatura do Tratado de Badajós que se deu fim aos conflitos e disputas envolvendo as nações ibéricas. De acordo com seu texto, o novo acordo estabelecia que a Espanha renunciaria ao controle sobre os Sete Povos das Missões.

Além disso, a região de Sacramento seria definitivamente desocupada pelos lusitanos. Com isso, o projeto inicialmente proposto pelo Tratado de Madri foi retomado. Em 1903, o Tratado de Petrópolis, negociado pelo Barão do Rio Branco com a Bolívia, incorporou ao Brasil, como território nacional, a região do Acre.

Portanto, observamos que todo esse processo histórico desde os tempos da Colônia, teve como fundamento a preocupação do Estado com a sua garantia da soberania territorial.

Segundo informações da CODIF<sup>33</sup>, “a principal legislação em vigor sobre a Faixa de Fronteira foi promulgada em 1979, mas o espaço territorial de segurança paralelo à linha de fronteira existe desde o Segundo Império”.

No entendimento de Rodolfo F. Alves Pena<sup>34</sup>, o Brasil apresenta, ao todo, 23.102 (vinte e três mil e cento e dois) quilômetros de fronteiras, sendo que, 15.735 (quinze mil, setecentos e trinta e cinco) quilômetros, são compostos por fronteiras terrestres e 7.367 (sete mil, trezentos e sessenta e sete) quilômetros são fronteiras marítimas.

O mapa a seguir representa a delimitação do território nacional com suas respectivas fronteiras terrestres.

---

<sup>32</sup> IBGE. Território brasileiro e povoamento - construção do território - território legalizado: os tratados. <https://brasil500anos.ibge.gov.br/terri77torio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados.html>. Acesso em: 05 nov. 2018.

<sup>33</sup> CODIF – Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da faixa de Fronteira. Disponível em: <http://cdif.blogspot.com/search/label/1%29%20A%20Faixa%20de%20Fronteira>

<sup>34</sup> PENA, Rodolfo F. Alves. "Território brasileiro: localização, extensão e fronteiras"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/territorio-brasileiro-localizacao-extensao-fronteiras.htm>> Acesso em: 15 fev. 2018.

Mapa nº 02 – As Fronteiras brasileiras



Fonte: <http://marlivieira.blogspot.com/2017/06/cidades-gemeas-brasileiras.html> (mapa modificado)

Decicino (2013) assegura que a fronteira terrestre representa em torno de 68% de toda a extensão dos limites territoriais do Brasil. Na América do Sul, o território brasileiro faz fronteira com quase todos os países do continente, exceto com o Chile e Equador, o que representa toda a faixa de limitações terrestres do nosso país.

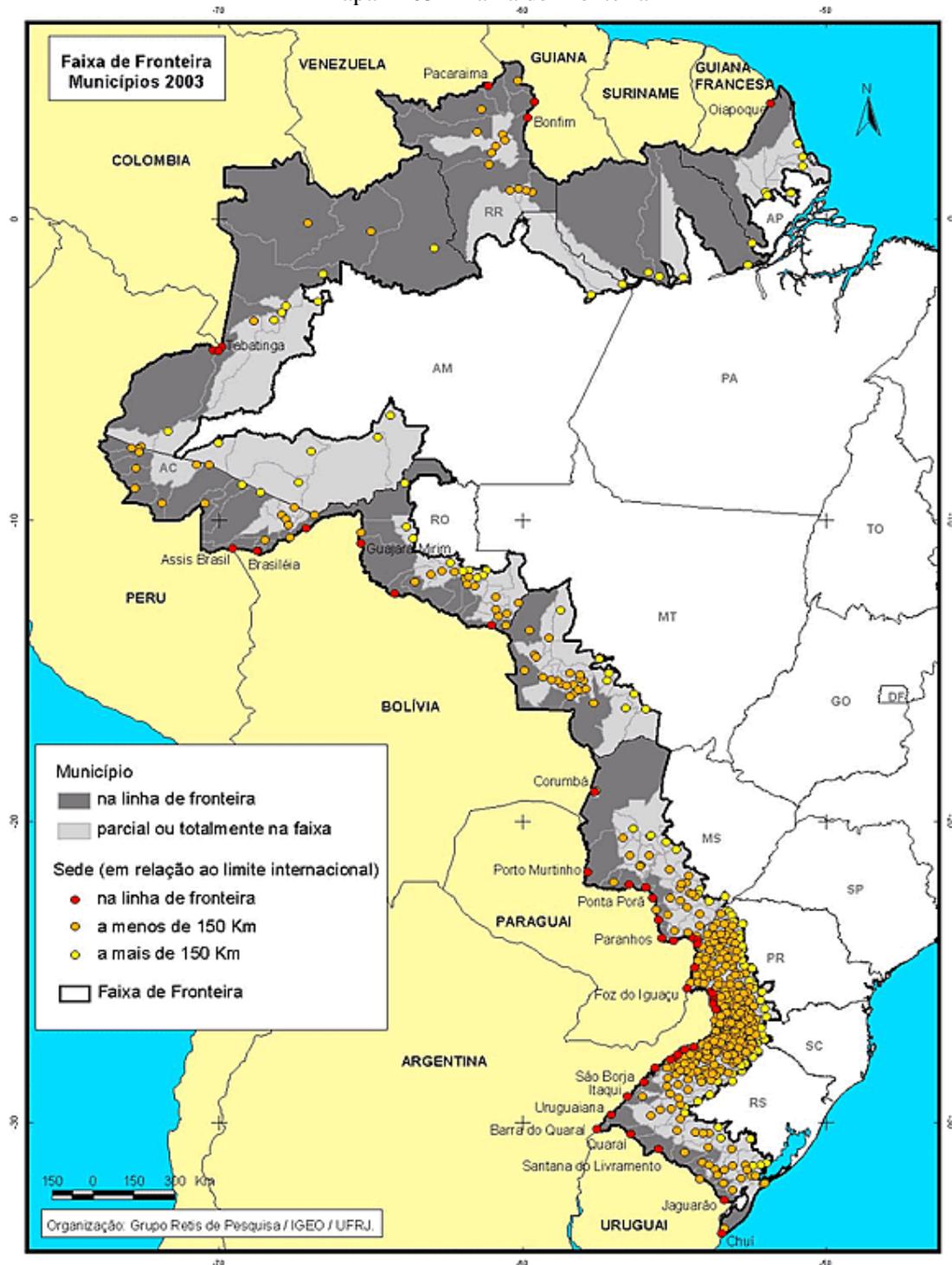
Os mais de quinze mil quilômetros de fronteiras terrestres, abrangem três grandes regiões brasileiras, sendo a maior delas a *Região Norte*, com destaque para os Estados do Amazonas e Acre, que correspondem cerca de dois terços de toda a extensão nacional. Posteriormente, vem a *Região Sul* com quase dois mil e quinhentos quilômetros, tendo o Estado do Rio Grande do Sul com maior destaque. E, a última é a *Região Centro Oeste*, tendo o Estado do Mato Grosso do Sul com maior extensão fronteiriça.

A fronteira marítima abarca desde a foz do rio Oiapoque, no Cabo Orange – divisa com do Amapá com a Guiana Francesa ao norte até o Chuí, divisa com o Rio Grande do Sul – tendo o Uruguai, ao sul.

Podemos ter essa visão no mapa a seguir, que demonstra a representação de alguns municípios brasileiros que estão situados na área de fronteira com os países

vizinhos:

Mapa nº 03 – Faixa de Fronteira



Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional<sup>35</sup>

35

Disponível em:

<http://cdif.blogspot.com.br/search/label/1%29%20A%20Faixa%20de%20Fronteira>

Lançamos também, aqui nesta tese, um olhar, mais específico, para a região Centro-Oeste, particularmente para o Mato Grosso do Sul que faz fronteira com o Paraguai e Bolívia, abordando em especial a fronteira com o Paraguai.

Accioly (1938, p. 59) ao tratar a questão de fronteira no capítulo intitulado: “As primeiras negociações sobre limites entre o Brasil e o Paraguai”, destaca que foi em 1844 que se celebrou o primeiro tratado de limites entre os dois países. A partir de então surgiram várias propostas para se delimitar a separação dos territórios, a exemplo, em 1847, o Governo paraguaio enviou ao Rio de Janeiro D. Juan Andrés Gelly, cuja negociação ficou conhecida como *Missão Gelly*, que seria um tratado de aliança, comércio, navegação e limites.

Contudo, tal proposta não se firmou. Posteriormente, vieram as propostas de 1852 e 1853, porém, “a cláusula da neutralização do território ao norte do Apa era inaceitável para o Governo brasileiro” (ACCIOLY, 1938, p. 63). Desta forma, em 1855 surgiu uma nova tentativa – a Missão Pedro Ferreira – nesta, Pedro Ferreira,

conseguiu assignar em Assunção, a 27 de abril de 1855, duas convenções, das quaes uma sobre o simples trânsito fluvial e a navegação e commercio entre os dois países; e a outra, referente a limites<sup>36</sup> (ACCIOLY, 1938, p. 71).

Tomando por base a citação acima, no que se referia a “limites”, o enviado brasileiro propôs que “a fronteira entre os dois países seguisse o Iguatemi e seu galho principal, continuasse pelo alto da serra de Maracajú e descesse pelo Apa” (71). Por conta disto, mais uma vez restringiu-se ao adiamento da questão, pois tal proposta não foi aceita pelo Paraguai. E, assim, após outras tentativas de diálogos e acertos, foi somente em 1872 que, de acordo com a CSDL – Segunda Comissão Demarcadora de Limites – que se chegou aos limites de fronteira existentes entre Brasil e Paraguai. Segue a descrição da região de fronteira entre os dois países:

1. A linha de limite do Brasil com o Paraguai se inicia no encontro do talvegue do rio Iguaçu com o álveo do rio Paraná, pelo qual sobe até encontrar a barragem da Hidrelétrica de Itaipu. Neste

---

<sup>36</sup> A citação faz uso da grafia, tal qual, consta no livro.

trecho localizam-se as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), ligadas pela "Ponte da Amizade".

2. Prosseguindo, passa entre as turbinas 9 e 10 da referida Hidrelétrica e sobe pela projeção do antigo álveo daquele rio sobre o espelho d'água do Lago de Itaipu até a projeção, sobre o mesmo espelho d'água, do antigo Salto Grande das Sete Quedas.

3. Procura, então, o divisor de águas da serra de Maracaju, pelo qual vai até encontrar a Serra de Amambai. Neste trecho situam-se as cidades geminadas de Sete Quedas / Pindoti Porã, além das localidades de Vila Miguel / Gorra Puitã.

4. Continua pelo divisor de águas da serra de Amambai até a nascente do arroio Estrela, formador do rio Apa, trecho em que se encontram as cidades gêmeas de Paranhos / Ype-Jhu, Coronel Sapucaia / Capitán Bado e Ponta-Porã / Pedro Juan Caballero, além das localidades de Sanga Puitã / Sanja Puitã e da cidade brasileira de Aral Moreira.

5. Desce pelo álveo do arroio Estrela e a seguir pelo do rio Apa, até sua foz no rio Paraguai, passando entre as cidades de Bela Vista (Brasil) e Bella Vista (Paraguai), unidas por uma ponte.

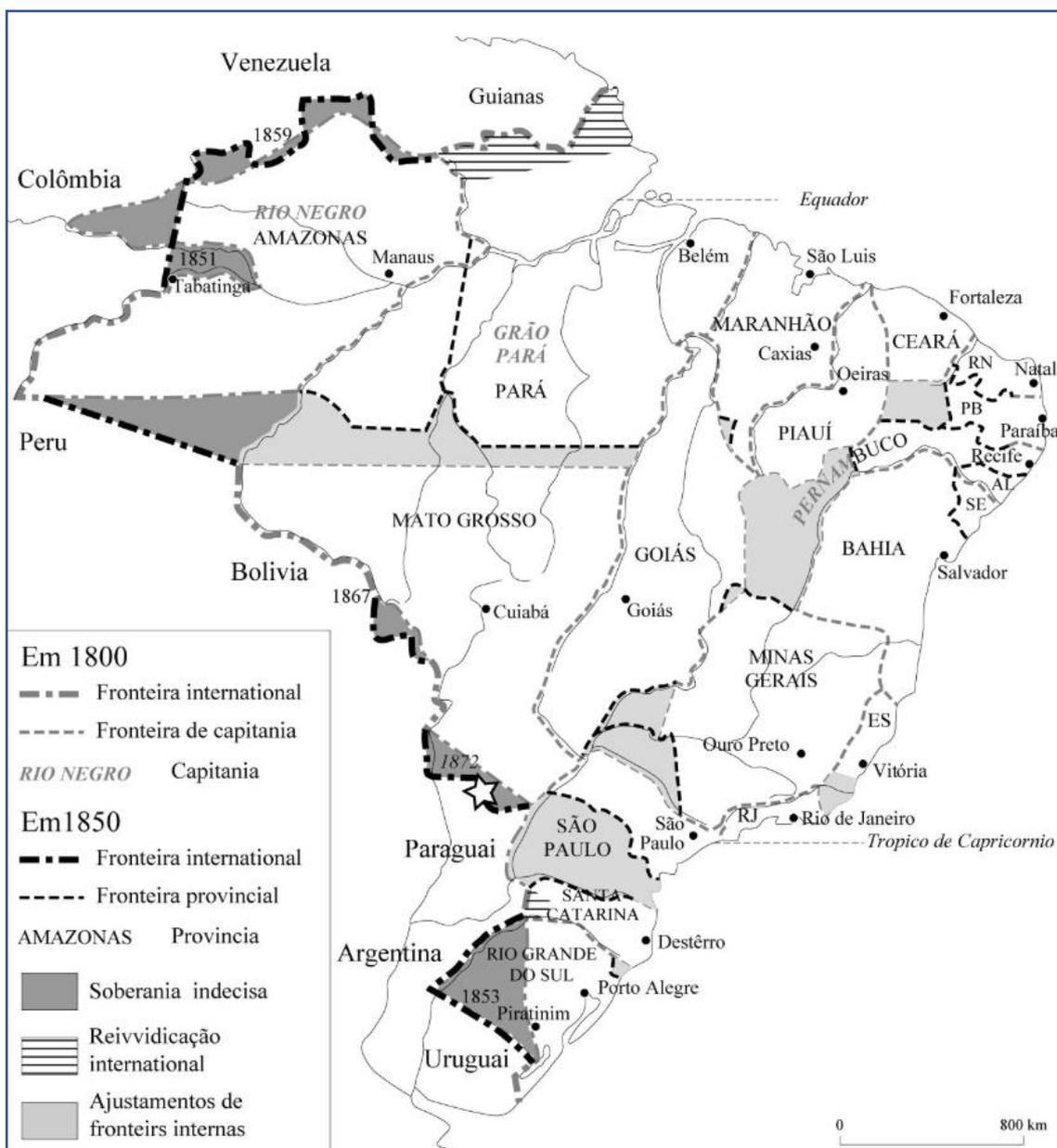
6. A partir da confluência do rio Apa, a linha de limite é determinada pelo meio do canal principal do rio Paraguai, de maior profundidade, mais fácil e franca navegação, até finalizar na entrada ou desaguadouro da Baía Negra, no ponto tripartite Brasil-Paraguai-Bolívia. Neste último trecho, à margem do rio Paraguai, encontra-se a cidade brasileira de Porto Murtinho (CSDL<sup>37</sup>).

O que observamos, portanto, dentre todas as negociações de limites, iniciadas na década de 1840, a delimitação entre Brasil e Paraguai foi uma longa e complexa trajetória. Por meio do Tratado de Limites de 9 de janeiro de 1872, a demarcação foi concluída apenas em 1927 através do Tratado de Limites Complementar ao de 1872 em 21 de maio de 1927 (vide Anexo F, p. 289, 290, ao final deste trabalho) e, assim, chegou-se ao que hoje conhecemos por “nossa fronteira”, resultado do desenvolvimento e do estreitamento de laços constantes entre ambas as nações. No mapa exibido abaixo, as datas indicam os diferentes tratados negociados ao longo do século XIX.

---

<sup>37</sup> CSDL – Segunda Comissão Demarcadora de Limites. Disponível em: <http://info.lncc.br/padescr.html>. Acesso em: 20. Nov. 2018.

Mapa nº 04 – Fronteiras antigas



Fonte: SCDL – Ministério das Relações Exteriores<sup>38</sup>

Dentre o arcabouço teórico que delinea esta pesquisa está André Roberto Martin (1994) que ao definir o termo “fronteira”, afirma: “registre-se que a palavra ‘fronteira’, é derivada do antigo latim ‘*fronteria*’ ou ‘*frontaria*’, que indicava a parte do território

<sup>38</sup> Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabilis/1094>.

situada ‘*in fronte*’, isto é, nas margens” (Martin, 1994, p. 15). O estudioso segue sua definição de fronteira sintetizando sua existência desde os tempos primitivos:

[...] podemos afirmar que já entre os povos ditos “primitivos” colocou-se a questão de delimitação do território, o qual servia de base à reprodução biológica e cultural do grupo. Mas isso não se fazia por intermédio de linhas rígidas, muito ao contrário, mas através de zonas mais ou menos fluidas que aceitavam até certo ponto, uma interpenetração. Em contrapartida, esse caráter eminentemente instável das fronteiras fazia com que, em nome de maior proteção, as comunidades, à medida que iam sedentarizando, ansiassem por habitar territórios mais bem delimitados e menos sujeitos a invasões. Prepara-se assim, o surgimento das fronteiras rígidas, características dos impérios (MARTIN, 1994, p. 23, *aspas do autor*).

A partir do entendimento dado acima sobre o surgimento do termo, ora em estudo, Martin (1994, p. 11 e 13) acredita, que depois do advento da Revolução Francesa e da ascensão da “liberdade” como sumo valor social e político é que surgiu a ideia de “cerceamento, vigilância, repressão”. Com isso, esse “desejo de liberdade” tornou-se o responsável pela criação das fronteiras, uma vez que é a partir delas que se estabelecem os movimentos autônomos que provocam cada vez mais o surgimento de novos territórios.

Colocada essa observância, ele percebe que a fronteira “em si, isolada”, não existe, mas o que na verdade existe são “fronteiras”, no plural, entrelaçadas historicamente umas nas outras, uma vez que existem fronteiras sub-regionais, regionais, nacionais e supranacionais. E, nestes espaços convivem vários contextos históricos, sociais e políticos ao longo do tempo.

Outro colaborador para elucidar a importância do estudo sobre o termo em evidência nesta análise é José Lindomar Coelho de Albuquerque (2010), que ao conceituar fronteira, entende que este termo possui uma variedade de sentidos na atualidade. Para ele, podemos utilizar “fronteira” tanto no aspecto geográfico, delimitando espaços territoriais que são ocupados pelos mais diversos grupos humanos em suas relações sociais e étnicas, bem como de forma metafórica.

Albuquerque (2010, p. 33), afirma que diante dos vários significados que o termo

veio adquirindo ao longo dos anos, torna-se importante demonstrar algumas distinções que nos ajudam na sua compreensão. Vejamos o que ele nos esclarece em um dos seus artigos intitulado: “*Conflito e integração nas fronteiras dos "brasiguaios"*” publicado pelo CRH<sup>39</sup>:

A noção de fronteiras adquire distintos significados no mundo contemporâneo. No sentido genérico, pode ser simbolizada por barreiras e por travessias nos distintos territórios de ocupação humana e de expressão de formas de conhecimento das experiências sociais. [...] dois sentidos consagrados do termo fronteira podem ser diferenciados por meio das palavras inglesas *border* e *frontier*. *Border* significa a fronteira estendida como divisão política e administrativa dos Estados territoriais. Já a palavra *Frontier* pode ser interpretada, na perspectiva de Turner, a partir do movimento de ocupação da fronteira interna por parte dos agentes portadores do ideal, do individualismo e da democracia (ALBUQUERQUE, 2010, p. 579, 580).

Feita essa significação, ele entende, que a fronteira se manifesta em três âmbitos: político, econômico (fronteira agrícola) e cultural, sendo este último referente a grupos étnicos que envolvem modernidade e pós modernidade, bem como multidisciplinaridade, movimentos, empirismo e identidades. Tendo em vista que a fronteira é demarcada por vários campos entendemos, portanto, que ela é marcada ainda pela materialidade, pelo concreto ou pelo invisível. Segundo Albuquerque, as fronteiras são também construídas dentro das cidades. Neste sentido, tomamos como exemplo, as diversas etnias e raças que comportam a urbe em que, cada qual, busca manter suas origens por meio de suas culturas, crenças, língua e valores.

Ainda pensando na conceituação de fronteira enquanto “travessia de territórios”, isto é, fronteira geográfica e mais especificamente focando a fronteira internacional que delimita os países que cercam o território brasileiro, Eloisa Maiesk Antunes (2015, p. 19) esclarece que a fronteira, desde os seus primórdios, era “uma área de defesa com a instalação de vilas militares e ocupação pelo homem. Ela ainda destaca que

---

<sup>39</sup> CADERNO CRH – Revista quadrimestral de Ciências Sociais editada pelo Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia - Versão online: ISSN 1983-8239.

O enfoque da defesa e vivificação dos limites internacionais foi predominante no período imperial até o início do governo de Getúlio Vargas.

A largura da faixa de fronteira foi modificada com o passar do tempo. A primeira lei estipulara uma faixa de 66 quilômetros de largura. Em 1934, foi estendida para 100 quilômetros e, posteriormente, para 150 quilômetros, a qual se mantém até o momento.

Entre 1934 e 1988 a faixa de fronteira era vista como uma zona de segurança nacional pelos militares. A Constituição de 1934 trouxe um capítulo consagrado à segurança nacional, e todas as questões referentes à temática deveriam ser estudadas e coordenadas pelo Conselho Nacional de Segurança Nacional. O Decreto-lei nº 1.164, de 18 de março de 1939, restringia na faixa de fronteira aspectos como a concessão de terras, meios de comunicação, industrialização e algumas atividades sociais e culturais (ANTUNES, 2015, p. 19).

Também, nesse aporte teórico, quem vem somar essas definições de “fronteira” é Marcos Leandro Mondardo (2009). Para ele, “a fronteira é onde os símbolos são demonstrados, demarcando território [...] e [...] percebe-se que na fronteira as heterogeneidades de pessoas, de coisas, de seres, de relações são maiores” (MONDARDO, 2009, p. 5 e 6). O pesquisador, ressalta ainda que no lugar de fronteira é o espaço em que acontece situações de convívio marcados pela pluralidade tanto cultural quanto social, da mesma forma que é um lugar “de afirmação e reconhecimento da diferença que dá sentido à existência dos diferentes povos”, e citando Raffestin, Mondardo define que “a fronteira nasce da diferença” (MONDARDO, 2009, p.6). Para ele, este espaço que delimita duas nações, com diferentes culturas e línguas pode ser visto como uma unidade da diversidade, pois consegue convergir num lugar delimitado a pluralidade dos povos que nela habitam ou transitam estabelecendo relações entre si.

No dizer de Santos & Pinheiro (2011, p. 2), podemos pensar em fronteira como sendo “o que separa duas coisas distintas ou contrárias”, ou seja, baseadas na conceituação de Tania Carvalhal (2003), as pesquisadoras entendem que podemos pensar no termo numa dimensão simbólica, isto é, “um espaço de divisa e de delimitações que demarca diferenças, afirma identidades e origina necessidades de representação” (CARVALHAL, 2003, p. 154). Tania Carvalhal enriquece ainda mais a conceituação de fronteira quando define:

[...] conceito de fronteira no sentido mais amplo do termo, seja como construção ideológica, como trato cultural ou como conjunto de fenômenos concretos extremamente diversos, cujo único elo parece ser, por vezes, o fato de pertencerem ao mesmo campo de representações. Assim, concebido de forma ampla, o termo fronteira define-se como aquilo que determina as relações dos elementos com seu espaço (CARVALHAL, 2003, p. 153).

Sandra Jatahy Pesavento (2002, p. 36), considera que além de se pensar nas fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e no político, o que a reduz ao “encerramento de um espaço”, podemos pensar na fronteira como um marco que delimita, separa e aponta sentidos socializados de reconhecimento, de igualdade e, na forma de construção simbólica de pertencimento que chamamos identidade. Desta forma, a historiadora destaca que o conceito de fronteira trabalha com analogias, com um jogo de “interpenetração e conexões variadas”, conforme se lê:

É por esse viés de compreensão da fronteira que se confrontam as percepções de alteridade e da identidade, ou que se contrapõe a construções imaginárias de referência, definindo-se os “outros” com relação a “nós” e vice-versa. Portanto, o recorte epistemológico que “encerra”, o conceito de fronteira, é capaz de paradoxalmente, anular este mesmo critério do espaço e avançar para o plano dos significados partilhados (PESAVENTO, 2002, p. 36, *aspas da autora*).

No entender da historiadora, podemos pensar não apenas num trânsito de lugar, mas da mesma forma em situações ou épocas que nos levaria a refletir que a fronteira é, “sobretudo, híbrida e mestiça” (PESAVENTO, 2002, p. 36).

No que tange às definições de fronteira aqui expostas, vale citar Eudes Fernando Leite, que nos elucida este termo nos parâmetros da história:

A existência da fronteira enquanto fenômeno histórico, cujos sentidos e significados ainda permanecem no cotidiano da população sul-mato-grossense, especialmente aquela parcela que habita nas áreas próximas ao que define se como limítrofe entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia, especificamente onde se localiza o estado de Mato Grosso do Sul, implicam na necessidade de constantes pesquisas que revelem o que significa a fronteira

enquanto limite e possibilidade no cotidiano de moradores nesses locais. Parece importante considerar que a área fronteira agrega historicidades diversas, especialmente quando consideradas as práticas culturais aí presentes, como por exemplo, as histórias de vida de migrantes e transeuntes brasileiros, paraguaios e bolivianos (LEITE, 2011, p. 3).

Na sequência deste tema, Rodrigo Teixeira (2010) traduz uma fala de Brígido Ibanhes, em entrevista ao Blog Matula Cultural<sup>40</sup>, em que ele afirma ter nascido “num país (*che retã*, em guarani) chamado fronteira”. Ibanhes ainda destaca nesta entrevista que escreveu um artigo em que defende a ideia de se mudar o nome de Mato Grosso do Sul para “Estado das Fronteiras”, pois, segundo ele, além das fronteiras territoriais, vivemos também em fronteiras sociais, ambientais e culturais.

Rosa & Nogueira (2011, p. 27) pesquisadoras do escritor Brígido Ibanhes, publicaram um livro organizado reunindo diversos escritores do Mato Grosso do Sul, mostrando sob a ótica desses construtores literários a multiculturalidade desta região do Brasil. Isto se deu por meio de depoimentos autobiográficos de escritores e críticos literários, a fim de que se revelasse “os aspectos relevantes da Literatura sul-mato-grossense”, bem como, as raízes culturais e identitárias destes escritores nascidos antes mesmo da divisão do Estado.

Nesses escritos, Brígido Ibanhes, *in* Rosa & Nogueira (2011, 80), no capítulo “*Elo entre culturas e tradições híbridas na fronteira*”, ressalta que mesmo sendo filho de brasileiros e tendo sido registrado no Brasil, ele é um cidadão “brasileiro de origem paraguaia”.

O que se pode notar nessas afirmações do escritor é o elo existente entre culturas, idiomas e tradições que são intrínsecos na fronteira e na vida de “cidadãos fronteiriços”, como é o caso do nosso autor em estudo. Ibanhes, faz um pequeno recorte de sua infância quando destaca:

---

<sup>40</sup> Matula Cultural - Blog do jornalista e músico, Rodrigo Teixeira, para divulgar e analisar a cultura sul-mato-grossense, brasileira, sul-americana e mundial. No ar desde abril de 2006. Disponível em: <https://matulacultural.wordpress.com/2010/06/05/entrevista-brigido-ibanhes-%E2%80%A2-um-pais-chamado-fronteira> Acesso: junho 2017.

Até os sete anos vivi no Paraguai, onde, como todos, falava o guarani em casa, na rua, e na escola (Escuela San José) estudava e falava o espanhol. [...] Passei ao Brasil com oito anos e entrei no segundo ano primário. Lembro que a primeira palavra que aprendi em português foi “colher”, que a gente chama de “cuchara” em espanhol. Na minha infância, uma coisa sempre me foi comum, aos dois países, as águas do Apa. Digo que cresci no barranco do rio, onde me sentava quietinho, apreciando os dourados e pacus que, por cima do pedregulho, moviam-se majestosos naquelas águas limpas (IBANHES apud ROSA & NOGUEIRA, 2011, p. 81, grifos do autor).

O que Brígido nos mostra na citação acima é a forma natural em como as coisas acontecem na fronteira e na vida do fronteiriço. Para ele, lidar com as línguas espanhol, guarani e língua portuguesa era algo tão natural que nunca lhe causou estranhamento a convivência com os três idiomas, nem com as duas culturas e as diferentes tradições e costumes que recebera de seus pais e avós, estes, paraguaios, aqueles, brasileiros. “Digo que cresci no barranco do rio”, estas palavras descrevem o viver fronteiriço de Ibanhes que, ora estava no Paraguai, ora, no Brasil. Ele, ainda relata em entrevista, que logo depois da Guerra da Tríplice Aliança, “Getúlio fez um loteamento para as famílias que estavam ali espalhadas na fronteira” e conta que o “distrito chamado de Nunca-Te-Vi, todos sabiam que quem vivia lá eram os paraguaios, mas era território brasileiro” (ENTREVISTA, 2017). Observamos, portanto, a multiculturalidade presente na sua construção literária, fruto da convivência fronteiriça das cidades gêmeas: Bella Vista Norte/PY e Bela Vista/BR.

Cidades gêmeas, para fins de entendimentos são aquelas que, segundo o Ministério da Integração Nacional (MIN) são cortadas pela linha de fronteira. Essa delimitação pode ser seca (terrestre) ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar a unificação da malha urbana com cidade do país vizinho.

De acordo com o MIN, se faz necessário essa definição de cidade gêmea por conta da crescente demanda desses municípios por políticas públicas específicas por se tratar de linha fronteiriças e importantes para a integração sul-americana.

Geralmente, a divisão é feita por uma rua, ficando o Brasil de um lado e o país vizinho do outro. São exemplos desse tipo de cidade no Mato Grosso do Sul: Ponta Porã

com Pedro Juan Caballero/PY; Coronel Sapucaia com Capitan Bado/PY ou por um rio como ocorre com Bela Vista/Brasil com Bella Vista Norte/PY.

Para se entender o conceito de cidade-gêmea é importante ter a noção de zona de fronteira que, grosso modo, é circunscrita pelas "faixas territoriais" de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, designam um meio geográfico próprio de fronteira, tema já discutido e conceituado anteriormente.

Apenas para reforçar essa temática, a fronteira abrange também, a escala "local/regional" – o meio geográfico que melhor distingue a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas.

Segundo os dados do IBGE<sup>41</sup>, as fronteiras internacionais são definidas como "áreas especiais" e o Brasil possui trinta e duas cidades em zona de fronteira, categorizadas como sendo "*idades gêmeas*".

O IBGE, define "idades gêmeas", aquelas que possuem cadastro dos municípios brasileiros com área total ou parcialmente localizada na Faixa de Fronteira, sendo a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Agregam-se as informações existentes (código geográfico e nome do município) com as produzidas na identificação e/ou classificação do município dentro da faixa, tais como: fronteiro, parcial ou totalmente na faixa, referências da sede a linha de fronteira e ao limite da faixa interna.

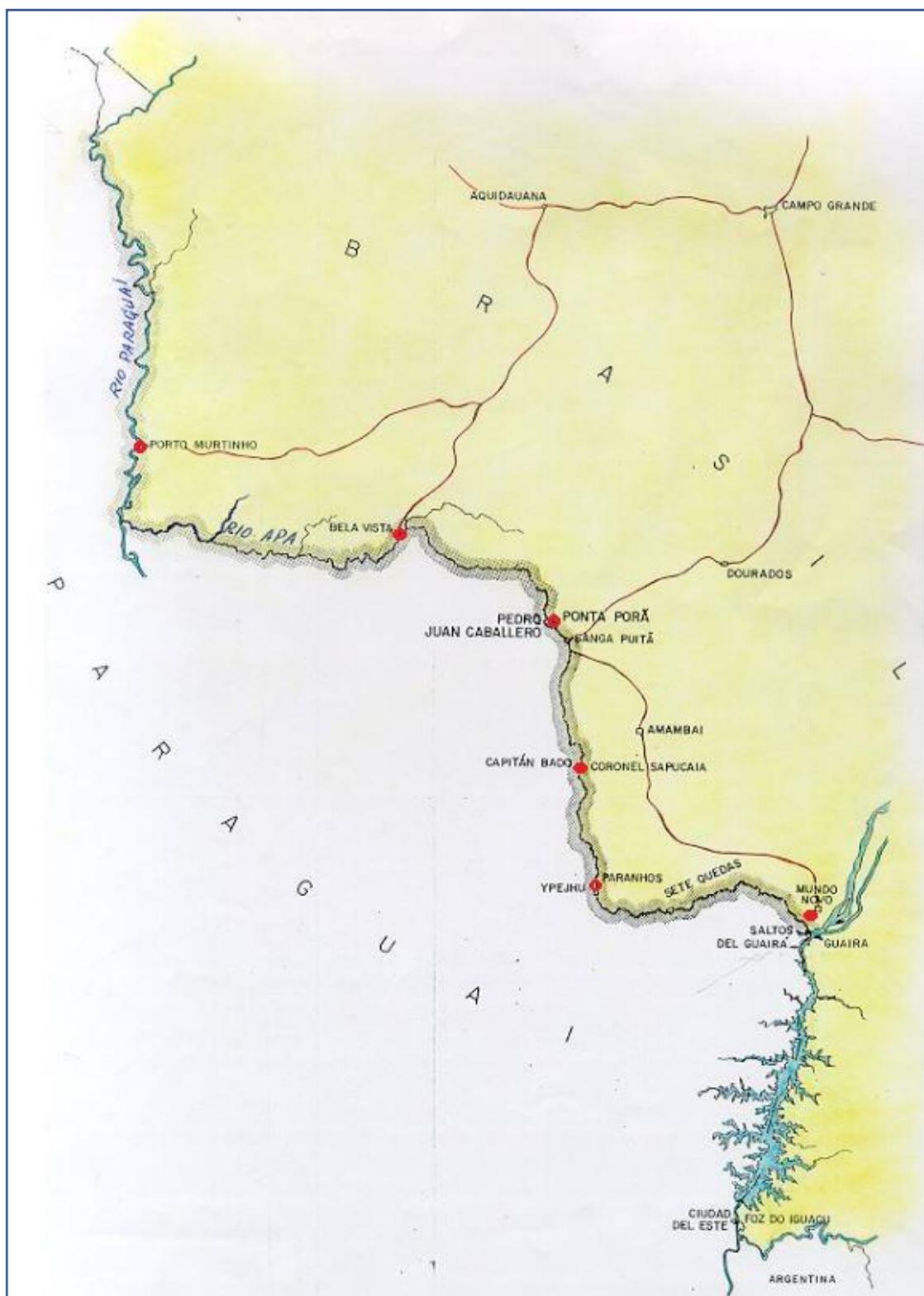
O Ministério da Integração Nacional ressalta que a *zona de fronteira* – caracterizada pela forma de tratar os fluxos de bens, capitais e pessoas – distinguem esses espaços e sua paisagem peculiar, estabelecidas nas faixas territoriais de cada lado do limite internacional e "criam um meio próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional das interações fronteiriças".

O mapa a seguir nos dá um vislumbre da localização das cidades gêmeas na fronteira internacional do Brasil:

---

<sup>41</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm?c=3>> Acesso em: 16 fev. 2017.

Mapa 05 – Fronteiras: Cidades Gêmeas



Fonte: Adaptado de SCDL – Ministério das Relações Exteriores<sup>42</sup>

<sup>42</sup> <http://www.info.lncc.br/paesq.html>

Conforme a CODIF<sup>43</sup> – *Comissão Permanente para o desenvolvimento e a Integração para a Faixa de Fronteira*, os espessamentos populacionais “cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, apresentam grande potencial de integração econômica e cultural”, bem como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Afirma ainda que esses “problemas de fronteira”, faz com que as cidades gêmeas se constituam num dos alvos de prioridade das políticas públicas de fronteira.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, os efeitos territoriais nas cidades gêmeas concentram-se, sobretudo, nos fatores de produção, tais como: terra, trabalho, capital e serviços públicos e privados. Destaca-se ainda que, esses efeitos territoriais se estendem para cada território nacional e possui implicações práticas para o desempenho dos Estados em seus próprios territórios. A CODIF, aborda três aspectos que devem ser ressaltados na geografia das cidades gêmeas no território fronteiriço do Brasil. São eles:

O primeiro é que a posição estratégica em relação às linhas de comunicação terrestre e a existência de infraestrutura de articulação embora possa explicar a emergência de muitas cidades-gêmeas nem sempre garante o crescimento e a simetria urbana das cidades, muitas vezes reduzindo-se a meros povoados locais ou a cidades de tamanho urbano muito diferente [...] O segundo aspecto, em parte resultante do anterior, é que a disposição geográfica das cidades e seu tamanho urbano devem muito à ação intencional de agentes institucionais (unidades militares, eclesiásticas, jurídico-administrativas) [...] O terceiro aspecto a ser destacado na geografia das cidades-gêmeas é a disjunção entre o tipo de interação predominante na linha de fronteira e o tipo de interação que caracteriza a cidade-gêmea nela localizada (CODIF, 2004, p. 155).

Quanto à distribuição geográfica das cidades gêmeas na fronteira do Brasil, o

---

<sup>43</sup> CODIF<sup>43</sup> – Comissão Permanente para o desenvolvimento e a Integração para a Faixa de Fronteira (Ministério da Integração Nacional) – Cidades Gêmeas – Disponível em: <http://codif.blogspot.com.br/search/label/2%29%20Cidades-g%C3%AAs>. Acesso em: 16.02.2017.



Para o IBGE, a finalidade principal do cadastro dos municípios localizados na área de fronteira é

a identificação das unidades político-administrativas do Brasil localizadas na Faixa de Fronteira que estão sob as regras de segurança nacional, em especial, no tocante a obras públicas de engenharia civil, participação de estrangeiros em propriedades rurais ou empresas nestas áreas, concessões de terras e serviços e auxílio financeiro do governo federal; secundariamente, no tocante a gratificação especial de localidade.

Retomando as explicativas trazidas pela CODIF – Ministério da Integração Nacional – *ciudades gêmeas* “são aquelas em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação<sup>45</sup> ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho”. No entender de Luis Paulo Batista da Silva (2012, p. 11), esses “pares de cidades” na fronteira internacional apresentam uma paisagem específica e uma dinâmica peculiar à sua localização, as quais, são “geradas por intensas trocas culturais, econômicas e sociais entre os estados nacionais, assim como conflitos advindos das diferenças políticas e culturais”. Silva, acredita que

A criação e o padrão de povoamento das cidades gêmeas na zona de fronteira variam de acordo com as estratégias estatais de inserção da sua região fronteiriça no território nacional. O estabelecimento de povoados junto a pelotões e destacamentos militares foi, por exemplo, uma das estratégias mais comuns de consolidação dos limites internacionais no Brasil. Porém, a dinâmica de desenvolvimento urbano pode estar relacionado com o aproveitamento de oportunidades econômicas decorrentes do limite internacional pelos agentes localizados nas cidades gêmeas. As diferenças entre as cidades limítrofes não necessariamente coincidem com o grau de desenvolvimento dos países, podem indicar dinâmicas regionais de inserção das cidades gêmeas (SILVA, 2012, p. 23).

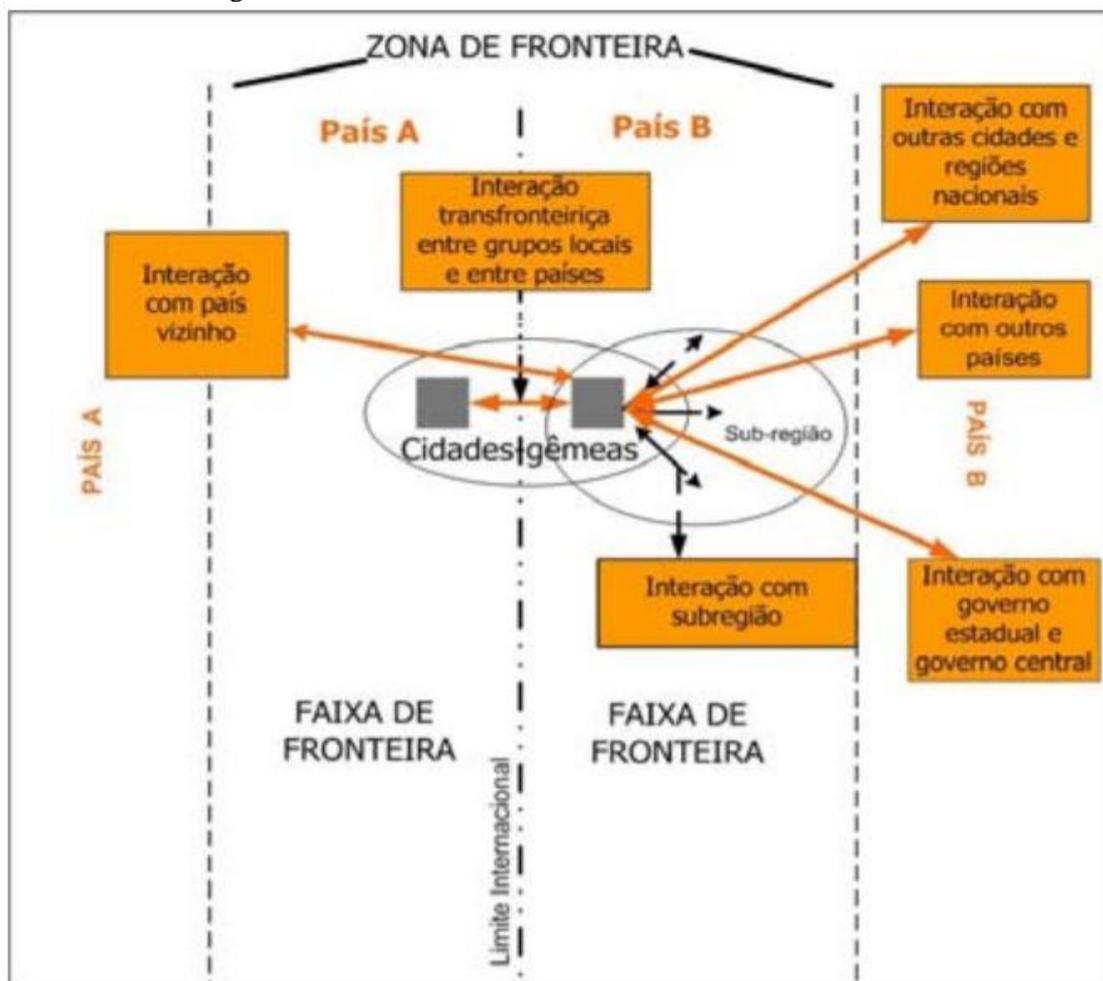
Para melhor apreendermos o tema, o esquema na próxima página, elaborado pelo

---

<sup>45</sup> Conurbação: extensa área urbana formada por cidades e vilarejos que foram surgindo e se desenvolvendo um ao lado do outro, formando um conjunto, ou seja, um conjunto de espaços urbanizados que engloba mais de uma cidade.

Ministério da Integração Nacional, ilustra de forma clara e objetiva o conceito de cidade-gêmea. Vejamos:

Figura 8 – Zona de Fronteira no conceito de Cidades Gêmeas



Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional<sup>46</sup>

Note-se que essas cidades, ainda segundo a CODIF, promovem a integração entre os países fronteiriços e, não obstante, “servem de porta de entrada de produtos ilícitos de diversas naturezas e de saída de recursos naturais e minerais, explorados sem controle e ilegalmente, com danos ao meio ambiente”.

Por outro lado, são as cidades gêmeas, na linha que delimita a divisão territorial, que se manifesta a vida em sociedade num misto de identidades e culturas que auxiliam

<sup>46</sup> Disponível em:

<<http://cdif.blogspot.com.br/search/label/1%29%20A%20Faixa%20de%20Fronteira>>

no desenvolvimento da interação entre ambos países.

O Brasil possui 15.719 quilômetros de fronteira com os países vizinhos e não são muitas as cidades gêmeas. Na verdade, segundo o Ministério da Integração Nacional, com dados publicados no Diário Oficial de 20 de julho de 2016, o Brasil conta hoje com trinte e duas cidades-gêmeas. Destas, sete estão localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai e com a Bolívia.

Segundo o Diário Oficial, as cidades-gêmeas sul-mato-grossense são: Bela Vista, vizinha de Bella Vista Norte, no Paraguai (cidades que fazem parte do nosso objeto de estudo); Coronel Sapucaia, situada na linha de fronteira com a cidade paraguaia Capitan Bado; Corumbá, fronteira com Porto Quijarro, a única que faz fronteira com a Bolívia; Mundo Novo, que faz fronteira com Salto de Guairá no Paraguai, além de, também fazer fronteira com o Estado do Paraná; Ponta Porã, vizinha de Pedro Juan Caballero, no Paraguai; Paranhos, limite com Ypejhú, também no Paraguai e, Porto Murtinho, que faz divisa com Capitan Carmelo Peralta, cidade paraguaia.

Segundo Orlando Moreira Junior (2017, p.110), “esta faixa de fronteira possui municipalidades com aspectos variados que podem indicar processos e dinâmicas diferenciadas para a interpretação e entendimento destas realidades urbanas”.

Ainda seguindo as definições do Ministério da Integração Nacional (conforme já dito que está referendada em nota de rodapé na página 49), a Faixa de Fronteira na costa brasileira, por conta das ações do Governo Federal é estruturada com base no planejamento de três grandes Arcos que foram definidos pelo Programa de Desenvolvimento da faixa de Fronteira:

O primeiro é o Arco Norte que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre, o segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como nos outros Arcos, diferenças na base produtiva e na identidade cultural foram os critérios adotados para a divisão em sub-regiões (PDF-2005).

De acordo com a descrição acima, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira especifica a distribuição dos Arcos, trazendo uma nota explicativa da sua

classificação, para melhor compreendermos as áreas aqui mencionadas. Desta forma o PRPDF (2005), classifica o Arco Norte como o responsável pela maior largura da Faixa de Fronteira brasileira, tendo em alguns trechos mais de setecentos quilômetros do limite internacional. Ressalta ainda, que “o tamanho desmesurado dos municípios amazônicos só é um indicador de baixa densidade demográfica”.

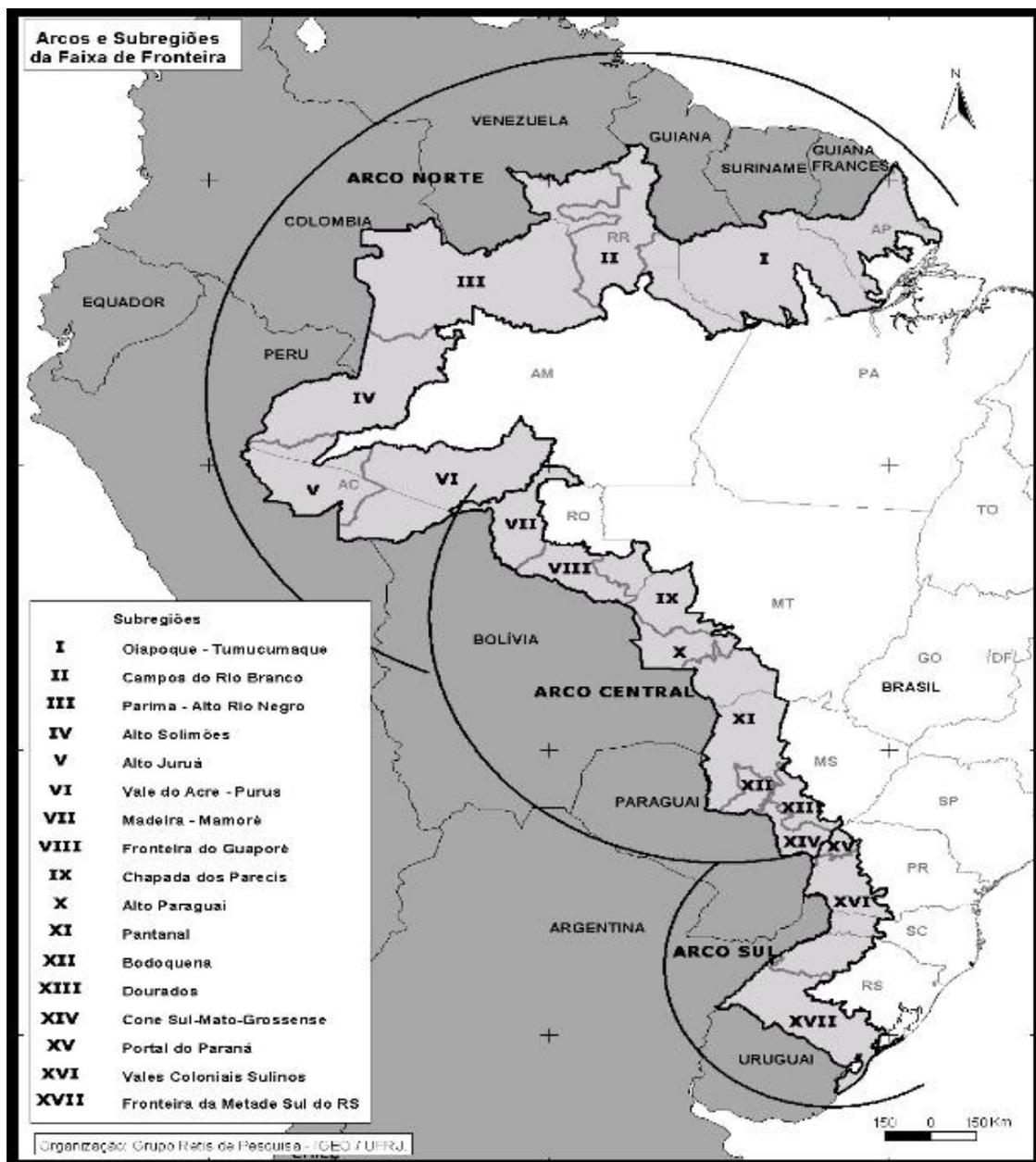
Os Estados de Roraima e Acre possuem seus territórios completamente incluídos na Faixa de Fronteira, o que gera repetidas reclamações de seus governos no que se refere as limitações impostas a todo território estadual pela legislação que instituiu a Faixa de Fronteira. O Arco Norte Amazônico tem atraído recentemente a atenção nacional em termos de conflitos envolvendo terras indígenas, tráfico internacional de cocaína e movimentos guerrilheiros atuantes em países limítrofes, principalmente na Colômbia.

O Arco Central, notadamente a partir do Pantanal, abrange a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. É nele que se encontram as duas grandes bacias hidrográficas sul-americanas: a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná-Paraguai. No aspecto cultural, o Arco Central constitui, culturalmente, uma grande área de transição entre o Arco Sul claramente identificado com a cultura europeia de descendentes de imigrantes (“colonos”), sobretudo italianos e alemães, e o Arco Norte, onde prepondera a cultura dos diversos grupos indígenas amazônicos. Trata-se, portanto, de um espaço bastante diversificado em termos culturais, tendo ao centro a grande área cultural pantaneira, que é, na verdade, uma continuidade das áreas do Chaco boliviano e paraguaio. No Pantanal agrupa-se a identidade do ‘pantaneiro’, produto histórico da criação extensiva de gado, e a herança indígena, presente direta (em reservas indígenas como a dos índios kadiwéu) ou indiretamente (através de hábitos culturais como o tereré).

O Arco Sul, compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, correspondente à área mais meridional do país. Esta é a região com a mais intensa influência do legado socioeconômico e cultural europeu ao longo da faixa, e a mais intensamente afetada pela dinâmica transfronteiriça decorrente do projeto de integração econômica promovida pelo Mercosul.

Apresentamos a seguir, o contorno geopolítico dos arcos e suas áreas de abrangências, conforme especificado no esquema (PDF-2005)

Mapa nº 07 – Arco e sub-regiões da faixa de fronteira



Fonte: PRPDF/Ministério da Integração Nacional

Por fim, a região da Faixa de Fronteira distingue-se, geograficamente, por ser, como já dito anteriormente, uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira sob a Lei 6.634/79, regulamentada pelo Decreto 85.064, de 26 de

agosto de 1980. Conforme os dados do IBGE<sup>47</sup>, a fronteira brasileira possui uma área de 1,4 milhões de Km<sup>2</sup>, o que equivale a 16,6% do território brasileiro, incluindo a lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul. Abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios, dos quais 432 estão inteiramente dentro da faixa e 156, parcialmente. Outra peculiaridade é que 502 municípios têm suas sedes municipais dentro da faixa e 86, fora dela. e “reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes”<sup>48</sup>.

Feita a análise sobre a fronteira internacional na extensão brasileira, passamos agora a averiguar, mais especificamente, as cidades de Bella Vista Norte/Py e Bela Vista/MS-Brasil que são cidades-gêmeas, delimitadas em sua linha de fronteira Brasil/Paraguai, pelo Rio Apa.

## 2.2 Bella Vista Norte/PY

O Paraguai, dentro de sua estrutura política e administrativa está dividido em *departamentos* – no Brasil, denominamos Estados. E, conforme a Constituição do país, esses *departamentos* são subdivididos em município e distritos. Ao todo são dezessete *departamentos* e o Distrito Capital, localizado em Assunção. Bella Vista Norte é um distrito do Paraguai, departamento de Amambay que está a 469 km da capital Assunção.

Banhada pelo “rio feiticeiro”<sup>49</sup>, Bella Vista Norte/PY<sup>50</sup>, recebe este nome, porque no sul do Paraguai existe uma cidade com o mesmo nome de Bella Vista, por isso se agrega o “Norte” para diferenciá-las.

De acordo com DGEEC – *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* – Atlas Cartográfico del Paraguay (2012), as duas cidades estão distantes uma da outra cerca de oitocentos quilômetros. Veja a seguir nos mapas que demonstram a localidade destes municípios paraguaios:

---

<sup>47</sup> Dados disponíveis em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24071-ibge-divulga-a-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira>>

<sup>48</sup> Fonte: MI, 2003. Proposta de Reestruturação do programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

<sup>49</sup> Termo utilizado por Brígido Ibanhes em *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira*, 2010, p. 23)

<sup>50</sup> Fonte: Geografía del Paraguay, Primera Edición, 1999. Editorial Hispana Paraguay SRL.

Mapa n° 08 – Bella Vista, Itapúa e Bella Vista Norte, Amambay (Py)



Fonte: Adaptado do Atlas Cartográfico del Paraguay (2016, p. 242, 482).

De acordo com Braga & Silva (2008, p. 16), Bella Vista Norte faz divisa com o município de Antonio João/MS, na altura do córrego estrela. Também, é cidade gêmea de Bela Vista, MS – Brasil e, capta suas águas para o abastecimento público diretamente do Rio Apa. As águas do rio Apa vêm dos Departamentos de Amambay, Bella Vista, Concepción, Pedro Juan Caballero e San Lazaro.

De acordo com os estudos demográficos do Paraguai, a urbe possui 10.267

habitantes. Segundo Cícero Rufino Pereira (2012, p. 50), o Departamento de Amambay “é um dos mais carentes do Paraguai” e Bella Vista Norte está entre as cidades mais carentes do citado Departamento, com altos índices de necessidades básicas. O pesquisador, baseado no Atlas Cartográfico do Paraguai, destaca que:

Em Bella Vista Norte, 71,5% das casas visitadas pelo censo possuem alguma carência em alguns dos quatro itens pesquisados, os quais formam o índice NBI ou “necessidades básicas insatisfechas”, sendo os seguintes itens: a qualidade de habitação, acesso à infraestrutura sanitária, acesso à educação e a verificação da capacidade de subsistência das famílias.

Bem se vê que as características econômicas e sociais de Bella Vista Norte/PY facilitam a exploração dos trabalhadores desta cidade, através da fronteira com Bela Vista/BR, ante as assimetrias (apesar da existência de certa complementaridade) entre as duas cidades.

[...] a “urbanidade, em ambos os lados, tem atraído brasileiros a morarem em território paraguaio”, onde os preços dos imóveis, energia e impostos são mais acessíveis. Ali também há uma “feira de produtores”, “que incorpora produtos e vendedores do Paraguai; a mão-de-obra paraguaia é muito utilizada, no setor de reexportação” (PEREIRA, 2012, p. 51, *aspas do autor*).

Em concordância, Braga & Silva (2008, p. 16) enfatizam que pelo fato de ser região de fronteira com o Brasil, há no município muitos brasileiros. Sua economia conta com uma produção agrícola e pastoril, contudo, seu destaque é o comércio internacional.

Pereira (2012, p. 52), enfoca também que a população de ambos os países mencionados “busca no outro território um complemento para suas vidas, podendo ser trabalho, salários melhores, atendimento médico, escolas, compra de produtos ou aquisição de serviços”. E, isto, segundo o estudioso, “demonstra a atratividade da referida zona fronteiriça, em decorrência das interações e assimetrias existentes naquela região”. Para ele, essa interação entre os povos moldam de tal forma o sentimento da população fronteiriça que, no dia a dia, a travessia entre os países passa despercebida, “passando o sentimento que ali é só um Estado-Nação”.

No dizer de Pereira (2012, p.52), por causa do combate ao tráfico de drogas e armas, as autoridades, por conta das operações e fiscalizações, muitas vezes quebram a tranquilidade do “vai-e-vem” na fronteira entre os povos “restringindo ou dificultando a travessia do

estrangeiro fronteiriço”.

Bella Vista Norte tem como ponto turístico praias sobre o rio Apa e o Paço Macaco – lugar onde o general Bernardino Caballero (militar e político paraguaio que foi um dos fundadores do Partido Colorado e ajudante do Marechal Francisco Solano Lopez na Guerra do Paraguai) foi preso. Ibanhes (2010) a descreve em suas reminiscências traçando detalhes contidos em sua memória infanto-juvenil:

Bella Vista, Paraguai.

Pequenina cidade do norte do país, perdida no meio do luxuriante cerrado, às margens do rio Apa.

[...] poucas casas, poucos habitantes.

As moradas, na grande maioria, de taipa, cobertas com *capi'í san-juan*, capim sapé. Os macilhos de capim, apregados com barro vermelho e sobrepostos uns aos outros, formam uma fresca cobertura contra o calor.

Poucas casas de alvenaria, que ostentam grossas paredes e fachadas construídas aos moldes do tempo imediato à Grande Guerra. Antigamente nelas moravam as autoridades, funcionavam as repartições públicas e, em algumas, residiam os ricos comerciantes [...].

[...] Muitas casas eram de tábuas, e junto com as de taipa, se espalhavam por meio das matas, de um lado, até Huguá (bairro do cafundó), e pelos arredores do centro, até as proximidades do antigo campo de aviação, que, naqueles tempos, parecia sem fim, e que hoje abriga um campo de futebol, o Estádio do Boquerón.

[...] nas ruas largas e cobertas por gramas, pastavam vacas, cavalos e ovelhas, com a mesma pachorra da vida da campanha. Aqui e ali muita bosta seca de vaca, mas ninguém se importava com isso (IBANHES, 2010, p. 23, 24 e 25).

O paraguaio Sacha Aníbal Cardona Benítez, historiador e também chefe do Departamento de Cultura no município de Pedro Juan Caballero/Py e membro do Centro de Estudos Históricos e sociocultural do nordeste Paraguai, em seu livro *Bella Vista Norte La Heroica – historia de sus Orígenes 1801-1902* (2016), se debruçou num estudo minucioso em que descreve a origem da cidade de Bella Vista Norte através de uma extensa bibliografia. Em suas pesquisas, o autor busca resumir todas as etapas da fundação, desenvolvimento e consolidação do município paraguaio. Ele detalha desde a fundação do Forte de São José que sinaliza sua origem em 1801 até o estabelecimento, quase simultâneo, dos primeiros moradores.

Para Cardona Benítez, a história de Bella Vista Norte é, além de um relembrar da história, é também, um senso de justiça aos que no passado derramaram o próprio sangue nos combates em favor do pátria amada. Ainda em epígrafe introdutória ele destaca a memória do tataravô materno que foi um ex combatente da Grande Guerra que se pôs, ao término da guerra, a andar pelas margens do Rio Apa vindo a fixar residência na “heroica localidade de Bella Vista” (CARDONA BENÍTEZ, 2016, p. 14).

No capítulo intitulado: “*Como se originou a cidade de Bella Vista Norte?*”, Benítez lança duas indagações que ele mesmo se propõe a respondê-las, obviamente que essas respostas são minuciosas e detalhadas. O pesquisador, ao longo da narrativa vai delineando em cada explicação, que essas perguntas são o motivo da existência de sua escrita. E, na primeira indagação, ele pergunta: “em que momento a área que hoje é ocupada pela cidade de Bella Vista Norte foi ocupada?” e, na segunda ele indaga: “Que acontecimento foi relevante e decisivo para o seu estabelecimento como localidade?”. Vejamos o que ele nos expõe:

Como será demostrado en el transcurrir de la obra, Bella Vista Norte es la localidad más antigua del Departamento de Amambay; al lograr responder las indagaciones antes formuladas se observará que resulta lamentable que solamente el Decreto de 30 de agosto de 1901 es tenido en cuenta como hecho digno de celebraciones y señalado como referencial para su nacimiento.

La documentación levantada irá de manera retroactiva a un siglo antes, permitiendo descortinar importantes acontecimientos y reconocer a la fortificación militar cuya erección proporciono la posesión, el reconocimiento y el nacimiento de esa localidad del Nordeste paraguayo que, por consecuencia de los conflictos bélicos, enfrente en dos ocasiones el acoso enemigo, que no logro hacerla desaparecer.

El abandono del área se dio por un corto periodo volviendo a reconstruirse una y otra vez en el mismo espacio geográfico dando nuevamente vida al poblado que se afianzó en su entorno. [...] La historia de un siglo permitirá entender que el Decreto del 30 de agosto de 1901, que creó los nuevos departamentos de la República, pudo ser considerado como el punto culminante de un proceso, pero no su inicial (CARDONA BENÍTEZ, 2016, p. 69, 70).

No decorrer de sua pesquisa, Benítez escreve que o início de Bella Vista Norte

está relacionado ao Forte de São José, uma fortificação militar estabelecida às margens do Rio Apa em 1801, como já se disse anteriormente. Segundo ele, foi ali que começou a história de luta, heroísmo, resistência, destruição e reconstrução sendo oficialmente cristalizada em 1901 por meio do Decreto de 30 de agosto. O historiador aponta a localização da cidade:

Bella Vista está situada a la margen izquierda del Rio Apa, a 5 kilómetros más de bajo de la confluencia del arroyo Estrella. La parte céntrica del pueblo no presenta ninguna prominencia ni accidente digno de notarse; solamente mirándola del lado del Brasil, se puede apreciar el hermoso panorama de esta rica y progresista fronteriza. Los límites del partido de Bella Vista son: al norte el Rio Apa y el arroyo Estrella; al sur el partido de Horqueta; al este Pedro Juan Caballero y al oeste el partido de Concepción (CARDONA BENÍTEZ, 2016, p. 13).

Alfredo Boccia Romañach (2001), membro da Academia Paraguuaia de História<sup>51</sup>, em seu livro *Rememorias y semiolvidos* (2001), conta algumas características da cidade de Bella Vista Norte, local de seu nascimento. No primeiro capítulo, intitulado *Bella Vista – um rincón oculto de la Pátria* – relata que após o fim da Grande Guerra, imigrantes empresários vindos de várias regiões da Itália, movidos por um impulso misterioso se espalharam por toda a geografia nacional, transformando as cidades desertas em verdadeiros centros de produção e marketing.

Ele afirma, que a contribuição italiana foi um componente de importância singular no crescimento econômico do Paraguai. E, foi em meio a este movimento pós-guerra que os imigrantes europeus se espalharam por todo o Paraguai. E, dentro deste contexto seu avô foi em direção às regiões desconhecidas de Amambay. Romañach relata que, na década de 1920, sua família se instalou em uma região muito rica e quase despovoada, onde trabalhavam em uma situação confortável. Isso, depois de vencerem as dificuldades da chegada pelas estradas lamacentas, diante de milhões de mosquitos, das ondas de calor e da lentidão irritante de uma carroça. Ressalta, também, que a cidade que seu avô escolhera,

---

<sup>51</sup> Dados biográficos do pesquisador disponível em:  
< [http://www.portalguarani.com/620\\_alfredo\\_boccia\\_romanach.html](http://www.portalguarani.com/620_alfredo_boccia_romanach.html)>.

era un antiguo paso del río Apa que daba acceso a enormes extensiones de campos y bosques del Mato Grosso. La población desaliñada y carente, estaba formada por aldeanos rústicos dedicados al comercio, a pequeñas haciendas y al transporte de yerba mate efectuado en largas filas de carretas que se dirigían hacia el puerto de Concepción. La valiosa vecindad con el Brasil fue el origen de poblados como Punta Porá y Bella Vista, parajes obligados de comerciantes y carreteros.

Se formó un pueblo con las características propias de la frontera. El perímetro ciudadano era muy reducido pues las alambradas de los inmensos latifundios paraguayos comenzaban en los fondos del cementerio y estrechaban en un cerco siniestro a la ahogada población. La distancia y los caminos intransitables hacían muy dificultosa la llegada de viajeros y de representantes del gobierno o de la iglesia (BOCCIA ROMANACH, 2001, p. 3).

Descreve Romañach, que aquele lugar isolado foi compensado pela calma e sobriedade e por toda as descobertas que fizeram, inclusive na questão escolar e na linguagem, quando destaca: “Allí se enfrentarían a un idioma casi extraño y a modalidades de disciplina que coartaban su libertad natural. Por lo general eran llevados a la escuela ya mayorcitos y no se demoraban en ella más de tres años” (BOCCIA ROMANACH, 2001, p. 4).

Outro ponto destacado por Romañach, trata do momento quando irrompeu o militarismo no Paraguai. Ele narra que o novo governo “se apoyaba en un gabinete de espectables señores que parecían ser una garantía de supervivencia para el alicaído y desgastado régimen liberal”. Com efeito, narra que em 1940, uma nova Carta Política entrou em vigor suplantando o "arcaico" e essencialmente liberal de 1870. Logo o partido liberal perdeu o controle das ações políticas e o país seguiu em direção a uma rígida ordem militar e policial. Os movimentos estudantis e sindicais foram reprimidos e seus líderes presos e confinados.

É, nesse ponto, que entendemos o título dado ao primeiro capítulo de seu livro *Rememorias y semiolvidos* (2001), mencionado na página 109: cujo tema foi: “*Bella Vista – um rincón oculto de la Pátria*”. Boccia Romañach explicita que nunca a palavra "confinamento" foi tão precisa, pois o governo nacional soube escolher a fronteira mais remota e isolada da região leste: Bella Vista Norte! Nessa perspectiva, dá-nos a entender que a cidade de Bella Vista Norte tornara-se um lugar de castigo ou de isolamento e, porque não dizer, “de exílio dentro do próprio país”. Afinal, era “um lugar escondido da

pátria”. Nas palavras de Romañach,

La apacible vida de Bella Vista estaba otra vez con novedades. Una mañana hizo su aparición en la loma de la comisaría policial un grupo de jóvenes asuncenos, todos dirigentes de asociaciones estudiantiles de la capital. Llegaron después de un penoso viaje en vapor y en carreta, desterrados por los mandones de Asunción con el objetivo de mantenerlos alejados de toda actividad conspirativa. Los dirigentes de los gremios estudiantiles fueron deportados por el gobierno del General Estigarribia con motivo de la primera intervención universitaria en el Paraguay en enero de 1940 (BOCCIA ROMANACH, 2001, p. 4).

A reação dos moradores de Bella Vista Norte foi de adotar os exilados quase que como filhos pelas famílias “bellavisteñas” e rodeados de uma aura de carinho e simpatia, fez com que o isolamento a que foram submetidos, se tornasse pouco a pouco, suave e tolerável, pois o “austero comportamiento y la hidalguía de los universitarios, marcó profundamente a la sociedad local” (BOCCIA ROMANACH, 2001, p. 5) .

E, sobre estas memórias marcantes na história do país vizinho ao descrever o isolamento da cidade de Bella Vista Norte, tomamos de empréstimos as palavras de Romañach, expressas num glossário ao final de seu livro, que diz: *Mandu á ymá ité guaré* – que quer dizer em guarani: “Memórias de tempos muito distantes”.

Vale destacar ainda que, Bella Vista Norte trás no cerne de sua história a marca de ter sido palco da Guerra da Tríplice Aliança.

Na literatura brasileira por meio dos escritos de Alfredo D’Escragnolle Taunay – o Visconde de Taunay em *A Retirada da Laguna* a cidade é mencionada nos relatos do escritor:

Passado o rio, levamos apenas um momento a subir uma eminência que tínhamos em nossa frente e que nos mostrou perto a fortaleza e a povoação; as construcções<sup>52</sup> estavam em chammas. Alguns paraguayos erravam ainda a pé no interior e nas cercanias do forte, detidos pelo pezar da presa que nos deixavam e pelo furor que os impellia a arruinar tudo. Outros a cavallo em maior número retiravam desordenadamente.  
[...]

---

<sup>52</sup> Optamos por utilizar a escrita original, tal qual o livro foi digitalizado.

Uma vez effectuada a passagem pelo corpo de exército, o forte, que apenas consistia em um solido palanque de madeira, foi occupado assim como a povoação por numeroso destacamento; e a linha de atiradores do N.º. 20º Batalhão, tornando a formar-se sobre a linha esquerda, poz-se em movimento para ir atacar os paraguayos que tinham feito alto. Vimos então que tinham arvorado um panno branco e os dous engenheiros adeante de todos dirigiram-se para elles, fazendo fluctuar os seus lenços (TAUNAY, 1874, p. 79,80).

Sobre o “Forte” mencionado por Taunay, na citação acima, Mattos (2008), esclarece que ele “estaba instalado em la colina, donde actualmente se encuentra el Destacamento Militar, antigua sede de la Comisona Policial” (MATTOS, 2008). Ainda, nas palavras de Mattos: “Era el más importante baluarte defensivo de la región y contaba con un pequeño puesto de observación, en las cercanías del actual cementerio de Bela Vista Brasil, desde cuja elevación controlaban el pasaje de personas” (MATTOS, 2008). O pesquisador, destaca, que terminada a Grande Guerra em primeiro de março de 1870, em Cerro Corá, “el Paraguay debió aceptar al río Apa y la Sierra de Maracayú como límites naturales” (MATTOS, 2008) entre os dois países, especificamente, entre Bella Vista Norte/PY e Bela Vista/BR.

Por meio do *Instituto Hercule Florence de Estudos da Sociedade e Meio Ambiente do Século XIX Brasileiro*, que guarda um Acervo bibliográfico e documental do século XIX e que permite aos pesquisadores o acesso aos documentos guardados por outras instituições públicas e privadas, há uma reprodução em desenho avulso, encartado no *Álbum Viagem pitoresca a Mato Grosso – Visconde de Taunay*<sup>53</sup> – na página seguinte, afim de que possamos vislumbrar a existência do *Fuerte San Jose*, que segundo Benítez (2016) foi o local de origem de Bella Vista Norte/Py:

---

<sup>53</sup> “... em papel de maior gramatura e de coloração mais clara do que as folhas do álbum. As dimensões do suporte são também ligeiramente menores. Sem assinatura. Título abaixo do desenho, na margem inferior do papel, a grafite. Anotação no verso do papel, no quadrante superior esquerdo, a nanquim azul, em 5 linhas: ‘croquis’ tomado em combate / pelo Visconde de Taunay a 21 de abril de 1867 / O Rio Apa e o Forte de Bella Vista”. Alfredo D’Escragnolle Taunay – Instituto Hercule Florence. 20.04.2017. Disponível em: <<http://search.ihf19.org.br:8080/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&query=fuerte+san+jose+bella+vista>> Acesso em: 18. Fev. 2018

Figura nº 09 – Fuerte San José – Bella Vista Norte/PY



"Croquis tomado em combate / pelo Visconde de Taunay / 21 de abril de 1867"<sup>54</sup>

<sup>54</sup> Disponível em:

<http://search.ihf19.org.br:8080/xmlui/handle/1357/32?discover?rpp=10&etal=0&query=fuerte+san+jose+bella+vista>

Cardona Benítez (2016, p. 216), informa-nos que no período da Guerra do Paraguai, surgiu uma lenda entre os habitantes de Bella Vista Norte que perdura até os dias atuais de que, por causa das estratégias de abandono militar durante a guerra, os soldados saíam apressadamente. E, com isso, criou-se estórias de que famosos tesouros do tempo de Lopez estavam enterrados naquela região, tais como joias ou moedas de ouro. Segundo Brígido Ibanhes, ainda hoje os moradores de Bella Vista Norte guardam a esperança de um dia encontrar esses tesouros, conforme mencionamos anteriormente na página 63. Ele destaca que essa crença estava intrínseca na vida dos cidadãos bellavistenses, conforme podemos conferir no fragmento:

Acredito que na região do Apa, não exista um cidadão que chegou à idade mais avançada e que nunca tenha cavado em busca do tão sonhado “enterro”. Alguns se tornaram conhecidos e famosos, como o seo Tónico, carroceiro, que junto com o seu filho Afonso, cavou dentro de casa.

Cavaram tanto que ela quase afundou em cima deles.

Outro aficionado por *plata yvyguý* foi o alfaiate Américo Feliú, que até usava um aparelho importado para detectar metal no subsolo. Tornou-se depois um forte empresário, dono de loja de importados, em Bella Vista. Mas, alguns dizem que não foi por conta de moedas, mas de relógios de ouro que recebia de um certo parente que atuava, na mão leve, em Assunção, capital do país. (IBANHES, 2010, p. 174).

À guisa de conclusão sobre Bella Vista Norte, constatamos que no dia 07 de julho de 1971, foi inaugurada uma ponte internacional que liga Bela Vista Norte/PY e Bela Vista/BR. A ponte sobre o Rio Apa, com 107 metros de comprimento e 11,80 metros de altura, foi inaugurada com pompa, pelos então presidentes, do Brasil, Emílio Garrastazu Médici e, do Paraguai, Alfredo Stroessner.

Segundo a matéria publicada no Jornal H2Foz, pelo jornalista Cláudio Dalla Benetta em 01 de agosto de 2019, ao inaugurar a ponte em 1971, Médici disse em seu discurso que a ligação entre Bela Vista e Bella Vista Norte: “possibilitará comunicação rodoviária mais rápida entre Assunção e Brasília, tornando os nossos países mais

---

próximos e mais unidos"<sup>55</sup>. Abaixo, foto da ponte que liga as duas cidades, nos dois países.

Foto nº 03 – Ponte Internacional – Bela Vista/BR / Bella Vista Norte<sup>56</sup>



FONTE: Foto extraída do site referenciado na nota de rodapé nº 55

Segundo Mattos (2008), a cidade de Bella Vista Norte, além das belezas naturais, “cuentan con innumerables lugares historicos comunes en ambas regiones, relacionados con la Guerra de la Triple Alianza, especificamente con la batalla denominada *La Retirada de la Laguna* y el *Parque Histórico Nacional de Cerro Corá*”. Além disso, a cidade conta também com um Museu Histórico, contendo elementos da época da Guerra da Tríplice Aliança.

### 2.3 Bela Vista/MS-Brasil

Parafraseando Mattos (2008), o pesquisador afirma que em pleno “Ciclo do

<sup>55</sup> BENETTA, C. D. **Você sabia? Desde 1971 existe uma segunda ponte entre o Brasil e o Paraguai** (2019). Disponível em: <<https://www.h2foz.com.br/noticia/voce-sabia-desde-1971-existe-uma-segunda-ponte-entre-o-brasil-e-o-paraguai>>.

Ouro” (1748), com o descobrimento das minas de Cuiabá, o governo do Primeiro Império, teve a ideia de separar da Capitania de São Paulo – um imenso território que recebeu, naquela época, a denominação de Capitania de Mato Grosso e Cuiabá – lugar este que concedia isenções e privilégios a quem quisesse ali se instalar. As conquistas dos bandeirantes, na região de Mato Grosso, foram reconhecidas pelo Tratado de Madrid em 1750. Conforme descrito na história do Estado de Mato Grosso<sup>57</sup>, o então capitão-general de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura Tavares, trazia consigo uma tropa montada de elite – Dragões de Mato Grosso – a primeira denominação do quartel do 10º Regimento da Cavalaria e fundou, à margem do rio Guaporé, a Vila Bela da Santíssima Trindade. E, entre 1761 e 1766, ocorreram disputas territoriais entre portugueses e espanhóis e o Mato Grosso somente passou a ser definitivamente território brasileiro depois que os conflitos por fronteira com os espanhóis deixaram de acontecer, em 1802, período em que as missões espanholas e os espanhóis se retiraram daquela região. Em 1822, com a independência do Brasil, passou a ser Província de Mato Grosso e com a República em 1899, a denominação passou a Estado de Mato Grosso. Em 1977, Mato Grosso é desmembrado em dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Feita essa contextualização sobre o Estado de Mato Grosso, passamos a analisar, especificamente, a cidade de Bela Vista, seu lugar e sua importância na história do Brasil.

Do outro lado da margem do Apa está Bela Vista/BR<sup>58</sup>, localizada no sul da região Centro-Oeste do Brasil, a sudeste de Mato Grosso do Sul e na fronteira com o Paraguai. Se localiza a 349 km da capital do Estado – Campo Grande/MS. É banhada pelo Rio Apa, um dos principais de Mato Grosso do Sul e possui um subdistrito chamado *Nunca-te-vi* (local de registro de nascimento do autor em estudo).

De acordo com os dados do IBGE<sup>59</sup> a urbe, no último censo realizado em 2010, contava com uma população de 23.181 pessoas e atualmente estimada em 24.331 habitantes, sendo categorizada como centro da Zona B, nível formado por cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata. Muitos de seus moradores a definem como “Princesa do Apa”, cidade simples, com construções históricas, casarões antigos que tem muito a contar e que nas palavras de Mauricio Roberto Lemes Soares,

---

<sup>57</sup> Disponível em: <http://www.mt.gov.br/historia>.

<sup>58</sup> Fonte: Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>59</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

O espaço geográfico onde se encontra a cidade foi no passado palco de episódios históricos relevantes. Foi lá que durante a Guerra do Paraguai – ou Guerra da Tríplice Aliança – aconteceu a batalha de *Ñandipá* e a Retirada da Laguna, fatos extremamente significativos para a história das nações vizinhas (SOARES, 2013, p. 34, grifo nosso).

Hildebrando Campestrini, ao apresentar a obra *Bela Vista – uma viagem ao passado* (1995) de Sydney Nunes de Leite, destaca que Bela Vista/MS “por não ter riqueza fácil, não despertou a cobiça dos portugueses. Despertou a dos espanhóis e, no século passado, a dos paraguaios”. Para ele, a cidade é dona de uma história invejável e desafiadora que vem sendo objeto de estudo por parte de pesquisadores de talentos que intencionam escrever a história das regiões, das cidades e das famílias de Mato Grosso do Sul. Sydney Nunes Leite (1995, p. 10), autor citado acima, narra a origem histórica de Bela Vista:

A primeira tentativa para se estabelecer no local onde hoje está a cidade, foi realizada pelos espanhóis, no ano de 1801, quando fundaram o forte São José, comandado pelo capitão Juan Caballero, que tinha a seu dispor 109 soldados.

No ano seguinte, a 1º de janeiro, as forças brasileiras do Presídio de Miranda, sob o comando do tenente Francisco Rodrigues Prado, reforçada pelos índios Guaicurus, atacam o Forte e o arrasam, aprisionando a guarnição. Nessa ação perdeu a vida o capitão Juan Caballero.

No ano de 1846, brasileiros, como Gabriel Francisco Lopes e sua mulher Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa, Antonio Cândido de Oliveira, José Carlos Botelho e outros começam a colonizar a região do atual município, mas sofrem repressão por parte dos paraguaios. Muitos desses brasileiros são aprisionados e conduzidos para o Paraguai.

Encerrada a Guerra do Paraguai, é fixada em definitivo, a fronteira Brasil-Paraguai, fato esse que acelera a colonização da região. Voltam os primeiros colonizadores, que são seguidos de nossos moradores (LEITE, 1995, p.10).

No excerto acima, o pesquisador afirma que ao término da Guerra do Paraguai e com a demarcação da fronteira com a República vizinha, Bela Vista passou a receber uma gama de pessoas que migravam em massa, segundo ele, por conta da propaganda do

governo brasileiro que oferecia terras baratas e férteis para qualquer cidadão que quisesse abraçar a oportunidade de uma nova vida. Desta forma, “eram montadas posses e erguidas fazendas de criação de gado e lavoura de subsistência” (LEITE, 1995, p. 06). Sydney ainda enfatiza que a povoação erguida por esses pioneiros e desbravadores, no início do século XX, “tinha um aspecto de cidade, com ruas traçadas, casas residenciais, estabelecimentos comerciais e, até iluminação pública, via lampião a querosene” (p. 6). O pesquisador complementa que a povoação de Bela Vista teve um crescimento rápido para a época e destaca:

no ano de 1900, é elevada à categoria de distrito. Por lei de 3 de outubro de 1908 é elevada à categoria de município. A 20 de julho de 1910, por Lei Estadual, é criada a Comarca de Bela Vista. A 16 de julho de 1918 é declarada como cidade (LEITE, 1995, p.11).

Sydney Nunes Leite (1995, p. 12) relata em suas narrativas que durante sua infância ouviu que a região onde se localiza a cidade era composta por campos abertos, limpos, sem qualquer arborização, estabelecendo uma grandiosa imagem de rara beleza, fato este que originou o nome “Bela Vista”.

A cidade tem importância histórica por sido palco da Guerra do Paraguai. Foi também lugar de trajeto de Silvino Jacques que, nas palavras de Ribeiro (2011, p. 13) foi “um fazedor de mortos”. E ao descrever Bela Vista/MS, Ribeiro a delinea como uma cidadezinha *quase urbana*, por conta de sua extensão territorial que, segundo ele desaparecia num abrir-e-fechar de olhos, fazendo referência a Guimarães Rosa: “A cidade se atravessava nos três minutos, com um olhar para a casa do matador de gente Silvino Jacques, por causa de quem ainda há mulheres de luto, das duas bandas” (RIBEIRO, 2011, p. 47).

Guimarães Rosa, por sua vez, em *Ave, Palavra* (2001) faz menção das duas Belas Vistas, a do Brasil e a do Paraguai, quando destaca: “aparece o primeiro cinamomo às portas de Bela Vista. Da brasileira, porque do outro lado do rio está a outra, a paraguaia, a Bella Vista” (ROSA, 2001, p. 37). Ele, segue narrando as peculiaridades da Bela Vista – Brasil com suas personagens da vida real:

Por aqui passou, no cavalo baio, José Francisco Lopes, o Guia mineiro de Piumi, de sertões exatos e da tenência e transatos, da lealdade e da força. Por ele conduzidos e nutridos do seu gado, vieram os homens da expedição, para a vinda e volta – sob bandeiras, serra acima, boi berrante. Té hoje, aqui, manda a pecuária – “*Em Bela Vista, tudo é gado...*” – um sulano instruído – “*O quilo é treis mil-réis do lado de cá, do lado de lá é dois...*” – já em solilóquio acrescenta (ROSA, 2001, p. 38).

O escritor Brígido Ibanhes traz lugar de destaque para a cidade de Bela Vista Brasil em suas duas obras que formam os “lócus” desta pesquisa. Em seu livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012), ao narrar a trajetória de vida do protagonista Silvino Jacques, descreve o curto período em que o “bandoleiro” viveu em Bela Vista, que na época pertencia ao Estado de Mato Grosso e atualmente, Mato Grosso do Sul.

Mas, fama realmente viria a ter em Mato Grosso, na região fronteira entre esse Estado e a República do Paraguai. É essa história que passamos a narrar, transcorrida no cerne do cerrado e nos *ñu*<sup>60</sup> mato-grossenses (*grifo do autor*).

[...]

Era o tempo das brigas das famílias por questão de terras dos quarteiros, dos bochinchos, onde o revólver quarenta-e-quatro berrava mais alto, só perdendo para o estrondo do mosquetão...

É nesse cenário que vai se desenrolar a segunda parte da história de Silvino Jacques, ou melhor, do emigrado Valdemar pereira, nome com o qual se apresentou na região, ao final de 1929.

[...]

Quando vencendo as agruras da jornada, Valdemar Pereira chegou ao Mato Grosso, apeou em Bela Vista, a Princesa do Apa como também é conhecida (IBANHES, 2012, p. 34, 37, 39).

De acordo com Ibanhes (2012, p. 40), Silvino com o codinome Valdemar Pereira ao chegar em Bela Vista seus primeiros passos foram conhecer “o 10º regimento da Cavalaria Independente, como era conhecido na época”. Ele ainda descreve que Jacques começou a sondar se ali na cidade alguém sabia alguma coisa sobre ele ou buscava qualquer outra informação que lhe fosse valiosa. Naqueles dias a Aduana se localizava na margem brasileira do Apa, local também conhecido como Passo Público. Era ali, que atravessava as canoas levando pessoas e cargas rumo a Bella Vista Norte – Paraguai.

---

<sup>60</sup> Os campos cerrados.

Silvino tratou logo de fazer amizade com os guardas alfandegários e como era bom de conversa, logo se enturmou como narra Brígido Ibanhes:

Pelo nome de Valdemar Pereira ficou conhecido e ninguém lhe tinha prevenção. Tocava bem a sanfona oito-baixo, e com uma máquina de tirar retratos, montava num tripé, ganhava a vida. Com seu jeito boêmio e boa disposição. Fez logo amizade com as famílias Miranda e Loureiro.

A fala mansa e o silêncio respeitoso encantava as pessoas. Moço e determinado ia arrumando conhecidos e várias admiradoras. Muitas donzelas daqueles tempos, hoje venerandas anciãs, ainda suspiram pelo pé de valsa, Valdemar Pereira (IBANHES, 2012, p. 40).

Contudo, o escritor afirma que Jacques acabou por ser reconhecido por um antigo funcionário ferroviário de nome, Gregório da Cruz, vindo transferido do Rio Grande do Sul para trabalhar em Miranda, na entrada do Pantanal mato-grossense. E, por essas famosas coincidências do destino, Silvino Jacques, ficou pouco tempo em Bela Vista, de onde seguiu para uma localidade conhecida como Porteiras, hoje, município de Caracol/MS, como descreve:

Certo dia, encostado ao balcão de madeira de um boteco, bebericava sua *copa de caña*<sup>61</sup>, e soltava prosa em cima do proprietário. Aos poucos foi percebendo um homem que não lhe tirava os olhos de cima. Em dado momento, o homem se aproximou e lhe perguntou:

- Moço, que eu mal lhe pergunte, qual é a tua graça?

- Valdemar Pereira.

O homem, de nome Gregário, sorriu e disse:

- Não, moço, teu nome é Silvino Jacques!

O moço amarelou e estufou as bochechas.

Mas, logo foi se aprumando do choque.

Como era possível que alguém já soubesse do seu nome verdadeiro? Ele não se recordou do incidente ocorrido no balcão de um boteco na distante Santo Ângelo.

[...] - Não precisa ter receio, logo volto da viagem e da minha boca ninguém vai saber teu nome – tranquilizou o Gregório.

Mas, o pedregulho entrou na botina.

E ali ficaria incomodado por ver-se descoberto.

---

<sup>61</sup> Na época, a denominação de um cálice de aguardente.

Logo mais outrem descobriria e, em terra desconhecida, o escape não seria tão fácil. Precisava procurar um lugar onde pudesse viver sossegado.

Ali, na fronteira era muito perigoso.

[...] abasteceu os alforjes, encilhou o cavalo e ganhou estrada rumo a Porteiras e pulou da frigideira para o braseiro... (IBANHES, 2012, p. 40, 41).

Ibanhes (2012, p. 42) narra que em Porteiras, Jacques “andava trabalhando com um e com outro, sem paradeiro certo, palmilhando a região até que saiu na Fazenda Santa Maria, de Ramão Fernandes, onde continuou se apresentando como Valdemar Pereira. Segundo o escritor, foi em Porteiras que Silvino Jacques após se estabilizar, construiu no lugar do barraco de madeira, uma casa de tijolos, arquitetônica na fachada, ao lado de vários pés de paraíso (também conhecida como cinamomo). Fez ali também, o “*bolicho*”<sup>62</sup> que levou o nome de *Casa Paraíso*, conforme documentado na obra por Brígido Ibanhes com a foto que vemos a seguir:

Foto nº 04 – Casa de Silvino Jacques em Caracol/MS



Fonte: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=7446625>

---

<sup>62</sup> Pequeno boteco.

Depois de tudo pronto e já estando o “bolicho” funcionando, Jacques trouxe sua esposa, dona Jandira, de apelido Zanir (ver foto) e era “ela quem tomava conta do boteco enquanto o marido trabalhava na fazenda Santa Maria” (IBANHES, 2012, p. 47). Contudo, de acordo com o escritor, nunca perdeu o contato com “o pessoal do Rio Grande do Sul” e “a vida lhe transcorria sossegada” (p. 49).

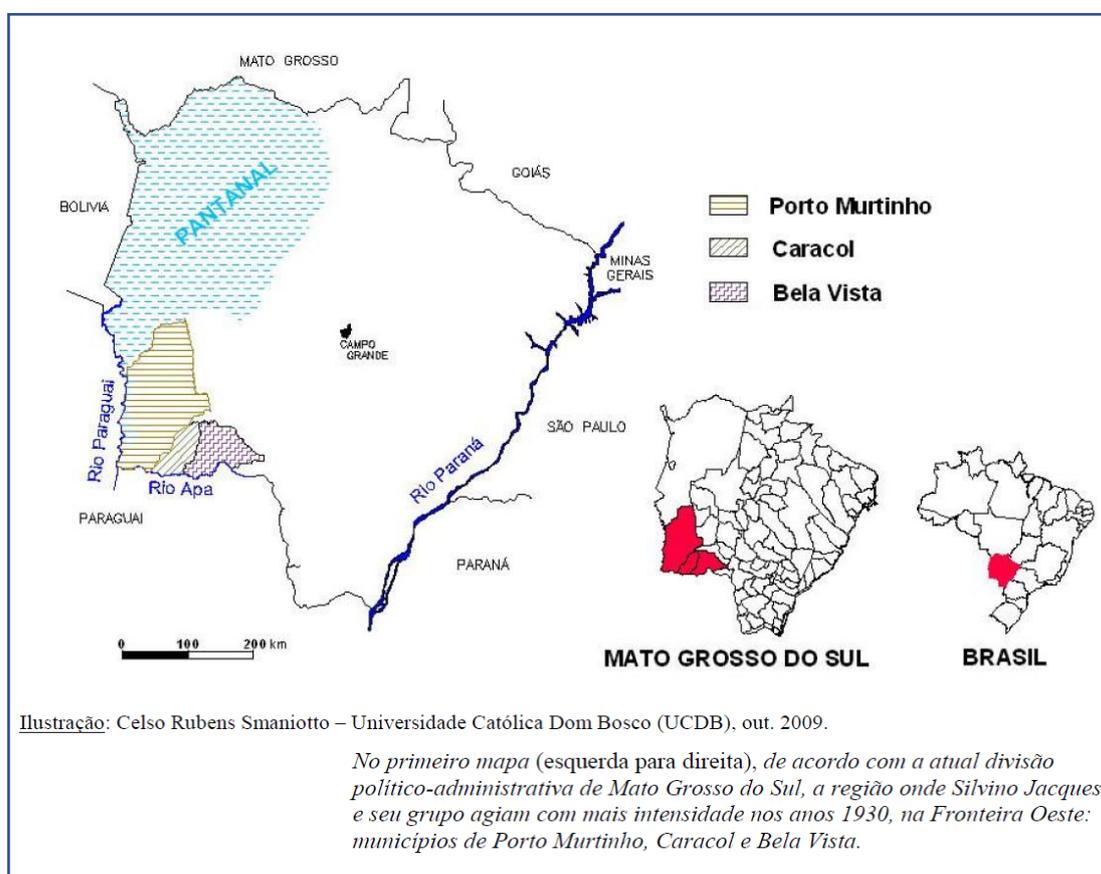
Foto nº 05 – Silvino Jacques e Zanir, sua Esposa e a filha Hilda



Fonte: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=7446625>

Retomando as análises de Ribeiro (2011), que em sua dissertação de Mestrado: *Mundos de Silvino Jacques: terra, banditismo rural, poder e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil (1929-1939)*, traça as relações e contradições entre propriedade, poder local e banditismo na trajetória de Silvino Jacques. Neste aspecto, ele demonstra o espaço de conflito e de confronto na vida do “fazedor de mortos”, que ele mesmo demonstrou em mapa, conforme vemos a seguir:

Mapa nº 09 – Trajetória de Silvino Jacques e seu bando



FONTE: Dissertação de Mestrado de Arnor da Silva Ribeiro (p. 12)

No dizer de Ribeiro “a fronteira em suas dimensões cultural, simbólica e geopolítica, tornou-se um traço marcante na vida de Silvino Jacques” (p. 13). Para ele, Jacques se auto identificava “fronteiriço” por meio de suas trovas.

Bela Vista foi também fonte de inspiração de outro escritor brasileiro: Visconde de Taunay, que em seus relatos de viagem durante a Guerra do Paraguai, menciona a cidade em seu livro *A retirada da Laguna*.

É dia seguinte, 21 de abril, às 8 da manhã, deram os clarins do quartel general o toque de marcha: nada menos significava do que transpormos a fronteira, entrar em território paraguaio e atacar o forte de *Bela Vista*, que, deste lado, é a chave de toda aquela região.

[...] Estava no auge da alegria, o olhar como o de um rapineiro, a fitar *Bela Vista*, que começávamos a avistar. De repente, no momento em que acabávamos de chegar ao seu lado, percebemos que a fisionomia se lhe anuviara: "A perdiz, disse-nos, voa do ninho e nada nos quer deixar, nem os ovos". Mostrava ao mesmo tempo ténue fumo que subia aos ares. São as casas de *Bela Vista* que incendiaram.

[...], No entanto, do alto do morro da *Bela Vista*, viam-se de dia numerosos cavaleiros inimigos, de sentinela ao pé de grandes buritis. À noite ousavam alguns acercar-se do acampamento ainda mais. (TAUNAY, n/d, p. 23,24, *grifos nossos*).

Vale ressaltar que a *Bela Vista*, descrita por Taunay em fins do século XIX, expunha um contexto totalmente diferente da *Bela Vista* narrada por Brígido Ibanhes. A de Taunay, período de quando Mato Grosso era uma Província, descrevia o avanço das tropas brasileiras na Guerra da Tríplice Aliança. A de Ibanhes, abarca o cenário que conta os feitos de Silvino Jacques nos idos de 1930 e os relatos de infância e adolescência do escritor.

Além das variadas descrições de Visconde de Taunay, ao cruzar a fronteira Brasil e Paraguai, Brígido Ibanhes que se localiza como narrador/personagem de *Chão do Apa – entre contos e memórias da fronteira* (2010) – por meio de suas reminiscências nos conduz à cidade brasileira de *Bela Vista/BR*, conforme constatamos a seguir:

Na margem brasileira, perto do rio, localizava-se um bairro pobre, com vários cabarés e casas de prostitutas. [...] poucas casas esparsas, mas muita violência. As polcas paraguaias tocavam o dia todo nas eletrolas, acompanhadas pelos gritos histéricos das raparigas, que, sentadas no colo dos fregueses, passavam o dia tomando cerveja, vermute ou quinado [...] (IBANHES, 2010, p. 29, 30).

[...] Quando só meu pai morava no Brasil, todos os dias após as aulas matutinas no Paraguai, eu montava em pelo na *Coreana*, uma égua matunga, e lhe levava uma reforçada marmita. As vezes era o *lôcro* – canjica com puchero, matambre cozido e *sopa paraguaia*, ou até um simples *vori-vori*<sup>63</sup>. [...] As águas do rio

<sup>63</sup> Canja de frango caipira com bolinhos de milho moído.

Apa eram tão limpas que eles tinham, dentro das canoas, recipientes de latas vazias de óleo, para que a gente bebesse da água. Era ali, também, no Passo Público, que os padres norte-americanos, ao final do dia, se encontravam; e ficavam conversando em inglês. A gurizada ficava por perto imitando os sons ou curtindo o diálogo dos filhos do Tio Sam.

Mais para baixo do Passo Público ficava o Passo Itá, uma espécie de barragem de pedras, por onde carros, carroças e cavalos cruzavam a fronteira. Acredito que isso era obra do tempo da Retirada da Laguna, na Guerra do Paraguai, por onde passaram canhões e carroções. Muitos contrabandistas caíram presos ali. Era bastante raso e, ali cruzei, tombando nas pedras lisas. Quando pisei em solo paraguaio já era de noite (IBANHES, 2010, p. 54 e 55, *grifos do autor*).

Na representação literária de Ibanhes, ambas as cidades compõem seus contos e memórias no trânsito do “*vai e vem*” entre os dois países. Lugares que ultrapassam as memórias do autor por tratar-se de cenário de uma história real no fim do século XIX que foi a Guerra do Paraguai, fato este, também mencionado nas reminiscências do escritor transportadas para o narrador:

A guerra sangrenta, hedionda.

Sem piedade, sem compaixão, sem convenção.

Por questões de fronteira no sul de Mato Grosso, para barrar a suposta supremacia do Paraguai na América do Sul, e principalmente no interesse político e financeiro da Inglaterra. Coligada com o império brasileiro através do sinistrar articulações do Barão de Mauá, declarou-se a guerra à nação guarani. Forças imperialistas, por sua vez, coligadas com as mesquinhas forças de Mitre, da Argentina, interessada em manter o controle no Mar del Plata, e com o Uruguai, mera carta do baralho, no jogo dos poderosos, sob o compromisso de um documento nefasto assinado na calada da noite, denominada de a Tríplice Aliança, declaravam o extermínio de um povo.

A campanha da Guerra do Paraguai já perdura por seis anos sangrentos, e o seu final se aproxima. O que sobrou das tropas do comandante paraguaio, Solano Lopez, não passa de uma maltrapilha caravana destroçada pelas intempéries e pelos obuses dos canhões. A comitiva se arrasta apenas sob o vigor do patriotismo. Mas os inimigos não vão sossegar enquanto não entregarem ao Senado Brasileiro, em bandeja de prata, a cabeça do ditador paraguaio que ousou fomentar o crescimento do país

sem as amarras dos países mais poderosos do mundo (IBANHES, 2010, p. 9).

Cabe destacar ainda que a cidade de Bela Vista ao longo dos anos passou por um processo de transformação urbana. Trazemos como recorte, nesta pesquisa, a preservação dos lugares mais antigos da urbe. Partindo na noção de historicidade ligada ao espaço urbano, enfatizamos aqui os casarões, as ruas e o “Monumento Internacional de *Nhandipá*” que está situado no local em que ocorreu o confronto de maior consideração no cenário da Guerra do Paraguai, lugar em que tombaram centenas de brasileiros e paraguaios. As vinculações históricas neste estudo perfazem as ambiências carregadas de toques físicos, sociais, culturais e temporais buscando um breve resgate histórico no processo de conservação do patrimônio urbano.

#### **2.4 O Rio Apa – águas transfronteiriças**

Este rio é um curso de água que banha a fronteira entre o Estado de Mato Grosso do Sul/Brasil e a República do Paraguai. Nasce na serra de Amambai, mais precisamente no em Ponta Porã, denominado de Cabeceira do Apa e após percorrer quilômetros, deságua na margem esquerda do rio Paraguai.

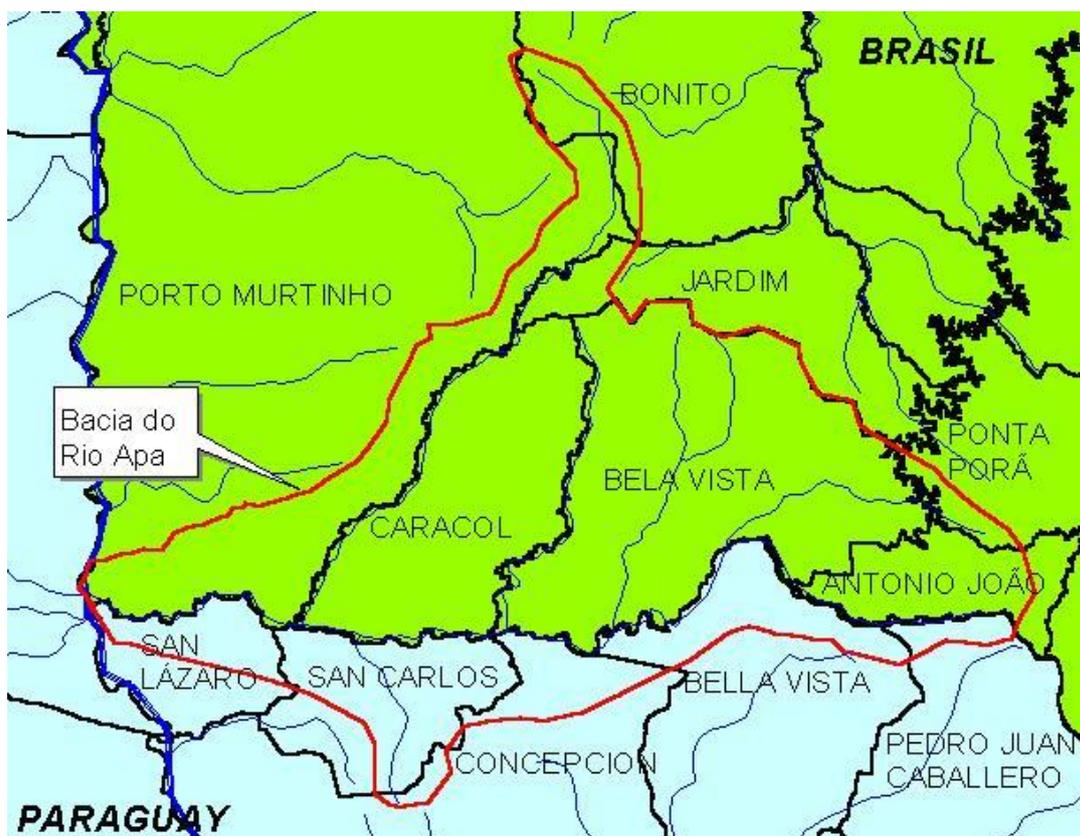
De acordo com Braga & Silva (2008, p. 12), a bacia do rio Apa é uma das seis bacias hidrográficas que formam, no Estado do Mato Grosso do Sul, a grande Bacia do Alto Paraguai, onde encontra-se o Pantanal, maior área úmida de água doce do mundo. O que se pode observar é que dois países compartilham as águas do Rio do Apa: Brasil e Paraguai. No Brasil, os municípios que recebem as águas do Apa, são: Antônio João, Bela Vista, Bonito, Caracol, Jardim, Ponta Porã e Porto Murtinho. Já no Paraguai, as águas do rio Apa vêm dos Departamentos (estados) de Amambay, Bella Vista, Concepción, Pedro Juan Caballero e San Lazaro. Segundo os estudiosos,

A bacia hidrográfica do Rio Apa está localizada na Bacia do Prata e no extremo sul da Bacia do Alto Paraguai e abrange uma área de 15.617,53 km<sup>2</sup> sendo que destes, 3.436,22 km<sup>2</sup> estão situados no Paraguai e 12.181,31 km<sup>2</sup> estão situados no Brasil<sup>64</sup>.

<sup>64</sup> Fonte: <<https://aguasinternacionais.wordpress.com/2012/08/17/localizacao-rio-apa/>>.

De acordo com BRAGA & SILVA (2008, p. 12)<sup>65</sup>, o rio Apa possui mais de 500 quilômetros de extensão. Demarca a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Podemos observar no mapa os municípios brasileiros e paraguaios na bacia do Rio Apa:

Mapa nº 10 – Bacia do Rio Apa: Águas Internacionais



Fonte: referência em nota de rodapé nº 62

O Apa é um rio de águas rasas e límpidas na maior parte do ano. Suas águas correm entre serras, o que por sua vez, na época das chuvas faz com que seu nível oscile muito, subindo e descendo rapidamente. Suas matas ciliares são virgens em grande parte, com apenas pequenos pontos de acesso para o gado das fazendas da região. Quando seu nível está baixo, o rio é de difícil navegação devido a várias corredeiras, pedreiras e

<sup>65</sup> “Esta publicação foi concebida pelo projeto *Pé na Água*, realizado pela UFMS com apoio do CTHidro/CNPq” e é uma cartilha para difundir conhecimento sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Apa. Texto em português e guarani.

cascalheiras com degraus. Segue uma visão panorâmica do Rio Apa:

Figura nº 10 – Visão panorâmica do Rio Apa na fronteira/cidades gêmeas – Br/Py

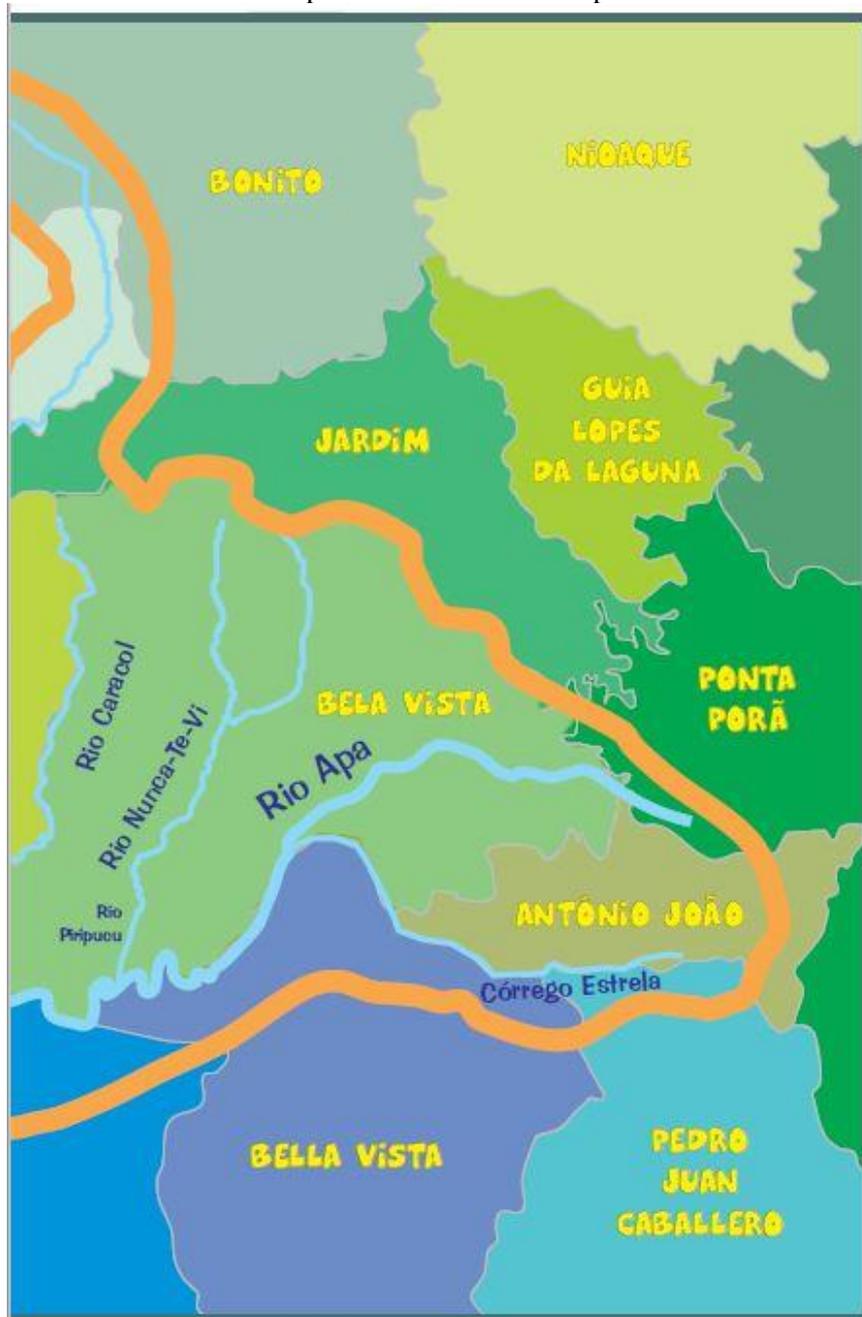


Fonte: Imagem fornecida pelo Google Earth.

Ao tratar desta região, Braga & Silva (2008, p. 13), afirmam que “a água não respeita limites territoriais ou políticos”, ou seja, os córregos, rios, lagos ou mares, tanto na superfície quanto nas vias subterrâneas (poços), “podem atravessar fazendas, cidades, Estados e até países.

Os pesquisadores ainda destacam que na Bacia do Apa vivem em torno de trezentos e cinquenta mil brasileiros e paraguaios. E, que, as “características culturais dessa população são resultados da mistura de hábitos e costumes de vários povos que habitam ou habitavam essas terras” (BRAGA & SILVA, 2008, p. 14).

Mapa nº 11 – A Bacia do Apa



FONTE: BRAGA & SILVA (2008, p.17)

Constata-se que, de acordo com Braga & Silva (p. 18), uma das características da Bacia do Apa “é a integração de diversos tipos de vegetação e fauna característicos do Cerrado, Mata Atlântica e Chaco aos diversos ambientes do Pantanal”. A fauna dessa bacia possui características singulares no lado brasileiro, onde se pode encontrar aves como o “aranquã”, o gavião-caramujeiro e o periquito pilépa.

O município de Bela Vista/MS está totalmente situado na Bacia do Apa. Inclusive, o abastecimento público da urbe utiliza as águas captadas diretamente do rio. E, a cidade, ainda conta com a ponte internacional que exerce o papel demarcatório da região, ligando a cidade de Bella Vista Norte/PY, fluxo entre os dois países, tema já explorado anteriormente.

Visconde de Taunay em *A Retirada da Laguna*, descreve o Rio Apa que tão majestosamente o encantou<sup>66</sup>:

Tendo chegado nessa tarde a margem de uma ribeira que os hespanhoes denominam Sombreiro, fomos acampar no ângulo que ella fôrma ao lançar-se no Apa. Admiravamos o magnífico rio, limite das duas nações, cujo aspecto, com a sua mata espessa, tão vivamente nos impressionára quando o avistamos de longe. Grande futuro lhe está reservado depois da guerra.

O Apa sahe por três nascentes, para logo reunidas, da cadeia dos montes Dourados, um tanto abaixo da colônia militar deste nome a 12 leguas E. S. F. de Miranda, e corre a princípio O. dez gráus N. até o forte de Bella Vista, que está sob o 22° paralelo, e dahi voltando para O. dez graus S., vae com um curso levemente sinuoso, banhar Sancta Margarida, Rinconada e outros fortins até o Paraguay, em cujo leito perdem-se suas aguas. O coronel ao chegar, pediu que lhe dessem água, dessa mesma água do Apa, e, ou porque vagas reminiscências históricas relativas a caudaes acordassem na sua memória [...].

O Apa nesse sitio tem grande correnteza, mas as enormes lages de que tem o fundo como calçado, convidam a entrar em suas formosas aguas: foi o que fez grande número de soldados; muitos chegaram a atravessar para a outra margem, dizendo que iam individualmente conquistar o Paraguay (TAUNAY, 1874, p. 69, 70).

O encantamento do rio fez sobressair o olhar de Taunay, escritor também conhecido por suas características paisagistas, mesmo em meio a fatigante caminhada durante a Guerra do Paraguai. Taunay conseguia vislumbrar o fundo do rio calçado com pedras que, instintivamente, convidava os soldados a mergulhar em suas águas.

Guimarães Rosa (2001, p. 38), olhando da Vila Militar, descreve a visão que

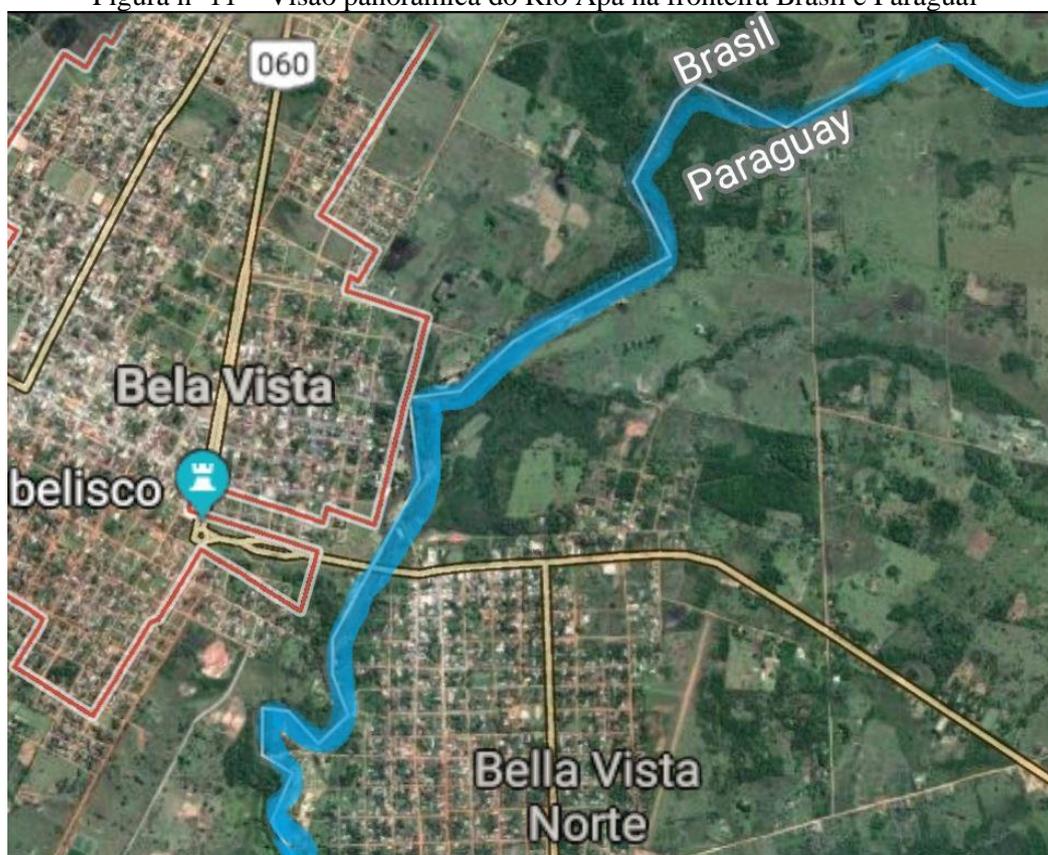
---

<sup>66</sup> A citação encontra-se grafada dessa forma no exemplar que temos em mãos, fornecida pelo Domínio Público, conforme referendado nas referências ao término deste trabalho. A opção feita foi a de manter a forma original.

seus olhos alcançavam ao ver o Rio Apa: “contemplamos as duas Belas Vistas — como livro pelo meio aberto — lisas, onduladas de ligeiro. Oblíqua, corre para dentro do Paraguai uma crista azulada, no fundo”. Fazendo a analogia de “um livro aberto pelo meio”, Guimarães Rosa descreve o conteúdo destas duas cidades que se abrem. Se abrem como um livro, ora de história, ora de literatura, um livro aberto que revela as culturas, as identidades, as lutas pela liberdade, pelo sonho dos seus habitantes.

Ainda no olhar do Diplomata ao se referir às águas do Rio que lhe fazia enxergar as duas cidades como “*um livro pelo meio aberto*”, também se detém no “*chão do Apa*” quando descreve: “o Apa, cor de folha, mostra seus seixos rolados no fundo. Verdadeiro e formoso, como Taunay o tratou” (ROSA, 2001, p. 38). Para ele, as águas límpidas do Apa revelavam a beleza e a veracidade de uma “fronteira sem divisas”, trazendo-lhe à memória a descrição de Visconde de Taunay que também se encantava com o Rio delimitador entre Brasil e Paraguai. Podemos, através do mapa (via satélite), imaginar o panorama descrito por Rosa:

Figura nº 11 – Visão panorâmica do Rio Apa na fronteira Brasil e Paraguai



Fonte: Imagem fornecida pelo Google Earth.

Segundo Braga & Silva (2008, p. 15), a bacia do Apa foi um dos mais importantes palcos da Guerra da Tríplice Aliança (1864 a 1870). Em cidades brasileiras como Bela Vista/MS e Jardim/MS, travaram-se importantes batalhas. E, foi, também, nessa região que ocorreu boa parte do episódio conhecido como *Retirada da Laguna*.

Mais do que um rio que separa ou une as duas nações, o Apa encantou, saciou a sede e abrigou personagens da história no período da Grande Guerra. Foi testemunha das batalhas, dos sonhos patrióticos e tornou-se ainda mais caudaloso com as lágrimas dos heróis que tombaram em suas margens.

O seu chão, descrito por Taunay como sendo firme e forte (*as enormes lages de que tem o fundo como calçado...* ‘1874, p. 70’) e por Guimarães Rosa, comparado a um livro aberto ao meio (*corre para dentro do Paraguai uma crista azulada, no fundo* ‘2001, p. 38’), tornou-se na verdade, um caminho cultural que desagua as mais diversas manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de ambos os povos que transitam no vai e vem dos dois países. Povos que fazem refletir a história, a música, a literatura, os mitos e os hábitos que circundam gerações a sua volta.

Brígido Ibanhes, descreve esse rio com um certo orgulho de propriedade, enquanto o destaca como fronteira entre ambos os países, como se dele compartilhassem os paraguaios para com os brasileiros:

Diz o ditado que o Apa é um rio feiticeiro, e quem lhe bebe das águas nunca mais esquece os requebros das paraguaias ao som das polcas e o churrasco gordo nas estâncias, e sempre voltará para matar as saudades. [...] Do outro lado do rio é o Brasil. [...] O Apa separa naquela região, dois países, duas cidades: Bella Vista, Paraguai e Bela Vista, Brasil, até hoje, quando a coirmã paraguaia se chama Bella Vista Norte, pois deve existir outra homônima ao sul (IBANHES, 2010, p. 23, 29)

Em entrevista a Mauricio L. Soares (2013), Brígido Ibanhes destacou o “Chão” do Rio Apa que o levou a nomear a sua obra em 2010, destacando:

Em todos os cantos do Chão do Apa e ali também existe uma simbologia [...] eu tenho que achar uma maneira de traduzir para as pessoas, pro leitor que o que vem do Paraguai, o chão que vem do Paraguai [...] ele passa por baixo do Apa, por baixo da água e continua no Brasil. Que é um chão único, né. Por mais que

queiram considerar o Apa um rio como um divisor [...] mas, por baixo o que existe é continuado, o que existe perene ali, que não vai se deslocar [...] não vai quebrar, vamos dizer assim: pra identificar melhor a fronteira é o chão. Então o chão vem do Paraguai, passa por baixo do Apa e continua. Então ali, me ocorreu essa ideia [...] vou escrever o Chão do Apa. [...] O chão, o chão para todos os lados, né (IBANHES, apud, Soares (2011, p. 69).

No olhar do literato o Rio Apa desnuda a fronteira, entrelaça os povos e transforma a divisa dos dois países em trânsito livre por baixo das águas, quando ele afirma no fragmento acima, “o chão que vem do Paraguai [...] um chão único”.

Ali, por baixo das águas, o chão molhado não deixa pegadas de culturas, nem de línguas, nem de diferenças políticas ou sociais e nem tão pouco de nacionalidades.

É nesse chão que Ibanhes conta as suas histórias, revela as suas reminiscências e de seus antepassados e se faz fronteiriço! Nesse “chão”, por baixo das águas, o escritor busca construir uma narrativa histórica, tendo como opção “um alicerce” de memórias e relatos que caminharam verbalmente ano após ano, por meio de seus antepassados e conhecidos que transitaram na fronteira. Na verdade, o escritor se apropria do chão que “vem do Paraguai, passa por baixo do Apa e continua”, ou seja, a extensão do Paraguai e do rio, invés de divisor dos dois países, nada mais é do que um trânsito fronteiriço sem demarcação.

Sob esta perspectiva, e de outro modo, releva sublinhar que Brígido Ibanhes atravessa por essa região fronteiriça, delineando um mapa imaginário, que desenha o fundo do rio, sem demarcações de culturas, línguas ou nacionalidades. Talvez, seja por isto que ele, em entrevista já mencionada anteriormente, se auto declare: “nascido num país (*che retã*, em guarani que significa: *minha terra, minha aldeia*) chamado fronteira”. Este é o Apa, descrito por Brígido Ibanhes como “um rio feiticeiro, e quem lhe bebe das águas nunca mais esquece” (IBANHES, 2010, p. 23).

Brígido, ao narrar a trajetória de *Silvino Jacques, o último dos bandoleiros* (2012), afirma que, numa segunda fase de sua vida, ele se dá a conhecer sob o codinome de Valdemar Pereira, no final de 1929, quando emigra para o “antigo” Mato Grosso. Ibanhes, destaca neste episódio que o Rio Apa é mais do que uma referência geográfica, pois, “os habitantes da fronteira se misturavam de tal forma que formavam raça e cultura

própria” (IBANHES, 2012, p. 35). É neste sentido que o “chão do Apa” move a fronteira e estabelece o ponto de intercessão entre duas nações que outrora, pisaram suas águas com sede, não do rio, mas de conquista política e militar.

Para a nossa pesquisa, julgamos importante perceber o conceito de fronteira com base na definição geográfica ou territorial, o que nos abriu um panorama da extensão fronteiriça que abarca o território brasileiro. Isto se deu passando pelos Tratados e pelos subsídios do CODIF e IBGE.

Destacamos, sobretudo, o espaço fronteiriço entre Brasil e Paraguai passando pelas disposições do MIN, num apanhado de informações sobre a demarcação desta faixa de fronteira, em especial, a fronteira das cidades gêmeas Bella Vista Norte no Paraguai e Bela Vista, no Brasil, bem como, também, do rio Apa que marca a linha divisória entre os dois países.

No próximo capítulo, estudamos as representações históricas no limiar das narrativas literárias de Brígido Ibanhes, focando sob o olhar dos intelectuais da área, as representações presentes nas publicações que compõem o *corpus* desta Tese: *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* (2010) e *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012).

## CAPÍTULO III

### 3. REPRESENTAÇÕES: HISTÓRICAS E LITERÁRIAS

*“Se verdadeira, bela é a história,  
se imaginada, ainda mais”.*

(Guimarães Rosa)

Este capítulo mergulha nas inquietações dos intelectuais da História e da Literatura que é esse trânsito fronteiriço entre essas duas áreas do saber humano. Pretende-se aqui analisar os diferentes caminhos que acabam por confluir numa linha tênue entre os discursos do fazer história e do elaborar a ficção.

Para tanto, este capítulo perfaz dois momentos: o primeiro, que vai investigar a construção de representações históricas na escrita literária e, o segundo, que abarca a História e a Literatura no limiar das narrativas de Brígido Ibanhes, nas obras que compõem o *corpus* desta pesquisa.

### 3.1 As representações históricas na escrita literária de Ibanhes

Iniciamos neste tópico uma tentativa de demonstrar que a narrativa de Brígido Ibanhes nos conduz a um limiar entre a história e a literatura, as quais já mencionamos no capítulo anterior, as fronteiras. Agora, trata-se de representações. E, de forma introdutória, vale aqui pincelar que o termo “representação” tão presente na escrita do autor, é conceituado de acordo com o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, como sendo: "conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento". No contexto da História, o termo é tratado por Roger Chartier com a seguinte explicitação: “a tradição do idealismo crítico designa assim por *forma simbólica* todas as categorias e todos os processos que constroem *o mundo como representação*” (CHARTIER, 1990, p. 19), grifos do autor). Ele ainda destaca que o termo representação pode ser visto “num sentido mais particular e historicamente mais determinado”, ou seja, “a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma *imagem* capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é” (CHARTIER, 1990, p. 20, grifo do autor). O que se pode observar, portanto, é que a *representação* é de grande relevância para o desenvolvimento dos Estudos Culturais, Históricos e Literários.

Apenas para relembrar, esta pesquisa traz como fonte duas obras de caráter literário em que o autor constrói a sua narrativa considerando sua leitura de mundo enquanto escritor. Um dos elementos em que ele se apoia na sua escritura é a historiografia. Contudo, ao exercer a arte de escrever e registrar os eventos do passado, o literato representa o real buscando legitimar o imaginário do leitor por meio da sua ficção. Assim, as palavras por ele tecidas, vão refletir a história, sem de fato relatá-la em si. Desta forma, tomando como parâmetro as reflexões em torno da escrita histórica e literária, expomos a seguir o entendimento de alguns teóricos renomados no assunto que, através de um diálogo constante com as teorias elaboradas por estes pesquisadores, vão delinear em como se dá a construção das representações históricas na escrita literária. E, simultaneamente, nos debruçamos em abarcar o limiar da História e da Literatura nas narrativas de Brígido Ibanhes.

O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, no “*Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras – Sertões Brasileiros II – volume 3*, em

nota introdutória, faz uma indagação: “Qual a ideia por trás de um casamento da História com a Geografia, realizado no altar da Literatura?” (ATLAS, 2016, p. 8). É interessante observar nessa pergunta o entrelaçamento de três áreas tão distintas do saber das ciências humanas, mas que percorrem trajetórias paralelas e singulares sem, contudo, excluir ou desprezar umas às outras

Sidney Chalhoub (2003, p. 18), em análise sobre a escrita de Machado de Assis, precisamente na obra *Helena*, enfatiza que o autor tinha na sua escrita a visão social e política do Brasil em meados do século XIX, retratando no romance uma interpretação da sociedade brasileira durante aquele período. Para Chalhoub, a concepção e estrutura narrativa dessa obra de Machado evocava as práticas sociais e o contexto político vigentes na década de 1850. Neste sentido, de acordo com Chalhoub, observa-se um escritor “empenhado em interpretar o sentido da história” (p.18), bem como, de exercer o papel de informar e organizar, “as vezes de forma sutil, outras vezes aberta”, uma escrita de “denúncia, de antagonismos e da violência inerentes às relações sociais” (p. 19), vigentes naquele período no Brasil. Seguindo este viés de Chalhoub (2003), nos atrevemos a escavar esse subtópico, abrindo uma rede de diálogos com os demais estudiosos neste contexto. E, também, nos dedicamos a expor alguns fragmentos das obras, ora em estudo, nessa busca da representação histórica nas narrativas do autor aqui em evidência. Essa característica de Brígido em evocar a representação histórica nos instiga a perguntar: “Até que ponto a literatura de Ibanhes é história, melhor dizendo, nos remete a história”, uma vez que o escritor nos apresenta acontecimentos e personagens da vida real que fizeram “história” no Brasil na década de trinta.

Em meio à essas reflexões, nos lembramos de Tzvetan Todorov (1976, p. 21), que afirma que a obra literária é “história, no sentido em que evoca certa realidade, acontecimentos que teriam ocorrido, personagens que, deste ponto de vista, se confundem com os da vida real”. Desta forma, ele entende que a obra literária possui dois aspectos sendo ao mesmo tempo uma história e um discurso. Para ele, no caso do historiador e de sua escrita, “trata-se da apresentação dos fatos advindos a certo momento do tempo, sem qualquer intervenção do locutor na narrativa” (p. 58). Todorov, ainda destaca que “a narrativa literária, que é uma palavra mediatizada e não imediata e que sofre além disso os constrangimentos da ficção, só conhece uma categoria “pessoal” que é a terceira pessoa, isto é, a impessoalidade (p. 60). Neste sentido, para Todorov “o que diz *eu* no

romance não é o *eu* do discurso” (p.60), isto é, existe uma dialética da pessoalidade e da impessoalidade entre o *eu* do narrador (implícito) e o *ele* da personagem que pode ser um *eu* explícito, entre o discurso e a história. Ele, ainda entende, que no caso de um narrador onisciente é o discurso que suplanta a história. Ou seja, o *eu* do narrador, fica inteiramente apagado atrás do *ele* da personagem. Neste caso, o narrador ignora tudo o que se refere a personagem e apenas vê seus movimentos e gestos, ouve as suas palavras e, aqui é a história que suplanta o discurso. Em outras palavras, o narrador se apega a uma das personagens e observa tudo através de seus olhos. Ocorre nesse tipo de narrativa “a fusão do *eu* e do *ele* em um *eu* que conta, o que toma a presença do verdadeiro *eu*, o do narrador (p. 61). Por fim, Todorov entende que

toda narrativa combina várias visões ao mesmo tempo; existem, por outro lado, múltiplas formas intermediárias. A personagem pode trapacear consigo mesma ao contar, como pode confessar tudo o que sabe sobre a história; pode analisá-la até os mínimos detalhes ou satisfazer-se com a aparência das coisas; pode apresentar-nos uma dissecação de sua consciência (o “monólogo interior”) ou uma palavra articulada; todas essas variedades fazem parte da visão que põe em condição de igualdade narrador e personagem (TODOROV, 1976, p. 61).

Com base no excerto acima, pinçamos um fragmento da literatura de Brígido Ibanhes em que o autor chama a história para dentro da sua escrita ficcional, vejamos:

Naquele dia, em meados de 25, vinha ele tocando a tropa na subida da serra de Maracaju, quando topou com uma pequena comitiva. Quem a comandava era o então *Tenente Juarez Távora*, que tinha como guarda costas um moço sulista de nome Argemiro Leão, membro da Guarda Nacional e da segurança pessoal de *Getúlio Vargas* (IBANHES, 2012, p. 50, grifos nosso).

Grifamos na citação supra, dois personagens que foram parte da história do Brasil nos idos dos anos trinta - período histórico que compreendeu a Revolução de 1930, certamente um dos mais debatidos na historiografia do Brasil contemporâneo. A primeira, trata-se do Tenente Juarez Távora. E, sem nos envolvermos numa análise mais detida sobre ele, nos lembramos de Luiz Felipe Cezar Mundim que, de forma sintética aqui, nos esclarece que Juarez Távora “atravessou todo o século XX como um dos principais

personagens na história brasileira, embora apareça apenas de maneira secundária na historiográfica (MUNDIM, 2015, p. 328). Mundim, destaca, que Juarez, seguindo as trilhas do seu irmão Joaquim Távora, compôs as lutas cultivadas pelos insurgentes que ficaram conhecidos como *tenentes*, onde acabou assumindo um importante desempenho de liderança do movimento, sobretudo, ideológica. Segundo Mundim (2015, p. 334, grifo do autor), “Juarez Távora iniciava a sua espécie de cruzada, por todo o restante da carreira, pela organização segura e harmônica do Brasil, livre da influência de *doutrinas exóticas*”, sobretudo, o comunismo, que começava a “ameaçar seriamente” o Brasil. Ainda no dizer de Mundim,

Iniciado o movimento de 1930, Juarez Távora assumiu posição de liderança no Norte-Nordeste” e, por meio das “articulações com políticos da Aliança Liberal, como Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas, Antônio Carlos e outros dissidentes do antigo regime, abriram-lhe o caminho da política institucional (MUNDIM, 2015, p. 338).

Como nos esclarece Mundim (2015), embora a Revolução de 1930 tenha projetado o Exército para o centro do poder nacional, principalmente “pela burocracia militar, estrutura organizacional que o novo sistema exigiria”, Juarez, visualizou que a vitória se mostraria demasiadamente precária em seu pressuposto *tenentista* de racionalizar e organizar o Estado, pois esperava mudanças reformistas da revolução. Em decorrência disto, Juarez se distanciou “da visão da cúpula do Exército durante os anos que se seguiram, até a deposição de Vargas em 1945” (p. 337). De acordo com Boris Fausto: “O tenentismo dessa fase pode ser definido, em linhas gerais, como um movimento política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem como embrião” (FAUSTO, 1997, p. 80). Na literatura de Ibanhes, na citação antes mencionada, o Tenente Juarez Távora, comandava a tropa que marchava em direção à Coluna Prestes que seguia pelo sul do Antigo Mato Grosso.

A segunda personagem explicitada na citação em análise, trata de Getúlio Vargas, ex-Presidente do Brasil que governou o país entre os anos de 1930 a 1945, período que ficou conhecido como “Era Vargas”.

Retomando as conceituações de Todorov sobre essa questão da escrita literária

que abarca a história, o crítico afirma que “o romance é um ser vivo, uno e contínuo, como qualquer outro organismo, e notar-se-á, creio eu, que ele vive precisamente à medida que em cada uma de suas partes aparece qualquer coisa de todas as outras” (p. 80). Assim, para ele, “o crítico que, a partir da textura fechada de uma obra terminada, pretender traçar a geografia de suas unidades, será levado a colocar fronteiras tão artificiais, temo eu, quanto todas aquelas que a história conheceu” (p.80).

Peter Burke (1992, p.108) em *A escrita da história: novas perspectivas* — discorre que os escritores gregos e seus públicos não colocavam a linha divisória entre história e ficção no mesmo lugar que os historiadores a colocam hoje. Para ele, a narrativa histórica se transformou em tema para debates, ao menos para dois tipos: a) um em que —os historiadores deveriam considerar as estruturas mais seriamente que os acontecimentos e outro, b) onde eles continuam a acreditar que a função do historiador é contar uma história (BURKE, 1992, p. 330). Em uma abordagem sobre os historiadores estruturais, Burke destaca que

os historiadores estruturais mostraram que a narrativa ficcional tradicional passa por cima dos aspectos importantes do passado, que ela é simplesmente incapaz de conciliar, desde a estrutura econômica e social até a experiência e os modos de pensar das pessoas comuns. Em outras palavras, a narrativa não é mais inocente na historiografia do que o é na ficção (BURKE, 1992, p. 330).

Ele ainda acredita que os historiadores podem não somente aprender acerca das técnicas narrativas utilizadas pelos romancistas, mas também, utilizar a própria narrativa ficcional “inspiradas por uma variedade bem maior de escritores modernos”, afim de que : “[...] sirva como solução poderia ser possível tornar as guerras civis e outros conflitos mais inteligíveis, seguindo-se o modelo de alguns problemas que os historiadores há muito vem lutando, nos quais Burke, destaca:

Em primeiro lugar, poderia ser possível tomar as guerras civis e outros conflitos mais inteligíveis, seguindo-se o modelo dos romancistas que contam suas histórias, partindo de mais- de um ponto de vista.

Em segundo lugar, cada vez mais historiadores estão começando a perceber que seu trabalho não reproduz “o que realmente aconteceu”, tanto quanto o representa de um ponto de vista particular. Para comunicar essa consciência aos leitores de história, as formas tradicionais de narrativa são inadequadas. Os narradores históricos necessitam encontrar um modo de se tornarem visíveis em sua narrativa, não de autoindulgência, mas advertindo o leitor de que eles não são oniscientes ou imparciais e que outras interpretações, além das suas, são possíveis. Em terceiro lugar - e este é o tema principal deste capítulo - um novo tipo de narrativa poderia, melhor que as antigas, fazer frente às demandas dos historiadores estruturais, ao mesmo tempo em que apresenta um sentido melhor do fluxo do tempo do que em geral o fazem suas análises (BURKE, 1992, p. 336, 337 3 338).

No olhar de Burke (1992, p. 340), os historiadores podem aprender com as técnicas narrativas dos romancistas, pois ele entende que os historiadores não são livres para criar seus personagens, tão pouco os pensamentos e as palavras de seus personagens. Além disso, ele entende que os historiadores não consigam “condensar os problemas de uma época na narrativa sobre uma família, como frequentemente o fizeram romancistas” (BURKE, 1992, p. 340). Ao abordar a narrativa tradicional e a narrativa moderna, ele entende que ambas diferem não apenas na escolha do que consideram significativo no passado, mas também nas suas formas de explicação histórica. Para ele, “o objetivo de se buscar uma nova forma literária é certamente a consciência de que as velhas formas são inadequadas” (p. 336) aos propósitos de análise. Mas, Burke (p. 346) enfatiza ainda que as narrativas devem examinar a relação entre os acontecimentos e a cultura em que elas ocorrem e neste ponto, esclarece:

Se os historiadores estão procurando modelos de narrativas que justaponham as estruturas da vida comum pelos acontecimentos extraordinários [...] podem muito bem ser aconselhados a voltar à ficção do século vinte [...] pode ser que uma das discussões mais interessantes da narrativa histórica seja a obra de um historiador (BURKE, 1992, p. 347).

Dessa forma, ver na literatura a história que se escreve é, como Burke se expressou acima, “acontecimentos extraordinários” que vão além dos fatos postos. E,

concluindo o pensamento de Peter Burke (1992, p. 339), ele ressalta que, “de fato muitos romances famosos estão vinculados a importantes mudanças estruturais em uma determinada sociedade, encarando-as em termos do seu impacto nas vidas de alguns indivíduos.

Já De Decca & Lamaire (2000, p. 09), acrescentam esse diálogo explicitando que, no que se refere aos discursos históricos e literários há uma distinção entre ambos pois, no primeiro, observa-se o passado real e neste, a historiografia. Em outras palavras, vemos o discurso construído pelo historiador pautado no real. Já, na literatura traz a narrativa com uma recriação. E, para os pesquisadores “é esta distinção que aproxima um do outro – o historiador, do fato; e, o escritor da ficção literária” (p. 10). O entendimento de Decca & Lemare é que essa reescrita de fatos já ocorridos no passado torna-se “representações” que constituem uma forma imaginária de dados do passado já irrecuperáveis na sua imanência. Sobre isto, ele destaca:

Os dois pressupostos permitem num certo sentido, desradicalizar e ultrapassar a oposição entre documento/fato/verdade/história, de um lado, e, de outro, ficção/imaginário/literatura.

[...]

A contextualização da literatura, a sua leitura e interpretação como partes integrantes de contextos econômicos, políticos, sociais e culturais permitiram passar a primeira barra que separava o fato histórico dos fatos literários, mas ainda não permitiram chegar à plataforma conceptual e única que constitui a base do projeto Cliope, a saber, a concepção dos textos, literário e histórico como representações da realidade (DE DECCA & LEMARE, 2000, p. 10).

Para os pesquisadores, tanto a narração literária quanto a historiografia implicam “um processo e estratégias de organização da realidade” (p. 10). Para eles, tanto a história quanto a literatura reconfiguram um passado, sendo no caso da história uma “reconfiguração autorizada” (p.11), circunscrita pelas fontes. O mesmo não acontece com a literatura que ao contrário, “permite que o imaginário levante voo mais livre e amplamente, não se prendendo aos condicionamentos impostos pelas fontes da história. Outro ponto de vista enfatizado por De Decca & Lemare é que a distinção entre literatura e história se dá também pelo tipo de leitura que ambas tencionam provocar. No caso da

literatura seu objetivo é criar uma empatia, uma identificação, isto é, uma aproximação entre o leitor e o passado. Já o historiador tem em mente uma atitude mais enérgica que é apresentar a sua visão do passado dentro da visão “do que poderia ter sido” (p. 12). Ambos trabalham pela construção da memória, destacando que, na história, a memória articula três tempos diferentes: “a preservação do *passado* que se efetua transformando-o no objetivo de organizar o *presente* e de tornar possível a execução de um projeto *futuro*” (DE DECCA & LEMARE, 2000, p. 12, *grifo nosso*). Por fim, os estudiosos acreditam que embora a literatura seja menos didática que a história, sua expressão também se estabelece “num processo de socialização das memórias, das narrações, dos discursos” (p. 12).

No plano da construção narrativa, as pesquisadoras Vieira, Peixoto e Khoury (1995, p. 44), abordam a história como conhecimento e, neste sentido, elas afirmam que este é um processo de construção, ou seja, “é uma representação do real e, como tal, parte do real, e não o real em si mesmo”. Para melhor compreensão, elas explicam que “qualquer que seja a escolha do historiador por uma determinada linguagem, ela deve ser pensada e apresentada não como o real, mas como uma representação do real” (VIEIRA, PEIXOTO E KHOURY, 1995, p. 52). E, essa representação do real na construção narrativa de Ibanhes é notada quando ele descreve de forma ficcional, relatos da Revolução de trinta e dois. A exemplo:

A surpresa da revolução não é acompanhada de uma ofensiva militar fulminante em direção ao Rio de Janeiro. Ainda no dia 13 de julho o Coronel Klingler espera que o contato entre as tropas paulistas e as do Governo Federal, em Quedos possa resultar em entendimento (IBANHES, 2012, p. 54).

O literato trabalha na sua construção textual fatos históricos ocorridos no Brasil na década de trinta, reforçando sua escrita com fragmentos textuais de pesquisadores do período em foco, conforme constatamos: “A respeito da Revolução de 32, deixemos que Antonio Augusto Faria, Edgar Luiz de Barros e Edgar Carone nos relatem os motivos e fatos, com registros impregnados de méritos” (IBANHES, 2012, p. 50).

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento (2006) o diálogo entre a História e a Literatura é um caminho que percorre os trilhos do imaginário, ou seja, as narrativas se

baseiam no real como referente, isto é, são representações que fazem referência da vida e que a explicam. Neste caso, a base de entendimento do imaginário encontra-se na concepção da representação quando realça que “o imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente”. Ainda no dizer de Pesavento (2002, p. 13), não podemos olhar para a literatura apenas como uma fonte a mais e sim, “como a fonte que pode dar aquele algo mais que os documentos comumente usados pela história não fornecem” (p.13). Nesse entendimento, podemos pensar na literatura como um tipo de fonte histórica, que, de forma ficcional, discursa sobre o real, consentindo ao historiador averiguar acerca de importantes fatos e acontecimentos do passado, “configurando, assim, um novo olhar no historiador, tendo o escritor literário como um sujeito histórico sem deixar de ser livre para recriar o real” (p.13). Cabe-nos ainda trazer à lembrança que a historiadora sustenta a ideia que tanto a História quanto a Literatura exibem o mundo social como "representação" e sobre isto, ela ressalta “para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta [...] o que nela resgata é a reapresentação do mundo que comporta a forma narrativa” (PESAVENTO, 1998, p.117).

Lynn Hunt<sup>67</sup>, em seu livro *A Nova História Cultural* (2001, p. 19), afirma que um dos seus propósitos nesta publicação é mostrar de que modo uma nova geração de historiadores da cultura pode utilizar as técnicas e abordagens literárias, a fim de desenvolver novos materiais e métodos de análises. No decorrer da sua pesquisa, ela acredita que “todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo” (p. 25). No dizer de Hunt (2001, p. 27), “os historiadores aprendem a analisar as representações de seus universos a partir de seus temas, inevitavelmente, começam a refletir sobre a natureza de seus próprios esforços para representar a história”. Para ela, os historiadores estão tendo uma noção cada vez maior de que as suas opções supostamente subjetivas de técnicas narrativas e formas de análise também tem implicações sociais e políticas. Ela ainda destaca que “o romance cria uma experiência viva que adquire autoridade pelo fato de ser, aparentemente, um relato da experiência real” (p. 245), isto é, quando o narrador

---

<sup>67</sup> Professora de história europeia na Universidade da Califórnia e autora de diversos estudos sobre história cultural e Revolução Francesa.

expressa que está simplesmente relatando o que se passou no mundo exterior, ou seja, na vida real, automaticamente cria uma experiência viva. E isto se dá pelo fato de que embora o romance não seja um arquétipo da narrativa humanitária, seus criadores possuem uma consciência singular do poder de suas estratégias literárias. A exemplo, ela cita a obra *A cabana do pai Tomás* de Harriet Beecher Stowe, cujo “veículo imaginativo dos sentimentos abolicionistas é a dissolução da família de escravos, muito mais que as costas dilaceradas do escravo” (p. 243). Neste sentido, ela trata da representação literária reconfigurando o mundo real que serve de ferramenta para expressar o fato, no olhar da autora, de forma humanitária.

Olhar para o texto literário como uma "representação" que retrata a sociedade de uma época por meio do seu contexto, ou seja, a descrição das personagens, a forma como os mesmos se comportam e, por fim, a estrutura em que o enredo foi construído pautado nos acontecimentos da vida real, nos leva de encontro a John Gledson (1986) que tece uma análise sobre a escrita de Machado de Assis. Gledson sustenta a tese de que sua pesquisa não se limita apenas aos romances de Machado de Assis, mas, também aos contos e crônicas por ele escritos, cujos trabalhos foram pouco lidos e apreciados, a exemplo, *Casa Velha* e *A Estação* publicados em 1885, tendo como foco “uma admirável demonstração de como uma abordagem inicial dos eventos históricos, e de sua função dentro do romance, pode subverter as leituras convencionais do texto e revelar uma obra de arte mais coerente, tangível e consistente (GLEDSON, 1986, p. 16). Gledson ainda afirma: “Considero que os romances, como um todo, pretendem transmitir grandes e importantes verdades históricas, de surpreendente profundidade e amplitude” (p. 17). O pesquisador caminha pelas publicações de Machado de Assis, descortinando-nos alguns exemplos que demonstram a representação do real no ficcional. Vejamos esses exemplos: Nas obras: *Brás Cubas* (1880) que abarca o período de 1805 a 1809 e *Casa Velha* (1885) que retrata o ano de 1839, segundo Gledson (p. 17), Assis “enfoca um *ancien régime*, com o domínio de uma oligarquia segura de si, baseada na escravidão”. Nos romances: *Quincas Borba* (entre 1886-91) retrata o período de crise que mais fascinava Machado, que foi no final da década de 1860 quando pela primeira vez se percebeu que ia acabar a escravidão e *Dom Casmurro* (1899) com uma nova classe comercial, ligada ao capital internacional que representava uma ameaça para a tradicional classe dominante. Por último, Gledson (p. 17) cita os romances *Esau e Jacó* (1871-94) e *Memorial de Aires* (1888-89) retratando “uma impossibilidade de transformação no Brasil em benefício do seu povo”, sendo que na publicação de *Esau e Jacó*, Machado mostra o absurdo político e

em *Memorial de Aires* expõe o desastre social e traição econômica. É neste sentido que Gledson olha para os romances como veículos que transmitem grandes e importantes verdades históricas. Ele ainda destaca:

Em *Dom Casmurro* e *Memorial de Aires*, esses narradores são tão consistentes – em certo sentido, tão normais – a ponto de convencerem não apenas como personagens (ou seja, como pessoas verossímeis), mas também como porta-vozes da verdade. Como é bem sabido no caso de Bento, e como esse nosso livro mostra ser também o caso de Aires, eles exemplificam verdades, embora o que digam não seja a verdade, nem seja confiável. Se sua retórica nos convencer, se nos identificarmos com eles, partilharemos suas limitações e deixaremos de entender a verdade que o autor (isto é, Machado) torna acessível à nós, e da qual o próprio narrador, como personagem, faz parte – ele é um objeto, em outras palavras, mais do que sujeito (GLEDSON, 1986, p. 20).

Neste contexto, Gledson nos conduz a uma reflexão nesse trânsito entre a História e a Literatura afirmando que sua pesquisa tinha por objetivo mostrar “como Machado criou obras cujas tramas são determinadas por verdades históricas, das quais ele estava plenamente consciente” (GLEDSON, 1986, p. 25), ou seja, Machado faz uma representação da História em suas escritas ficcionais.

Na esteira dos debates da História e da Literatura, o historiador francês, Roger Chartier através de sua obra “*A beira da falésia*”, assevera que “narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus personagens, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidades” (CHARTIER, 2002, p.14) e, neste sentido ele afirma que “os historiadores sabem bem hoje em dia que também são produtores de textos” (p. 14). Ele prossegue tecendo sua análise sobre a construção discursiva da história, quando afirma que, a discussão dos interesses discursivos é em si mesma “socialmente determinada, limitada pelos recursos desiguais (linguísticos, conceituais, materiais etc.) de que dispõem aqueles que a produzem” (p.89). Para o historiador, essa construção discursiva conduz às posições e às propriedades sociais objetivas que são exteriores ao discurso que distinguem os diferentes grupos, bem como diferentes comunidades ou classes que compõem o mundo social. Para Chartier, “a tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, de outro lado, as restrições, as normas, as convenções que limitam o que

lhes é possível, pensar, enunciar e fazer” (p.89), nos remetem, afirma ele, por consequência, ao objeto fundamental de uma história que visa a maneira como os atores sociais dão sentido à suas práticas e à seus discursos. Para fundamentar essa linha de pensamento, o historiador destaque que:

A constatação vale para uma história das obras letradas e das produções estéticas, sempre inscritas no campo das possibilidades que as tornam imagináveis, comunicáveis e compreensíveis [...], mas a constatação vale igualmente para uma história das práticas que também são invenções de sentido limitadas pelas determinações múltiplas que definem para cada comunidade os comportamentos legítimos e as normas incorporadas (CHARTIER, 2002, p. 89).

Ainda neste viés de Chartier, em *História cultural: entre práticas e representações* (1988, p. 17), o estudioso afirma em nota introdutória que o papel das representações na História Cultural seria importante para "identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" e, enfatiza ele, “paralelamente, descreve a sociedade tal como pensam que ela é, ou que gostariam que fosse” (p. 19). Assim, partindo das representações do mundo social, ele acredita que o próprio ato de "representar" é uma prática social e as práticas sociais não podem ser compreendidas sem as mediações simbólicas que constroem o mundo como representação por sujeitos e coletividades, E, pelo fato de manter uma relação específica com a verdade, a história singulariza-se, uma vez que as suas construções narrativas buscam a reconstituição de um passado que existiu (1988, p. 84). Em outras palavras, o historiador entende que não se constrói a "realidade social" em dado lugar e momento, nem é possível que ela seja pensada e dada a ler, a não ser a partir de elementos socialmente disponíveis. Desta forma, essas “representações do mundo social”, servem de fronteira, de limiar entre o mundo narrado e o mundo real.

Outro estudioso neste tema é Luiz Costa Lima. Em *História, Ficção e Literatura* (2006, p. 36) tendo como base de referência as obras de Homero, Heródoto e Tucídides, ele, ressalta: “Heródoto e Tucídides não são o princípio da escrita da história; são apenas os primeiros historiadores de quem possuímos os textos integrais” (LIMA, 2006, p. 32) e conclui afirmando “tornam-se os primeiros com os quais começa a questão que nos

perturba”. Em outras palavras, Lima chama a atenção sobre considerarmos a forma em como a realidade é verbalmente retratada. Assim, propõe um entendimento sobre a diferença entre historiografia e obra de ficção. Para ele, a obra de ficção trabalha as “relações internas” da escrita – ecos, analogias, simetrias e contradições. Já a historiografia com as “relações externas” que remetem aos eventos e seu contexto. Lima (2006) enfatiza que se faz necessário repensar a relação entre “escrita da história, ficção e literatura”, uma vez que “a composição é sinônimo de preocupação *artística*, ao passo que o historiador se concentra na reconstituição da verdade” (p. 45, *grifo do autor*). E, ele mesmo faz uma indagação: “onde se estabelece as fronteiras entre as áreas?”. Ao longo das páginas que se sucedem, Lima nos conduz a pensar nessas fronteiras ao afirmar: “cada uma delas ocupa uma posição diferencial quanto à imaginação. A imaginação atua na escrita da história, mas não é o seu lastro” (p. 65). Ele ainda destaca que a escrita da História se apropria dos fatos em si, enquanto no discurso ficcional não existe a preocupação de se postular a verdade e reforça: “o ficcional literário incorpora, ainda que de maneira velada ou esotérica, parcelas da realidade (p. 282).

Outro ponto destacado por Costa Lima (2006, p. 364) refere-se a textos que mesclam documento e literatura, denominado por ele de “formas híbridas”. Neste contexto, o teórico faz referência ao literato de Graciliano Ramos:

Sem que deixe de ser um documento precioso, o texto das *Memórias* assume uma dupla inscrição. É um texto híbrido, documento e literatura, não por algum artifício, mas por direito próprio. Atrevo-me a pensar: mesmo que *Vidas secas* seja uma de suas obras mais recomendadas, não tem a força expressiva dessa forma híbrida; a vida miserável de seus personagens é sujeita à visão ainda estreita do escritor, que julgava ter de empobrecê-los para ser fiel ao que eram (LIMA, 2006, p. 358).

Sobre essa mescla de documento e literatura, já mencionamos anteriormente que Ibanhes nos apresenta nas duas obras, em análise nesta pesquisa, uma escrita recheada de fontes documentais que fundamentam a sua literatura ficcional.

Vale ressaltar também, que Hayden White (2001, p. 137), por sua vez, assegura, no capítulo “As Ficções da Representação Pactual”, na obra *Trópicos do Discurso*, que “os eventos históricos diferem dos eventos ficcionais nos moldes pelos quais se

convencionou caracterizar desde Aristóteles”. Em outras palavras, White entende que os historiadores se voltam para os eventos cujas situações são específicas de tempo e espaço. Eventos estes, que são ou foram em princípio notáveis ou compreensíveis. Em contrapartida, os escritores imaginativos, seja eles, poetas, romancistas ou dramaturgos, ocupam-se tanto dos eventos da vida real quanto do fictício ou inventado. Para White, a questão não se trata dos tipos de eventos com que os escritores literários ou os historiadores se ocupam. Mas sim, o que deveria nos interessar, segundo ele “é o grau em que o discurso do historiador e do escritor imaginativo se propõe, se assemelha ou se corresponde mutuamente” (WHITE, 2001, p. 137).

O teórico explicita que, embora os historiadores e os ficcionistas se interessem por diferentes tipos de eventos, tanto a forma de seus respectivos discursos, como seus objetivos, são frequentemente os mesmos. Ele ainda alega que “os leitores de história, e de romances, dificilmente deixam de surpreender com as semelhanças entre eles” (WHITE, 2001, p. 137), e que a distância entre o discurso histórico e o literário é bem reduzida, uma vez que ambos se utilizam dos tropos da linguagem para construir seus discursos. Ainda no dizer de White (p. 138), não se pode distinguir com facilidade entre o discurso histórico e o literário. A menos que se aborde sobre os tipos de verdade que cada um supostamente se apodera, contudo, para o teórico, “o escopo do escritor de um romance deve ser o mesmo que o do escritor de uma história” (p. 138) pois ambos almejam uma imagem verbal da realidade. Neste sentido, ele afirma:

O romancista pode apresentar a sua noção desta realidade de maneira indireta, isto é, mediante técnicas figurativas, em vez de fazê-lo diretamente, ou seja, registrando uma série de proposições que supostamente devem corresponder detalhe por detalhe a algum domínio extratextual de ocorrências ou acontecimentos, como o historiador afirma fazer. Mas a imagem da realidade assim construída pelo romancista pretende corresponder, em seu esquema geral, a algum domínio da experiência humana que não é menos real do que o referido pelo historiador (WHITE, 2001, p. 138).

White explica que não se trata de um conflito entre dois tipos de verdade, mas que “a história precisa submeter-se tanto aos padrões de coerência, quanto a padrões de correspondência” (p. 138), a fim de produzir um relato plausível. De acordo com o

estudioso, “da mesma forma, toda ficção deve passar por um teste de correspondência se pretender apresentar uma visão ou iluminação da experiência humana do mundo” (p. 138) e na sequência, White esclarece que “todo discurso escrito se mostra cognitivo em seus fins e mimético em seus meios”. Ele, por fim, define:

a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica.

Essa caracterização da historiografia como forma de criar ficção não será provavelmente recebida com simpatia pelos historiadores ou críticos literários, os quais, se concordam em alguma coisa, concordam em que a história e ficção se ocupam de ordens de experiência e, portanto, representam formas distintas de discurso, quando não opostas (WHITE, 2001, p. 139).

Hayden White (2001, p. 141) nos conduz ao entendimento de que no pensamento do século XIX que os fatos passados não falam por si mesmos, mas que o historiador fala por eles, fala em nome deles e moldam os seus fragmentos num todo, cuja representação é puramente discursiva e, ainda nesse pensamento do século XIX, os romancistas podiam lidar apenas com eventos imaginários, ao passo que os historiadores com os reais.

Para Michel de Certeau (2000, p. 4) o trabalho do historiador não se limita a produzir documentos ou textos em uma nova linguagem. Isso ocorre porque no seu fazer pesquisa há um diálogo constante do presente com o passado e o produto desse diálogo consiste na transformação de objetos naturais em cultura. Ou seja, o historiador incorpora a natureza à civilização. Para ele, “a construção de uma escrita (no sentido amplo de uma organização de significantes) é uma passagem, sob muitos aspectos, estranha que conduz da prática ao texto” (CERTEAU, 2000, p. 89). Como se pode ver, o estudioso entende que a produção de uma escrita cria um estranhamento, uma vez que propõe um momento delicado que ele denomina de “passagem”, referindo-se a um local por onde se passa ou em suas próprias palavras, o *lugar social*. Essa “passagem” da prática ou do fato para o texto transforma-se em discurso e “com o discurso parece se impor uma lei contrária às regras da prática” (p.89). Na visão do teórico,

a primeira imposição do discurso consiste em antever como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada, ou mesmo um ponto de fuga da pesquisa. Enquanto esta dá os seus primeiros

passos na atualidade do lugar social, e do aparelho institucional ou conceitual, determinados ambos, a exposição segue uma ordem cronológica. Toma o mais anterior como ponto de partida. Tomando-se um texto, a história obedece a uma segunda imposição. [...] também, o conjunto se apresenta como uma arquitetura estável de elementos, de regras e de conceitos históricos que constituem sistema entre si e cuja coerência vem de uma unidade designada pelo próprio nome do autor. Finalmente, para atar-se a alguns exemplos, a representação escriturária é "plena"; preenche ou oblitera as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta. Dito de outra maneira, através de um conjunto de figuras de relatos e de nomes próprios, toma presente aquilo que a prática percebe como seu limite, como exceção ou como diferença, como passa. (CERTEAU, 2000, p. 89).

Michel de Certeau acredita que a ficção produz enganos e segredos quando traça “um silêncio pela inversão de uma prática normativa e de sua condição social” (p. 90). E isto, porque produzem o *segredo na linguagem*, uma vez que por seus jogos de palavras invertem as condutas do trabalho e tomam o seu lugar. Por isto, Certeau, define que “a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta, isto é, ela própria é uma prática social que concede ao leitor um lugar distinto. Por fim, ele nos conduz a indagação: “O que é que o historiador fabrica quando se torna escritor? Seu próprio discurso deve revelá-lo” (CERTEAU, 2000, p. 90).

Percorrendo ainda as vias da representação histórica e Literária, Berhold Zilly (2001, p. 39), ao tratar da liminalidade entre História e Literatura, utiliza o termo *emplotment* citado por Hayden White, que caracteriza a historiografia narrativa por meio da organização dos fatos traçando um enredo com a clareza do começo, meio e fim. Desta forma, Zilly, esclarece que “a História, assim, é uma dramatização do material histórico, em uma linguagem mais ou menos figurativa, com tropos como: metonímia, sinédoque, ironia e, principalmente, metáfora [...]” (ZILLY, 2001, p. 39). Afirma ainda que a historiografia, quer de forma consciente ou não, sempre colocar o passado num contexto histórico e, desta forma, designar um significado para o presente e para o futuro, sobretudo, quando se trata de construir uma história nacional. Destaca, também que:

o arsenal da literatura universal preestabelece, prefigura, de certa forma, a visão da história. Com métodos linguísticos ou da análise

literária, ou até a lógica, às vezes, não se pode decidir se um contexto narrativo que se refere a uma realidade é literário ou não. Isso se dá principalmente quando se faltam recursos de ficção típicos da literatura de ficção propriamente dita, por exemplo, o discurso indireto livre, o monólogo interior, pontos de vista variáveis de um narrador onisciente.

[...]

A literariedade de um texto não ficcional também pode aumentar porque o interesse por sua função referencial diminui (ZILLY, 2001, p. 39).

Com base no fragmento acima, Zilly entende que todo esse contexto não quer dizer que não haja uma diferença marcante entre a historiografia e a literatura ficcional, pois a primeira se baseia nas fontes e busca um alto grau de veracidade, enquanto que a segunda, não se detém na verificação dos fatos referidos tendo que comprová-los.

### **3.2 História e Literatura no limiar das narrativas de Brígido Ibanhes**

Uma das características do escritor Brígido Ibanhes, tanto na obra *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira* (2010) quanto em *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros* (2012) é que ele tece na sua escrita, os acontecimentos da história territorial, contada, como já mencionamos anteriormente, pelo duplo olhar: o do narrador e o do autor, neste último, ora por meio de suas reminiscências, ora pelos relatos recebido de seus pais e avós, bem como, utiliza também fontes documentais. Assim, neste primeiro momento, passamos a expor a tessitura entre o imaginário (literatura) e o real (a história) entrelaçados nos contos e memórias do autor.

- **Chão do Apa – contos e memórias da fronteira: o real e o imaginário**

No desenvolver da constituição narrativa de Ibanhes percebemos em *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* (2010) o processo de representação de fatos históricos, a exemplo, a Guerra do Paraguai ocorrida de dezembro de 1864 a março de 1870, conforme descreve o autor:

Quanto aos dias dessa dura jornada, já perdeu a memória. Cruzaram rios, córregos, vararam taquarais, e os pés descalços marcavam de sangue o ritmo e o rumo da caminhada. A marcha forçada deixou muitos mortos à beira dos trilheiros. Os feridos, nos atropelos, morriam aos poucos, vítimas da gangrena ou pela perda excessiva de sangue. Morriam sob as bênçãos da extrema-unição, com um sorriso compungido nos lábios ressecados, satisfeitos por entregarem suas vidas pela pátria amada.

[...]

É o trágico teatro do final da Guerra do Paraguai.

Uma guerra maldita.

Nela pereceram homens, mulheres e crianças.

A guerra sangrenta, hedionda.

Sem piedade, sem compaixão, sem convenção.

Por questões de fronteira no sul do Mato Grosso, para barrar a suposta supremacia do Paraguai na América do Sul, e principalmente no interesse político e financeiro da Inglaterra [...]

A campanha da Guerra do Paraguai já dura seis anos sangrentos, e o seu final se aproxima. O que sobrou das tropas do comandante paraguaio, Solano Lopez, não passa de uma maltrapilha caravana destrozada pelas intempéries e pelos obuses dos canhões inimigos. A comitiva se arrasta apenas sob o vigor do patriotismo. Mas, os inimigos não vão sossegar enquanto não entregarem ao Senado brasileiro, em bandeja de prata, a cabeça do ditador paraguaio que ousou fomentar o crescimento do país sem as amarras dos países mais poderosos do mundo (IBANHES, 2010, p. 8, 9).

Na citação acima, o autor estabelece um limiar entre história e ficção quando descreve personagens, fatos e lugares da vida real em mescla com o fictício. Ao nominar Solano Lopez, um militar paraguaio e Presidente vitalício de seu país e, descrever detalhes da Guerra do Paraguai, o escritor nos conduz a essa zona fronteira da história e literatura, bem como, das culturas de ambos os países.

No dizer de Sandra Pesavento (1998, p. 117), tanto a História quanto a Literatura exibem o mundo social enquanto "representação" e, neste viés, ela acredita que "a ficção não seria o avesso do real", mas sim, uma outra maneira de apreender o fato em si. Nesta linha de raciocínio, Pesavento entende que para o historiador a literatura vai permanecer sendo um documento ou uma fonte, sem, contudo, deixar de ser uma representação do mundo exterior que admite a forma narrativa.

Vale ressaltar que, no entendimento de Pesavento (2002, p. 13), a literatura não deve ser vista apenas como "uma fonte a mais", porém, "como a fonte que pode dar algo

mais que os documentos comumente usados pela história não fornecem” (p. 13). Se olharmos por este ângulo, vamos perceber a literatura numa espécie de fonte histórica, pois mesmo de forma ficcional, narra o real e com isso possibilita ao historiador lançar um olhar em fatos ou acontecimentos do passado que talvez, antes, ele não houvesse compreendido.

Diante disso, entendemos que é a partir dessas representações que a sociedade observa a realidade e, mesmo que História e Literatura trilhem caminhos diferentes, nas narrativas elas se convergem na construção da representação do real, por meio do seu discurso. Exemplo disto é o texto:

No dia 25, Solano Lopez cria a Medalha de Amambay para condecorar aqueles últimos combatentes, que estoicamente venceram penúrias, privações e muita fadiga e durante a cerimônia simples, mas cheia de emoção, presenteou o Vice-Presidente Sanches com uma preciosa espada [...]

No dia 26 de fevereiro, finalmente o general Câmara toma coragem e parte do passo do Rio Negla em direção a Cerro Corá. Ao amanhecer no dia primeiro de março de 1.870 começam os primeiros embates. A guarda avançada de Tacuára é massacrada pelo Tenente-Coronel Francisco Antonio Martins. Na defesa do passo do riacho *Aquidaban-nigui* morre o tenente Solis e seu pequeno contingente de soldados é passado a fio da espada (IBANHES, 2010, p. 17, 18).

O que se observa no texto acima é uma narrativa ficcional baseada em acontecimentos reais, cujo narrador onisciente, retrata um período histórico entre Brasil e Paraguai. Neste contexto de época, o autor descreve personagens reais, bem como o comportamento deles, datas e o local descrito, juntamente com seus hábitos.

Outro ponto a ser destacado nesta narrativa de Ibanhes é a forma como sua literatura histórica cria o ambiente e romantiza os acontecimentos em meio a Guerra do Paraguai.

Ao descrever a morte de Solano Lopes, o autor transforma aquele momento patriótico e sombrio, numa narrativa imaginária e reflexiva, conforme destacamos a seguir:

O comandante está cercado pelos inimigos, e atropela com o cavalo tentando abrir caminho, mas o lanceiro Chico diabo

perfura-lhe o ventre com uma estocada, e outro miliciano acerta-lhe a testa com o sabre. De imediato dois oficiais paraguaios o amparam e tentam atravessar o riacho, mas, também feridos, as forças se esvaem com o sangue que tinge a água.

Solano cambaleia e cai.

Novamente o cercam, e então recebe ordem do próprio Câmara para que se renda. Nega-se veementemente ao ultimato.

- Muero com mi pátria!

Câmara ordena que o desarmem, e o comandante brande frouxamente a espada ameaçando lutar, apesar de não mais enxergar o inimigo. Um soldado tenta segurar-lhe o punho para tomar-lhe a espada.

Um tiro ecoa.

O Marechal tomba sem vida.

Para que serviu tudo isso?

Sobre o cadáver se precipita o oficial nortista tenente Genésio Gonçalves Fraga, e decepa-lhe a orelha. Outro soldado corta-lhe os dedos para lhe roubar os anéis, e um último arrebenta-lhe a boca com a coronha do fuzil para lhe retirar as coroas de ouro dos dentes.

O extermínio está consumado.

Está morto o Paraguai (IBANHES, 2010, p. 21).

Percebemos no texto acima a intencionalidade do escritor em realçar o “fato histórico”, buscando no discurso literário exaltar a valentia e a coragem de Solano em defender a pátria mesmo sucumbindo à morte e, ao mesmo tempo, a crueldade dos seus algozes ao roubar-lhe os seus bens.

Neste sentido, observamos que o discurso historiográfico e o discurso ficcional, cada um com sua metodologia e fins distintos, apresentam-se como representações do contexto social, bem como, de possíveis interpretações de um período da história de ambos países. Assim, essa escrita de Ibanhes, parece-nos ter sido construída com fragmentos do passado visando recriar um acontecimento, a fim de que ele não seja esquecido.

Por fim, também, nos chama a atenção, a estrutura em que o enredo dos fatos é construído pois, o literato deixa entrever na sua escritura alguns aspectos da meta-ficção historiográfica ao apropriar-se de personagens e de todo o contexto da época. Vale verificar que numa tentativa de autenticar a sua escrita, Ibanhes inicia o capítulo (p. 15) que descreve a Guerra do Paraguai, em duas línguas: “O Paraguai está morto – *Ojejúca per Paraguay*” (guarani).

Desta forma, o autor descreve os acontecimentos reais contados por seus pais e avós durante a infância. Histórias que seus avós transmitiram a seus pais e, estes, à Brígido Ibanhes contando como sua tataravó vivenciou esse período da Guerra do Paraguai, conforme do próprio autor descreve:

Dedico esta obra literária também *che ypykuéra*<sup>68</sup> *areguá*<sup>69</sup>:

A minha tataravó ña Josefa Sanches, remanescente de Cerro Corá, à bisavó Margarida e a vovó Petrona Sanches, por parte da minha mãe.

Ao bisavô *Carai*<sup>70</sup> Bernardo Ibanhes, remanescente de Acosta Ñu, e ao avô Narciso, por parte do meu pai (IBANHES, 2010, p. 22).

É neste sentido que a historiadora Sandra Pesavento entende a literatura enquanto uma fonte ou documento, ressaltando que “o que há para ler nela é a representação que ela comporta” (PESAVENTO, 2000, p. 11).

Em outras palavras, a leitura da literatura pela história, segundo ela, “não se faz de maneira literal” (p. 11), pois o que nela se resgata é a representação que comporta a forma narrativa. Ou seja, ao construir uma representação social da realidade, o imaginário passa a substituir-se a ela, tomando o seu lugar. O mundo passa a ser tal como nós o concebemos, sentimos e avaliamos.

- **Silvino Jacques – o último dos bandoleiros: literatura e história**

A outra obra de Ibanhes aqui, também em discussão é *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012), que passamos a analisar, focando, sobretudo, a estrutura narrativa do autor e suas representações histórico-literárias.

A edição em análise nesta pesquisa é a sexta edição, publicada em 2012 e, conforme já especificamos, anteriormente, cada edição possui modificações por conta das informações acrescentadas tanto na escrita, quanto nos acréscimos de fotos utilizadas, bem como, na disposição dos capítulos e/ou na apresentação dos documentos incluídos na obra.

---

<sup>68</sup> Meus antepassados.

<sup>69</sup> De tempos remotos.

<sup>70</sup> Senhor.

Foto nº 06 – Silvino Jacques à esquerda aos quinze anos de idade.



Fonte:

<https://www.facebook.com/capitaosilvinojacques/photos/a.781938958640750/842277349273577/?type=3&theater>

Na edição que compõe o *corpus* desta pesquisa, Brígido Ibanhes, busca trazer autenticidade aos fatos ali narrados juntando recortes de jornais, fotografias, cartas, testemunhos de pessoas que viveram e/ou vivenciaram aqueles momentos e, por fim, relatos que elaboram a estrutura do livro.

Como embasamento da nossa pesquisa, expomos nas páginas seguintes alguns recortes postos no livro, a fim de autenticar a escrita do autor. A exemplo, Ibanhes traz para a obra fotos de Silvino:

De acordo com Ibanhes (p. 16), o cidadão Silvino Hermiro Jacques<sup>71</sup>, que também era conhecido como Silvino Jacques, nasceu em 17 de fevereiro de 1906, no Rincão de Santana, distrito de Camaquã, município de São Borja, na região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul. Silvino, era um dos filhos de Leão Pedro Jacques e de Máxima Santa Ana Jacques e tornou-se afilhado de Getúlio Dornelles Vargas.

Descreve o narrador que Leão Pedro Jacques trabalhava como carneador no sítio do eminente estadista quando do seu nascimento. E, que Silvino moldou a personalidade a exemplo do padrinho, do homem afável que não desperdiçava palavras e que tinha preparo para enfrentar situações de grandes perigos e pressões. Segue a narrativa destacando que a infância no campo, no meio rural, muitas vezes, inóspito e rude que lhe deu preparo para exercer sua luta. Chegou a estudar, por breve período, no Rio de Janeiro/RJ, mas foi na cidade natal que, aos quinze anos, deu por concluído os estudos. Serviu na Brigada Militar e chegou ao posto de sargento. Segundo Ibanhes, era “bom poeta e trovador, declamava orgulhoso [...]” IBANHES, 2012, p. 16).

O literato, narra a biografia de Silvino Jacques ao explicitar que Menotti Hermínio Leão, em depoimento prestado ao professor Moacir Matheus Semphé, afirmou que “com a idade de 20 anos, o Silvino pediu para sua tia Idalina Araújo Leão que lhe emprestasse uma *aranha*<sup>72</sup>” (p. 18). Tão logo conseguiu o empréstimo, saiu pela campanha com uma máquina que era só armação, com um pano preto, fingindo-se retratista. Recebia metade, e a outra metade quando da entrega das fotografias, que nunca aconteceu. Conta ainda que, numa fazenda onde havia um velho afamado, com muitos filhos, passou uma semana comendo bem. A falsa máquina tinha até tripé. Dizia para as crianças que ia sair um passarinho. “Perguntando por que não saia, respondeu: – Entrou pra baixo. O velho pagou tudo de uma vez, e perdeu tudo” (IBANHES, 2012, p. 18). Conforme as pesquisas biográficas do autor, Silvino casou-se pela primeira vez com a

---

<sup>71</sup> Registro 194 de 18.12.1908, p. 154 V do livro 07 do Cartório do terceiro Distrito de Camaquã – Extraído das notas de rodapé – Silvino Jacques – o último dos bandoleiros (2012, p. 16).

<sup>72</sup> Espécie de cabriolé, pequena carruagem – Extraído das notas de rodapé Silvino Jacques – o último dos bandoleiros (2012, p. 18).

filha de Prudêncio e Idalina Leão. Confira na foto:

Foto nº 07 – Silvino com a primeira esposa Jandira – a Zanir.



Fonte: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=7446626>

Ibanhes descreve a proximidade existente entre Silvino Jacques e o Presidente Getúlio Vargas, seu padrinho desde o nascimento. O autor não somente narra essa

proximidade, mas também documenta a sua narrativa com uma foto do oficial mensageiro de Vargas enviando armamento para o afilhado.

Uma tarde a sentinela deu o alerta de que um tenente procurava pelo Silvino no meio da mata para entregar um embrulho. O pacote lacrado portava uma arma automática enviada ao afilhado, conforme o oficial mensageiro, por orientação do próprio Presidente Getúlio Vargas (IBANHES, 2012, p. 216).

Fato este, documentado pelo autor, por meio de fotos, dentre elas, a que se segue:

Foto nº 08 – Oficial do exército enviado por Vargas e Silvino Jacques



Fonte: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=7446069>

Nesse contexto, Ribeiro (2011, 09), explica que por meio de análise documental e bibliográfica, comprovou-se que “Jacques não era um bandido social”, mas independente, isto é, tudo girava em torno dos interesses dele e de seu bando. E, ainda no dizer de Ribeiro (2011, p. 77) ao assumir posições de acordo com suas conveniências, de aliado de Vargas, Jacques “tornou-se inimigo do governo federal”. Por conta disto, Silvino Jacques passou a ser um obstáculo no governo de Vargas e, desta forma, passou a ser perseguido pelo poder central.

Outro ponto destacado por Ribeiro (2011, p. 09), trata da questão que Jacques não se tornou “bandoleiro” após ser perseguido pelo governo federal, mas sim, que a personalidade dele como bandoleiro começou a ser construída onde nasceu. Observe numa das trovas de Jacques, que ele mesmo conta o início de sua vida no mundo do crime:

**Primeiro tiro que dei  
Foi no Sub-Intendente  
Um tal Crescêncio Boguedulta  
O qual caiu de repente  
Com um balaço no coração,  
Pois é morte que não sente**

**Cerrou bonitas descargas  
Todas contra nossas vidas.  
Meu tio caiu baleado  
Mas levantou em seguida  
Dando tiros espaçados  
Fazendo por nossa vida.**

FONTE: Decimas Gauchas (Anexo A, p. 254)

Neste entendimento, narra Brígido Ibanhes (2012, p. 24) que Silvino Jacques estava fugindo da polícia quando ainda vivia no Rio Grande do Sul e, ao atravessar o rio a nado para despistar os seus perseguidores, ele e seus comparsas, chegaram a uma casa, onde encontraram um carro. Tomaram posse do automóvel e rumaram em fuga, mas deram de cara com mais de vinte homens bem armados, conforme nos conta o autor na citação a seguir, com base nas “trovas de Silvino Jacques” o relato daquilo que seria o início de uma vida criminosa:

Gritaram-lhes que se rendessem à prisão. Parado o carro Silvino desceu, com a mão atrás da porta escondendo a arma. De repente puxou a mão e atirou, acertando no peito o Subintendente Crescêncio Boguedulta, que tombou com o coração perfurado (IBANHES, 2012, p. 24)

Dentro deste entendimento, Ribeiro (2011, p. 09) acredita que foi no Centro Oeste Brasileiro que Silvino Jacques atingiu o ápice do banditismo que dera início no Rio Grande do Sul. Porém, o pesquisador ainda realça que “nas práticas de Jacques havia um intuito político” (p.24), pois, ele e seu bando agiam em benefício próprio, o que na visão de Ribeiro, essas ações “podem ser consideradas como políticas” à medida que o faziam visando o bem individual do grupo, “seja por negociação, seja por meio de ações violentas” (p.24).

Podemos observar, também, que de forma progressiva, a narrativa vai delineando o banditismo de Silvino Jacques, como podemos conferir ao término da Revolução de trinta e dois e depois de ter fugido da prisão em Porto Alegre em que Ibanhes narra:

Nessa época o Silvino já estava de volta da Casa das Correções e o grupo ia crescendo com a chegada de mais desconhecidos. Ele era o chefe de um bando que executava pequenos serviços de pistolagem. Quem tinha dinheiro pagava para eliminar mais e bons elementos, e o bando executava a tarefa. Esse serviço era comum na época, como agora ainda o é em algumas regiões, principalmente nas fronteiras (IBANHES, 2012, p. 99).

O que se pode notar é que aos poucos, Jacques se embrenhava no mundo do crime e da impunidade, que nas palavras de Brígido Ibanhes, foi um período

propício aos abusos cometidos por Silvino Jacques, afilhado do ditador. Todos os tipos de crimes contra os direitos humanos foram cometidos e as autoridades pouco faziam para coibir a ação do bandoleiro, muito ao contrário. O capitão, em nome de uma justiça pessoal, abusou da força contra os mais fracos e humildes. Era proibido reclamar contra os abusos, e, só quando os crimes do afilhado denegriam a imagem de Getúlio Vargas, o Palácio do Catete assentiu com a eliminação do Jacques, tarefa posteriormente entregue à captura (IBANHES, 2012, p. 113),

A imagem de um homem que antes era a de um honrado capitão, valente e destemido na Revolução de 32, ao que se pode constatar, era, na verdade, apenas uma camuflagem que o próprio Silvino Jacques tinha em si mesmo, uma vez que, pelos relatos apresentados na escrita de Ibanhes, bem como, nas *Dédimas Gaúchas* de autoria do próprio Silvino, declaram um pistoleiro sem compaixão.

Diante do exposto, dá-nos a impressão de que o autor anseia ir além da literatura, ou seja, ele se utiliza de fontes e documentos como se houvesse a necessidade de trazer o real para dentro da ficção.

O professor Antônio Lopes Lins, na época, Presidente da Academia Sul-matogrossense de Letras, ao prefaciар esta sexta edição, destaca:

Lendo este livro, escrito por um intelectual, escriturário, bancário, que recebeu de Juracy Jacques, filha de Silvino, cópias das trovas do bandoleiro, e de colaboradores as histórias verbais e documentadas dos fatos, nos deparamos com um tema e um desenvolvimento fascinantes (LINS *in*: IBANHES, 2010, p. 09).

Após traçar o perfil do bandoleiro Silvino Jacques – ainda no encantamento da leitura do livro que em mãos prefaciava, Lins encerra seu texto, assegurando:

No livro há de tudo.

A perseguição das patrulhas, que se uniam aos bandidos comuns, do Paraguai, para perseguir Silvino Jacques, a execução de amigos e coiteiros deste a golpes de picareta, pela própria força militar, mas entre essas descrições cruentas, arrepiantes, há períodos quase líricos, como aquele em que Raída descobriu a paz deste mundo nos olhos moribundos de Silvino Jacques quando acreditava que Deus perdoaria os seus pecados.

[...]

Quero acrescentar apenas que o livro, é uma fiel e autêntica biografia, faz história, romance e poesia. É um retrato de corpo inteiro de uma época atribulada de nossa história, em um meio circunscrito e selvagem, romance de movimento e de costumes, e que terá, certamente, milhares de leitores (LINS apud IBANHES, 2010, p. 9, 10).

Durante suas narrativas, Ibanhes menciona o contexto histórico em que o Brasil

vivia durante a trajetória de vida de Silvino Jacques, realçando sobretudo o governo de Getúlio Vargas:

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, o seu discurso de reforma agrária desagradou profundamente os latifundiários do antigo Mato Grosso, principalmente os do Sul, boa parte grileiros dessa imensidão territorial. [...] Getúlio colocou o afilhado à disposição dos coronéis fazendeiros para eventuais serviços de pistolagem, principalmente contra os paraguaios.

Por mais de meio século, familiares, antigos coiteiros e políticos, ligados ao latifúndio, que enricaram com o gado roubado e com a terra grilada dos pequenos proprietários foragidos, expulsos pelo bandoleiro, tentaram manter as trovas no sigilo, sob registro faccioso na Biblioteca Nacional, e sob coação e terrorismo impedir qualquer publicação sobre a sua vida. Impedindo assim que, pela sua própria confissão, o Brasil tomasse conhecimento desse astuto quadrilheiro, afilhado então do todo poderoso ditador Getúlio Vargas. Por fim, tentou-se impingir à população através de vídeos e matérias jornalísticas tendenciosas a imagem do justiceiro defensor da pátria Robin Hood ruralista tupiniquim (IBANHES, 2012, p. 11, 12).

Foi nesse olhar político e social que Ibanhes (2012, p. 12) se propôs tecer essa narrativa que, em muitas ocasiões soa como uma escrita de revelação e ao mesmo tempo justiça, a seu modo, em favor dos que foram oprimidos pelo bandoleiro, sem sequer ter “a oportunidade de expressar suas dores e prantear dignamente as perdas de entes queridos”. O escritor finaliza sua introdução à obra, esclarecendo que:

Nesta obra, me propus expor como foi cruel a luta pela posse da terra, para formação dos latifúndios no Sul do antigo Mato Grosso, e a tentar promover a devida justiça histórica.

[...]

Apesar da violenta pressão, ameaças, provocações e vários processos judiciais<sup>73</sup>, Deus me concedeu, nos tribunais, o direito à publicação, e o nome de Silvino Jacques se integra definitivamente à história do Oeste brasileiro, com forte repercussão na cultura fronteira.

[...]

Em nenhum momento a intenção foi ferir a memória de quem quer que seja; apenas narrar a realidade dos fatos que com o

<sup>73</sup> Medida cautelar de Busca e Apreensão deferida em 23.10.1986; Ação Ordinária de Indenização por Perdas e Danos – Processo: 370/86 (nota explicativa do autor, em nota de rodapé).

tempo foram se transformando em lenda, ultrapassando os limites da compreensão racional da própria história. Narração executada sem prolixidades e pretensões literárias, bem ao estilo da gente simples daquela época, mas que, relevada sua singeleza, agrada com certeza pelo conteúdo histórico (IBANHES, 2012, p. 12,13).

O texto explicativo acima, por parte do seu autor, reforça a ideia trazida por Antonio Candido (2003, p. 46), que em análise nas obras de escritores brasileiros, afirma que os literatos tinham como base “a representação direta da realidade”, em que “o autor parece estar querendo “mostrar” a vida, mas chega, aparentemente sem querer, ao nível da elaboração criadora” (p. 47). O crítico destaca também, que em suas características narrativas transparece uma certa “fidelidade ao real, sentimento da vida, sinceridade, "valentia" (isto é, validade) da emoção, função nacional do texto” (p. 115), que, segundo Candido causava efeito no leitor. Neste sentido, ele destaca que

tais conceitos correspondem a um certo modo de ver a literatura como se, no fundo, e apesar de ressalvas em contrário, ela fosse a própria realidade. Daí uma permanente conversa de aferição com o leitor, chamado implicitamente a testemunhar sobre a eficiência, verossimilhança e fidelidade ao real que o texto apresenta. É como se o crítico dissesse: "Vejam como o autor é sincero, como corresponde ao que sentimos nessas circunstâncias; verifiquem como retrata exatamente os costumes, como a sua obra parece a própria realidade que experimentamos; notem como é corajoso, patriota, amigo do saber" (CANDIDO, 2003, p. 129).

Em outras palavras, para Cândido, muitas vezes, o escritor ao se transpor para o narrador traz sua experiência pessoal que se confunde com a observação do mundo e “transpor as sequências de acontecimentos, como são registrados pela observação, é tarefa do historiador” (p. 76), não do escritor. Desta forma, de acordo com Candido, o escritor não se vê obrigado a registrar os acontecimentos reais, tal qual, se sucederam no passado, mas sim, representá-los utilizando o imaginário, afim de que se dê a entender pelo leitor, o contrário disso é tarefa do historiador.

Reforçando este argumento, Antonio Candido realça também, que, “assim como os próprios escritores, a crítica verá que a força própria da ficção provém, antes de tudo, da convenção que permite elaborar os *mundos imaginários*” (CANDIDO, 2003, p. 206,

grifo do autor). Em continuação desta ideia, Antonio Candido, na obra *Literatura e Sociedade* (2002), afirma que

A função histórica ou social de uma obra depende da sua estrutura literária. E que esta repousa sobre a organização formal de certas representações mentais, condicionadas pela sociedade em que a obra foi escrita. Devemos levar em conta, pois, um nível de realidade e um nível de elaboração da realidade; e também a diferença de perspectiva dos contemporâneos da obra, inclusive o próprio autor, e a da posteridade que ela suscita, determinando variações históricas de função numa estrutura que permanece esteticamente invariável. Em face da ordem formal que o autor estabeleceu para sua matéria, as circunstâncias vão propiciando maneiras diferentes de interpretar, que constituem o destino da obra no tempo (CANDIDO, 2002, p. 174).

Candido (2002, p. 177), nos lembra que a literatura brasileira “adquire consciência da sua realidade”, isto é, a realidade social que se transforma em elemento de uma estrutura literária, a ponto de ela poder ser estudada em si mesma; e como só o conhecimento desta estrutura permite envolver a função que a obra exerce.

Em suma, para Candido (2000), a força e eficácia de um romance está na construção estrutural em que ele é tecido. Sabendo que a personagem é um ser fictício — o que parece soar como paradoxo, pois como pode numa ficção existir o que não existe? Contudo, a concepção literária repousa sobre esta contradição, e o problema da verossimilhança no romance está intrínseco nesta possibilidade de um ser fictício, ou seja, algo que, sendo uma criação do imaginário, comunica a impressão da mais legítima verdade existencial. Diante do exposto, concluímos o pensamento do crítico com suas próprias palavras:

Geralmente, da leitura de um romance fica a impressão duma série de fatos, organizados em enredo, e de personagens que vivem êstes fatos. É uma impressão praticamente indissolúvel: quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nos personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha do seu destino — traçada conforme uma certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente. O enredo existe através das personagens; as

personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuitos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam (CANDIDO, (2000, p. 53).

Uma vez posta a intenção de Brígido Ibanhes na construção estrutural de suas obras buscando “autenticar” sua escrita por meio dos fatos históricos, damos continuidade na análise da obra *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros* (2012), em que o literato mimetiza o real no imaginário, conforme o autor descreve a seguir:

O prefeito de Bela Vista era Márcio Garcia, que liderou o grupo legalista. Em princípio o 10º RCI<sup>74</sup> apoiou os constitucionalistas revoltosos. Em princípio, porque esta era a posição do general Bertoldo Klinger, comandante da Região Militar de Mato Grosso, e agora das Forças Expedicionárias (IBANHES, 2012, p. 58).

O que se percebe nos excertos acima é que o autor cita lugares, instituições e nomes da vida real, tais como, o prefeito Márcio Garcia. O pesquisador Sydney Nunes Leite, já citado anteriormente com a obra *Bela Vista – uma viagem ao passado* (1995), traz em seu livro uma galeria de prefeitos municipais de Bela Vista, desde o ano de 1909 até o ano de 1992. Dentre os prefeitos listados está Marcio Garcia da Rosa, cuja gestão foi de 20/02/1932 à 17/07/1932. De acordo com Nunes Leite (1995, p. 25), Márcio Garcia foi o vigésimo segundo prefeito de Bela Vista, com um curto mandato de apenas cinco meses no governo municipal, pois foi deposto pelos revolucionários constitucionalistas. Ele destaca ainda que após a saída de Márcio Garcia, a cidade ficou sem prefeito até a data de 28/10/1932. Esses dados trazidos por Leite (1995), corroboram para confirmar a representação de fatos históricos dentro da escrita de Ibanhes.

Retomando a construção estrutural da obra em que o literato mimetiza o real no imaginário, nos deparamos com outra personagem da vida real que foi trazida para a escrita ficcional de Ibanhes, que é Orcírio dos Santos.

De acordo com Ribeiro (2011, p. 84), na segunda metade dos anos de 1930, a família Santos viria a ser inimiga fidalga de Silvino Jacques. Ainda em nota de rodapé, Ribeiro esclarece que Orcírio dos Santos, já falecido, foi o pai do ex-governador de Mato

---

<sup>74</sup> RCI – Regimento de Cavalaria Independente.

Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, também conhecido por “Zeca do PT”.

Sobre Orcírio Santos, Ibanhes narra:

Orcírio dos Santos se apresentou, vindo de Miranda onde morava com a família, em 1931 para o serviço militar obrigatório no 10º Regimento de Cavalaria Independente, com 21 anos de idade. Era um dos filhos de Alípio Felipe dos Santos, proprietário da fazenda São Manoel e de várias outras na região de Porteiras e Porto Murtinho. O patriarca era detentor de reconhecido poder político naquele rincão no meio do cerrado. Quando estourou a revolução, o Orcírio era praça velha (IBANHES, 2012, p. 58).

Ainda na pesquisa de Ribeiro (2011, p. 85), ele afirma que “em solo mato-grossense as alianças anti-constitucionalistas colocaram no mesmo lado Silvino Jacques e Orcírio dos Santos”. Sobre isso, Ibanhes delinea em sua narrativa que, embora lutassem pela mesma causa, estavam em lugares opostos, conforme descreve:

Bela Vista estava dominada.

Orcírio dos Santos, quando o Aspirante Claudionor ordenou a dispersão, encilhou o cavalo, apanhou o mosquetão com mais de cem balas e rumou para o bairro de Nunca-Te-Vi, onde se encontrou com os irmãos Arancíbio e Raul dos Santos, no grupo formado por Simão Coelho, no seu sítio (IBANHES, 2012, p. 62).

Enquanto Orcírio estava em Nunca-Te-Vi, Silvino Jacques lutava em Vila Porteira:

Ao mesmo tempo em que esses ataques ocorriam em Bela Vista, um outro grupo foi se formando na pequena Vila de Polutava em Porteiras liderado por Silvino Jacques. A ordem havia chegado pelo Tenente Prudente d’Ornellas, diretamente do Presidente Getúlio Vargas.

Esse grupo, de aproximadamente cento e cinquenta homens, teria um desempenho especial para o êxito da campanha a favor de Vargas, graças à coragem do afilhado, que à época, aos 26 anos, recebeu a patente de Capitão da Guarda Nacional, comandante do 2º Esquadrão (IBANHES, 2012, p. 63).

No decorrer dos capítulos que se seguem em *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros* (2012), a inimizade posta entre Orcírio dos Santos e Silvino torna-se cada

vez mais acirrada, pois os latifundiários da fronteira que não fossem aliados de Silvino ou que não lhe servissem de suporte financeiro, tornavam-se seus inimigos em potencial.

Sobre isto, Ibanhes, descreve a forma como Jacques extorquia dinheiro dos fazendeiros da região Centro Oeste do Brasil. Ele conta que Jacques foi para a região da Vacaria<sup>75</sup> e lá descobriu que o “coronel na região era o seo Antônio Moraes, dono da Fazenda Turvo e considerado muito rico, pois tinha até auto na fazenda” (p. 165). Assim sendo, Jacques e seu bando rumaram para a fazenda e lá, tomou de sequestro o filho e o genro de Antônio Moraes que, sob ameaça de que ambos morreriam se trouxesse a polícia, foi à Campo Grande, na capital e juntou todo o dinheiro que tinha, inclusive com alguns amigos e trouxe para Silvino Jacques. Este, vendo que era uma forma fácil de angariar recursos, aos poucos, os sequestros e as coações se tornaram o seu meio de vida, conforme já explicitado em citação na página 46 desta pesquisa.

Desta forma, destaca Ibanhes (2012, p. 168) que a fama de justiceiro e capitão revolucionário vitorioso que Silvino Jacques havia adquirido durante a Revolução de 32, fora aos poucos, substituída pela de sequestrador, bandido, matador e ladrão.

E, é aqui, neste ponto da narrativa que Brígido especifica que Silvino Jacques, tendo seu irmão Adão Jacques por braço direito se empenhava no confronto com a família Alípio dos Santos, o patriarca da família Santos, pai de Orcírio, Arancírio, Horácio, Dinarte, Tito e Raul e sogro de Manoelito, morto em sua casa por Silvino Jacques. Alípio, vendo que a situação se tornara insustentável toma a decisão de tirar a família de perto de Silvino Jacques:

Seo Alípio, procurando resguardar a família da sanha do bandoleiro, arrendou a Fazenda Burgueños, no interior do Paraguai, e mudou-se para lá, deixando as fazendas em mãos de pessoas de sua inteira confiança (IBANHES, 2012, p. 168).

Ribeiro sintetiza em sua explanação que o 10º RCI - Regimento de Cavalaria Independente – estava politicamente dividido entre prós e contra Getúlio Vargas e, que, “inicialmente, o 10º RCI apoiava os constitucionalistas, porque o general-de-brigada Bertoldo Klinger tornou-se o comandante dos revoltosos” (Ribeiro, 2011, p. 85). Klinger,

---

<sup>75</sup> “Região onde se situam os municípios de Maracaju, Sidrolândia e Rio Brillhante” – Informação extraída das notas de rodapé (IBANHES, 2012, p. 165).

também, é mais uma das personagens da vida real retratada nesta escrita de Ibanhes.

Ribeiro (2011, p. 85), explica ainda que “no entendimento de Ibanhes ao citar o 10º RCI, “houve desinformação dos militares daquele regimento em relação aos propósitos da *revolução*”.

Toda essa descrição dos acontecimentos da Revolução de 32 mimetizados na obra de Brígido Ibanhes, não surgiram do imaginário do autor, mas, como já mencionado anteriormente, segundo o próprio Ibanhes (2012, p. 11), sua escrita foi amparada em pesquisas e depoimentos, entrevistas e documentos, bem como, “informações confidenciais dos arquivos do 10º Regimento de Cavalaria, em Bela Vista/MS”.

Enfim, registramos que a construção narrativa de Brígido Ibanhes percorre as vias da representação literária, extraíndo os acontecimentos ora vivenciados pelo autor, como é o caso dos relatos em *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira*; ora, relatado pelas reminiscências que lhe foram contadas pelos parentes ou testemunhas oculares que viveram no período de atuação de Jacques, conforme narrado em *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*.

No capítulo seguinte, pesquisamos a questão de identidade em relação aos fronteiriços, a escrita híbrida do literato que mescla suas narrativas em três línguas e as culturas dos dois países com suas festas, costumes e lendas.

## CAPÍTULO IV

### 4. A IDENTIDADE NA DINÂMICA DA FRONTEIRA

*“Sem identidade, somos um objeto da história,  
um instrumento utilizado pelos outros,  
um utensílio.  
E a identidade é o papel assumido: é  
como numa peça de teatro em que  
cada um recebe um papel para  
desempenhar”  
(Joseph Ki-Zerbo)*

Neste capítulo, a intenção é tentar compreender e analisar a questão da identidade presente nos sujeitos que vivem na fronteira Brasil/Paraguai, isto é, como estes se percebem numa sociedade fronteiriça. Pretende-se, também, examinar a narrativa híbrida na escrita do literato, por conta da presença do multilinguismo: Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Língua Guarani – em *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira* (2010) e, do bilinguismo: Língua Portuguesa e Guarani – em *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros* (2012). E, num terceiro momento, pretende-se também,

averiguar o chão cultural entre ambos os países quanto as festas, costumes e lendas descritos pelo autor.

E é por meio das definições trazidas pelos estudiosos aqui selecionados, que passamos a analisar os espaços que delimitam as memórias de Brígido Ibanhes, representados numa escrita fronteiriça que trata do aspecto identitário, linguístico e cultural de sujeitos que vivem o “lá e cá”, ou seja, na zona de fronteira demarcada aqui pelas cidades de Bella Vista Norte/Py e Bela Vista, MS/Br, cidades já analisadas no capítulo anterior.

#### **4.1 O encontro de identidades entre Brasil e Paraguai**

No que concerne aos modelos de comportamento da sociedade no processo histórico, político e social que define as identidades nacionais, sociais e individuais, notamos que o papel da literatura, bem como da história, se fundamenta, segundo De Decca e Lemaire (2000, p. 12) “num processo de socialização das memórias, das narrações, dos discursos”. E, segundo os estudiosos, neste sentido, esse processo desenvolve condutas e maneiras de pensar ou idealizar, estimulando padrões e colocando táticas discursivas em ação, dentre elas o convencimento, a atração, a confiabilidade e a verossimilhança. Desta forma, ao expor padrões de comportamento, tanto a literatura quanto a história, acabam por participar do processo histórico, político e social que definem as identidades nacionais, sociais e individuais, mesmo que percorram sendas que caminham paralelas.

Num olhar conceitual da identidade, Milani (2012), entende que os indivíduos sempre apresentam dois comportamentos: a identidade coletiva e a individual pois, segundo ele, “o indivíduo precisa do coletivo para se encontrar e se estabelecer no mundo e, ao mesmo tempo, está sempre buscando se diferenciar dos outros e do coletivo” (MILANI, 2012, p. 24). No dizer de Hall, nós já nascemos com as identidades nacionais que ao longo do tempo são formadas e transformadas no “interior da representação” (Hall, 2006, p. 48). Segundo ele,

a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernácula como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições

culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional [...] As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (HALL, 2006, p.50, *grifo do autor*).

Outro estudioso no assunto é Jacques Derrida que, associa a identidade à cidadania, que para ele, “não define uma participação cultural, linguística ou história em geral” (Derrida, 2001, p. 28), mas, é formada no decurso da vida. Segundo o estudioso, “a identidade nunca é dada ou alcançada, não, apenas existe o processo interminável, indefinidamente fantástico, da identificação” (Derrida, 2001, p. 43) e, prossegue

em todo o caso, a modalidade identificatória deve já estar ou passar a estar assegurada: assegurada da língua e na língua. É preciso, pensarmos, que já esteja resolvida a questão da unidade da língua, e dado o Uno da língua em sentido estrito ou lato – um sentido lato que se esticará até nele se compreenderem todos os modelos e todas as modalidades identificatórias, todos os polos de projeção imaginária da cultura social. Cada região está nele representada em configuração, a política, a religião, as artes, as poesias e as belas letras, a literatura em sentido estrito (DERRIDA, 2001, p. 43,44, *grifo do autor*).

Embora a temática da língua seja discutida com mais pormenores no próximo tópico, observamos aqui, que ela está intrínseca na identidade do ser humano, por isso, se faz necessária uma pequena alusão a este assunto dentro deste contexto de identidade. Sobre isto, Ramos & Cruz (2012, p. 13), afirmam que, tanto os linguistas, quanto os antropólogos, “consideram a língua um instrumento que revela a identidade de um povo e promove a integração cultural, no presente e no passado”. Somando a esse entendimento Bakhtin (1934-35) nos esclarece em como diferentes vozes sociais podem residir numa mesma língua, ou seja, as línguas e dialetos variam de acordo com a sua natureza discursiva: “à dialogicidade interna do discurso é o acompanhamento indispensável da estratificação da língua, a consequência de sua superpovoação de intenções plurilíngues” (Bakhtin, 1934-35, 132). Ao pensar nas identidades plurais que trazem consigo essas intenções plurilíngues, Aldyr Garcia Schlee (2002) afirma que

As perplexidades de certos estudos sociais, linguísticos, estéticos, literários e culturais estão gerando, atualmente, em diferentes regiões do mundo, especialmente na chamada América Latina, remetendo-nos à questão das identidades regionais e nacionais e abrindo espaço para a conceituação de *identidades plurais* e para a abertura de um diálogo cultural que ajude a impulsionar o que se poderia chamar de *globalização por baixo* (SCHLEE, 2002, p. 61, *grifos do autor*).

No entender de Schlee (2002, p. 62), no caso específico de nossas fronteiras culturais, essas “identidades plurais” terão como ponto de partida o reconhecimento de que temos identidades coletivas complexas, conflitivas e diferentes, porquanto a busca da identidade parte da importância do pluralismo ali presente, até porque, afirma ele, “somos culturalmente sincréticos”. Ligia Chiappini (2002, p. 42), assevera que na segunda metade do século XX, o multiculturalismo pôde ser aceito como sendo um sintoma de transformações sociais básicas. Ainda parafraseando as concepções de Chiappini (2002, p. 43), ela acredita que o multiculturalismo pode também, ser visto como uma ideologia ou como a aspiração de um desejo coletivo que visa uma sociedade mais justa e igualitária, quanto às diferenças. Para ela, as migrações em escala planetária provocam consequência de diversas misturas raciais e culturais, advindas também do “desenvolvimento dos estudos antropológicos, do próprio direito e da linguística, além de outras ciências sociais e humanas” (p.43). Neste sentido, ela entende que o multiculturalismo, antes de qualquer coisa, trata-se de um “questionamento de fronteira de todo tipo”, pois reivindica conquistas por parte das minorias, seja no âmbito político, social e econômico. Ainda tratando sobre multiculturalismo e identidade nacional, Chiappini (2002), afirma:

Para a maior parte dos governos, grupos ou indivíduos que não conseguem administrar a diferença, aceitá-la como constitutiva da nacionalidade, ela tem de ser contida ao espaço privado, a guetos, com maior ou menor repressão, porque é considerada um risco à identidade e unidade nacionais. Mas não há como negar que, cada vez mais, as identidades são plurais e as nações sempre se compuseram na diferença, mais ou menos escamoteada por uma homogeneização forçada, em grande parte artificial (CHIAPPINI, 2002, p. 44).

Dentro deste contexto, não se pode descartar a ideia de que hoje, o multiculturalismo é um fenômeno e que, segundo a pesquisadora, os teóricos do multiculturalismo “costumam opô-lo à Modernidade, a cujo discurso homogeneizador se contrapõe o pluralismo, o hibridismo, a interculturalidade e os discursos e valores de fronteira” (CHIAPPINI, 2002, 47). Desta forma, para Chiappini, esses teóricos falam da nação como uma ficção ou invenção baseada em mitos, fazendo assim, “silenciar fraturas e contradições” (p. 47). Por fim, o entendimento da pesquisadora é de que há quem considere que na América Latina “nem as nações são homogêneas, nem a modernidade é linear, mas palco de múltiplas temporalidades que nunca deu para disfarçar de todo” (Chiappini, 2002, p. 47). Essas reflexões com as quais ela se identifica, são definidas por ela própria como um reconhecimento de que “as identidades são históricas e relacionais, mas ainda identidades” (p. 47).

Para Sandra Pesavento (2000), embora História e Literatura apresentem caminhos diversos, acabam sempre convergindo na construção de uma identidade, pois, “se apresentam como representações do mundo social ou como práticas discursivas significativas que atuam com métodos e fins diferentes” (PESAVENTO, 2000 p. 09).

Num cenário que envolve brasileiros e paraguaios contextualizados numa multiplicidade cultural e linguística ao longo da história de ambos os países, entendemos que essa pluralidade é uma forma de contribuir com o diálogo intercultural e identitário nos indivíduos que habitam a fronteira. Desta forma, o aporte teórico que sustenta esta análise nos leva a compreender que esses sujeitos que vivem nas regiões fronteiriças, como é o caso dos que vivem nas cidades aqui representadas na literatura de Ibanhes *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira* (2010), cuja cultura se diferencia das grandes cidades e cujas marcas identitárias convivem num espaço híbrido, consideramos que são legitimados pela diversidade e diferenças culturais, linguísticas e identitárias. E, somamos a esse entendimento, a expressão de Eni Orlandi, que afirma: “*não há país que não seja multilíngue. Dito de outro modo: não há país monolíngue*”. Com este pensamento, constatamos que, na verdade, não existe homogeneidade linguística e cultural, uma vez que as diferenças nos contextos multilíngues e multiculturais são marcas indelévels, neste caso, nos países de fronteira. E, lançando um olhar para este país da América Latina que é oficialmente bilingue, no caso, o Paraguai, consideramos que nem mesmo dentro de uma nação existe essa homogeneidade pura e simples.

*Chão do Apa: contos e memórias da fronteira* (2010) obra em estudo neste tópico, além do aspecto fronteiriço entre história e literatura, apresenta-nos, também, personagens que representam identidades híbridas e sociológicas no decorrer da construção narrativa. Exemplo disso, o narrador/personagem, que se caracteriza como um sujeito híbrido desde a dupla nacionalidade e do uso da língua em três idiomas: espanhol, guarani e português, em sua convivência com ambas as culturas: paraguaia e brasileira, criando desta forma um sujeito mosaico. Observemos o fragmento que nos elucidam esse pensamento:

Bella Vista, Paraguai. Pequena cidade do norte do país, perdida no meio do luxuriante cerrado, às margens do rio Apa [...] Poucas casas, poucos habitantes. As moradas na maioria, de taipas, cobertas com *capi'i san-juan*, capim sapé. [...] Falava-se nas ruas o guarani tão doce e onomatopaica língua nativa do Paraguai e de grande parte do Brasil. Estudava-se a língua espanhola nas escolas [...] Foi numa pequena cidade, Bella Vista, na rua Jatayty Corá, que em meio ao tiroteio da Revolução Paraguaia, no dia oito de outubro, nasceu este contador de histórias, tendo como irmãs a Josefina e a Eloína (*Kéca*), a primogênita [...] Quando só meu pai morava no Brasil, todos os dias, após as aulas matutinas no Paraguai, eu montava em pelo na *Coreana*, uma égua matunga, e lhe levava uma reforçada marmitta (IBANHES, 2010, p. 23, 25, 27, 53, *grifos do autor*).

Notamos no excerto acima que o narrador/personagem traz vívida memória sobre a rua onde morava, a casa, a descrição do que se estudava na escola, o contato com as línguas nativas: espanhol e guarani; a rotina diária após as aulas levando almoço para o pai que viva no Brasil, enfim, lembranças que descrevem a construção de sua identidade paraguaia e, que, futuramente viria a ser construída, também, uma identidade brasileira. Sobre isto, o autor, em entrevista concedida para esta pesquisa, destaca:

Fui percebendo que na minha infância, adolescência, juventude e até na fase adulta uma grande crise de identidade, de fronteira geográfica. Estou no Brasil me sinto em casa, mas quando atravesso para o Paraguai encontro minha casa também. Temos várias fronteiras dentro de nós. Temos a fronteira das etnias, das raças e eu ficava perdido com a fronteira dos meus antepassados europeus e guaranis. E isso gerou uma confusão interna por muito tempo dentro de mim.

[...]

Eu vivia uma profunda busca de identidade, pois mesmo no seminário eu me sentia perdido. Lá tinha brasileiros, paraguaios, argentinos. E quando eu tinha que buscar um determinado grupo eu não sabia o que fazer (ENTREVISTA, 2017).

No dizer de Brígido Ibanhes, na entrevista acima, o decorrer de sua infância, adolescência, juventude a parte de sua vida adulta foi uma busca diária de si mesmo, isto é, de se encontrar, de saber qual era o seu lugar, sua nacionalidade, sua língua de origem. Nas palavras do autor, dono de uma identidade fragmentada, “temos várias fronteiras dentro de nós” e, é o cruzamento dessas fronteiras que vão delinear a nossa identidade. Para compreender essa identidade híbrida, recorremos a Stuart Hall, que define:

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 51, grifo do autor).

O que Hall deseja que entendamos é que tudo o que recebemos desde o nascimento até a vida inteira, por meio das estórias que nos são contadas ou das memórias que ficaram em nossas lembranças vão produzir sentidos que criam em nós identidades individuais que são construídas e afirmadas ao longo de nossa existência. Ainda analisando a entrevista de Ibanhes que destaca: “*Fui percebendo que na minha infância, adolescência, juventude e até na fase adulta uma grande crise de identidade*” e “*Eu vivia uma profunda busca de identidade*” (Entrevista, 2017), Hall explica essa busca ou crise, denominando-a “sentido de si”, como declara:

Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo (HALL, 2006, p. 09).

Para o literato, não havia ainda, um lugar que o definisse, pois, o seu mundo

social e cultural estava deslocado, descentralizado, tornando-o um sujeito fragmentado entre o “eu” e a “sociedade” que ora era paraguaia, ora brasileira, composto assim, não de uma, mas de várias identidades.

A esse trânsito entre os países vivido pelo narrador/personagem, Mary Louise Pratt (1999, p. 27), denomina “zona de contato”, isto é, embora para Pratt, “zona de contato”, seja utilizada por ela mesma, como sendo sinônimo de “fronteira colonial”, podemos compreendê-la como sendo também, o espaço de onde “culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra [...] como o colonialismo, o escravagismo, ou os seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 1999, p. 27) e esse entrelaçamento ocorre na obra em estudo, estabelecendo assim uma confluência vivida pelo narrador/personagem em quase toda a narrativa.

Neste aspecto, pode-se inferir a presença de uma identidade demonstrada por parte do narrador que ora se vê paraguaio, ora brasileiro fazendo uso dos três idiomas: espanhol, guarani e língua portuguesa. E, é essa característica pessoal do autor que reflete na tessitura da sua escrita por meio do narrador/personagem que vivia esse trânsito livre entre Paraguai e Brasil, marcado apenas por atravessar o rio Apa, que era um espaço híbrido de vida, denominado: fronteira. Vale citar também que, em entrevista ao Blog Matula Cultural, já mencionado aqui, Ibanhes, afirma ter nascido “num país (*che retã*, em guarani) chamado fronteira”. Observamos essa reafirmação do literato que, em entrevista para esta pesquisa, destaca: “*Estou no Brasil me sinto em casa, mas quando atravesso para o Paraguai encontro minha casa também*” (ENTREVISTA, 2017). Neste viés, Hall corrobora quando enfatiza:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p. 13).

Deste modo, notamos que no escritor, ora a construção da identidade nacional se ancorava no Paraguai, ora no Brasil e, além dessa vivência entre os dois países, ainda havia a herança identitária dos seus antepassados, como ele mesmo expressou em entrevista na página anterior, “*temos várias fronteiras dentro de nós. Temos a fronteira*

*das etnias, das raças e eu ficava perdido com a fronteira dos meus antepassados europeus e guaranis*”. Sobre isto, ele ainda esclarece<sup>76</sup>:

Nossa origem é uma parte europeia e outra guarani e o guarani é a parte mais forte. Então, a tradição guarani sempre vai fluir. Tenho sangue espanhol, mas como europeus nunca estiveram presentes, então meus avós perderam a identidade europeia e a guarani foi mais forte (ENTREVISTA, 2017).

Ao tratar memória das origens, Joel Candau (2011, p. 95) realça que “o momento original, a causa primeira é sempre um desafio para a memória e identidade, razão pela qual a referência à origem é uma variante cultural”. Além disso, ele destaca o termo identidade, explicando que

é provável que os membros de uma mesma sociedade compartilhem as mesmas maneiras de estar no mundo (gestualidade, maneiras de dizer, de fazer etc.), adquiridas quando de sua socialização primeira, maneiras de estar no mundo que contribuem a defini-los (CANDAU, 2011, p. 25).

Em outras palavras, o estudioso chama a nossa atenção ao fato de que a identidade está intrínseca nas memórias, nos antepassados, nas vivências coletivas dos indivíduos em sociedade. E, ainda no dizer de Candau (2011, p. 109), a memória tem como auxiliar, a escrita. E, “o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado” é o sujeito que oferece ao leitor a possibilidade de reapropriar-se desse passado. Entretanto, afirma Candau (p. 109), “a escrita, como modalidade de expansão da memória, deixa a busca identitária incompleta”. Por fim, Candau entende que é na origem e nos acontecimentos que os principais marcos temporais tornam possíveis os processos identitários.

Dentro deste processo de busca identitária, convém aqui destacar a presença da feminina na Guerra do Paraguai, observando seu feitos, suas bravuras e o seu lugar de combate. Geralmente, ao se estudar a história das guerras é comum a abordagem de homens que conquistaram e que abriram espaço para as grandes descobertas. Menciona-se heróis, oficiais e pouco ou quase nada sobre as mulheres. Contudo, a historiografia

---

<sup>76</sup> Optamos por utilizar no texto as citações da entrevista, sem correções.

vem tirando a mulher do papel de coadjuvante e revelando a participação da figura feminina nos cenários de guerra. Hoje, não mais relegadas ao esquecimento a historiografia tem trazido a mulher para o espaço da memória contando seus feitos, suas bravuras e o seu lugar nos combates de guerra. E, é exatamente a participação da mulher na Guerra do Paraguai, a qual eclodiu em 1864 tendo seu desfecho em março de 1870, que objetivamos traçar uma análise da presença feminina neste conflito de grande repercussão para os países latino-americanos.

Visconde de Taunay em *A Retirada da Laguna* (1874) realça a presença da mulher brasileira na Guerra do Paraguai e, entre tantas referências, destacamos a que se segue<sup>77</sup>:

As mulheres que acompanhavam o exército, contadas na cabeça da ponte em número de setenta e uma, estavam a pé, com exceção de duas montadas em burros; iam quasi todas carregadas com creanças de peito ou pouco mais velhas. Uma dellas passava por haver procedido como heroína; apontavam-na; um paraguayo encarniça-se contra ella para arrancar-lhe o filho que tinha nos braços, apanhou de um salto uma espada cahida no chão e matou ali mesmo o assaltante. Outra mais infortunada, tivera o filho recém-nascido despedaçado ao meio por um inimigo que lho agarrára pelas pernas. Tinham todas impresso semblante o estyigma do soffrimento e da mais extrema miseria. Algumas vinham ainda carregadas com os objectos provenientes do saque, mantos, ponches, pesadas espadas paraguayas, bayonetas e revolvers (TAUNAY, 1874, p. 160).

Taunay (1874), no excerto acima, nos permite vislumbrar o sofrimento e a bravura da mulher que seguia acompanhando o exército brasileiro durante a Guerra da Tríplice Aliança. À época, Machado de Assis se posicionou contrário à participação da mulher brasileira no campo de batalha na Guerra do Paraguai, publicando uma crônica no *Jornal A Semana Ilustrada*, no ano de 1865, quando os embates se faziam áduos. Escreveu Machado de Assis:

---

<sup>77</sup> Texto extraído na íntegra por meio do livro digital, disponibilizado pelo Domínio Público.

Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=20](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=20)

15

Mas nada escrevi a respeito das damas, e quero hoje reparar a falta, começando por aí, e dedicando às damas estas humildes colunas.

Não nascestes para a Guerra, isto é, para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para outra guerra, em que a mais inábil e a menos valente vale por dois Aquiles. Mas, nos momentos supremos da pátria, não sois das últimas. De qualquer modo, ajudais os homens. Uma como mãe espartana, arma o filho e manda para a batalha; outras bordam uma bandeira e entregam aos soldados; outras costuram as fardas dos valentes; outras dilaceram as próprias saias para encher cartuchos; outras preparam os fios para os hospitais; outras juncam de flores o caminho dos bravos. Voltará aquele filho antes da desafronta da pátria? Deixarão os soldados que lhes arranquem aquela bandeira? Entregarão as fardas que os vestem? [...] Não tendes uma espada, tendes uma agulha; não comandais um regimento, formais coragens, não fazeis um assalto, fazeis uma oração; não distribuis medalhas, espalhais flores [...] que nenhuma brasileira se recuse para esta batalha pacífica (MACHADO DE ASSIS, 1957, p. 118).

Também, a historiadora paraguaia Ana Barreto Valinotti (2013), destaca a presença da mulher brasileira no contexto da Grande Guerra fazendo menção das mulheres que eram tomadas como escravas pelos paraguaios, vejamos:

[...] la historiadora Milda Rivarola supone que, a diferencia de las mujeres de élite, cierta agresividad antibrasileña fue ejercida por las mujeres de clase media-baja contra aquellos: “La tranquilidad pública no fue turbada en la capital, respecto a los extranjeros; salvo algunas violencias ejercidas impunemente por las mercaderas contra las esclavas brasileñas”, dice el ya citado cónsul francés Laurent- Cochelet al ministro Drouyn de L'Huys. La misma impresión sobre estas esclavas también las tuvo George Thompson, inglés e ingeniero del Ejército paraguayo: "muchas de las mujeres tomadas en Mato Grosso fueron enviadas a Asunción, a fin de ser repartidas entre las familias para servirles en cambio de los alimentos. Sin embargo, muchas tenían que mendigar por las calles y daba lástima ver cuán desgraciadas parecían" (VILANOTTI, 2013).

No entender de Vilanotti, as mulheres brasileiras que foram capturadas em Mato Grosso serviam como um tipo de “moeda de troca” por comida e muitas delas acabavam por viver nas ruas e mendigar.

Entretanto, o objetivo desta análise é pontuar, exclusivamente, a mulher paraguaia que, ora vem representada na produção textual de Brígido Ibanhes na obra *Chão do Apa: entre contos e memórias da fronteira* (2010).

O envolvimento feminino na Guerra da Tríplice Aliança foi expressivo e numericamente significativo, sobretudo pelo lado paraguaio. De acordo com Hilda Agnes Hubner Flores (2010, p. 23), em casos de guerra, a glória era voltada para o homem e à mulher restava sempre a desconfiança, o medo, os estupros, bem como, provações diversas, trabalhos pesados e a fome, afinal, como em todas as guerras a mulher sempre foi considerada a mais fraca. No dizer de Jérri Roberto Marin (2005, p. 9), “apesar dos silêncios e lacunas das fontes oficiais e da historiografia, as mulheres participaram ativamente do conflito como também no pós-guerra”. Para ele, a presença numerosa das mulheres formavam “exércitos invisíveis” dando suporte imprescindível aos militares e civis em combate. Marin afirma ainda, que “muitas delas lutavam ao lado dos homens, outras se deslocavam com extrema habilidade nas frentes de batalhas mais perigosas para socorrer os feridos” (MARIN, 2005, p. 9). Seguindo este pensamento é possível fazer um diálogo com Maria Teresa Garritano Dourado (2005, p. 14), que destaca que durante a Guerra Tríplice “a situação da mulher era de quase total invisibilidade, sendo ofuscada pelos homens que retinham o papel das personagens principais e eram considerados dignos de interesse para a história”.

Vale mencionar também, Ana Barreto Valinotti, pesquisadora paraguaia que nos enriquece com informações relevantes em seu livro: *Las mujeres – Guerra de la Triple Alianza* (2013). A estudiosa introduz seus pensamentos afirmando que foi marcante a presença da mulher na Grande Guerra e que, a figura feminina permaneceu protagonista até o período pós-guerra. No seu entender, através dos tempos surgiram variações nos relatos históricos “*particularmente interesantes con respecto a las mujeres*” (BARRETO VALINOTTI, 2013). Para ela, a historiografia não se ateve em buscar nomes ou sobrenomes das mulheres heroínas, afirmando: “*quizás apenas basta decir ‘que fueron las más gloriosas de América’ para dejar en claro su importancia. ¿A los hombres hay que nombrarlos, por qué no a las mujeres?*”.

Ana Barreto Valinotti contextualiza a primeira participação da mulher paraguaia na Guerra da Tríplice Aliança mesmo antes que ela fosse deflagrada oficialmente, quando narra que aos vinte e quatro de dezembro de 1864, o Paraguai

iniciou uma ofensiva militar no território de Mato grosso (Brasil) para tomar posse de “*una zona largamente en letigio con el Imperio*”. No dizer da historiadora a expedição para essa ofensiva foi liderada pelo cunhado do Presidente Solano Lopez, Vicente Barrios que começou com o ataque ao Forte de Coimbra, quando as tropas paraguaias entraram na cidade de Corumbá, “*que días antes había sido abandonada por la mayoría de sus habitantes*”. E, foi neste episódio da história que pela primeira vez as mulheres são mencionadas, pois

en las primeras acciones se registraron decenas de bajas y más de un centenar de heridos en las tropas paraguayas, lo que propició la instalación de un hospital militar en la zona. Hasta ahí, con el fin de atender a los heridos, se trasladaron numerosas mujeres de la élite asuncena (BARRETO VALINOTTI, 2013).

Dentre as mulheres da elite paraguaia estava Maria Escolástica Barrios de Gilí e suas filhas solteiras: Emerenciana de La Paz e Maria Carolina. Ela era esposa de Juan Andrés Gilí, Presidente do Tribunal Superior. Essas mulheres foram parabenizadas “*por su patriótica, generosa y penosa visita a los hospitales de Corumbá, adonde habían ido por propia y generosa determinación, a llevar, a su costa, elementos, limosnas y consuelos a los heridos paraguayos*” (BARRETO VALINOTTI, 2013). De acordo com Valinotti (2013), Carolina e Emerenciana foram as duas únicas mulheres nomeadas no posto militar por Francisco Solano López como, capitã e tenente, respectivamente, por seu trabalho pelos feridos paraguaios no hospital em Mato Grosso.

Para compreender a representação feminina em meio aos combates da Grande Guerra, nos valem da construção narrativa de Brígido Ibanhes em *Chão do Apa; contos e memórias da fronteira* (2010), que nos possibilita uma análise da mulher paraguaia dentro deste cenário de Conflito. Ibanhes, descreve três personagens femininas que marcam a identidade da mulher paraguaia em tempos de guerra. Personagens que aguçam as memórias do autor pois, na infância ouvira seus avós contar sobre elas, nas rodas de tererê, quando a família reunida, ouvia atenta as intempéries que vivenciaram os seus antepassados. Assim começa a obra *Chão do Apa*:

“Ave Maria,  
Llena éres de gracia...”

Os lábios, ressecados pela sede, da índia guarani estremecem ao pronunciar as palavras da oração. Ela evita beber das águas que encontram no curso da jornada, pois podem estar contaminadas. O inimigo tem jogado cadáveres nas nascentes para envenenar os mananciais e provocar a peste maligna.

Respingos de orvalho caem das folhas quando o ombro esguio esbarra nos galhos, e escorrem como lágrimas pelos seus cabelos, negros como as penas do *guyrahã*<sup>78</sup>, que lhe caem soltos pelos quadris. [...]

Seu corpo esbelto, preservado pelo chá do tarumã, moreno da cor da casca do urucum, já estivera em melhor estado. Agora mal se sustenta sobre os pés descalços e feridos devido a longa jornada através das matas, dos brejos, dos campos cobertos de pedregulhos. Até a exuberância dos seios fartos parece ter murchado, e apenas o respirar ofegante expõe, através dos andrajos, a sua pele outrora acetinada, mas agora castigada pelo sol e pelas intempéries. Sua cabeça lateja com a dor cruciante da fome, e o cansaço adormece seus joelhos; no entanto suas mãos não largam a estranha sacola que carrega, ora nos ombros, ora de arrasto pelo chão das picadas.

O estranho alforje, manufaturado do papo do *ñandu-guassú*<sup>79</sup>, curtida na secura do sol e no orvalho das madrugadas, resiste ao peso que carrega: peças de ouro e de prata cravejadas de pedras preciosas. É todo o patrimônio que lhe restou da sua nobre família aristocrática.

Seus lábios murmuram:

“Madre de Dios,  
ruega por nosotros, pecadores...”

Amanhece o dia 08 de fevereiro de 1870.

[...]

Quanto aos dias dessa dura jornada, já perdeu a memória. Cruzaram rios, córregos, vararam taquarais, e os pés descalços marcavam de sangue o ritmo e o rumo da caminhada. A marcha forçada deixou muitos mortos à beira dos trilheiros. Os feridos, nos atropelos, morriam aos poucos, vítimas da gangrena ou pela perda excessiva de sangue. Morriam sob as bênçãos da extrema-unição, com um sorriso compungido nos lábios ressecados, satisfeitos por entregarem suas vidas pela pátria amada. O mau cheiro das feridas lembra constantemente a ronda da morte, e as toscas cruces, à beira da estrada, demarcam sua fúnebre trajetória. A oração ameniza o desespero.

“ahora e em la hora de nuestra muerte. Amém...”

É o trágico teatro do final da Guerra do Paraguai.

---

<sup>78</sup> Pássaro preto.

<sup>79</sup> Avestruz.

Uma guerra madita.  
Nela pereceram homens, mulheres e crianças (IBANHES, 2010, p. 7, 8).

A mulher, cujo nome não é mencionado e que não consta biografia, dá início à sua narrativa histórico-literária. Abre o leque de contos e memórias do autor. É nela que se converge a representação de tantas mulheres que sofreram com a Guerra do Paraguai.

“A campanha da Guerra do Paraguai já perdura por seis anos sangrentos, e o seu final se aproxima”, com essas palavras, Ibanhes (2010, p. 9), enfatiza que o que sobrou das tropas do comando paraguaio de Solano Lopez, não passava de uma maltrapilha caravana destrocada. E, dentro desta narrativa, ele nos apresenta a segunda personagem feminina que marca a identidade da mulher paraguaia nos tempos da guerra: Josefa Sanches, sua tataravó, por ele citada na dedicatória da obra: “Dedico esta obra literária também *che ypykuéra*<sup>80</sup> *areguá*<sup>81</sup>. A minha tataravó ña Josefa Sanches, remanescente de Cerro Corá” (IBANHES, 2010, p. 22). Seu papel, enquanto matriarca, marcou profundamente a família, sendo ela a inspiração do autor ao iniciar seus contos e as memórias da fronteira. Assim, narra o autor:

– Josefa! Josefa!

A mulher beija rapidamente a pequena cruz de madeira que carrega ao pescoço, e já seus olhos cor de chumbo, acostumados com os horrores da guerra, procuram quem a chama.

Uma menina adolescente tenta reanimar uma anciã que desmaiou sob o peso dos anos e da fadiga. Josefa se aproxima, toma a anciã pelos pulsos e levanta-a com dificuldade, pois aquele corpo idoso já não se firma, parece um saco vazio. Com a ajuda da menina arrasta a sacola e a velha, enlaçando-a pela cintura. Josefa Sanchez de há muito tempo conhece a velha vovó de Assuncena. E agora, que fora nomeada sargenta residenta era também responsável pelos seus cuidados. Tinha sob suas ordens sete mulheres, entre velhas e crianças desnutridas. Ela comanda aquele pequeno grupo esquelético de esfarrapadas.

Com uma das mãos puxa e arrasta a sacola com as peças de ouro, e com a outra sustenta a anciã. E assim se arrastam até o barranco do córrego Sanguina. A água límpida desce pela garganta e refresca o braseiro da sede e fome que lhe corrói as entranhas. Joseja, sentada ali num cupinzeiro, olha suas companheiras de

---

<sup>80</sup> Meus antepassados.

<sup>81</sup> De tempos remotos.

infortúnios, e sente imensa pena daquelas mães, pois seus rebentos não sobreviverão com certeza (IBANHES, 2010, p. 10).

O cenário do fragmento acima era o do final da Guerra do Paraguai. O acampamento fora invadido pelos inimigos e as mulheres buscavam sobreviver. A primeira mulher, a anciã, descrita na página anterior, cai desmaiada e Assuncena, sua neta, grita por Josefa pedindo ajuda. Josefa, nesta narrativa, representa tantas outras que partiram para o campo de batalha para salvar a pátria amada. De acordo com Paola Dalles (2014), as mulheres foram grandes protagonistas durante a Guerra do Paraguai, tanto como *residentas*, quanto como *destinadas*. E, ao fim da guerra foram essenciais como “reconstrutoras” do país.

Para Bárbara Potthast (2001, 82), as mulheres paraguaias sempre exerceram uma função importante tanto na economia de subsistência, quanto no comércio, fato este que tomou maiores proporções no transcorrer da guerra. Segundo a pesquisadora, a partir de 1866. praticamente toda a produção agrícola estava nas mãos das mulheres, que passaram a exercer tarefas pesadas, como por exemplo, o trabalho nas salinas. Nos acampamentos, elas trabalhavam como enfermeiras, lavadeiras, cozinheiras, costureiras e mais tarde, passaram a ajudar também no transporte. No início da guerra elas ficavam fora do acampamento dos homens, como nos descreve:

los ranchos de las mujeres se encontraban fuera del campamento propiamente tal, pero ellas podían pasar la noche con su compañero, como observaba un extranjero un poco asombrado. Más tarde, sin embargo, fueron integradas directamente a los campamentos en una organización similar a la de los militares. Los grupos de mujeres eran dirigidos por las llamadas sargentas, quienes cuidaban del orden, organizaban y coordinaban el trabajo, y ayudaban en el cumplimiento de las órdenes del gobierno o de los generales. Además, las mujeres eran imprescindibles en los bailes y las fiestas que se organizaban en cualquier ocasión, primero, para celebrar las victorias, y después también para festejar las derrotas en las que los soldados paraguayos se habían comportado con valor y heroísmo, es decir prácticamente después de todas las acciones bélicas (POTTHAST, 2001, p. 83)

Conforme constatamos acima as mulheres sempre estiveram lado a lado com os

soldados em favor da pátria. Potthast (2001, p. 88) destaca que as mulheres acompanharam os soldados até nas regiões menos povoadas e bastante selvagem prestando qualquer tipo de trabalho aos soldados e, ao final, algumas realmente empunharam as armas tanto por defesa própria, quanto contra a ocupação dos inimigos brasileiros. Segundo ela, este foi o caso das *residentas*, que nos dias de hoje recebem uma homenagem no aeroporto de Assunção:

La importancia del tema salta a la vista de cualquier visitante que, apenas llegado al país, se encuentra en el primer gran cruce del camino que va del aeropuerto de Asunción a la ciudad con un enorme monumento a una mujer con un niño de una mano y un fusil en la otra. A sus pies yace un soldado muerto. La mujer que aquí se conmemora es la "residenta", la mujer que en la Guerra de la Triple Alianza o Guerra del Paraguay- atendía las necesidades del ejército paraguayo y que, según la versión más difundida, llegó también a empuñar las armas en la fase tardía de la guerra (POTTAST, 2001, p. 77).

Dalles, define o termo *residentas*, em seu artigo *Las mujeres y la Guerra contra la Trile Alianza*:

El 22 de febrero de 1868 Asunción fue fuertemente conmovida por un edicto que decía: Por cuanto al Estado de guerra que sostiene la República en defensa de su libertad e independencia exige la evacuación de la capital como uno de los puntos del litoral mandado desocupar. Cuando se dio la orden de evacuar, se fueron asignando las residencias a ocupar por zonas. Al hacerse más violenta la presión enemiga, se trocaron los diversos puntos de residencia por otros más al norte, hasta llegar a Cerro Corá y sus alrededores. De ahí que se denominara Residentas a los diversos grupos peregrinantes, porque ya tenían fijados con antelación sus diferentes destinos, su residencia (DALLES, 2014).

Ainda trazendo luz ao termo em análise, Dourado (2002, p. 34), reforça essa informação, realçando que as *residentas*, seguiam o exército por convicção e acompanhavam seus maridos e filhos adolescentes, “servindo como mão de obra nos mais diversos serviços”. Afirma ainda que, tanto as *residentas*, quanto as *destinadas*, mesmo tendo passado todos os tipos de privações, quase foram exterminadas, mas “deixaram

para a posteridade, muitos relatos, que hoje pesquisados servem para elucidar um período histórico extremamente doloroso para os dois países.

Guido Rodríguez Alcalá, em seu livro *Residentas, Destinadas y Traidoras* (1991), que trata da compilação de vários relatos de oficiais que serviram na Guerra da Tríplice Aliança<sup>82</sup>, afirma que Solano Lopez ordenara em 1868 que a capital Assunção fosse evacuada, sob pena de morte, e que havia categorias diferentes entre as mulheres condenadas ao êxodo: havia as mulheres cujos parentes estavam em boas relações com Lopez, as quais foram convocadas para a guerra – *as residentas*; havia as *destinadas e traidoras*, cujos parentes eram presos políticos ou que não tinham parentes e até as que não tinham amigos ou conhecidos alistados para a guerra – *as destinadas*. Alcalá descreve o relato do capitão Domingo A. Ortiz<sup>83</sup>, que segundo ele, Ortiz não era um “antilopizta”, mas que apenas se limitava a passar as informações ao Ministério das Relações Exteriores, expondo as condições das *mujeres destinadas*. No seu relato dizia que o acampamento das *destinadas* era o que chamaríamos hoje de “campo de concentração”. Alcalá (1991, p. 16), destaca, ainda, que

se cometieron muchas violencias contra las mujeres -y contra las familias- traidoras; las traidoras que no fueron fusiladas después de haber pasado todo tipo de vejámenes y torturas (incluyendo la violación) como Juliana Insfrán de Martínez, "la heroína del dolor", corrieron la suerte de ser destinadas a Yhú y a Espadín (Espadín se encuentra actualmente en territorio brasilero, cerca de la unión de las cordilleras de Amambay y Mbaracayú, y allí se instaló un campo de concentración para traidoras (ALCALÁ, 1991, p. 16).

Alcalá (1991, p. 17)<sup>84</sup>, segue descrevendo a condição destes dois grupos de

---

<sup>82</sup> Y, volviendo ahora a la imagen convencional de la residenta, hay que recordar que la evacuación de Asunción fue ordenada por López en febrero de 1868 bajo pena de muerte y, que había distintas categorías entre las mujeres condenadas al éxodo: estaban las agraciadas, las mujeres cuyos parientes se llevaban en buenos términos con López; estaban las traidoras, parientes de reos políticos, castigadas por las faltas de familiares, e incluso por las faltas de amigos y conocidos (ALCALÁ, 1991)

<sup>83</sup> El capitán Domingo A. Ortiz no era un polemista ni lo que hoy llamaríamos un antilopizta; él se limitaba a consignar, en su informe presentado al Ministerio de Relaciones Exteriores en 1874, lo que había visto en el campamento de destinadas de Espadín (que hoy llamaríamos campo de concentración). (ALCALÁ, 1991, p. 16).

mulheres durante a Guerra do Paraguai, quando enfatiza que em diversos casos, as *destinadas*, embora estivessem num “campo de concentração”, ainda estavam melhor que as *residentas*. Isto, porque, pelo fato de estarem num acampamento podiam cultivar a terra, enquanto as *residentas* não recebiam alimentos do exército e estavam condenadas a viver das sobras dos soldados [...] ou ir ao bosque para procurar comida na floresta. Conta também, que de *Yhú*, as *destinadas* foram transferidas em condições desumanas para Curuguaty, Igatimí e Espadín; em Espadín, algumas foram libertadas pelos brasileiros em dezembro de 1869.

A historiadora Maria Aparecida Macedo Pascal (2005), agrega mais informações sobre as *residentas*, destacando que

as *residentas* acompanharam os homens durante toda a guerra. No final, transformadas em soldadas, combatiam duramente e ainda atendiam feridos e recolhiam mortos. Em muitas batalhas como Avaí e Acosta Nu, foram lanceadas e queimadas pelos aliados, junto com os sobreviventes, muitos deles seus próprios filhos, “meninos combatentes”. Algumas, chegaram a receber a patente de sargento e no final do conflito exerciam todas as funções de um soldado: cavando trincheiras, cortando lenha, fabricando pólvora, abastecendo o acampamento (PASCAL, 2005, p. 146, grifos da autora).

Pascal (2005, p. 51), elucida ainda que, após o término da guerra, o papel das *residentas* foi fundamental para a reconstrução do país, uma vez que a população masculina quase toda estava morta ou desaparecida.

Bárbara Potthast (1996), retrata a condição destas mulheres ao final da Guerra do Paraguai:

Las mujeres casi desnudas vagaban errantes y tan apáticas por las experiencias del último año de guerra, que apenas lograban sobrevivir. Las violaciones en plena calle no eran raras, y la prostitución junto con la mendicidad constituían para muchas mujeres las únicas prácticas de supervivencia (POSTTHAST, 1996, p. 218).

Retomando a escrita de Ibanhes (2010) que descrevia Josefa Sanches, quando socorria a anciã, vovó de Assuncena:

[...] E agora, que fora nomeada *sargenta residente* era também responsável pelos seus cuidados. Tinha sob suas ordens sete mulheres, entre velhas e crianças desnutridas. Ela comanda aquele pequeno grupo esquelético de esfarrapadas. (IBANHES, 2010, p. 10).

Chama-nos a atenção que Josefa Sanches, era, além de *residenta*, uma oficial ocupando o posto de *sargenta*. E, como tal, o seu pelotão consistia em “*sete mulheres, entre velhas e crianças desnutridas. Ela comanda aquele pequeno grupo esquelético de esfarrapadas*”. Olhando para o quadro pintado em palavras por Ibanhes, vemos mulheres, cuja identidade patriótica, ousada e destemida sobressaiam aos sofrimentos e desvalores que lhe foram impostos. Sobre as “sargentas”, Pottast (2001, p. 83), descreve que eram mulheres que lideravam dando ordens, organizando e coordenando os trabalhos das demais, efetivando assim o cumprimento das ordens do Governo e dos generais.

Ainda sublinhando o tema identidade, não podemos deixar de averiguar o entendimento de Homi K. Bhabha, que analisa o termo afirmando: “o que se interroga não é simplesmente a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas” (Bhabha, 1998, p. 81). Entendemos, portanto que através dos estereótipos que articulam o drama individual das personagens aqui expostas, a vida política e cultural da época expressa o momento histórico marcado pela Guerra do Paraguai.

Neste viés, Stuart Hall faz menção do sujeito sociológico: “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o *eu real*, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais *exteriores* e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p. 11, grifos do autor).

Na esteira de Bourdieu (1989) ao se referir a regiões separadas por fronteiras e acerca das lutas a respeito da identidade regional que são fatores implícitos em nosso objeto de estudo, o teórico informa que

dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a

identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2004, p. 113).

Em outras palavras Bourdieu ressalta que "a existência real da identidade supõe a possibilidade real" (BOURDIEU, 2004, p. 129), ou seja, não basta que o grupo se auto intitule diferente, mas que também seja legitimamente reconhecido como tal. E essa diferença na identidade do sujeito híbrido se torna marcante em nosso narrador/personagem, numa miscelânea entre a ficção e a realidade.

#### **4.2 A narrativa híbrida na escrita do autor – as línguas**

Na construção narrativa das duas obras aqui em estudo, observamos, como já anteriormente mencionado, que uma característica peculiar de Ibanhes é o uso de até três idiomas em sua composição escrita, como poderá ser constatado na análise das páginas que se seguem. Para tanto, nosso propósito neste tópico de estudo da narrativa híbrida do autor está focado, sobretudo, no livro *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira*, por se tratar de uma escrita multilíngue. Contudo, vale enfatizar uma breve apreciação na obra *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros* (2012) que possui uma narrativa bilíngue no decorrer da sua estrutura. O autor delinea sua escritura fazendo uso da Língua Portuguesa, enxertando em suas páginas a Língua Guarani, por vezes, utilizando apenas termos e em outras, frases completas. Nesse uso da segunda língua, no caso “o guarani”, Ibanhes sempre referenda em notas de rodapé a tradução ou o significado do termo mencionado. A exemplo, citamos alguns fragmentos que são expostos durante a narrativa do literato:

No corgo vinha saciar a sede o *caguarê* na sua ginga característica; o *aguaráí*, devorador das penosas; o *mboverí*. Perigoso porco do mato; o *guassú*, bonito e arisco, e até o feroz *jagaretê*. O *cará-cará* rondava no alto das copas das árvores e dos coqueiros e de lá soltava seus grasnidos agudos das ameaças aos pintainhos. A gurizada, reboliando a funda de bodoque, espantava-o para bem longe. Nesse cerrado exuberante, as lendas fazem parte da mitologia popular e pantaneira (IBANHES, 2012, p. 43).

Notamos no excerto acima o uso de termos próprios da língua guarani. Na sua narrativa, Ibanhes lança em notas de rodapé as seguintes traduções: *caguarê* – tamanduá-bandeira; *aguarê* – a raposa; *mboverí* – a capivara; *guassú* – o veado; *jaguarê* – a onça; *cará-cará* – o gavião-pinhé. E assim, nesse método, o autor vai tecendo sua escritura bilíngue até o final da obra. Outro exemplo que podemos destacar, para que possamos vislumbrar o trânsito linguístico na escrita fronteiriça de Ibanhes, é:

[...] sem apear cumprimentou o negro Bernardo em guarani. O delegado, pouco surpreso, retribuiu o cumprimento. Os presos estranharam o homem fardado que falou em guarani calmo e sopesado:

– Mbaêicha-pá reicó? Aju ápe ndê rendápe, roseguivo-cuê Paso Barreto-gui. Haecuêra co paraguájo, há iretãme oñehenduarã, ajêpa? Che co Comisário pyahú upêpe, há aguera-háta pê mocõi; icatú rejú avei, rejusêro! (IBANHES, 2012, p. 132).

Como observamos no fragmento acima, Ibanhes faz uso não somente de termos, mas, também, de frases inteiras na língua guarani durante suas narrativas. E, na sua metodologia, traduz o texto em nota de rodapé, a qual transcrevemos: “*Como vai? Venho aqui junto de você, pois estou lhe seguindo desde Passo Barreto. Eles são paraguaios, e na sua nação eles devem ser ouvidos, não é? Sou o novo comissário naquela região, e vou levar esses dois, pode vir também, se quiser*”.

Feita essa breve apresentação da escrita bilíngue de Brígido Ibanhes em *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros* (2012), passamos, então, à uma análise mais detalhada da outra publicação do autor que também, compõe o *corpus* desta pesquisa.

A obra *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira*, apresenta no último capítulo, que se intitula: “*avá ñe ‘ẽ - o guarani*”, no qual o autor dedica algumas páginas de sua escrita para reverenciar o idioma guarani. Neste último capítulo há, não somente uma valorização do idioma guarani, mas, também, uma descrição de convivência com a língua e a cultura guarani, conforme observamos a seguir:

[...]. Os homens fortes e guerreiros; as mulheres, mães e amantes. Guerra e amor, essas duas energias se irradiavam daqueles seres de estatura alta e esbelta. Até os incas os respeitavam e

admiravam. Sua língua tinha o som dos choques nos entreveros e maciez sussurrante do amor. Sua pronúncia onomatopaica, até hoje, encanta os ouvidos, e nos integra ao mais profundo do relacionamento do homem com seu semelhante, e com as forças vivas e ocultas da natureza. Seu vocabulário cria um mundo encantado de lendas e pura magia mística e mitológica. Assim é o idioma guarani (IBANHES, 2010, p. 191).

Ao nos determos no excerto acima, percebemos que o autor demonstra o desejo de valorizar ou exaltar a língua e a cultura guarani praticadas nas zonas de fronteira Brasil/Paraguai, ao buscar de forma literária um certo resgate da história de ambos os países. Neste sentido, ao final do capítulo ele apresenta uma noção de gramática guarani e um pequeno vocabulário com escrita de pronúncia de expressões diversas e termos do dia a dia desse idioma. Sobre isto, Eliana Rosa Sturza (2005) em seu artigo *Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras* (2005, p. 47) afirma que devido ao modo como ali as relações sociais são estabelecidas por conta das diferentes etnias, as fronteiras geográficas são preenchidas de conteúdo social, bem como complexas em sua formação e tornam-se efetivamente intrincadas por ser uma zona de contato de diferentes idiomas como podemos notar nos lócus em estudo que trata-se do Espanhol, do Guarani e da Língua Portuguesa.

Além de ter sido palco de uma guerra real, ora representada nesta literatura de Ibanhes, o que se pode observar, também, dentro deste espaço fronteiro entre Brasil e Paraguai é o intenso fluxo linguístico que busca vencer as inúmeras barreiras e travessias que se cruzam em relação às línguas que são utilizadas em ambas as cidades e/ou países: o espanhol, o guarani e a Língua Portuguesa.

De acordo com Ibanhes, o rio Apa simbolizava o lugar onde terminavam as leis de um país e começava a do outro, sendo, portanto, “um aparente divisor de imunidade” (Ibanhes, 2010, p.110), pois o criminoso apenas atravessava o rio e se considerava salvo ganhando o título de “matador fronteiro”. E, ao se referir a este termo, Brígido Ibanhes destaca uma das especificidades das línguas de fronteira quanto a relação cultural entre ambos os países, quando narra:

Na fronteira não se diz matador, mas costuma-se chamá-lo com seu designativo em guarani: *porojucahá*. A tradução do termo é

“aquele que tem a missão de matar”, A expressão não fala em meio de vida, pois o *porojucahá* é, antes de tudo, um justiceiro implacável. Esse matador, no exercício de suas atividades, está amparado por uma lei, sem registro em nenhum diário oficial, que lhe permite trânsito livre na fronteira, com licença para matar, ao estilo de James Bond; ou buscar a presa, mesmo que o esconderijo seja dentro de uma igreja ou embaixo da saia da sua mãe. Essa lei também garante à família uma pensão vitalícia em caso de morte do *porojucahá* (IBANHES 2010, p. 111, *grifos do autor*).

O que se pode destacar no fragmento acima é que os termos designados para “matador” se diferem não só de forma cultural, mas também, jurídica entre Brasil e Paraguai, uma vez que o “matador” era considerado um justiceiro legal nessa região de fronteira, o que para nós, brasileiros era uma situação de “estranhamento”.

Ainda nesta linha de raciocínio, vale aqui lembrar de José Luiz Fiorin (2013, p. 148) que ao analisar *Língua, identidades e fronteira*, ressalta que o importante é a memória armazenada na língua, uma vez que um idioma é a condensação da história de um povo, de suas influências sofridas ao logo do tempo, bem como, dos seus desejos e expectativas, preconceitos, do jeito de ser do seu povo e ainda mesmo sua música e literatura.

Ao analisar a língua francesa e dos franco-magrebins, Jacques Derrida (2001) destaca que:

A nossa questão é sempre a identidade. O que é a identidade, conceito de que a transparente identidade a si mesma é sempre dogmaticamente pressuposta por tantos debates sobre o monoculturalismo ou sobre o multiculturalismo, sobre a nacionalidade, a cidadania [...] (DERRIDA, 2001, p.27)

Em outras palavras, o pesquisador entende que estamos sempre circundados pelo conceito do que é a identidade ou de como ela se propõe aos indivíduos de uma sociedade, seja ela, monocultural ou multicultural, sempre estará posta na nacionalidade ou na cidadania dos sujeitos.

Milani (2012, p. 25), define que a língua é coletiva e individual ao mesmo tempo, pois trata-se de um veículo contíguo da ação do indivíduo no mundo. Desta forma, para o pesquisador, precisamos considerar que a língua permanece trancada dentro de uma nação no sentido de servir aos seus indivíduos oferecendo recursos para o

desenvolvimento do pensamento, pois ela é o molde ao qual o pensamento se adapta e ela “reflete tudo o que está na alma dos indivíduos de uma nação” (Milani, 2012, p. 25).

Seguindo na mesma esteira, Stuart Hall (2006, p. 40) afirma que falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais internos; constitui também ativar a imensa cadeia de significados que já estão introduzidos em nossa fala e em nossos sistemas culturais. Para Hall (2006, p. 40), “nós podemos utilizar a língua para produzir significados apenas nos posicionando no interior das regras da língua e dos sistemas de significado de nossa cultura” e, o termo cunhado em guarani para “matador”, insere-se na cultura paraguaia de fronteira. Com base numa definição saussuriana, Hall afirma que a língua não é um sistema individual, mas social, pois preexiste a nós e

falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais. Além disso, os significados, das palavras não são fixos, numa relação um-a-um com os objetos ou eventos no mundo existente fora da língua. O significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm umas outras palavras no interior do código da língua (HALL, 2006, p.40).

Dentro deste contexto, Albuquerque (2010, p. 220) clareia o nosso entendimento quando explicita as zonas de contato entre a Língua Portuguesa e as outras línguas nos cenários das fronteiras territoriais com o Brasil que, ainda continuam bastante desconhecidas. Ele ainda enfatiza que

nas fronteiras com os países vizinhos, o português entra em contato com inúmeras línguas indígenas na região Norte, com o francês, inglês, holandês nas Guiana e Suriname, com o espanhol na maioria dos países vizinhos, quéchua no Perú, guarani no Paraguai e outros idiomas das comunidades imigrantes que vivem nesses territórios fronteiriços, como descendentes de alemães, italianos, japoneses, sírio-libaneses etc (ALBUQUERQUE, 2010, p. 220).

No entender de Albuquerque, os contatos entre a língua portuguesa, o espanhol e o guarani nesse movimento fronteiriço com o Paraguai, “produzem separações, mesclas

e disputas em torno da legitimação da língua como fator determinante ou não na identificação nacional (Albuquerque, 2010, p. 200). O sociólogo explicita ainda mais essa relação sociolinguística entre Brasil e Paraguai, quando se lê:

As representações e os sentimentos que os brasileiros e os paraguaios constroem em relação à língua portuguesa e o guarani, simbolizam relações de poder entre as nações. As línguas dos países dominantes geralmente exercem fascínio em amplos setores da população das nações subordinadas. A admiração de alguns paraguaios em relação ao português e o desprezo que vários imigrantes têm com a língua guarani provavelmente sejam derivados da relação assimétrica de poder entre o Brasil e o Paraguai (ALBUQUERQUE, 2010, p. 223).

Contudo, não nos compete aqui analisar a complexidade linguística entre a fronteira brasileira com o Paraguai, mas apenas refletir sobre a cultura e a identidade que estão intrínsecas nessa zona de contato, sobretudo, por conta das línguas faladas que vão além da fronteira enquanto território, mas também, à fronteira das línguas. E, Walter Mignolo (2003) nos traz uma luz sobre este assunto, quando escreve:

Após a Segunda Guerra Mundial, as línguas e territórios foram redefinidos quando os estudos de área emergiram em consequência da divisão hierárquica entre o Primeiro, o Segundo e o Terceiro mundo. Depois dos anos 70, a migração maciça criou uma nova forma de apoiar a crença “natural” nos elos entre línguas e territórios [...] Nessa perspectiva, as línguas precisam ser associadas a “cultura” (MIGNOLO, (2003, p. 304, aspas do autor).

Diante desse entendimento, verifica-se, portanto, um contexto de bilinguismo no Paraguai com relação ao idioma guarani e o espanhol e, na cidade brasileira um multilinguismo, uma vez que o município vivencia a prática discursiva dos dois países, interagindo dentro de um contexto intercultural em que os falantes adquirem e projetam suas identidades. Não podemos, contudo, descartar a ideia de que o mesmo ocorre no país vizinho que também recebe brasileiros no seu dia a dia. Sobre isto, Eni Orlandi (2012), destaca que

não há país que não seja multilíngue. Dito de outro modo: não há país monolíngue. Não há Estado que, embora em sua institucionalidade apresente sua ou suas línguas oficiais, nacionais, não se faça no contato com múltiplas línguas (ORLANDI, 2012, p. 6).

Sebastião Elias Milani (2012, p. 23) em seu livro *Historiografia Linguística de Wilhelm von Humboldt: Conceitos e Métodos*, explica que segundo Humboldt a língua circunscreve limites geográficos, culturais e históricos, uma vez que ela reflete as características que são externas ao indivíduo e, por consequência interferem em seu comportamento e, também em suas sensações individuais. Para Milani, o conjunto de sensações, hábitos e fatos históricos expõe os indivíduos de uma nação ao que ele chama de “espírito nacional” (Milani, 2012, p.23), mesmo que estes fatores variem de indivíduo para indivíduo, pois todos eles agem conjuntamente e ao mesmo tempo no coletivo, a exemplo, os fatores históricos.

O que se vê, portanto, é que tanto o bilinguismo quanto o multilinguismo que é o uso de três ou mais idiomas no cotidiano de um sujeito ou comunidade, vai produzir conflitos identitários que muitas vezes, são difíceis de conciliar. No dizer de Velásquez & Pereira (2011, p. 199), “o falar bilíngue está atrelado a fatores essenciais de um indivíduo que estão relacionados, por sua vez, à maneira de ser, de pensar, de agir e de ver o mundo de um modo particular e único, em cada grupo social”. Os pesquisadores afirmam ainda (p. 201), que um falante bilíngue é aquele indivíduo que tem habilidades linguísticas para se comunicar com uma ou mais pessoas, levando em conta as singularidades de cada língua utilizada por cada grupo. E, movimentando-se, nessa área de fronteira, com propriedade e determinação, assim, ocorre uma dinamização da língua produzindo uma comunicação competente no sujeito bilíngue.

Neste sentido, o que se destaca no narrador/personagem nesses contos e memórias de Brígido Ibanhes é o uso entrelaçado das línguas que estão presentes nas narrativas do autor e que descreve suas memórias infanto-juvenis sobre o tempo em que viveu em Bella Vista Norte/PY. E, essa vivência foi tão latente na vida do escritor que, mesmo nos dias de hoje sua escrita traz à tona a língua guarani e o espanhol, que é uma das características de sua última publicação em *Chão do Apa*. Ao notarmos a estrutura de composição da obra vamos nos deparar desde o primeiro capítulo com títulos ou parte do

“corpo do texto”, escritos em espanhol e/ou em guarani, a exemplo:

Os lábios, ressecados pela sede, da índia guarani estremecem ao pronunciar as palavras da oração [...].

Respingos de orvalhos caem das folhas quando o ombro esguio esbarra nos galhos, e escorrem como lágrimas pelos seus cabelos, negros como as penas do guyarahũ<sup>85</sup>, que lhe caem soltos pelos quadris (IBANHES, 2010, p. 7).

[...]

Seus lábios murmuravam:

“Madre de Diós,

ruega por nosotros, pecadores...”

[...] Os bugios roncam escondidos pela folhagem, e vez ou outra o estralo de gravetos que se quebram denunciam a correria atropelada do assustadiço *mborevi*<sup>86</sup> (IBANHES, 2010, p. 08, *grifos do autor*).

O que podemos observar já nas primeiras páginas do livro é a presença de três idiomas sendo utilizados, simultaneamente, sempre com notas de tradução no rodapé das páginas ou especificadas “entre parênteses” na frente da palavra utilizada. Observamos, que esta foi uma preocupação do escritor que tinha em mente propiciar ao leitor o entendimento da língua guarani, uma vez que ela não possui popularidade fora desta região de fronteira. Essa característica revela a multiplicidade cultural e linguística do autor, que como os demais moradores da fronteira estão habituados a conviver cotidianamente com as três línguas. Em todo o livro, grande parte dos títulos dos capítulos são escritos em português e, logo em seguida (abaixo do título) em guarani ou vice-versa, que passo a listar apenas alguns, no propósito de ajudar o leitor a identificar a estrutura da obra. A exemplo: “o Paraguai está morto – *ojejúca pe Paraguay*”; “*che retã* – minha terra”; “*teonguê* – o cadáver” e assim sucessivamente em vários capítulos até o final do livro. Esse uso multilíngue na escrita de Ibanhes revela, de certa forma, o mosaico cultural e identitário também presentes no dia a dia dos fronteiriços.

Ao escrever sobre As línguas nacionais na fronteira Paraguai-Brasil, José Lindomar Coelho Albuquerque (2006, p. 3) destaca que numa fronteira onde existem três línguas nacionais, os nacionalismos linguísticos se sobressaem e demarcam fronteiras

---

<sup>85</sup> Pássaro-preto.

<sup>86</sup> Avestruz.

entre “nós” e “eles”. Para os paraguaios “o guarani permanece representando uma fronteira cultural e um campo de resistência em defesa da ‘invasão’ estrangeira” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 14).

O pesquisador nos traz, também, uma reflexão sobre as fronteiras linguísticas entre Brasil e Paraguai em seu livro “A dinâmica das fronteiras – os brasiguaios na fronteira entre Brasil e Paraguai” (2010), que passo a parafrasear de forma sucinta, o assunto em destaque, uma vez que a análise do estudioso se deu por ocasião de sua pesquisa de campo durante sua produção de Tese para Doutorado.

No dizer de Albuquerque (2010, p. 219), foi por ocasião da independência do Paraguai em 1811 que o espanhol se tornou a língua oficial do país, porém, este fato não excluiu a língua guarani de continuar sendo falada pela maioria da população. E, nem mesmo nos anos que se sucederam na história da República paraguaia, o espanhol conseguiu alcançar o lugar majoritário na língua da nação, talvez pela resistência cultural estabelecida pela classe indígena e missionária.

Albuquerque entende que “a língua como expressão cultural não é, portanto, o único elemento definidor de uma nacionalidade”, pois ela continua sendo percebida pela maioria da população como um marco de identidade nacional e “um demarcador de fronteiras culturais e simbólicas”.

Conforme o pesquisador, a maior parte da população permaneceu se comunicando em guarani ou “*jopará*”, termo que ele mesmo explica em nota de rodapé, tratar-se de “juntar ou mesclar o guarani com o espanhol” (Albuquerque, 2010, p. 220). Essa defesa em favor do idioma guarani por parte dos paraguaios, para Albuquerque, trata-se de uma resistência ideológica, uma vez que nas narrativas do povo que experienciou duas guerras que o país enfrentou com as nações vizinhas, a língua guarani foi fundamental enquanto elo de união e como um tipo de arma secreta para que eles pudessem se comunicar nos campos de batalha. Por conta disso, “o guarani é considerado como a língua da resistência nacional, da cultura popular e dos sentimentos nacionalistas, enquanto o espanhol é uma língua racional, artificial e que não singulariza a nação paraguaia” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 221).

Ainda no entendimento do sociólogo, o guarani permanece sendo a língua mais falada na República do Paraguai, sobretudo na zona rural, pois para a maioria dos paraguaios ela é a expressão máxima da identidade nacional. Porém, para determinados

setores da sociedade, o “guarani é considerado língua de índio ou coisa de camponês”, discurso esse oriundo do processo colonial e do conceito que os espanhóis tinham da língua nativa.

Bartomeu Meliá (1974) ao tratar da língua guarani falada no Paraguai, ressalta que “a maioria da população paraguaia continua se comunicando em guarani ou “*jopará*” que é uma mescla do guarani com o espanhol ou “terceira língua” (Meliá, 1974, p. 33), que ele entende como sendo o resultado do processo histórico das duas línguas, ou seja o *jopará* é o guarani historicamente hispanizado.

De acordo com Joyce Palha Colaça (2015) em sua pesquisa de Tese intitulada “Um bilinguismo imaginário no Paraguai”, a pesquisadora reflete acerca do termo “*jopará*”, citando Zarratea (2011), e afirma que segundo o estudioso “o *jopará* não é o guarani paraguaio, porque o “*jopará*”, guarda características da oralidade, não tem uma escrita e tampouco teria sido sistematizado” (COLAÇA, 2015, p. 19, grifo da autora). Na análise de Colaça, portanto, o *jopará* constitui-se apenas “um fenômeno da fala” (COLAÇA, 2015, p. 20) e contribui para que a língua espanhola mantenha seu status, discriminando assim os falantes do *jopará*, bem como da língua guarani. Porém, o que nos importa aqui é o guarani e o espanhol que são os idiomas que compõem o bilinguismo da República do Paraguai. Há que se destacar também a Língua Portuguesa, o que transforma esta análise numa pesquisa multilíngue presente na fronteira entre os dois países e na literatura que é o objeto de estudo em foco.

Em suas reminiscências, Brígido Ibanhes destaca um pouco de sua infância trilingue, uma vez que era uma prática cotidiana falar o espanhol e o guarani no Paraguai e, atravessando o rio, a Língua Portuguesa: “Falava-se nas ruas o guarani, tão doce e onomatopaica, língua nativa do Paraguai e de grande parte do Brasil. Estudava-se a língua espanhola nas escolas, uma das freiras e, outra pública, esta chamada de Caravosá (arapuã)” (IBANHES, 2010, p. 111).

É oportuno ainda, trazer para esta reflexão a problemática que os próprios paraguaios encontram acerca da língua guarani e sua identidade. Durante sua escrita, Ibanhes, faz uma referência em epígrafe afirmando que “antigamente conversava às escondidas com suas irmãs” (2010, p. 191). Em entrevista<sup>87</sup> para este estudo Ibanhes

---

<sup>87</sup> Entrevista Brígido Ibanhes, 2017.

esclarece que isto acontecia porque, “o governo estruturou uma educação, onde o ensino do espanhol era evidente. Então, sentíamos uma repressão sobre a questão guarani”. Durante a entrevista, o literato esclareceu que “as coisas mais formais se falava em espanhol, mas em família falava o guarani”. A exemplo, explicitou que, “os contos de causos com os parentes era tudo em guarani”.

Neste aspecto, quando partimos para um estudo histórico e sociolinguístico compreendemos que toda essa problemática se deu, sobretudo pelo fato de o idioma ter sido “historicamente negado pelos colonizadores e pela elite econômica e cultural da capital” (Albuquerque, 2006, P. 10) no caso, Assunção.

Em contribuição neste tema, a pesquisadora Judith Chambliss Hoffnagel escreveu sobre *Alguns aspectos históricos do bilinguismo no Paraguai* (1981, p. 136), e afirma que o espanhol enquanto língua oficial do Paraguai é uma língua de prestígio em termos do avanço social, ou seja, é o idioma para a escrita de “todos os documentos públicos, incluindo a Constituição [...] é usado oficialmente nas repartições públicas, na legislatura, nas cortes e nas escolas” (HOFFNAGEL, 1981, p. 136). Em contrapartida, o guarani é uma língua que nunca se aprende para subir socialmente, ao passo que o espanhol pode ajudar uma pessoa a melhorar o seu *status* social. Segundo a pesquisadora, a maioria dos paraguaios aprendem o guarani e, por conseguinte o número de bilíngues tem aumentado a cada ano. Para ela, “o falante monolíngue do guarani, entretanto, é muitas vezes depreciado como sendo deseducado e inculto (HOFFNAGEL, 1981, p. 135).

Dentro deste contexto, o que se pode observar é que a língua pode interferir ou porque não dizer, produzir marcas nas identidades nacionais e nas relações de poder quando uma é vista como status e a outra é depreciada pela própria sociedade. Esse conflito gerado no bilinguismo nacional, por vezes, dificulta o inter-relacionamento da língua com a sociedade paraguaia, uma vez que interferem em suas relações sociais. Neste sentido, Albuquerque (2010) nos esclarece:

Após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-70), o preconceito ao guarani foi reforçado por causa da influência cultural que a Argentina passou a exercer em todas as instituições de ensino e nos meios de comunicação no Paraguai. Durante a ditadura de Stroessner (1954-89), embora já houvesse um discurso oficial de apologia ao guarani e à institucionalização do ensino dessa língua no secundário, no ambiente escolar ainda predominavam os

estigmas dos professores em relação às crianças que falavam esse idioma.

[...]

As misturas entre as ideologias colonizadoras e as nacionalistas estabeleceram várias dicotomias entre os dois idiomas nacionais ao longo da história do Paraguai. Dessa forma, o espanhol foi apresentado e reconhecido como uma língua nacional, estatal, civilizada e transmissora da cultura erudita, enquanto o guarani foi sendo construído como a língua natural, sentimental, familiar e expressão da cultura popular (ALBUQUERQUE, 2010, p. 221).

Em outras palavras, Albuquerque entende que o guarani “é considerado como a língua da resistência nacional, da cultura popular e dos sentimentos nacionalistas, enquanto o espanhol é uma língua racional, artificial e que não singulariza a nação paraguaia” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 221). Ele afirma também que, atualmente, o governo controla as escolas públicas e privadas nas regiões de fronteira e os professores ensinam os dois idiomas nacionais.

Tendo em vista que essa região fronteira vai além do bilinguismo presente no Paraguai, pois do lado de cá do rio Apa, terras brasileiras, há a língua portuguesa – e, esse multilinguismo aflora e delimita os nacionalismos linguísticos que no dizer de Albuquerque (2010, p.227) são fronteiras “entre nós e eles”. O teórico entende ainda que

[...] as fronteiras linguísticas também permitem vários cruzamentos como o “*portuñol*” (a junção do português com o espanhol) e o “*portuguarañol*” (mistura do português, guarani e espanhol).

As identidades nacionais estão em permanente disputa entre os imigrantes brasileiros e a população paraguaia. Não se trata de identidades estáticas e consolidadas. Elas estão em constante movimento de afirmação e negação e questionam os limites nacionais entre o cidadão e o estrangeiro e entre a língua nacional e estrangeira (ALBUQUERQUE, 2010, p. 227, *grifos nossos*).

Sobre o fragmento acima, surge um interessante tema a ser discutido nos vários sentidos identitários que é o termo *brasiguai* que, embora não esteja inserido nesta análise é um termo que trata da identificação fronteira e híbrida formada a partir da junção de duas nações: Brasil e Paraguai. E, de acordo com Albuquerque (2010, p. 228) é um termo “com uma identificação ambígua e negociada conforme os interesses que

necessitam ser explicados ou ocultados”, e que amplia a nossa discussão acerca do multilinguismo na fronteira. Na publicação *de Che Ru: O pequeno brasiguaiio – a integração de um povo* (IBANHES, 1988), Elpídio Reis, ao escrever a apresentação do livro afirma que

os brasiguaiios tem orgulho de dizer que nasceram numa fronteira onde os povos não têm consciência de que vivem em países diferentes. Para eles – fronteiriços – as duas nações são como se fossem uma só. E o fato de um ser paraguaio e o outro, brasileiro, parece que é motivo a mais para uma amizade redobrada. Os brasiguaiios autênticos têm, pois, dupla razão para uma felicidade mais ampla. São duplamente felizes. Têm duas casas, duas pátrias (REIS, in IBANHES, 1988, p. 3).

Leandro Baller (2014) produziu pesquisa que aborda o tema “brasiguaiios” e, ele, dentro de uma gama de informações a respeito do tema, afirma que “o sujeito brasiguaiio sofre definições de diferentes maneiras, conforme o setor: da política, da imprensa, da academia, da igreja, do sindicato [...] Some-se a isso o mau entendimento e uso que o senso comum faz dessa denominação do grupo [...]” (BALLER, 2014, p. 142). Ele entende que isso torna a identidade brasiguaiia muito complexa, e por que não dizer, quase inexplicável. Mas, grosso modo, no entendimento de Baller, “a definição aceita, em grande medida, é a que se refere aos brasiguaiios como os brasileiros que foram para o Paraguai e lá se estabeleceram” (BALLER, 2014, p. 142).

Retomando a discussão sobre o bilinguismo, Hoffnagel (1981, p. 134), afirmava que o Paraguai era a única nação na América Latina considerada bilíngue, isto é, tendo duas línguas oficializadas no Estado. Contudo, desde 2012, por meio da Lei 10.436, o Brasil também se tornou um país bilíngue a partir do reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais, mais conhecida como LIBRAS. De acordo com a pesquisadora (p. 133), cerca de 92% dos paraguaios falam a língua aborígine – o guarani e, segundo ela é importante ressaltar que para eles o guarani é um símbolo de nacionalismo e que o idioma serve como um instrumento de identificação da nação. Contudo, ela enfatiza que essa identificação se dá apenas na língua e não com a cultura indígena, de forma que, os imigrantes que aprendem o guarani são aceitos como paraguaios. Hoffnagel (1981, p. 135) faz uma análise sobre como surgiu esse bilinguismo no Paraguai e aqui destaco algumas de suas considerações:

A história paraguaia desde sua independência revela dois fatores que tem apoiado a ampla e contínua utilização da língua guarani apesar do espanhol ser a língua oficial. Estes fatores são: 1) a relativa isolamento do Paraguai dos outros países latino americanos e europeus e, 2) o envolvimento do Paraguai em duas guerras. Após a independência em 1811, os líderes paraguaios tentaram estabelecer relações econômicas e culturais com seus vizinhos e com alguns países europeus. As dificuldades encontradas levaram o ditador Francia, a fechar as fronteiras do Paraguai a qualquer contato. Isto, efetivamente, preveniu qualquer desenvolvimento socioeconômico.

[...]

A situação atual do bilinguismo no Paraguai foi investigada exaustivamente por Joan Rubin. [...] numa abordagem sociocultural, Rubin analisa quatro aspectos do comportamento extralinguístico no Paraguai: 1) atitudes; 2) aquisição e proficiência; 3) estabilidade; e 4) uso (HOFFNAGEL, 1981, p. 135).

Conforme o excerto acima foram esses dois fatores que contribuíram para que o Paraguai se destacasse na América Latina como um país bilíngue, cuja língua indígena é falada por quase todos os seus habitantes. Ainda na análise da pesquisadora, os paraguaios que preferem fazer uso do espanhol não deixam de reconhecer a importância do guarani para o país e, da mesma forma, o falante do guarani sabe reconhecer a importância que o espanhol possui no âmbito internacional, seja na área econômica ou cultural. Hoffnagel (1981, p. 136) destaca que para muitos paraguaios o guarani é a língua que demonstra solidariedade e intimidade ou melhor dizendo, que gera identidade entre os falantes. E, no que se refere ao espanhol ela enfatiza que essa língua para os paraguaios indica mero conhecimento. A pesquisadora conclui, indicando que o bilinguismo paraguaio já tem mais de 300 anos de existência e, enfatiza que em muitas ocasiões o falante monolíngue é depreciado e sofre preconceitos sendo associado a uma pessoa deseducada e inculta, conforme já mencionamos anteriormente.

#### **4.3 Na fronteira do Rio Apa – cultura, festas, lendas e costumes**

Por meio de suas reminiscências, Brígido Ibanhes conta que era à beira do rio Apa, fronteira entre os dois países, que as pessoas se encontravam, os homens para dar

banho nos cavalos e as mulheres para lavar roupas. Era ali também que ocorriam os encontros amorosos por detrás das árvores às margens do rio “encobrimdo e ocultando os amantes que se refugiavam sob seu manto”.

Stuart Hall (2006, p. 47, 48) afirma, que uma das principais fontes que constituem a nossa identidade cultural pertence às culturas nacionais que trazemos desde o nosso nascimento, contudo, “essas identidades não estão impressas em nossos genes”, mas, são metafóricas, ou seja, “são formadas ou transformadas no interior da representação”. Vejamos como ele define a língua dentro de uma cultura nacional:

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma língua vernácula como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como por exemplo, um sistema educacional (HALL, 2006, p. 49,50).

Brígido Ibanhes (2010) descreve o “jeito de ser e viver” do povo paraguaio quando narra alguns costumes de sua gente:

As carretas campesinas eram as mais usadas, quer para o transporte de cargas quer para as mudanças e viagens das pessoas. Três a quatro juntas de bois puxavam a carreta, coberta com couro, que gemia e se lamentava em tristes chiados pelas picadas penumbrosas do cerrado.

Para transporte mais rápido e leve, usava-se a carroça ou charrete, puxada por um cavalo. O condutor sentava-se num tablado, que cobria com pele para não assar as nádegas.

Pelas nove horas tomava-se o tererê.

Momento sagrado de confraternização. Hora de reordenar as atividades do dia; de analisar os sonhos e dos desabafos.

Ao meio dia, a cidade parava de vez.

O comércio fechava as portas.

Os meninos e os homens desciam montados nos cavalos para o banho nos “passos”, passagem do Apa. Tomava-se banho pelado mesmo, sem nenhum constrangimento, observado de longe, nas pedras, pelas lavadeiras, que desde o amanhecer executavam sua tarefa num bate-papo de pano ensaboado nas pedras (IBANHES, 2010, p. 25,26).

[...]

Lembranças daqueles momentos.

A família na sombra do pé de manga, e tererê fresco correndo de mão em mão, e a minha mãe me dizendo que eu era filho da velhinha azul colocado em berço guarani (IBANHES, 2010, p. 28, *aspas do autor*).

De acordo com Paulo Sergio Nolasco (2011), um dos críticos do autor, o narrador, evoca os costumes e práticas culturais do local e destaca o uso do “tererê” que é uma erva mate que se toma com água fria e se compartilha de mão em mão e que, talvez, fosse este, “o dispositivo para os causos e lendas no entrelaçar de lembranças e memórias de “*che retã*” (Nolasco, 2011, p. 146). No caso, aqui em evidência, o narrador evoca “uma lenda, *che vâllepe*, que conta que na sua região, “uma velhinha azul desce das montanhas e nos traz para a vida, nas planícies do cerrado, e que devemos ser felizes até que ela nos leve de volta para o cume brando das montanhas” (IBANHES, 2010, p. 26).

Pesavento (2002) nos esclarece que “as fronteiras culturais remetem à vivência, às sociedades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, comportamentos e ideias” (PESAVENTO, 2002, p. 36, grifo da autora) e, neste aspecto, a fronteira cultural indica a forma pela qual os seres humanos investem no mundo, dando-lhe sentidos de reconhecimento. Ela define, portanto, a fronteira cultural numa dimensão de ambivalência e ambiguidade, aquela pelo fato da fronteira ser “dois estados de ser” e a ambiguidade, por conta da “possibilidade de ser um outro, um terceiro”.

Ainda caminhando nos conceitos de Pesavento (2002, p. 36), sobre a fronteira, e neste caso, tratamos da fronteira cultural, ela nos esclarece que o conceito do termo já “avança para o campo dos domínios da construção simbólica de pertencimento” ao que denominamos identidade, a qual, corresponde a um limite de referência imaginária que se define pela diferença.

Reconhecendo a complexidade dos termos aqui abordados, no que se refere ao convívio nas cidades de fronteira e levando em conta o a ambivalência dos conceitos de língua, cultura e identidade, que envolve o bilinguismo, o multilinguismo, bem como a multiculturalidade desses povos fronteiriços, enquanto conceitos que norteiam diferentes olhares na vida e na cultura híbrida dos moradores de fronteira, esta análise ancora-se nas compreensões construídas pelos teóricos aqui expostos, crendo que este tema amplia qualquer discussão referente às línguas e culturas de fronteira.

O que se pode perceber quanto ao uso das línguas faladas na fronteira Brasil/Paraguai, ora representadas na obra de Brígido Ibanhes é que, os moradores fronteiriços buscam viver uma adequação no uso dos três idiomas. E, não somente no uso da língua, mas também na questão cultural que estabelece um cotidiano mosaico de língua, cultura e identidade na prática do trânsito fronteiriço ao longo dos anos e de geração a geração. Isso ocorre, sem, contudo, perder suas respectivas identidades nacionais.

Podemos afirmar, por assim dizer, que essa mescla linguística nos leva a olhar para as fronteiras visualizando seus obstáculos, suas misturas, suas peculiaridades e, por fim, os desafios que elas representam neste fluxo de poder, conflitos e adequações na relação cultural e identitária de ambos os países.

Cabe ainda explicitar que, num sentido sociolinguístico, a vida na fronteira é uma via de mão dupla, num “vai e vem” intercultural tão presentes na escrita multilíngue de Brígido Ibanhes, o qual, tem nos conduzido a caminhar pelas calçadas literárias, passeando dentre as culturas e identidades tão intrínsecas nas personagens que compõem sua obra e por meio dela revisitar fatos históricos de ambas as nações. Certamente, essa literatura sul-mato-grossense, dentro dos limites da fronteira Brasil-Paraguai nos ensina a alteridade, a ambivalência de conceitos tão complexos quanto fronteira e identidade – marcas de um mundo globalizado que põe à margem países considerados de terceiro mundo, como se nada tivessem a acrescentar aos que cruzam suas fronteiras.

Podemos, portanto, afirmar que a complexidade desses desafios linguísticos, culturais e identitários, ainda está longe de ser desvendado. Contudo, construir essa abordagem que lança um olhar para toda essa problemática do bilinguismo e multilinguíssimo, bem como o multiculturalismo presentes na fronteira aqui estudada, certamente, traz-nos a perspectiva de novos estudos, com novas abordagens considerando as diferenças culturais e linguísticas contribuindo para que sejam ampliadas em nosso objeto de análise.

Em suma, estudamos neste tema, a dinâmica da fronteira com seus aspectos identitários, linguísticos e cultural tão peculiares aos fronteiriços. E, longe de querer definir o sentido de identidade dos sujeitos que transitam na fronteira entre Brasil e Paraguai, propusemos apenas uma compreensão do processo que envolve as pessoas que convivem neste trânsito, com múltiplas línguas e com os diferentes comportamentos e

costumes tão distintos em ambos os países.

No próximo e último capítulo deste estudo, averiguamos a escrita da história feita por um literato e nos lançamos na tentativa de alcançar o objetivo alvitado desde o início que é responder a indagação: pode um literato produzir história? Neste sentido, caminhamos à luz de teóricos tanto da literatura, quanto da história para alcançarmos a proposta desta Tese.

## CAPÍTULO V

### 5. A ESCRITA DA HISTÓRIA POR UM LITERATO

*A história aqui tecida,  
como uma renda,  
é feita de fios, nós, laçadas,  
mas também de lacunas,  
de buracos, que,  
no entanto,  
fazem parte do próprio desenho,  
são partes da própria trama.*

(Michel Foucault)

A epígrafe de Michel Foucault é um ponto de partida para introduzir este capítulo. Pensar no literato que busca retratar a história na sua escrita é como olhar para o tecelão que produz a sua obra tecendo os fios um a um, combinando-os e juntando-os para concluir o que propôs. O literato, com suas habilidades, junta as palavras, busca os sentidos e, em algumas ocasiões, se atreve a tecer a história, juntar os fios da memória, dar laçadas nos fatos e ficcionalizar as lacunas da imaginação.

Pode um literato produzir história? Responder a esta indagação é a tentativa desta pesquisa. Para tanto, caminhamos até aqui analisando duas produções literárias de Brígido Ibanhes: *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira* (2010) e *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012).

Fizemos o percurso investigativo sobre o autor e suas obras. Buscamos o embasamento teórico sobre o tema “fronteiras”, tanto no sentido geográfico, quanto interdisciplinar. Percorremos as trilhas das representações históricas e literárias num aporte teórico, bem como, caminhamos nas análises sobre o encontro das identidades entre Brasil e Paraguai. Da mesma forma averiguamos as identidades fronteiriças nas narrativas híbridas do autor que, em ambas produções, teceram a sua escrita fazendo uso de três línguas: espanhol, guarani e língua portuguesa. E, por fim, trilhamos os caminhos do chão cultural entre Brasil e Paraguai representados pelas festas, costumes, mitos e lendas nas narrativas de Brígido Ibanhes que compõem o *locus* desta pesquisa.

Nas linhas que se seguem buscamos, responder a indagação proposta, percorrendo as vias teóricas que abarcam “a escrita da história por um literato”. Para tanto, verificamos as apropriações, os métodos e as fontes utilizados pelo literato ao se apoderar da história nas suas escrituras.

Conforme já tratado sobre o tema das narrativas no primeiro capítulo, sejam as narrativas históricas ou literárias, vimos que elas constroem uma representação acerca da realidade. Desta forma entendemos que a escrita, a linguagem e a leitura são indivisíveis e estão contidas no texto, seja na produção histórica ou literária. Entende-se por texto um conjunto coerente de enunciados, que pode ser escrito ou oral e que apresente um sentido completo e tenha um objetivo comunicativo.

Conforme uma das definições trazidas por Fiorin & Savioli,

Nenhum texto é peça isolada, nem a manifestação da individualidade de quem o produziu. De uma forma ou de outra constrói-se um texto para, através dele, marcar uma posição ou participar de um debate de escala mais ampla que está sendo travado na sociedade. Até mesmo uma simples notícia jornalística, sob a aparência de neutralidade, tem sempre alguma intenção por trás. (FIORIN & SAVIOLI, 1995, p. 13).

Quanto ao texto literário, ele traz em si algumas características que incluem:

sentido conotativo, uso de figuras de linguagem, ocorrência de símbolos, presença de elementos que afloram múltiplos significados, reflexões e emoções. E, além disso, o texto literário traz o ponto de vista do autor.

Diante de inúmeras pesquisas já se sabe que a História e a Literatura possuem uma íntima e complexa relação quanto as suas narrativas, bem como quanto as discussões em torno de seus textos. Já assimilamos durante este trabalho, que o literato tem na história uma fonte que o inspira a construir o seu enredo. O historiador, por sua vez, vê determinadas literaturas como uma nova forma de pensar a história num aspecto cultural que se revela fora de suas fontes oficiais.

Para estabelecermos esse diálogo da relação entre o literato e o historiador, cabe-nos aqui, abrir um pano de fundo e expor, ainda que superficialmente, os conceitos de texto histórico e texto literário, bem como a diferença entre a literatura e a historiografia, respeitando as especificidades de cada uma. Toca destacar que, é fundamental que não se veja o texto literário como sendo um reflexo da realidade, porém, como uma forma de narrar o real, dialogando com os leitores. Historiadores, teóricos e críticos já, há muito tempo, discutem sobre a aproximação existente entre a escrita histórica e a escrita literária.

Antes de prosseguirmos, é preciso lembrar que há uma distinção entre literatura e ficção. Na ficção, o escritor faz da obra literária um objeto constituído por uma história irreal, imaginada, falsa. Trata-se de uma ideia inventada que pode ou não estar associada a fatos históricos, sem, contudo, retratá-los fielmente. O escritor ficcional não possui nenhum tipo de compromisso em relatar a realidade, pois para ele o que importa é apenas a verossimilhança que desperta o efeito na obra. Já a literatura, não se pode imaginar, ainda que ingenuamente, que ela é apenas um texto publicado em um livro. Ela vai além do texto, até porque, nem todo texto e nem todo livro publicado consiste num texto literário.

Definir o que seja um texto literário, até o momento é uma questão que produz muitas discussões em vários meios, pois ao longo dos anos não se chegou, ainda, há uma definição formal do que seja: “literatura”. Contudo, podemos considerar como “literários” os textos que têm uma função artística, prezando pela estética e pela subjetividade para construir narrativas ficcionais com base em acontecimentos do cotidiano, memórias, reflexões, abstrações e outras fontes diversas de inspiração.

As atividades dos historiadores e escritores ficcionais, embora possuam diferentes objetivos, se entrecruzam por meio das narrativas. Neste viés, Peter Burke (2012) entende que, o texto narrado, em qualquer uma das duas áreas – história ou literatura – passou por uma seleção e, a partir daí, por mais que tente ser impessoal, o narrador vai apresentar dados sob a sua própria ótica. É importante lembrar que o literato trabalha com a verossimilhança e o historiador com os fatos em si. Este, enquanto profissional, busca compreender um texto ou uma manifestação de determinada época reunindo documentos ou dados, averiguando os fatos, tendo o trabalho de reconstruir, interpretar e analisar o passado, seja de grupos, de indivíduos, de regiões, de costumes, de ideias ou de cultura.

De volta aos conceitos de texto histórico e texto literário, bem como a diferença entre a literatura e a historiografia passamos a algumas reflexões entre o fazer literário e o fazer histórico que podem nos situar neste diálogo interdisciplinar.

No olhar de Turra (2011, p. 101), embora exista uma aproximação entre a escritura histórica e a escritura literária, os textos de ambos resultam em gêneros textuais diferentes, não desempenhando a mesma função e tão pouco a mesma finalidade. Para ela, na tentativa de aproximar tanto o historiador, quanto o literato, pode-se dizer que ambos são leitores que “se apropriam de diferentes textos e fontes para construir o seu trabalho” (TURRA, 2011, p. 102).

Quanto a diferença entre literatura e historiografia, tratando o tema de forma muito sintética, tomamos por empréstimo o entendimento de Antonio Cândido (2003), quando afirma que “a criação literária traz como condição necessária uma carga de liberdade que a torna independente sob muitos aspectos, de tal maneira que a explicação dos seus produtos é encontrada sobretudo neles mesmos (CANDIDO, 2003, p. 162).

Já, Cecília Siqueira Cordeiro (2015), ao definir a historiografia, enfatiza que ela seria “a construção narrativa dos resultados da pesquisa histórica, realizada a partir do controle metódico de investigação empírica e de crítica documental” (CORDEIRO, 2015). De acordo com a pesquisadora é a historiografia que “dá forma e feitio histórico aos elementos empíricos (objetivos) da pesquisa, inserindo-os na vida prática, atribuindo-lhes sentidos e significados”. E, ao passo que a literatura tem toda a liberdade para inventar, RÜSEN (2001), destaca que para o historiador,

Existe algo na construção narrativa chamada “história” que não pode ser inventado, pois é previamente dado e tem de ser reconhecido como tal pelos historiadores (...) a interpretação histórica não pode ir além dos contornos da experiência quando tenha por intenção enunciar o que ocorreu no passado (RÜSEN, 2001, 94).

Parafrazeando Alcmeno Bastos (2007, p. 10, 11), ele destaca que desde os tempos de Aristóteles as relações entre o literato e o historiador eram perceptíveis. O estudioso ressalta que a narrativa literária “se apoiava na documentação histórica, enfatizando, portanto, o dado de realidade”. E, observa ele, que com o nascimento do romance histórico, nasceram também as inquietações que pesaram sobre as narrativas tanto da literatura, quanto da história, pois a primeira, delineava a escrita ficcional, inventada e a outra, a narrativa documentada. Assim, no que se tange a estruturação da narrativa, Bastos declara que:

de um lado, os que viram o romance histórico como versão da historiografia, concedendo que ao romancista cabia o reduzido direito de preencher as lacunas eventualmente deixadas pelo registro histórico [...]. De outro lado, os que reivindicavam liberdade ilimitada de manipulação do dado histórico, sob o argumento de que se tratava, em última instância, de ficção, logo, invenção, servindo a história apenas como matéria-prima sobre a qual deveria exercitar-se a imaginação do escritor (BASTOS, 2007, p. 10,11).

O pesquisador nota que nos dias de hoje tenta-se resolver esse dilema do romance histórico, pois não se encontrou até então, “uma resposta satisfatória sobre o que fazer com a matéria de extração histórica”. Para ele, as práticas narrativas entre História e Literatura apresentam diferente gênese: “o historiador preso aos *documentos escritos*; o romancista, aos *documentos narrados*, ou extraídos da natureza” (p. 19, grifos do autor). Bastos (2007, p. 31), segue afirmando que “a função do romancista histórico é [...] complementar à do historiador, não somente em termos cronológicos, mas também na tarefa de construir uma imagem verdadeira do passado”.

Gyorgy Lukács (2011, p. 38), entende que o romance histórico surgiu no início do século XIX, a partir de Walter Scott, o qual tinha por característica vincular a sua

narrativa ao realismo. Para Lukács,

no romance histórico justamente, a tentação de reproduzir inteiramente a totalidade das coisas é imensa. Há sempre um risco muito próximo de acreditar que a fidelidade histórica só pode ser atingida por meio da totalidade (LUKÁCS, 2011, p. 58).

Contudo, ele afirma que no romance histórico a tentação de reproduzir fielmente a totalidade das coisas é enorme, mas isso gera o risco de se acreditar que a fidelidade histórica só pode ser alcançada por meio da sua totalidade. Ainda, nas palavras de Lukács, “essa é uma ilusão para a qual, Balzac em especial chamou a atenção, com grande perspicácia e clareza, em seus escritos críticos” (LUKÁCS, 2011, p. 59). Destaca ainda que no romance histórico, “não se trata do relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que os protagonizaram” (LUKÁCS, 2011, p. 59). Em outras palavras, Lukács acredita que o romance histórico trata de figurar a forma como os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando assim, como as coisas se deram na realidade histórica, mas não na sua totalidade. Para exemplificar, ele destaca:

Seria um erro acreditar, por exemplo, que Tolstói tenha retratado as campanhas napoleônicas de modo realmente extenso. Ele nos apresenta, de cada campanha, apenas alguns episódios extraídos do conjunto, episódios especialmente importantes e significativos para o desenvolvimento de suas personagens principais. E sua genialidade no romance histórico reside em escolher e figurar esses episódios de maneira que todo o estado de ânimo do Exército e, por intermédio deste, do povo russo seja expresso com concisão (LUKÁCS, 2011, p. 60).

Na construção literária de Brígido Ibanhes, o que se percebe é um romancista que ficcionaliza a história em suas narrativas. E, como já destacamos anteriormente, ele se utiliza de documentos e fotos na tentativa de dar veracidade às suas palavras, com o fim de construir uma imagem do passado na vida de seus personagens. No tocante a isto, Milan Kundera (2009) explicita que na narrativa do romance “não apenas a circunstância histórica deve criar uma situação existencial para um personagem do romance, mas a história deve em *si mesma* ser compreendida e analisada como situação existencial” (KUNDERA,

2009, p. 43). Em outras palavras, a história não deve ser vista apenas como um pano de fundo ou um cenário onde as ocorrências humanas se desenrolam, mas deve ser tratada no romance, de uma forma em que se sirva de seus personagens para abordar as atitudes humanas que são muito fundamentais na existência. Para Kundera:

O romance não examina a realidade, mas sim a existência. A existência não é o que aconteceu, a existência é o campo das possibilidades humanas, tudo aquilo que o homem pode tornar-se, tudo aquilo de que é capaz. Os romancistas desenham o *mapa da existência* descobrindo esta ou aquela possibilidade humana. Mas uma vez mais: existir, isso quer dizer: “ser-no-mundo”. É preciso, portanto, compreender o personagem e seu mundo como possibilidade (KUNDERA, 2009, p. 46).

Posto isto, inferimos que a intenção de Ibanhes, enquanto literato foi a de trazer para dentro das suas narrativas, a existência, “não que aconteceu”, mas, a possibilidade do que poderia ter acontecido. Dizendo de outro modo, o escritor, por meio de suas personagens buscou trazer à tona uma literatura regional que destacasse a importância do Mato Grosso do Sul dentro do contexto histórico nacional, através de ao escrever *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* e *Chão do Apa – contos e memórias da fronteira*. Em entrevista, o Brígido afirma:

O meu propósito na escrita sempre foi o de participar do estabelecimento de uma literatura regional da fronteira. Em meados dos anos oitenta praticamente inexistia essa literatura; depois surge Hélio Serejo, que vim a conhecer muito tempo depois e de quem me tornei amigo. No entanto, o meu interesse sempre foi também o de registro memorialístico de fatos históricos, ocorridos principalmente, no sul do antigo Mato Grosso; como um dos fatos históricos mais importante ocorrido nesta região, posso citar os confrontos da Revolução de 1932, que estão descritos no livro sobre o Capitão Silvino Jacques.

[...]

Nunca observei o *Chão do Apa* como autobiográfico, mas, sim de registro de um tempo passado dessas duas comunidades que fizeram parte da história da Guerra do Paraguai. E é ali que começa a minha narrativa (ENTREVISTA<sup>88</sup>).

<sup>88</sup> ENTREVISTA enviadas por “e-mail” pelo escritor Brígido Ibanhes, anexo datado de 14 de fevereiro de 2019.

Conforme o excerto acima, o escritor, intencionalmente mescla suas narrativas entre o real e o imaginário. Neste sentido, podemos pensar no protagonista Silvino Jacques e refletir: até onde o Silvino Jacques – sujeito histórico – é resultado da criação literária de Ibanhes. O autor privilegia a aquisição do conhecimento literário e traz o sujeito histórico – Silvino Jacques – para dentro de sua escrita ficcional e o reinscreve. Isto ocorre quando Ibanhes utiliza a “Decima Gaucha”, que é composta por versos autobiográficos de Silvino. Seu objetivo durante as narrativas se torna claro, quando busca desconstruir a figura do herói “gaúcho-mato-grossense” e desmistificar a imagem de “grande homem” que o circundou após a sua morte.

Dentro deste processo de “desmistificar” Silvino Jacques, Ibanhes faz uso de fatos, documentos, fotos, relatos de pessoas que conviveram com Silvino e, também dos lugares por onde ele viveu e cometeu os seus crimes. No cenário de suas narrativas, Brígido destaca a fronteira com suas características históricas e culturais e o sul do Estado do Mato Grosso, antes da divisão em 11 de outubro de 1977.

A forma como ele trabalha essa apropriação da história para dentro da sua escrita ficcional é o que averiguamos a seguir.

### **5.1 Apropriações e métodos**

Em uma entrevista concedida em 2017, o literato esboça as apropriações e os métodos que o conduziram na escrita de *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, seu primeiro livro, bem como, o mesmo procedimento se deu na escrita de *Chão do Apa*.

De acordo com Ibanhes, quando propôs escrever um trabalho enquanto escritor, observou que seu conhecimento literário se restringia apenas às literaturas de São Paulo e Rio de Janeiro que estavam fora da realidade em que ele estava inserido, ou seja, “eu não tinha conhecimento da literatura dessa região centro oeste” (ENTREVISTA, 2017). Outro ponto que chamou a atenção de Ibanhes foi o fato de que os escritores sul-mato-grossenses, que ele tinha conhecimento, estavam preocupados “em algumas de suas escritas em se assemelhar aos clássicos de São Paulo

---

e Rio de Janeiro”. Ele, ainda, destaca:

percebi que havia até uma certa vergonha de falar daqui da região. As pessoas tinham vergonha até de assumir seus traços indígenas, guarani e até vergonha de falar que sabia falar guarani. A história do Silvino eu conhecia desde criancinha. Me lembro de meus pais conversando sobre o Silvino. Muitas vezes eles estavam construindo uma narrativa, porque meu pai sabia uma parte e minha mãe sabia a outra. Então, eu os ouvia montando aquela história. Me deparei com isso: como vou escrever? Então, fui forçado a buscar nossas formas de escrita até na criação da minha identidade. Me dava um certo medo porque quando as pessoas falam pouco sobre uma coisa, aos poucos vai virando mito. Mas quando se trás para perto da realidade, dos acontecimentos, do registro oficial da coisa, aí você está criando um personagem interessante e foi isso que aconteceu com o Silvino. A maneira que achei mais correta de relatar, era expressar aquilo que ouvi a vida inteira. A classe aristocrática, os coronéis, usavam o Silvino como um agente a serviço deles e por isso passavam a imagem dele como um herói. Mas quando me propus escrever, me propus a escrever a história dos oprimidos, dos que sofreram. Ali procurei informações, relatos, testemunhos primários de pessoas que viveram o momento Silvino Jaques, pois ainda mantinham em suas memórias. Um dia, uma senhora que eu estava chegando na fazenda dela para um relato, tanto que no livro tem um relato do Silvino na fazenda dela. Então, ela sabendo que eu iria lançar um livro sobre ele, ela me perguntou como estava o livro, eu disse que ainda estava escrevendo. Então, ela me respondeu: “cuidado com o que você escreve porque o Silvino Jaques ainda está vivo”, ou seja, era uma ameaça, pois aquele sistema em que ele lutou em favor dos coronéis ainda estava vivo (ENTREVISTA, 2017)<sup>89</sup>.

As palavras do escritor, na citação supra, nos remete à Samara & Tupy (2007) que enfatizam que, “o primeiro passo da pesquisa histórica deve estar associado, necessariamente, à elaboração de um projeto de trabalho, no qual se define pelo menos, o objeto inicial do estudo, seus recortes e possíveis associações” (p. 79). Elas, ainda destacam que, de início, deve-se avaliar “os métodos e as técnicas empregadas, os tipos de registros disponíveis, o período tratado, entre outros pressupostos que melhor distinguem o estudo a ser realizado” (p. 79). As estudiosas afirmam, também, que a

---

<sup>89</sup> Conforme já especificado, optamos por utilizar no texto as citações da entrevista, sem correções.

pesquisa do historiador demanda um conhecimento especializado, obtendo informações prévias sobre o tema proposto. Embora, Ibanhes não seja um historiador por ofício, observamos na entrevista acima que, ele buscou se organizar em sua pesquisa histórica, avaliando, sobretudo, à época, o lugar e as pessoas que conviveram com Silvino Jacques. E, se pensarmos que o ato da representação literária é uma forma de apropriação discursiva, veremos que na escritura de Ibanhes ocorre uma apropriação da história após averiguar e organizar o contexto de seu objeto de estudo. E, por fim, por meio da assimilação imaginativa em que o escritor supõe “fazer história” por meio de sua narrativa.

Na literatura brasileira, temos dois nomes, dentre outros, que podemos destacar: Machado de Assis e Lima Barreto. Ambos, construíam seus escritos literários se apropriando da história, de suas fontes e de suas memórias e, em cujas reflexões reconstruíram a materialidade do mundo em suas narrativas ficcionais. Fizeram “história”, sem nunca ter sido historiadores por ofício.

O primeiro, Machado de Assis, nas palavras de Chalhoub (2003, p. 10), ao contar suas histórias escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX. Chalhoub, destaca em nota de rodapé (2003, p. 159) que “ao conceber a literatura como modo de ler a história, Machado apenas compartilhava uma visão bastante comum à época”. O historiador enfatiza, também, que

Na ótica de Schwarz, a obra de Machado é interpretada como um comentário “estrutural”, por assim dizer, sobre a sociedade brasileira do século XIX: o romancista expressa e analisa aspectos essenciais ao funcionamento e reprodução das estruturas de autoridade e exploração vigentes no período. Schwarz procura mesmo explicar a trajetória da obra machadiana como um processo de experimentação e busca de um “dispositivo literário” que “capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra de escrita (CHALHOUB, 2003, p. 10).

Sidney Chalhoub, também se utiliza das análises de John Gledson sobre Machado de Assis, para destacar que Machado se apropriou da história para “demonstrar as transformações sociais e políticas de seu tempo (p.10). Para Chalhoub, “se a pena de Gledson revela um Machado empenhado em interpretar o sentido da

história, também mostra que tal esforço é acompanhado de um processo não menos intenso de dissimulação e despistamento do leitor (CHALHOUB, 2003, p.10). Analisando isso de outra forma, Chalhoub dá a entender que Machado ao construir a tessitura de seus textos em *Helena*, ficcionaliza um modo de ler sobre a história social e política do Brasil em meados do século XIX, fazendo com que o leitor tivesse uma “interpretação da sociedade brasileira” (p. 11) durante aquele período:

Em *Helena*, os acontecimentos narrados estão situados na década de 1850, o que permite a Machado uma análise pormenorizada da vigência de uma hegemonia política e cultural, historicamente específica, que informa e organiza a reprodução das relações sociais desiguais. Em outras palavras, uma política de domínio assentada na inviolabilidade da vontade senhorial e na ideologia da produção de dependentes garante uma unidade de sentido à totalidade das relações sociais, que parecem então seguir o seu curso natural e inabalável. Todavia, *Helena* não podia ser apenas o registro de certa estrutura de dominação: Machado escreveu tal romance em 1876, evocando as práticas sociais e o “clima” vigentes na década de 1850. Ou seja, é preciso ler *Helena* em suas duas historicidades: a da narrativa — anos 1850 — e a do autor — 1876 —, e considerar que houve, de permeio, a crise social e os debates políticos intensos que culminaram na lei de 28 de setembro de 1871, depois conhecida como Lei do Ventre Livre (CHALHOUB, 2003, p. 11, *grifos do autor*).

Para Chalhoub, *Helena* é um romance escrito, também, como sendo uma revelação, ou por vezes de forma sutil, e outras vezes, de forma escancarada, trazendo um propósito de denúncia “dos antagonismos e da violência inerentes às relações sociais vigentes durante *o tempo saquarema*” (CHALHOUB, 2003, p. 11, *grifos do autor*).

O segundo, Lima Barreto, escritor carioca que tem sido objeto de análise em diversas áreas acadêmicas, dentre elas: Literatura, História e Sociologia. No dizer de Carlos Alberto M. Noronha (2013, p. 1), Barreto se acerca da História quando em sua obra *Triste fim de Policarpo Quaresma* (romance de 1911), “retrata experiências vivenciadas durante a disputa pela presidência da República entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa em 1909 (a campanha civilista)”. A pesquisa de Noronha teve como

foco, analisar a maneira como a história estava sendo escrita neste romance de Lima Barreto. E, ao analisar as anotações pessoais do escritor, Noronha se depara com uma anotação de 1903 em que Lima Barreto, explicita a sua intenção ao construir a narrativa *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Segue o fragmento averiguado por Noronha:

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade (BARRETO, 1961, 33. In: NORONHA, 2013, p. 2).

O que podemos observar, portanto, é que a intencionalidade do escritor era utilizar-se da apropriação da História, enquanto método, na produção de suas narrativas literárias. Percebe-se ainda, que Barreto, “tem contato nesse momento com a doutrina positivista predominante da Politécnica – a literatura nacional e referências para a escrita de nossa História da época” (NORONHA, 2013, p. 3). Segundo as pesquisas de Noronha, Lima Barreto também passou por um processo de coleta de dados, de informações, de fontes, de busca dos intelectuais da época. Mas, nos chama a atenção no estudo de Noronha, a observância que ele faz acerca da visão de Barreto (nas anotações do escritor) sobre a História:

As linhas escritas por Barreto podem ser consideradas também discordantes do historicismo de vertente kankeana, no seu objetivo de narra os fatos como realmente aconteceram, pois nota-se, nessas anotações uma posição bem relativista quanto àquela objetividade na busca pela verdade, mesmo não descartando a existência dos métodos (NORONHA, 2013, p.3).

Para Noronha (p. 10), Lima Barreto “lançou duros golpes através de sua literatura militante”. Dito de outro modo, Noronha acredita que Barreto, indica uma mudança de foco na historiografia brasileira: “de uma História política tradicional para uma econômica e social a fim de compreender a população do país com suas *necessidades e desejos*” (NORONHA, 2013, p. 11). Nas anotações pessoais do literato, segundo Noronha, Lima consultou “livros velhos queridos”, para representar a História

na sua escritura. Noronha destaca que, dentre esses livros, está História do Brasil de Robert Southey – obra do início do século XIX, considerada bem documentada e representativa dos acontecimentos do Brasil colonial até a vinda de D. João VI ao Brasil em 1807, editada no Brasil pela primeira vez em 1862.

Enfim, destacamos, dois nomes da Literatura Brasileira: Machado de Assis e Lima Barreto, por consideramos que esses literatos contribuem para o avanço do estudo da fonte histórica na escrita literária, como também, é o caso de Brígido Ibanhes com suas obras aqui análise.

Outro ponto a ser observado, além da apropriação é o método pelo qual o literato procurou tecer a sua escrita com base na história. O escritor, em entrevista expõe a razão de sua obra, e destaca: “Me deparei com isso: como vou escrever?” foi, a partir desse questionamento, que ele traçou a sua metodologia de trabalho: “Ali procurei informações, relatos, testemunhos primários de pessoas que viveram o momento Silvino Jaques, pois ainda mantinham em suas memórias” (ENTREVISTA, 2017).

Jorge Grespan (2008, 291), ao fazer algumas considerações sobre a importância e o sentido do método em História, contextualiza a Escola Histórica explicitando que foi somente no fim do século XVIII e início do XIX que, a história ganhou autonomia diante das ciências humanas e reivindicou o estatuto de cientificidade. Segundo o teórico, “foi o método, portanto, que permitiu, a princípio, fixar e resguardar os limites do *território do historiador*” (GRESPLAN. 2008, p. 291, *grifo do autor*). Em sua reflexão, afirma que este instrumento específico de trabalho do historiador, poderia afastar as incômodas interferências que confundiam história com ficção:

Toda a confiança nas potencialidades do método repousaria, então, no fundo, na ideia da verdade como propósito a distinguir a História, em primeiro lugar, da ficção, do romance histórico, que não pretenderia o relato de fatos verdadeiramente ocorridos. Nesse gênero literário, o passado é mero contexto de uma ação imaginada de personagens imaginados, sem a necessidade de o argumento corresponder a nada de real (GRESPLAN. 2008, p. 292).

Neste aspecto, ele entende que, na história ocorre exatamente o contrário da ficção, ou seja, é imprescindível a correspondência com o real, o verdadeiro. Ressalta também que “a autenticidade das fontes, a sua análise correta, a seleção dos fatos individuais, relevantes, em todas estas tarefas do método revela-se uma ideia de verdade” (p. 292). Verdade esta, que é o resultado obtido pelo historiador, “arrancada dos dados quase como uma confissão”.

No dizer de Pinsky (2008, p. 216) “não há regras ou métodos indiscutíveis para se escrever a história de uma vida, ou seja, para se produzir uma biografia”. A pesquisadora ainda enfatiza que, “pode-se afirmar, também, que os problemas enfrentados são semelhantes aos que precisamos encarar em qualquer trabalho de pesquisa histórica”. Ou seja, embora as obras de Ibanhes não consistam em um trabalho de historiador, mas sim, em contos e romances, a metodologia de sua narrativa se assemelha a do historiador. Vale lembrar que, a escrita dele, resulta da apropriação da história, por meio da pesquisa realizada pelo autor que aborda a época e as personagens históricas que formavam o contexto de vida de Silvino Jacques. Para embasar a sua escritura, Ibanhes acrescenta na sexta edição de *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (2012), já no início do livro, alguns fragmentos de jornais da época, que publicaram matéria sobre o escritor. A exemplo, o *Jornal Panfleto* de 15 de abril de 1992:

Quem foi essa pessoa que de herói nacional passou a cangaceiro? Na realidade trata-se de uma parte importante da história de Mato Grosso do Sul, que era de conhecimento de uma minoria de pessoas e que foi resgatada pelo escritor Brígido Ibanhes. Em 1932 com a Revolução Constitucionalista, o bandoleiro foi convocado por Vargas para auxiliar nos combates, formando um grupo de pessoas sob sua chefia. Com o fim do problema, com São Paulo sem munição para dar sequência à Revolução, Silvino não entregou as armas militares que havia recebido – tendo sido condecorado com a patente de Capitão e homenageado como herói – passando assim a praticar atos de violência, incluindo saques, torturas e muitos assassinatos (apud IBANHES, 2012, p. 6)<sup>90</sup>.

O que podemos apreender da citação acima, grosso modo, é que o que torna a

---

<sup>90</sup> Ver anexo D, p.288.

escritura de Ibanhes associada à história, não é somente a personagem de Silvino Jaques – que compõem uma história regional de Mato Grosso do Sul – mas, também, o contexto de época no país e as demais personagens que formam o enredo da obra. Neste sentido, Koselleck (2014, p. 267) corrobora para elucidar o tempo na escrita histórica quando esclarece que os historiadores, “só podem relatar uma época sobre a qual temos notícias mais ou menos confiáveis, as quais nos permitam atestar a veracidade das histórias”. Diz-nos também, o historiador alemão que

Se transferirmos o foco das estruturas temporais da experiência histórica para os modos de sua narração, de sua representação na escrita e de sua elaboração metodológica, podemos - a despeito de qualquer teoria – estabelecer três tipos: o registro, a continuação e a reformulação da história (KOSELLECK, 2014, p. 40).

Utilizando a citação acima, depreendemos que o entendimento de Koselleck ao se registrar a história na representação escrita, estabelece “o registro, a continuação e a reformulação da história”. O literato, embora se utilize do tempo nos fatos ocorridos, vai registrar os acontecimentos não na sua veracidade, mas de forma inventada ou melhor, reescreve a história acrescentando o imaginário nos fatos acontecidos ao dar continuidade no registro temporal. Dito de outro modo, não se trata de um “registro originário”, como proposto por Koselleck (2014, p. 40), mas reformulado. No caso do escritor ficcional que narra algo do passado, o que observamos é que ele faz uso do tempo histórico, sem, contudo, narrar os fatos exatamente como se deram, mas, apenas alguns traços da história. Sandra Pesavento (2006, p. 22) reforça essa ideia ao destacar que “a verdade da ficção não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo na temporalidade dada”. Para ela, a reconstituição do passado vivido pela narrativa histórica dá a ver uma temporalidade que só pode existir pela força da imaginação.

Retomando a entrevista com Ibanhes, citada anteriormente sobre sua produção ficcional, ele enfatiza: “Ali procurei informações, relatos, testemunhos primários de pessoas que viveram o momento Silvino Jaques, pois ainda mantinham em suas memórias” (ENTREVISTA, 2017).

Koselleck (2014, p. 42) entende que para se adquirir conhecimento sobre os fatos, deve se levar em conta a metodologia e que para tal, “a estratificação metodológica leva da entrevista direta de testemunhas oculares e de testemunhas intermediárias, que ouviram falar do ocorrido”.

As narrativas ficcionais de Brígido Ibanhes não só se apropriam da história, mas se apoderam do tempo histórico que corresponde aos fatos ocorridos. Isto, pode ser observado em *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, em que o escritor narra uma parte da história do Mato Grosso do Sul, por ocasião da Revolução Constitucionalista em 1932, reinscrevendo as façanhas do bandoleiro convocado por Vargas para auxiliar nos combates, formando um grupo de pessoas sob sua chefia.

Esta mesma apropriação se dá nos três primeiros capítulos de *Chão do Apa: contos e memórias a fronteira*, narrativa que aborda a Guerra da Tríplice Aliança nos anos de 1864-1870.

## 5.2 Fontes de um literato para produzir a história

“Historiadores trabalham com fontes. Nós nos apropriamos delas por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas” (PINSKY (2008, p. 7). Com base nesse entendimento de Carla Pinsky passamos a analisar as fontes de um literato para representar a história dentro de sua escrita ficcional. Nosso ponto de partida, se dá a partir do esclarecimento que Maria de Lourdes Janotti (2008, p.10), nos traz ao abordar a história das fontes. Ela elucida que, foi quando a História se afirmou enquanto disciplina acadêmica na segunda metade do século XIX, que se estabeleceram parâmetros metodológicos e rígidos sobre as fontes, sejam elas: escritas, arqueológicas ou artísticas.

os interesses dos historiadores variam no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais, Ser historiador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento das fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso (JANOTTI, 2008, p. 10).

Para a historiadora, priorizar as investigações sobre a “importância da

autenticidade documental”, era uma concepção dominante na historiografia, uma vez que esta, por meio da comparação de documentos, “permitia reconstituir os acontecimentos passados (JANOTTI, 2008, p. 11).

Ao tratar do tema das fronteiras existentes entre história e ficção, André Trouche (2006, p.31), analisa o estudo das narrativas de extração histórica, bem como o seu papel no contexto da produção literária hispano-americana. Para ele, no âmbito da história, “a narrativa histórica é uma construção cultural, plena de subjetividade dependente de uma avaliação quanto às fontes e documentos” (p. 33). E, no âmbito da literatura, há sempre “o renovado interesse pelo passado histórico. O pesquisador entende que:

narrativas de extração histórica, entendido, conceitualmente, como o conjunto de narrativas que encetam o diálogo com a história, como forma de produção de saber e como intervenção transgressora se nos afigura como mais adequados que aqueles, cunhados através dos tempos (TROUCHE, 2006, p. 44).

No dizer de Trouche (2006, p. 54), a memória é “o manancial que nutre todo desenvolvimento narrativo” e o tecido textual de extração histórica é criado por meio dos fios da memória e da história que vai determinar a trama e a urdidura na qual se forma a narrativa (p. 73). Trouche (p. 91), destaca ainda, que a memória busca reconstruir a experiência histórica que o narrador num jogo de linguagem enceta pelo discurso narrativo o nível da realidade verbal. E, com base nessa “extração histórica” mencionada por André Trouche, observamos que o escritor literário ao se apoderar da história, vai se organizar e definir sua escrita, fundamentando-a em fontes e documentos, tal qual o historiador o faz. Isso se dá a entender quando Pesavento (2006, p. 22), enfatiza que, “o texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção”.

Nesse “fazer história”, Peter Burke ao tratar da divisão de trabalho posta entre o romancista histórico do século XIX e o historiador de ofício, tendo as fontes utilizadas pela história, ressalta que os “romancistas tinham licença para inventar personagens menores, lustrando os efeitos de grandes mudanças históricas num nível local ou pessoal” (BURKE, 1997, p. 112).

Em diferentes momentos, Ibanhes destaca que para escrever o seu romance

histórico, teve como fonte a tradição oral, vejamos:

A história do Silvino eu conhecia desde criancinha. Me lembro de meus pais conversando sobre o Silvino. Muitas vezes eles estavam construindo uma narrativa, porque meu pai sabia uma parte e minha mãe sabia a outra. Então, eu os ouvia montando aquela história. [...] A maneira que achei mais correta de relatar, era expressar aquilo que ouvi a vida inteira. [...] Mas quando me propus escrever, me propus a escrever a história dos oprimidos, dos que sofreram. Ali *procurei informações, relatos, testemunhos primários de pessoas que viveram o momento Silvino Jaques*, pois ainda mantinham em suas memórias (ENTREVISTA, 2017, *grifo nosso*).

Verena Alberti (2008, p. 155), realça que a “História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a *histórias dentro da história* e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (*grifo da autora*). Para a pesquisadora, a história oral é uma metodologia contemporânea que surgiu em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita, que nas palavras de Alberti: “costuma-se considerar 1948 o marco do início da História oral *moderna*”.

As gravações possibilitam as entrevistas com pessoas que vivenciaram os acontecimentos passados. Mas, a princípio não era assim. Alberti, destaca que durante muito tempo, desde a perspectiva positivista predominante no século XIX, “a História preconizou o escrito em detrimento do oral e o passado remoto em detrimento de temas contemporâneos, em relação aos quais o historiador não seria suficientemente imparcial (ALBERTI, 2008, p. 163). Ela acrescenta que, “considerava-se que os relatos pessoais, as histórias de vidas e as biografias não contribuiriam para o conhecimento do passado, pois são subjetivos, muitas vezes distorcem os fatos e dificilmente seriam representativos de uma época ou grupo (ALBERTI (2008, p. 163).

Contudo essas convicções sofreram modificações e a partir da década de 1980, temas contemporâneos foram incorporados à História e, “hoje, já é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se constituir objeto do pensamento científico (p. 163). Desta forma, os historiadores passaram a se interessar, segundo Alberti, “também pela vida cotidiana, pela família, pelos gestos do trabalho, pelos rituais, pelas festas e pelas formas de

sociabilidade” (p. 163) e, estes temas, quando investigados no tempo presente, podem ser abordados por meio de entrevistas de História oral.

De maneira esquemática, podemos afirmar que Brígido Ibanhes, tal qual os historiadores, se organizou para a sua produção, como já vimos, na entrevista (2017), em que o escritor destaca: “procurei informações, relatos, testemunhos primários de pessoas que viveram o momento Silvino Jaques, pois ainda o mantinham em suas memórias”. Essa busca do literato pelas pessoas que mantinham em suas memórias informações sobre o Silvino Jacques, bem como o período em que transcorreu sua história, nos remete, novamente à historiadora Alberti. Ela entendi que “o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação” (ALBERTI, 2008, p. 167). Dito de outra forma, a memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja, de identidade. Sobre o trabalho de entrevista feito pelo historiador, Alberti esboça que,

a entrevista de História oral *deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico*, do mesmo gênero de memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais. Trata-se, pois, de uma fonte ajustada a um importante paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas: a ideia do indivíduo como valor. O indivíduo, único e singular, o ser psicológico, dá sentido à uma série de concepções e práticas em nosso mundo, e o pesquisador que opta por trabalhar com a História oral deve ter consciência de que está lidando com uma fonte que reforça esses valores (ALBERTI, 2008, p. 169, *grifos da autora*).

Nas palavras introdutórias de seu livro, o literato faz questão de esclarecer aos seus leitores a metodologia que utilizou para compor os seus escritos, baseando-se nos fatos documentados sobre Silvino Jacques. Desta forma, o livro é marcado por fontes e documentos que, autenticam o imaginário do autor na sua escrita ficcional:

O objetivo deste meu trabalho é retratar os fatos marcantes da sua vida, e, para isso, inúmeras pessoas foram entrevistadas: parentes, amigos, antigos companheiros, pessoas que foram por ele perseguidas e outras. Tive acesso a informações confidenciais dos arquivos do 10º Regimento de cavalaria, em Bela Vista/MS. Ordenei os fatos minuciosamente descritos por essas pessoas e

compilados pelos documentos históricos disponíveis (IBANHES, 2012, p. 11).

O que se pode notar é que, tal qual um historiador, Ibanhes percorreu as trilhas dos testemunhos orais de pessoas que conviveram com Silvino Jacques ou que viveram no período em que se travou a sua história. Além disso, Brígido buscou informações para estabelecer sua escrita literária em arquivos, conforme explicitado acima e, também em cartório quando buscou a certidão de nascimento de Silvino Jacques (Anexo B, p. 271), para fundamentar a veracidade de sua principal personagem na trama. Carlos Bacellar (2008, p.38) ressalta que, “cabe ao historiador, ao acessar tais documentos, o papel fundamental de alertar para sua importância, pressionando por melhores atenções para com os registros do passado”. E, embora Ibanhes não seja historiador por ofício, percorreu o trajeto histórico, firmando sua pesquisa “histórica”, a partir da localização de fontes seguras para montar sua narrativa ficcional, segundo ele mesmo explicita: “Ordenei os fatos minuciosamente descritos por essas pessoas e compilados pelos documentos históricos disponíveis (IBANHES, 2012, p.11).

Trabalhar a narrativa ficcional extraído da história as questões de personagens da vida real e as marcas de um tempo e de um lugar, certamente, instigam o escritor a escavar, tal qual a arqueologia o faz, em busca da verossimilhança e, a seu modo, produzir história por meio do romance. Usando as palavras de Carla Pinsky (2008, p. 08), Brígido Ibanhes colocou “as mãos na massa” e, como já tratamos, penetrou em arquivos, ouviu depoimentos, manuseou documentos, escarafunchou vestígios da cultura material, decifrou impressos em busca de informações sobre Silvino Jacques, como que aceitando os desafios da História, mesmo sem ser um historiador.

Do ponto de vista narrativo, Ibanhes traz para sua escrita as *Decimas Gauchas* de Silvino Jacques, sua principal fonte, já mencionadas anteriormente, e que, o escritor, faz questão de expor aos seus leitores na introdução da obra:

As trovas incluídas na presente obra são de autoria do próprio Silvino, sendo que o cancionista popular, há muito tempo, já as tem registrado na forma verbal e escrita. Elas narram suas peripécias nas Missões, no Rio Grande do Sul, onde cometeu inúmeros crimes, com a morte de autoridades policiais conforme a própria confissão transcrita nas *Décimas Gaúchas*. Estes versos

eram divulgados em livretes, vendidos no trem que passava por Santo Ângelo/RS e cidades circunvizinhas (IBANHES, 2012, p. 11).

Além de pesquisar documentos oficiais recolhidos no 10º Regimento de Cavalaria Independente, em Bela Vista (MS) sobre a personagem de Silvino Jacques, Ibanhes se fundamentou, também, em fontes e documentários, alguns fornecidos pelos próprios parentes de Silvino, para representar em sua escrita, personagens da vida real que estiveram presentes na História do Brasil nas décadas de 1930, precisamente, na região Centro-Oeste no sul de Mato Grosso.

Por fim, Ibanhes narra, explicitamente, de forma ficcional, determinados fatos históricos, eventos ou momentos pertencentes a um passado histórico, deixando ali a sua marca. Isto é, ao descrever os acontecimentos, Brígido reconstrói, no imaginário, o cenário em que se desenvolveu os fatos, bem como, as sensações que, possivelmente, permearam os acontecimentos, como quem esteve presente ou presenciando o passado.

À guisa de conclusão, analisamos neste capítulo as apropriações, os métodos e as fontes utilizadas pelo literato. Também, estudamos a produção textual da literatura e da história pontuando as diferenças entre ambas, bem como, a forma em que Brígido Ibanhes produz a sua escrita literária. Feito isto, passamos às considerações finais que almeja alcançar a proposta desta Tese.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O poeta pode contar ou cantar as coisas,  
não como foram, mas como deviam ser;  
e o historiador há de escrevê-las,  
não como deviam ser e sim como foram,  
sem acrescentar ou  
tirar nada à verdade.*

(Miguel de Cervantes)

Durante as etapas desta pesquisa, percorremos a trajetória da dimensão teórica e metodológica, por meio das leituras e entrevista com o autor. E, durante a caminhada analítica, sempre mantivemos o foco da indagação que, por algumas ocasiões nos tirou o sono: “*pode um literato produzir história?*”. Nessa tentativa de resposta, delineamos alguns trajetos que, nos permitiram transitar nas vias da História e da Literatura através escrita literária de Ibanhes.

Inicialmente, tivemos a preocupação de conhecer a biografia do autor e as influências na área histórica e literária que lhe serviram de suporte para desenvolver suas

narrativas. Segundo o literato, o ofício de escritor surgiu na sua vida através das leituras de escritores da literatura clássica, dentre eles, nomes como José de Alencar e Monteiro Lobato foram sua grande inspiração, conforme nos descreveu em entrevista:

Tinha um escritor que tinha a minha linguagem que foi o José de Alencar. Sua escrita sem muita prolixidade com figuras que me tocavam, como a do índio na obra guarani. Também, o Monteiro Lobato que caminhava na linha das lendas. E aquilo me despertava o interesse (ENTREVISTA, 2017).

Para Ibanhes, a linguagem de José de Alencar trouxe inspiração ao seu estilo de escrita, pois se assemelhava, como citado acima, ao seu próprio interesse em produzir suas narrativas.

Não somente as leituras lhe despertaram o gosto pela escrita, mas, também, as histórias orais contadas por seus parentes nas rodas de tererê, relatos sobre a Guerra do Paraguai e os feitos de Silvino Jacques – o mito pantaneiro – que, foram um forte ponto de apoio no interesse pela história.

Buscamos, posteriormente, a fortuna crítica do escritor e sua relevância enquanto escritor regional no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como o seu lugar enquanto objeto de pesquisa nos meios acadêmicos do Estado.

Lançamos um olhar nas suas obras publicadas até o corrente ano, sintetizando cada uma delas e pinçando, em especial, os dois livros que formaram o *corpus* deste trabalho: *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira* (2010) e *Silvino Jacques – o último dos bandoleiros* (2012). Neste último, desenvolvemos uma análise de cada publicação, conferindo o que foi tirado ou acrescentado em cada uma delas, bem como suas especificidades. Também, analisamos as mudanças que o autor trouxe nas edições quanto ao título da obra. Ainda neste capítulo, perscrutamos o tema *narrativas e memórias* tão presentes nas escrituras de Ibanhes. Para tanto, nos detemos no aporte teórico embasados em estudiosos, como: Jacques Le Goff, Joel Candau, Paul Ricouer e Koselleck, dentre outros, numa teia investigativa da tessitura narrativa e nas reminiscências do escritor.

No capítulo seguinte, investigamos a questão geográfica da fronteira brasileira, sobretudo, entre Brasil e Paraguai. Tratamos também sobre as cidades gêmeas,

especificamente, voltada para as cidades de Bella Vista Norte/PY e Bela Vista-MS/BR. Somou-se a este tema, discussões trazidas por estudiosos, como: Hildebrando Accioly, José Lindomar Albuquerque e Sandra Pesavento e vários outros que corroboraram para averiguarmos o conceito e a presença das representações desta fronteira nas obras em estudo.

O terceiro momento desta pesquisa (capítulo 3), tratou das representações históricas e literárias nas duas obras em estudo. Inicialmente, trabalhamos as representações históricas na escrita literária do autor. Para tanto, recorremos a pesquisadores, como: Sydney Scalhoub, Peter Burke, Hayden White, Antonio Candido, Luiz Costa Lima, entre outros, que nos auxiliaram na trajetória desta análise. Nesta fase, nos detemos em investigar a História e a Literatura enquanto limiar nas narrativas de Ibanhes que tece nas duas obras, os acontecimentos da história regional de Mato Grosso do Sul, descrita no duplo olhar: a do narrador e do autor, por meio das reminiscências que este recebeu dos seus antepassados. O literato descreveu fatos como a Guerra do Paraguai e relatos da vida de Silvino Jacques, transpondo para as obras, lugares e personagens da vida real, amparados por depoimentos, entrevistas e documentos. Estes fatores nos conduziram a pesquisar o mimetismo do real no imaginário do escritor.

No quarto capítulo, dedicamo-nos à análise da questão identitária, que supomos, desde o início desta pesquisa, ser de grande relevância nos estudos de representação histórico-literário.

Desta forma, a princípio, investigamos o encontro de identidades entre Brasil e Paraguai na escrita fronteiriça do autor, focando assim, o papel da História, bem como da Literatura que expõe padrões de comportamento que acabam por participar do processo histórico, político e social na definição das identidades nacionais, sociais e individuais, mesmo que percorram caminhos distintos. Lançamos um olhar na narrativa híbrida do autor, no que, se refere a presença do bilinguismo e multilinguismo no aspecto linguístico e cultural de sujeitos que vivem o “lá e cá”, ou seja, na zona de fronteira demarcada aqui pelas cidades de Bella Vista Norte/Py e Bela Vista, MS/Br. E, para encerrar este quarto capítulo, investigamos as reminiscências do autor no que intitulamos: “*Um chão cultural entre Brasil e Paraguai – festas e costumes*”. Tema este, que propôs analisar a identidade cultural nesta fronteira e buscamos as formas de pensar as festas, os costumes e a vivência da fronteira cultural tão presentes nas obras do autor.

Para embasar nossos estudos sobre estes temas (do capítulo 4), recorreremos, dentre outros, aos estudiosos: Jacques Derrida, Stuart Hall, Joel Candau, Mary Louise Pratt e Ligia Chiappini. E, neste sentido, entendemos ter alcançado o nosso propósito de análise neste assunto, uma vez que foi abordar os desafios advindos desta mescla de idiomas na formação identitária e cultural representada na obra em foco nas cidades de fronteira, palco das personagens representadas nas reminiscências de Brígido Ibanhes, transposta ao narrador/personagem. Podemos dizer que foi alcançado o nosso objetivo neste capítulo, grosso modo, pois a complexidade desses desafios linguísticos, culturais e identitários, ainda está longe de ser desvendado. Sabemos que, toda essa investigação do bilinguismo e multilinguíssimo, assim como o multiculturalismo presente na fronteira aqui estudada, lança-nos a perspectiva de novos estudos, com novas abordagens, considerando as diferenças culturais e linguísticas e, certamente, contribuindo para que sejam ampliadas novas análises sobre o tema.

No último capítulo desta pesquisa, trabalhamos a tentativa de responder a indagação que foi proposta nesta Tese: “pode um literato produzir história?”. Nesta tentativa averiguamos as apropriações e os métodos utilizados pelo escritor literário para produzir suas narrativas, bem como, as fontes por ele empregadas.

O diálogo do literato com a História em Silvino Jacques, se dá quando ele se apropria do sujeito histórico – Silvino Jacques – e, faz uso da escrita pessoal do mesmo para construir a sua narrativa ficcional. O literato acredita que, por meio de sua escrita a imagem de “herói”, que foi posta em Silvino, propositalmente, pelos coronéis que se utilizavam dos serviços do bandoleiro, poderia ser desconstruída, mesmo que através de artifícios ficcionais. Deste modo, Ibanhes se apropria das trovas *Decimas Gauchas* e a partir dali e dos relatos que ouvira desde a infância sobre as peripécias de Jacques e da coleta de informações sobre ele com pessoas que o conhecerem ou viveram naquele momento, Ibanhes, desenvolve o seu romance histórico.

*Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, trata-se de narrativa espelhada em fatos da vida de Silvino Jacques, construída pelos atos de uma personagem protagonista dando um certo ar de biografia do bandoleiro. Ibanhes faz uma releitura do universo que cercava a história de Silvino Jacques e se propõe desmistificar a aura de herói que o cercou durante anos.

Ao recontar a história de Silvino sob o prisma do anti-herói, Ibanhes vai se

apropriando dos acontecimentos históricos daquela época. Dentre eles, relata fatos que ocorreram em meados de 1925, a exemplo, a *Marcha da Coluna Prestes* que avançava pelo sul do antigo Mato Grosso. Ibanhes, faz uso das memórias de Juarez Távora<sup>91</sup>, que relata na sua biografia que, “Enquanto grande parte da Brigada *Rio Grande* estava montada, a quase totalidade da Brigada *São Paulo* se deslocava a pé” (IBANHES, 2012, p. 49), isto gerava dificuldades, contava Távora, quanto a potrear os animais de sela, nas estâncias circunvizinhas de seu itinerário da marcha. Este relato biográfico de Távora, foi referenciado por Brígido ao final do seu livro, nas referências bibliográficas no sentido de dar veracidade às suas narrativas,

Ibanhes, narra, também, sobre a Revolução de 32, afirmando que “no ano dia 13 de julho, o General Klinger espera que o contato entre as tropas paulistas e as do governo federal, em Quedos, possa resultar em entendimento [...]. Entendimento significa para ele a queda de Getúlio Vargas (IBANHES, 2012, p. 54). Nesta citação, Ibanhes, por meio da apropriação de relatos históricos, toma como fonte para sua narrativa, o livro *Getúlio Vargas e sua época*<sup>92</sup>, com fins de trazer ao leitor a contextualização do período vivido por Silvino Jacques. Nas páginas seguintes, Brígido vai descrevendo a movimentação revolucionária em Mato Grosso, com detalhes e nomes de Generais e personagens que fizeram parte daquele momento histórico do Brasil. Tudo isso, ele faz baseado nos relatos de livros históricos, dentre eles, além dos já citados aqui, em notas de rodapé, o escritor utiliza: “*História e estórias da Revolução de 32*, da Biblioteca eletrônica do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul” (IBANHES, 2012, p. 57). Somando-se a estes, encontramos na Bibliografia citada pelo autor (2012, p. 289), as seguintes obras: *A República Nova* – Edgar Carone; *A Revolução de 32* – Hernâni Donato; *Desde as Missões* – Daniel Krieger; *Mato Grosso de outros tempos* – Astúrio Monteiro Lima; *Dragões de Mato Grosso: confidencial do exército* – Cap. Luis Barbosa Lima; *Memórias de um soldado* – Nelson Werneck Sodré; *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935* – Marly Gomes Vianna. Registramos assim, que, Ibanhes fundamenta sua escritura ficcional com base em obras que contam a história do Brasil e da região

---

<sup>91</sup> TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas – Memórias I – Da Planície à borda do Altiplano*. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1973, p. 180.

<sup>92</sup> FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. 2ª Ed. Global Editora: 1982, p. 30.

Centro Oeste Brasileira. Isto faz ele, cremos nós, para validar suas narrativas e dar veracidade à trajetória de Silvino Jacques.

Já, no livro *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira*, em que os três primeiros capítulos são reservados para relatar a Guerra do Paraguai, Ibanhes não estabelece referências bibliográficas para suas narrativas, reservando-se apenas à memória de relatos orais recebidos de seus antepassados. Sobre isso, Loiva Otelo Félix (1998, p. 64), nos esclarece que “pesquisar memórias para construir histórias, exige, hoje, a instauração de um novo tipo de relações com o passado, a partir de novos pressupostos e procedimentos que nos são colocados”. Neste sentido, para Félix, a relação do historiador com o passado deve mostrar “algo que realmente aconteceu”. Já para o literato, a voz de quem conta o passado é o suficiente para torná-lo real, pois leva em conta a veracidade de suas reminiscências.

O que observamos, portanto, é que em ambos os livros aqui estudados, um trata-se de romance histórico e o outro, de contos e lendas da fronteira entre Brasil e Paraguai. Nos dois, há relatos da vida real, há narrativas históricas com nomes, lugares e situações que fizeram parte do cenário nacional em determinado momento de nossa História.

Ao averiguarmos o conjunto dessas narrativas do escritor Ibanhes, especificamente, nestas duas obras, vimos que a construção literária é costurada com fatos históricos. Mas, seria isso suficiente para que um literato pudesse produzir a história, tal qual os historiadores o fazem? Samara & Tupy (2007, p. 67), enfatizam que a ferramenta fundamental do historiador é o documento. Elas entendem que o historiador pesquisa em arquivos públicos de abrangência nacional ou estadual e municipal, buscam arquivos particulares, vão a bibliotecas, museus, centros de memórias, enfim, fazem suas coletas de dados em revistas, jornais, livros, noticiários etc. para fundamentar a pesquisa.

E, foi ponto marcante durante este estudo, que Ibanhes seguiu esta mesma trajetória dos historiadores. Porém, diante de todo aporte teórico que fundamentamos nossa análise em relação a escrita do historiador e do literato, não podemos deixar de perceber a diferença narrativa entre um e outro. Ou seja, o historiador trabalha com as fontes e tem o compromisso de relatar os fatos, o que realmente aconteceu. Já o literato, embora, também se utilize de fontes, tal qual o historiador, não está comprometido com a verdade, e sim, em relatar o real com base no seu imaginário.

Como sugestão do trabalho aqui desenvolvido, lançamos a ideia de que a escrita

da história por um literato, na verdade, trata da construção do imaginário com base no real, sem, contudo, relatá-lo com fidelidade, isto é, sem fazer a história, apenas refleti-la em suas narrativas.

Enfim, considera-se, nesta pesquisa, que o literato pratica a mimese em sua escritura pinçando fatos da história, sem, contudo, retratá-la, tal como se deu. Em outras palavras, o escritor literário constrói no seu imaginário, não a história, de fato, mas os vestígios que a história lhe proporcionou para criar a sua narrativa.

O uso das fontes para o literato é na verdade, um ponto de partida para criar o cenário de suas narrativas, mas nunca para provar o passado histórico. Este compromisso de relatar a veracidade dos fatos ocorridos, compete ao historiador de ofício.

Ao fim desta jornada, portanto, resta-nos salientar que o literato concebe suas narrativas como forma de se ler a história. Melhor dizendo, o escritor literário tem um modo diferente de apresentar o passado em seu contexto histórico, ou seja, ele descreve a sua visão da época em que relata a história aguçando o imaginário do leitor ao criar falas, sentimentos e emoções, dando voz aos personagens da vida real, sem contudo, firmar isso como tendo realmente acontecido.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **A Dinâmica das Fronteiras: Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

\_\_\_\_\_. As línguas nacionais na fronteira Paraguai-Brasil. In: **II Seminário internacional: fronteiras étnico-culturais Teixeira fronteiras da exclusão**. Campo Grande. Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), 2006.

ACCIOLY, Hildebrando. Limites do Brasil: a fronteira com o Paraguai. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ANTUNES, Eloisa Maiesk. **A faixa de fronteira brasileira sob o contexto da integração econômica**. Curitiba: UFPR. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/41348/R%20-%20T%20-%20ELOISA%20MAIESKI%20ANTUNES.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 15 fev 2018.

ARRUDA, Lucas. **Na história desses lados do Brasil, o Estado já teve seu próprio Lampião**. Campo Grande: Jornal Campo Grande News, 2015. Link: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/na-historia-desses-lados-do-brasil-o-estado-ja-teve-seu-proprio-lampiao>. Acesso em: 10 fev 2018.

ATLAS das representações literárias de regiões brasileiras / IBGE. **Sertões Brasileiros II**. Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016-nv.

ATLAS Cartográfico del Paraguay. DGEEC – **Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos**. Tetã Rekuái/Gobierno Nacional, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance (1934-35). In: **Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance**. Trad. Carlos Vogt e Eny Orlandi. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998 [1988]. p. 71-164.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços: a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)**. Dourados-MS: UFGD, 2014.

BARRETO VALINOTTI, Ana. “Las Mujeres – Guerra de la Triple Alianza”. In: *Colección 150 Años de la Guerra Grande - N° 07*. Disponível em: <[https://www.portalguarani.com/1962\\_ana\\_montserrat\\_barreto\\_valinotti/21285\\_las\\_mujeres\\_guerra\\_de\\_la\\_triple\\_alianza\\_por\\_ana\\_barreto\\_valinotti\\_ano\\_2013.html](https://www.portalguarani.com/1962_ana_montserrat_barreto_valinotti/21285_las_mujeres_guerra_de_la_triple_alianza_por_ana_barreto_valinotti_ano_2013.html)>.

BARTHES, Roland. **Introdução à análise estrutural da narrativa – pesquisas semiológicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOCCIA ROMANACH, Alfredo. **Rememorias y semiolvidos**. Editorial El Lector. Asunción-Paraguay, 2001.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: sociedade e cidadania**. São Paulo: FTD, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, Horácio dos Santo. & SILVA, Facunda Concepción Mongelos. **Um mergulho na bacia do Apa: natureza e educação ambiental – Ñapimi Apa jovaheihape: y naturaliza na educación ambiental**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. Brasília: Secretaria de

Programas Regionais, 2009. Disponível em:

<[http://www.integracao.gov.br/pt/c/document\\_library/get\\_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364](http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364)>.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: FGV, 1990.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre História e Ficção. In: GUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (Orgs.). **Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário**. São Paulo: Xamã, 1997, p. 107-115;

CAMPESTRINI, Hildebrando. In: LEITE, Sydney Nunes. **Bela Vista – uma viagem ao passado**. Bela Vista: Edição do Autor, 1995.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, Antonio. Rosenfeld, Anatol. Almeida Prado, Decio de. Gomes, Paulo Emílio Sales. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2. ed. 2000.

\_\_\_\_\_. Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, 2002.

\_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade – Estudos de Teorias e História literária**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.

\_\_\_\_\_. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CARDONA BENÍTEZ, Sacha Aníbal. **Bella Vista Norte La Heroica: historia de sus orígenes: 1801-1902**. Paraguai: Edição do Autor, 2016.

CARVALHAL, Tânia Franco. O Próprio e o Alheio no Percorso Literário Brasileiro. In: **O Próprio e o Alheio – Ensaio de Literatura Comparada**. São Leopoldo: Editora Unissinos, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CHIAPPINI, Ligia. Multiculturalismo e identidade nacional. In: **Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina**. Cotia/SP: Atêlie Editorial, 2002, pp. 43-60.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, R. **História Cultural: entre práticas e representações**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

COLAÇA, Joyce Palha. O guarani como língua oficial e a promoção de um bilinguismo imaginário no Paraguai. **Tese de Doutorado pela Universidade Federal Fluminense**. Niterói, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/3290> Acesso em: junho de 2017.

CORDEIRO, Cecília Siqueira. Historiografia e História da historiografia: alguns apontamentos. In: XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428357432\\_ARQUIVO\\_ArtigoSNH2015Historiografia.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428357432_ARQUIVO_ArtigoSNH2015Historiografia.pdf)

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso**. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. São Paulo: Becca, 1999.

DALLES, Paola. **Las mujeres y la Guerra contra la Triple Alianza**. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/suplementos/escolar/las-mujeres-y-la-guerra-contra-la-triple-alianza-1281703.html>. Acesso em: 05.03.2018.

DALMOLIN, José Vicente. **A invasão da província de Mato Grosso pelo Paraguai, as lutas de defesa e as retiradas**. Campo Grande: 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzFLDoHnV2JoaUZRBdDJFYkJwV00/view>. Acesso em: 22 janeiro 2018.

DECICINO, Ronaldo. **Fronteiras brasileiras – os limites do nosso território**. Artigo, 2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/fronteiras-brasileiras-os-limites-do-nosso-territorio.htm>. Acesso: 13. 11. 2018.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

DE DECCA, Edgar. S. & LAMAIRE, Ria. **Pelas Margens: outros caminhos da História e da Literatura**. Campinas, Porto Alegre: Ed. Da Unicamp, UFRGS, 2000.

DERRIDA, Jacques. **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. Porto: Campo das Letras, 2001.

DOURADO, Maria Tereza Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai**. Dissertação de Mestrado em História. Dourados: UFMS, 2002.

FARIA, Maria Dulce. A coleção cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso na Biblioteca Nacional. In: **3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/7MariaDulceFaria-UiltonOliveira\\_3SBCH.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/7MariaDulceFaria-UiltonOliveira_3SBCH.pdf). Acesso em 05. Nov. 2018.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013.

FELIX, Loiva Otero. **História e Memória – a emblemática da pesquisa**. Passo Fundo: EDIUPF: 1998.

FIORIN & SAVIOLI, Francisco Platão. 1995. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática.1995.

FREIRE, Zélia R.N.S. A literatura de fronteira e suas particularidades locais: uma visada para a margem. In: **Cadernos de Estudos Culturais – Brasil/ Paraguai/Bolívia**. Volume 7, nº 14. Ed. UFMS, Campo Grande, 2015.

GLEDSON, J. Machado de Assis: **Ficção e História** (Tradução de Sônia Coutinho). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GONÇALVES DE IBANHES, Maria de Lourdes. **Silvino Jacques: interseções no mito do bandoleiro**. Tese de Doutorado, UNESP. São José do Rio Preto: [s.n.], 2013.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Textos e lenços: representações de federalismo na República Rio-Grandense (1836-1845). Edição nº 1, 2005, p. 54-66. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11604>. Acesso em: 14 ago 2019.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOFFNAGEL, Judith Chamblis. **Alguns aspectos históricos do bilinguismo no Paraguai**. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. Série Arqueológica (UFPE), Recife, PE, v. 4, p. 133-140, 1981.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

IBANHES, Brígido. **Literatura sul-mato-grossense – O estado das fronteiras**. Disponível em: [http://www.midiamax.com/pontodevista/?pon\\_id=627](http://www.midiamax.com/pontodevista/?pon_id=627). Acesso em: 15 fev. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm?c=3> Acesso em: 16 fev. 2017.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O Livro: fontes históricas como fontes. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado; contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC/RJ. 2006.

\_\_\_\_\_. **Estratos do tempo: estudos sobre história.** Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KUNDERA, Milan. **A arte do romance.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEITE, Eudes Fernando. Fronteiras: apontamentos sobre as representações de uma ambiência histórica. In: **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História – Edição 1.** ANPUH-USP: São Paulo, 2011.

LEITE, Sydney Nunes. **Bela Vista – uma viagem ao passado.** Bela Vista: Edição do Autor, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Edunicamp, 1992.

LIMA, Luiz Costa. **História, Ficção, Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA BARRETO, Afonso Henrique. In: NORONHA, Carlos Alberto Machado. Lima Barreto e a escrita da História no início do século XX: críticas e sugestões. **XXVII Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social.** ANPUH: Natal/RN, 2013.

LINS, Antônio Lopes. Retrato de uma época convulsionada. In: **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros.** Dourados, MS, 2012.

LOBATO, Monteiro, 1882 - 1948. **O Saci.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

LUKÁCS, Gyorgy. **O romance histórico.** Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. Ebook, Disponível em:  
[https://www.passeidireto.com/arquivo/46938108/gyorgy-lukacs-o-romance-historico.](https://www.passeidireto.com/arquivo/46938108/gyorgy-lukacs-o-romance-historico)

MARQUES, José Henrique. Censura em Dourados: Prefeitura proíbe livro nas escolas municipais. **Folha de Dourados.** Disponível em:  
<http://www.folhadedourados.com.br/noticias/cultura/prefeitura-retira-livro-das-bibliotecas-de-escolas-municipais> Acesso em: 23.agosto.2016Marques.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações.** São Paulo: Contexto, 1994.

MATTOS, Cap. **Bella Vista Norte Paraguay – Bela Vista-MS BRASIL - Mayor Polo Turístico-Histórico de la Frontera**. 2008. Disponível em: <<http://retiradalaguna.blogspot.com/2008/12/bella-vista-norte-paraguay-bela-vista.html>>.

MELIÁ, Bartomeu. Hacia una “tercera lengua” en el Paraguay. **Estudios Paraguayos**. Asunción, vol. II, n. 2, diciembre de 1974, pp. 31-72.

MIGNOLO, **Histórias Locais/Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003, pp. 09-130.

MILANI, Sebastião Elias. **Historiografia Linguística de Wilhelm von Humboldt: Conceitos e Métodos**. Jundiaí: Paco Editorial: 2012.

MONDARDO, Marcos Leandro. Identidades na fronteira (trans)territorial entre Brasil e Paraguai: olhares das relações de contato e de contraste. In: **Revista Tempos Históricos**. Unioeste, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/issue/view/268>. Acesso em: agosto/2017.

MOREIRA JR, Orlando. Cidades pequenas na fronteira: os casos de Caracol e Bela Vista, no Mato Grosso do Sul, Brasil. In: **Revista Boletim de Geografia**. Volume 36, Número 3. Maringá, 2018, pp. 108-123. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/116130277-Cidades-pequenas-na-fronteira-os-casos-de-caracol-e-bela-vista-no-mato-grosso-do-sul-brasil.html>>.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. Juarez Távora e a organização do estado brasileiro: racionalismo administrativo, sindicalismo-cooperativista e cristianismo social no pensamento militar pré-golpe de 1964. In: **Revista Antíteses**, v.8, n.16, p.327-352, jul./dez. 2015, páginas: 327 a 352 - ISSN: 1984-3356. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/21081>> Acesso em: 19. Junho 2018.

NOLASCO, Paulo Sergio. Prefácio. In: **Martí, sem a luz do teu olhar**. IBANHES, B. 2015, p. 6.

\_\_\_\_\_. CHE RETÃ interculturalidade na fronteira Brasil-Paraguai. In: **Caderno de Estudos Culturais**. Volume 3, nº 6, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/4561>. Acesso em: 23. Set. 2016.

NOLASCO, Paulo Sergio. **Sobre o autor**. Disponível em: <<http://brigidoibanhes.blogspot.com.br/p/sobre-o-autor.html>>. Acesso em: 05. Out. 2016.

NORONHA, Carlos Alberto Machado. Lima Barreto e a escrita da História no início do século XX: críticas e sugestões. **XXVII Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social**. ANPUH: Natal/RN, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. **RUA - Revista do laboratório de estudos urbanos do núcleo de desenvolvimento da criatividade**. 2012, no. 18. Volume 2 - ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. **As mulheres e a Guerra do Paraguai**. Disponível em: [http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes\\_-\\_artigos/pascal\\_11.0.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes_-_artigos/pascal_11.0.pdf). Acesso em: 16.03.2018

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina**. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2002, p. 35-39.

\_\_\_\_\_. Literatura, História e Identidade Nacional. In: **VIDYA – Revista Eletrônica**, 2000, Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso em: 07. Ago. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, J. e PESAVENTO, S. J. (orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: UNICAMP, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e literatura: uma velha nova história**. In COSTA, Cléria B da e MACHADO, Maria Clara. (orgs.) Uberlândia: EdUFU, 2006, p. 11-28.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Território brasileiro: localização, extensão e fronteiras; Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/brasil/territorio-brasileiro-localizacao-extensao-fronteiras.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PEREIRA, Cícero Rufino. **Efeito fronteira, tráfico internacional de pessoas e direitos humanos: o caso de Bela Vista (Brasil) e Bella Vista Norte (Paraguai)**. Dissertação de Mestrado. UFMS-Pantanal, 2012.

POTTHAST-JUTKEIT, Bárbara. **“Paraiso de Mahoma” o País de las mujeres: El rol de la familia en la sociedad paraguaya del Siglo XIX.** Asunción: Instituto Cultural Paraguayo-Aleman, 1996.

\_\_\_\_\_. Bárbara. “Residentas, destinadas y otras heroínas”. In: **El nacionalismo paraguayo y el rol de las mujeres en la guerra de la Triple Alianza.** Frankfurt/M. / Madrid, Vervuert / Iberoamericana, 2001, p.83-86.

PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes históricas.** 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru: EDUSC, 1999.

RAMOS, Dernival Venâncio; CRUZ, Edna Sousa. Língua, poder e identidade em Ngugi wa thiongo e Kanavillil Rajagopalan. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 13-27, junho 2012. ISSN 2236-4242. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i1p13-27>>. Acesso em: setembro/2017.

RAMOS, Fabio Pestana. **História, Narrativa e Linguagem: uma filosofia da história.** Ano 1, Volume set., Série 11/09, 2010, p.01-17. Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2010/09/historia-narrativa-e-linguagens-uma.html> Acesso em 02. Out 2017.

RIBEIRO, Arnor da Silva. **Mundos de Silvino Jacques: Terra, banditismo rural, poder e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil.** São Paulo: USP, 2011. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo / Campus de São Paulo, 2011.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora: Unicamp, 2007.

ROMANACH, Alfredo Boccia. **Rememorias y Semiolvidos.** Editorial El Elector. Asunción/Py: 2001.

RODRÍGUES ALCALÁ, Guido. **Residentas, destinadas y traidoras.** Asunción: RP Ediciones/Criterio, 1991.

ROSA, Guimarães. **Ave, palavra.** 5ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, Maria da Glória Sá; NOGUEIRA, Albana. **A literatura sul-mato-grossense na ótica de seus construtores**. Campo Grande: Life Editora, 2011.

RÜSEN, Jörn. “Narratividade e objetividade nas ciências históricas”. In: **Revista Textos de História**, Brasília, v. 4, nº 1, 1996, p. 75-102.

SAMARA, Eni de Mesquita & TUPY, Ismênia Spinola Silveira. **História & Documento e metodologia da Pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Rosana de Oliveira Prado dos (Rose Prado); PINHEIRO, Alexandra Santos. Liminalidades da Ficção e da História: A Mocidade de Trajano – Visconde de Taunay. In: **Anais de Evento: I Congresso Internacional de Pesquisa em Letras no Contexto Latino-Americano e X Seminário Nacional de Literatura, História e Memória**. UNIOESTE, 2011.

SILVA, Luis Paulo Batista da. **A geografia das cidades gêmeas de Corumbá (Brasil) e Porto Suárez (Bolívia): interações espaciais na zona de fronteira Brasil – Bolívia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2012.

SCHLEE, Aldyr Garcia. Integração cultural regional. In: **Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina**. Cotia/SP: Atêlie Editorial, 2002, pp. 61-64.

SOARES, Mauricio Roberto Lemes. “Chão do Apa: contos e memórias da fronteira na obra do escrito Brígido Ibanhes”. Dourados: UFGD, 2013.

STURZA, Eliana Rosa. Línguas de fronteira: O desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. In: **Revista Ciência e Cultura**. Vol. 57, nº 2. São Paulo: 2005. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252005000200021](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200021)>.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. **A retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: Typographia – Americana – Ruas dos Ourives, 1874.

TEIXEIRA, Rodrigo. **Um país chamado Fronteira**. 2010. Disponível em: <<https://matulacultural.wordpress.com/2010/06/05/entrevista-brigido-ibanhes-%E2%80%A2-um-pais-chamado-fronteira>> Acesso: junho 2017.

TODOROV, Tzvetan. As categorias da Narrativa Literária. In: **Análise Estrutural da Narrativa: pesquisas semiológicas (Vários autores)**. Trad. PINTO, M. J. São Paulo: Vozes Limitada, 1976.

TROUCHE, André. **América: história e ficção**. Niterói, RJ: EdUff, 2006.

TURRA, Cláudia de Campos Dias. Texto Histórico, Texto Literário e as relações interdisciplinares. In: **Revista Pitágoras** – Volume 2 – páginas 101-110, 2011. Disponível em: <[http://uniesp.edu.br/sites/novaandradina/exibe\\_edicao.php?id\\_edicao=153](http://uniesp.edu.br/sites/novaandradina/exibe_edicao.php?id_edicao=153)>.

URBIM, Carlos. **Os Farrapos**. Porto Alegre: Publicações Zero Hora, 2001.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 2008.

VIEIRA Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

VINCHIGUERRA, Maria Sinésia Nolasco dos Santos. **A saga romanesca em Silvino Jacques de Brígido Ibanhes**. Dissertação (Mestrado em Letras) FACALE. Dourados: UFGD, 2014.

VOLTAIRE. **Dicionário filosófico**. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WAGNER, Carlos. País-Bandido – crime tipo exportação. Porto Alegre: RBS Publicações. 2003.

WHITE, Hyden. **Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX**. São Paulo, Coleção Ponta, volume 4, 1992.

\_\_\_\_\_. As Ficções da Representação Factual. In: **Trópicos do Discurso – Ensaios sobre a Crítica da Cultura**. Trad. Alípio Correa de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ZILLY, Berhold. Palavra e Ruptura. In: CHIAPPINI, Lgia & AGUIAR, Flavio Wolf de. **Literatura e História na América Latina: Seminário Internacional de 9 a 13 de setembro de 1991**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

#### FONTES UTILIZADAS:

1. ENTREVISTA. Brígido Ibanhes. Produção (áudio): SAN|TOS, Rosana de Oliveira Prado dos (Rose Prado). Dourados: FCH/UFGD, 2017. 126 min. (aprox.).

2. ENTREVISTA. Brígido Ibanhes. Produção escrita – via e-mail. SANTOS, Rosana de Oliveira Prado dos (Rose Prado). FCH/UFGD, 2019.

2. Obras do autor:

IBANHES, Brígido. **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros**. Dourados/MS: Independente, 1ª edição, 1986.

\_\_\_\_\_. **Che Ru – o pequeno brasiguaió – a integração de um povo**. Edição Independente. Campo Grande/MS: 1988.

\_\_\_\_\_. **A Morada do Arco-Íris – a história do maior tesouro das Américas**. 1ª Edição Independente. Chapecó/SC: 1993.

\_\_\_\_\_. **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros**. São Paulo: Editora Scortecci, 2ª edição 1995.

\_\_\_\_\_. **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 3ª edição 1997.

\_\_\_\_\_. **Kyvy Mirim - a lenda do pé de tarumã e do pombero**. Curitiba/PR: Edição Independente, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ética na Política: entre o sonho e a realidade**. Dourados/MS: Edição Independente, 2001.

\_\_\_\_\_. **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros.** Dourados/MS: Independente, 4ª edição 2003.

\_\_\_\_\_. **A Morada do Arco-Íris – a história do maior tesouro das Américas.** Dourados: 2ª edição independente, 2006.

\_\_\_\_\_. **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros.** Dourados/MS: Ed. Dinâmica, 5ª edição, 2007.

\_\_\_\_\_. **Marti - sem a luz do teu olhar.** Dourados/MS: Edição Independente, 2007.

\_\_\_\_\_. **Chão do Apa – contos e memórias da fronteira.** Dourados/MS: Gráfica Rosário, 2010.

\_\_\_\_\_. **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros.** Dourados, MS: 6ª edição, 2012.

\_\_\_\_\_. **Marangatu - Dois Mitos Guarani.** São Paulo: Editora Cortêz – 1ª edição, 2015

\_\_\_\_\_. **O maior tesouro das Américas: em volta Grande no canyon do Rio Uruguai.** 1ª Edição. Dourados/MS: Edição Independente, 2017.

\_\_\_\_\_. **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros.** Dourados/M: Brazil Publishing – 8ª edição, 2019.

*“Se algum dia por acaso  
Não possa eu contar vitória,  
Que os meus inimigos me matem,  
E assim cheio de glória,  
Eu peço a meus amigos,  
Que leiam a minha história”.*

(Silvino Jacques, 1978, p.20 In: Anexo A, p. 259)

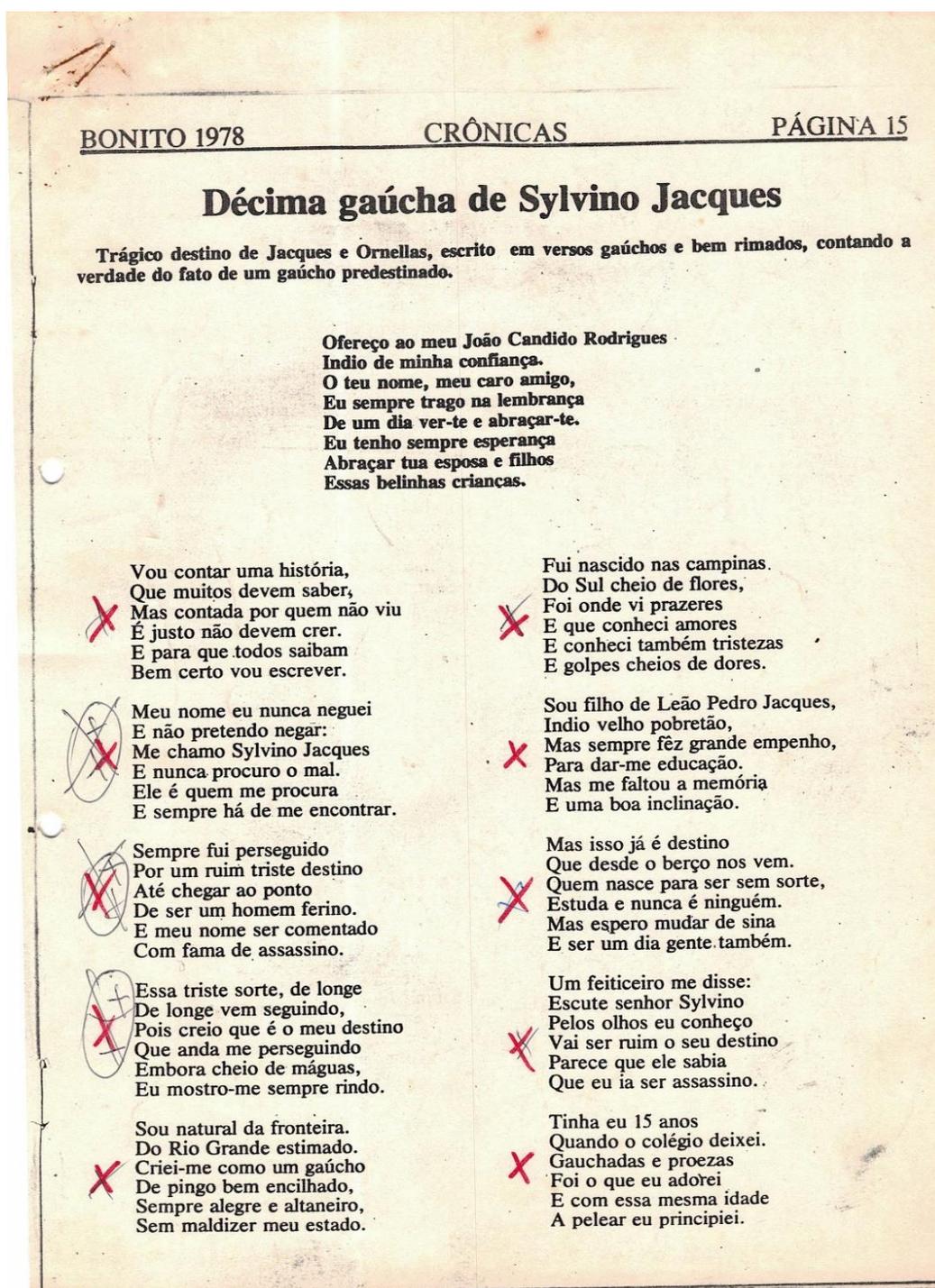
*“... e o nome de Silvino Jacques  
Se integra, definitivamente,  
À história do Oeste brasileiro,  
Com forte repercussão na  
Cultura fronteiriça”.*

(Brígido Ibanhes, 2012, p. 13)

# **ANEXOS**

## Anexo A

<sup>1</sup> JACQUES, Silvino. Decima Gaucha. In: FALCÃO, T. G. *Crônicas e histórias do município de Bonito*. Bonito, MS: Edição Independente, 1978. v. 1. p. 15-30.



X A peleia mais falada  
De todas que me envolvi  
É a que vou contar agora.  
Bem certo tudo que vi  
A cousa passou da farra  
Mas contudo sempre me ri..

X Eu e Prudente de Ornellas  
E meu tio José Sant'Ana  
Tomamos uma cerveja  
Em casa de gente mundana  
Mas isso na maior paz  
Pois a sorte sempre engana.

X Muita gente se achava  
Nessa triste ocasião  
Homens de toda a idade  
Acompanhavam a diversão  
Muitos pares dançavam  
Pois era um grande salão.

X A patrulha do Exército  
Na frente estava um dia  
E nas portas do fundo.  
Gente também se via:  
Eram guardas da polícia,  
Que o local guarnecia.

X Revólver bom sempre tive  
Ainda mais nessa ocasião  
Eu era guarda fiscal  
Tinha minha obrigação  
Assim como Prudente d' Ornellas  
Que esperava nomeação.

X Eu disse aos meus companheiros,  
Mas isso de brincadeira  
Que no forro daquele prédio  
Eu ia abrir uma goteira  
Depois do furo aberto  
Ai que foi a porqueira.

X A Patrulha ignorante  
Tentou me desarmar,  
Com modos tão agressivos  
Que eu não pude aturar.  
Nisso recebi um tiro.  
Vi-me obrigado a atirar.

X O cabo caiu no chão.  
Com dois balaços que eu dei.  
As praças nos atiraram,  
Que sorte nossa não sei,  
Naquele trocar de balas  
Mais um polícia matei.

X Dali saímos para fora  
Querendo nos escapar  
E o resto da polícia  
E a patrulha militar  
E também alguns paisanos  
Tentaram nos agarrar.

X Quando me vi cercado  
Entre muitos inimigos,  
Comecei a queimar cartucho  
Sem reconhecer o perigo  
Numa praça linda e verdejante  
Sem nenhum capim para abrigo

X Umás cinco quadras brigamos  
Com essa gente corajosa.  
Com tiros de nossas armas  
E um pouco da minha proza  
Começaram a fugir.  
Como quem pisa em brasa.

~~X Antes de terminar o caso  
Vou contar a minha dor:  
Saudades de minha esposa e filhos  
Que é para mim encantador,  
Saudades de Paes e irmãos  
Nos quais tenho tanto amor.~~

X Resumo do conflito  
Que nessa vila se deu,  
Sabino José de Almeida  
Que era cabo morreu  
E José Gomercindo Fernandes  
Também desapareceu

X Era onze e meia da noite  
Do dia vinte bem sei  
De junho e vinte e nove  
Quando a matar principiei  
E junto a meus companheiros  
Em rumo certo tomei.

X Prudente meu caro amigo  
 Já ia um tanto ferido  
 Mas disposto sempre a brigar  
 Em caso for agredido  
 Alegre sempre cantando  
 Mostrando-me divertido.

X As duas da madrugada  
 Num bosque escuro entrei  
 E para chegar numa vila  
 Um rumo certo tomei  
 Naquele bosque assombroso  
 Toda noite caminhei.

X Antes de clarear o dia  
 Nós todos muito cansados,  
 Seis léguas e tanto  
 Já tínhamos caminhado  
 Deitamos todos no mato,  
 Para descansar um bocado.

X Daí continuamos  
 A subir montes do sertão  
 E chegamos numa casa  
 Para tomar informação  
 Onde tinha uma venda  
 Para comprar munição.

X Dali saímos informados  
 Direito a um comerciante  
 Caminhando bem depressa.  
 Para chegar numa casa  
 Bala para os revólveres  
 Ali compramos bastante.

X As duas horas da tarde  
 Em Comandai cheguei.  
 Fui em casa de um amigo  
 O qual nunca esquecerei.  
 Avisou-me de uma escolta,  
 Ligeiro rumo tomei.

X Era o Sub-Delegado  
 Que de mim teve notícia  
 E reuniu ligeiro um grupo  
 Para aumentar a polícia  
 De fazer-me perseguição,  
 Isso não tinha preguiça.

X Do Rio Grande estimado.  
 Criei-me como um gaúcho  
 De pingo bem encilhado,  
 Sempre alegre e altaneiro,  
 Sem maldizer meu estado.

X Fizemos uma cruzada  
 A eles todos enganamos.  
 Passei um rio a nado  
 Em outros municípios chegamos  
 E depois de cair a noite  
 Nossa viagem continuamos.

X Às dez horas da noite  
 Em uma casa cheguei  
 Com bons modos e paciência  
 Um auto eu arrumei  
 Mas fomos atacados:  
 De auto pouco viajei.

X Ao chegar numa vila,  
 Denominada Campina,  
 De um grupo bem armado  
 Quando vi estava em cima.  
 Mas dessa gente coitados  
 Foi triste sua sina.

X Continha o grupo vinte e seis  
 Todos com armas na mão  
 Gritaram com grande arrojo.  
 Que se entregassem na prisão.  
 Nem bem parou o auto,  
 De pé estive no chão.

X Primeiro tiro que dei  
 Foi no Sub-Intendente  
 Um tal Crescêncio Boguedulta  
 O qual caiu de repente  
 Com um balaço no coração,  
 Pois é morte que não sente

X Cerrou bonitas descargas  
 Todas contra nossas vidas.  
 Meu tio caiu baleado  
 Mas levantou em seguida  
 Dando tiros espaçados  
 Fazendo por nossa vida.

X Um tal José Cardoso  
 Moço novo e gaúcho.  
 Esse deu só dois tiros  
 E nisso caiu no chão  
 E o Ornellas gritou:  
 Terminou-se um valentão.

X Quando o colega geixei.  
 Gauchadas e proezas  
 Foi o que eu adorei  
 E com essa mesma idade  
 A pelear eu principiei.

X Nisto gritou a polícia:  
Amigos estou ferido  
Devemos nos retirar,  
Fugir do grande perigo  
Já vi que é debalde  
Lutar com o inimigo.

X Depois de estar na Argentina  
Num sertão quase deserto.  
Enxergando o meu País  
Na minha frente tão perto,  
E sem poder chegar lá  
Parecia-me não ser certo.

X Esse tal José Cardoso  
Era um moço escrivão  
E junto ao Sub-Intendente  
Comandava o esquadrão  
Matou-se os dois valentões  
Terminou-se a proteção.

X Recém senti saudades  
De minha esposa e filhinho  
O qual deixei com três meses  
Um esperto garotinho  
Senti ausência da Pátria.  
Do meu torrão e meu ninho.

X O resto da escolta  
Ligeiro tudo fugiu  
E nós entramos no mato  
A nado passou-se um rio.  
E a noite era de geada  
Sentimos grande frio.

X Se fosse só eu a sofrer  
ainda tinha consolação  
Mas sofrem muitos por mim:  
Esposa, pais e irmãos.  
Também sofrem pais dos mortos,  
Com grande perturbação.

X Mas coragem nunca me falta  
Nessas tristes ocasiões.  
Caminhamos dia e noite  
Descalços pelo sertão  
E meus dois amigos  
Me seguiram com atenção.

X Dali fomos a São Xavier  
Que é vila no Sertão  
Mas de autoridades bandidas  
Que sempre fazem traição,  
Onde mataram covardemente,  
O bravo Pedro Araújo.

X Nos bosques sem recursos  
Nossa vida era interessante:  
Não se encontrava rancho  
Para chegar num instante.  
Cobras de todas espécies  
Isso sim tinha bastante.

X Nesse triste recanto em Missões  
Quis eu ali me ocultar  
Quando soube estava vendido  
Por autoridades do lugar.  
Entregavam-nos a um tal Cardoso  
Que nos queria matar.

X Remédio para os ferimentos  
Isso era o buraco.  
Pois era folhas de árvores,  
Curativos de macaco.  
Tinha perdido muito sangue  
Para caminhar era fraco.

X A polícia argentina  
Nos fez perseguição  
Mas se eu tivesse encontrado  
Essa turma de vilão  
Ahi sim eu matava com gosto  
para me vingar da traição.

X Aos quatro dias de viagem  
Nessa trágica carreira  
Às onze horas da noite  
Foi que cheguei na fronteira  
Passei o rio Uruguai  
Para terras estrangeiras.

X Quando soube da emboscada  
Tratei de me retirar  
Agarrei numa canoa  
E comecei a remar  
Em terras brasileiras  
É que eu fui me ocultar.

*Ligou o resto da escolta  
Fugiu para o mato e não veio  
Cobramos muito no mato  
A noite passou-se um rio  
A noite era de geada  
Sentimos grande frio*

Enquanto me procuravam  
 Em São Xavier das Missões  
 No Brasil é que eu estava  
 Escondido nos sertões,  
 Esperando cair a noite  
 Para tomar direções.

Nesse lugar que eu passei  
 O dia todo escondido  
 Foi nas matas do Cardoso  
 Pai do que tinha morrido  
 E do mesmo que na Argentina  
 Tinha nos perseguido.

Numa canoa fraca  
 Rio abaixo nos seguia,  
 Era forte a serração,  
 Nem mesmo de perto se via,  
 Completamente sem rumo,  
 Sem uma estrela para guia.

De uma cachoeira ao longe.  
 Forte rumor se ouvia,  
 São mistérios da natureza,  
 Até a canoa rangia  
 Parecia dar sinal  
 Que tombo d'água se abria.

Mas felizmente passamos  
 De pelo todo molhado  
 Pois a canoa encheu de água,  
 Mas não fiquei assustado  
 E quando vi o perigo  
 Já o tombo tinha passado.

Santa Maria e Santo Isidro  
 Que é nome de duas cachoeiras  
 Ainda muito pior que a outra  
 Receei fazer porqueira  
 Troquei de embarcação  
 Margeei terras brasileiras.

Às seis e meia do dia  
 Já muito distante estava  
 De todas as cachoeiras  
 Já nem rumor se escutava  
 E os inimigos sem rumo  
 Triste nos procurava.

Trajeto como esse  
 É custoso se fazer  
 Em tombos d'água imensos  
 Arriscando até morrer.  
 Mas era o único recurso  
 Não se podia temer.

Em terras brasileiras  
 Meu valente barco aportei  
 Fui em casa de um amigo  
 E três cavalos arrumei  
 E fui passear em São Borja  
 Nos pagos que me criei.

Um tal de Duque Rodrigues,  
 Um ruivinho garnizé  
 Esse também perseguiu-me.  
 Foi até Santo Tomé  
 Lambendo as esporas do tal Cardoso  
 Eu sei bem o que ele quer.

Esse tal de Duque  
 É o sub-delegado  
 Lá no quarto de São Borjas  
 Onde foi nascido e criado  
 E por ser covarde e assassino  
 É que é hoje empregado.

Foi toda sorte desta besta  
 não ter topado comigo  
 Para conhecer no mundo  
 O que se chama perigo:  
 Eu tenho grande vontade  
 De um dia topar contigo.

Para medir nossas forças  
 A raça e a qualidade,  
 Pelearnos de peito a peito  
 Para mim saber se é verdade  
 Se és gaúcho de fato  
 Se falas a realidade.

O gaúcho nunca se aperta  
 Não sente fome nem frio,  
 Quando enxerga o inimigo  
 Nem sequer dá um arrepio:  
 Pega as armas e bebe um trago,  
 Se o frasco não está vazio.

X Quem nunca passou trabalho  
Nem sofreu perseguição  
Não sabe avaliar a vida  
De um cabloco valentão,  
Dormindo sempre escondido,  
Sua cama é o próprio chão.

X Quanto é triste viver longe  
De quem se tem amizade  
E em país estrangeiro  
Aumenta mais a saudade  
Da esposa, pais e irmãos  
Que vida sem liberdade.

X Mas remorso eu não tenho  
Nem de que me arrepender.  
Briguei em minha defesa,  
Matei para não morrer  
Nem que obrigue a bandido  
De prisão hei de correr.

X A vida que vou levando  
É uma vida desgraçada  
Mas muito pior ainda  
Numa cadeia fechada. *palco campo*  
Prefiro andar de canto em canto  
Sem nunca ter morada.

X Estive em terras argentinas,  
Sofrendo mil privações,  
Sem me confiar em ninguém.  
Ainda com perseguição  
Só confiava em minhas armas  
E o bocó de munição.

X Numa tarde em que eu passeava  
Em Santo Tomé Corrientes  
Visitando alguns amigos  
E também alguns parentes  
Soube de uma escolta  
Que preparava aquela gente.

X A polícia de Corrientes  
Cabras ruim e traiçoeiros  
Com proposta do Cardoso  
De ganhar algum dinheiro  
Andavam nos negociando  
Para nos fazer prisioneiros.

X Assim que eu soube,  
Dessa vil traição  
Agarrei minha arma de guerra  
E o bocó de munição  
E saí enfurecido  
Danado como um cão.

X O meu tio José Sant'Ana  
Não quis me acompanhar  
Agarrando outro rumo,  
Diz ele para descansar,  
Mas tenho grande cuidado  
Que a ele possam pegar.

X Assim que chegou a noite  
Eu sem ter preguiça  
Fiz um lindo trajeto  
E enganei a polícia  
Fugi para o Brasil  
Deixei de mim sem notícia.

X Eu e Prudente d'Ornellas,  
Sempre em combinação,  
Viajando sempre os dois juntos,  
Não digo com presunção  
Só mesmo por um castigo  
Nos entregar a prisão.

X Se algum dia por acaso  
Não possa eu contar vitória  
Que os meus inimigos me matem,  
E assim cheio de glória  
Eu peço a meus amigos  
Que leiam a minha história.

X Que é para todos saberem  
Que eu nunca morri por bandido.  
Foi por ser um índio  
Daqueles bem decidido  
E muitas vezes matar  
Quando me viu agredido.

X De minha esposa e filho  
Bem triste há muito não sei  
Nem ela sabe de mim  
Qual rumo foi que tomei  
Sofremos os dois saudades  
Do lar que eu abandonei.

Saudades do meu irmão,  
Meu fiel compadre e amigo,  
Quando chegará o dia  
Que eu posso falar contigo?  
Contar-te a minha vida?  
Minha sorte sepre maldigo.

Quanto é triste viver longe  
Do grato torrão natal  
E sempre perseguido  
Correndo para escapar  
Mas ainda há de chegar o dia  
Da esposa e mãe abraçar.

Embora triste e aborrecido  
Nunca dou demonstração.  
De que serve entristecer-me  
Se para mim não há perdão?  
Embora morra como um valente,  
Não me entrego à prisão.

Tantos bandidos que matam  
Vilmente de emboscada  
E como são do governo  
Saem dando risada.  
E outros por terem dinheiro  
Não lhes acontece nada.

E quando é um homem pobre  
Que mata sendo agredido  
Tem que ligeiro fugir  
Por ver-se perseguido.  
E ainda muitos comentam  
Matou por ser bandido.

Tem se visto muitos exemplos,  
O meu não é o primeiro:  
Julgando às vezes estar salvo  
Em países estrangeiros  
E ainda ser mais perseguido  
Por ambição do dinheiro.

Hoje estou no meu país  
E não pretendo emigrar  
Hei de andar de um lado a outro  
Procurando sempre escapar,  
Mas quando me vejo agredido  
Resolvo sempre a pelear.

No Brasil é que se encontra,  
Os cablocos gauchões  
Que não medem dificuldades  
A dar sua proteção

A qualquer um perseguido  
Que anda sem direção.

Conheço a Argentina  
E Paraguai também.  
Mas esses são países,  
Que para mim não convém  
Porque de uma hora para outra  
Me encrimino lá também.

Se para sempre andar  
Assim desacomodado  
Então vivo no meu país  
que sou menos sobressaltado  
E enquanto eu tiver saúde  
Serei também respeitado.

Amigos tenho diversos  
Que neles tenho confiança.  
Sou ruim para os meus inimigos  
Faço carinho às crianças  
E meus amigos sinceros  
Eu sempre trago em lembrança.

Artur Medeiros é um amigo  
Que a ele devo atenção  
Assim como Lourenço Gago  
E também Argemiro Leão  
E Argemiro Araújo  
Meu primo de estimação.

Em todos os amigos que tenho  
Não me é possível falar  
Tenho muitas histórias  
Que hoje quero contar  
E se falo em todas elas  
O tempo vai me faltar.



Tempo de Silvino: Trovão (esq.) e Codo.

Segunda parte da história de Jacques e  
Ornellas (continuação).

No dia oito de agosto  
Deixei Santo Tomé.  
Continuei minha viagem  
Caminhando sempre a pé.  
Para Corrientes não volto  
E seja lá o que Deus quiser.

De São Borjas ao Itaqui  
Por linha férrea viajava.  
Isto naquele tempo  
Que em Jacques tudo falava  
E quando avistava o trem  
Dele sempre me ocultava.

A quinze do mesmo mês  
Na estação de Tuparaí  
Deixei a estrada de ferro.  
Cortando campo segui  
Com direção a uma estância  
Na margem do Ibicuí.

Essa fazenda que falo  
É de gente camarada  
É de meu compadre  
Não teme e nunca receia nada.  
Para servir um amigo  
Seja qual for a jornada.

Nesse lindo recanto em Missões  
Quase dois meses parei  
E gente tão destemida  
Como essa nunca encontrei  
Passava eu camperando  
Ali nunca me ocultei.

Numa tarde de rodeio  
Todos nós se divertia  
De longe veio o recado:  
Era um índio que trazia  
Que essa noite na estância  
A brigada nos batia

Mas eu que sou índio calmo  
E gosto de ver de perto  
Continuei no rodeio  
Trabalhando mais alerta  
Esperando cair a noite  
Para saber se era certo.

De noite no galpão  
Junto a toda peonada  
Chimarrão e carne gorda  
Ali não faltava nada.  
Tinha música e cachaça  
para alertar a indiada.

Num cinamomo na frente  
Um farol fiz acender  
Para evitar que a escolta  
Pudesse a casa perder.  
A luz passou acesa  
Até a aurora romper.

Ao romper do dia  
Me apareceu um indivíduo  
Dizendo: a escolta está aí,  
Todos na frente escondidos,  
Mande dizer que se entrega  
Que estarão garantidos.

Levantei-me em seguida  
Para ver aquela gente  
De linha estendida.  
Estavam todos na frente  
Vi que era gente de paz  
E fui saindo contente.

Caminhando lentamente  
Continuava eu com receio  
Já ia uns duzentos metros  
Principou o tiroteio:  
Não avistava ninguém  
Pois o caso estava feio.

Mas isso durou muito pouco  
E não passou de caçoada  
Só esse meu compadre  
Divertiu aquela indiada:  
Era um gaúcho inspetor  
Com dezesseis praças da brigada.

Essa gente era boa  
E vieram só por conta  
E todos têm de ser bom  
Quando a coragem não dá  
Me avistaram de perto  
Mas não quiseram chegar.

X Voltei à estância em seguida  
Continuar a marcação  
De longe ainda avistei,  
A escolta nun chapadão  
E fui laçar na mangueira  
Num tostado redomão.

X Assim que chegou a noite  
Eu e meu companheiro  
Ensilhamos o cavalo.  
Para sair mais ligeiro  
Pusemos laços nos tentos  
Para bancar o tropeiro.

X Seguimos a trotezinho  
Deixando o torrão querido  
Escapando da polícia  
Para lugar desconhecido  
Mas num pingo tanto fraco  
Eu ia um tanto aborrecido.

X Achei os pingos mole  
Para fazer longa jornada  
Então cheguei numa estância  
Que havia perto da estrada  
Procurando um puro sangue  
Que eu sabia a sua parada.

X Na estrebaria encontrei  
O Zaino puro falado  
Puxei logo pra fora  
Que foi saindo espantado.  
Montei no zaino faceiro  
E fui saindo agauchado.

X A arma do gaúcho  
É o cavalo bom e forte.  
Brigando arrisca a vida,  
Correndo desvia a morte.  
Por isso montei no puro  
E fui pendendo para o Norte.

X Viajava sempre à noite,  
passava o dia escondido  
Em lugares silenciosos  
Que eu não fosse agredido.  
Nos pagos dos inimigos  
Viajei sempre prevenido.

X Itaqui, São Borja e São Luis  
Viajei sem perseguição  
Ao entrar em Santo Ângelo,  
Onde existe algum vilão,  
Dois inimigos avistei,  
Um cabra que era espião.

X Quiz falar com o índio  
Mas a cabra me disparou  
Dei-lhe um tiro de revólver  
E parece que acertou  
Porque o índio deu um grito  
Caiu no chão e parou.

X Nessa noite eu levava  
Comigo três companheiros  
Um irmão e dois amigos  
Nós todos muito ordeiros.  
Meu irmão acompanhou-me  
Por ser amigo verdadeiro.

X Não que fosse criminoso  
Nem tanto comprometido,  
Sómente por ser amigo  
Disposto e decidido,  
E por ver que me retirava  
Tristemente aborrecido.

X Município do Ijuí  
E de Palmeiras também  
Viajamos tranquilamente  
Sem nunca encontrar ninguém,  
Seguindo o meu destino  
O qual estava além.

X Com destino a Mato Grosso,  
Nossa viagem prosseguia.  
Viajava sempre de noite  
E descansava no dia,  
Caçoando com meus amigos  
A vida se divertia.

X Nunca dormimos todos  
Sempre tinha vigia.  
Já levava-se de viagem  
Bem certo vinte dias  
Quando cheguei em lugares  
Que ainda não conhecia.

PÁGINA 24

CRÔNICAS

BONITO 1978

X Foi em Santa Catarina  
Esse lugar que falei  
E foi a primeira vez  
Que nessa viagem passei.  
De dia francamente *abertamente*  
Num povoado entrei.

*Sobre* X Chamava-se Carneiro  
Esse pequeno povoado.  
De mim a polícia  
Já estava informada  
Ao entrar no centro do povoado *Vilqueiro*  
Fui por ela atacado.

X Eu disse *aos* meus companheiros  
Prestarem grande atenção,  
Contei-lhes o que sentia  
Dizer em meu coração  
Que estava *aditando*  
Uma *vil* traição.  
*bem, sugn*

X Disse só estas palavras  
E continuei para a frente.  
Recebi forte descarga  
Já não fiquei contente,  
Por não ver o inimigo  
Que atirou traiçoeiramente.

X Senti o sangue morno  
Que da minha perna baixava  
Vi meu irmão cair  
E o tiroteio continuava.  
Também dei poucos tiros  
*Na* Numa fumaça que enxergava.

X O meu amigo Prudente  
Entrou no mato, baleado.  
Meu irmão levantou-se  
Saiu correndo abaixado,  
Desistiu por ver-se ferido  
E não por ter-se assustado.

X Eu ali na fumaça *lira*  
Brigando sem ver com quem,  
Quando me vi sózinho  
Resolvi fugir também.  
Internei-me naqueles bosques  
Sem ver a mais ninguém.

X Chamando <sup>os</sup> meus companheiros  
Bosque a dentro <sup>eu</sup> seguia.  
Muitas vezes chamei,  
Mas ninguém respondia.  
Sairam os dois feridos,  
Sem direção e sem guia.

X De meu <sup>meu</sup> ferimento  
O sangue forte corria,  
O meu cavalo também ferido  
Mas forte me conduzia,  
E todas as minhas armas  
Ainda comigo trazia.

X Desmaiado caí no chão  
Sem saber conta de mim,  
Dali há uma hora me acordei  
E vendo-me triste assim  
Sem forças para seguir  
Lembrei-me em dar-me fim.

X Calcule agora o leitor  
Minha triste situação  
Caído sem recursos  
Deitado no próprio chão  
Sem saber o que era feito  
de meu amigo e irmão.

X Me vinha <sup>no</sup> mil pensamentos  
Mil <sup>imaginações</sup> imaginações:  
Serão vivos ou mortos?  
Neste tristonho <sup>sertão</sup> sertão *minh'cois,*  
Para mim ali sózinho  
Tudo me eram visões.

X Do cavalo tirei o freio  
Para ruído não fazer  
E fiquei ali esperando  
Que Deus me viesse valer,  
Do inimigo ouvindo a fala  
Mas não podia correr.

X Pensando em meus pais,  
E minha esposa e filho,  
E em meus queridos irmãos,  
Sem saber de seus maninhos,  
Da forma que me achava  
Baleado, triste, sózinho.

X Às duas da madrugada  
 Os guardas facilitaram  
 E nesta feliz hora *feliz*  
 Os dois valentes chegaram  
 E quando a polícia acordou  
 Nem rastro de mim acharam.

X Trouxeram-me *ao* para o Rio Grande  
 Que justamente é o meu chão  
 E deixaram-me escondido  
 Num silencioso sertão,  
 Onde passei dois dias  
 Esperando condução.

X Ali *deitado* onde fiquei  
 Era uma forte montanha  
 Habitada só por feras,  
 Cobras, mosquitos e aranhas.  
 E eu tinha por alimento  
 Somente um frasco de canha.

X Deitado ali na sombra  
 Das matas do sertão  
 Tinha eu como leito  
 As folhas secas do chão  
 De travesseiro uma pedra  
 De arma tinha um bastão.

X Ao cerrar d'Ave Maria  
 Que é hora mais tristonha  
 Sem poder d'ali sair  
 Passando grande insônia  
 Naquele chão tão imundo  
 Naquele serra risonha.

X Como era triste a vida,  
 Triste o meu passadio,  
 Quasi morto de sede  
 Na margem d'um grande rio.  
 Tristeza sem igual *no mundo*  
 O meu coração sentia.  
*Carrigum pruno o gentio*

X As vezes altas da noite  
 Acordava estremecido  
 Com o rugir das feras  
 Que ali tinha ouvido  
 E continuava escutar  
 De vez em quando um rugido.

X Que triste o meu viver  
 Naquele sertão sózinho  
 À noite ouvindo as feras,  
 De dia os passarinhos  
 Que passavam a trinar  
 Organizando seus ninhos.

*atenção - ?*  
 X Uma noite, *de* à madrugada  
 Ouvi uma voz me chamar  
 Dizendo: "Meu senhor,  
 Licença para chegar  
 Aqui trago um cavalo  
 Para o senhor escapar."

X Sentei-me em seguida  
 E perguntei: "Com quem falo?"  
 Sou peão do seu amigo  
 Que lhe mandou um cavalo,  
 Vamos seguir depressa  
 Que estou ouvindo um estalo."

X Era um moreno velho  
 Mas disposto e bem mandado.  
 Montou-me no dito pingo,  
 Saiu comigo puchado.  
 Dali uma hora chegamos  
 No ponto determinado.

X Levou-me para uma mata  
 Que certo lugar havia,  
 Próximo a um amigo  
 Que também me protegia  
 E de meus fiéis amigos  
 Ainda nada se sabia.

X Um amigo apareceu-me  
 Às oito horas do dia  
 De meu amigo deu-me notícia,  
 De meu irmão não sabia,  
 Com direção do Uruguai  
 Mandeí um próprio em vigia.

X O próprio voltou depressa,  
 Falando muito assustado,  
 Que num porto do Uruguai  
 Um corpo foi encontrado,  
 Dum moço ainda novo  
 Que morreu afogado.

X O balaço foi na perna.  
Quasi sem sangue fiquei.  
E sem poder caminhar  
Uns trinta dias andei.  
Isto sempre perseguido,  
Mas infelizmente escapei.

X Naquela hora eu pensava  
Ser um dia derradeiro  
Mas como tudo não estava  
Nem triste e nem faceiro  
Se morrer sem recursos  
Não serei eu o primeiro.

X Continuamente adormecia  
Sem saber onde estava,  
Mas com poucos minutos  
Novamente despertava,  
Sempre no mesmo lugar  
A dor sempre continuava.

X Às cinco horas da tarde  
Desse dia desastrado  
Por uma grande escolta  
Fui ali encontrado  
Então virei-me de bruços  
Com o revólver empunhado.

X Quando avistei a escolta  
Contei-me ali perdido.  
Mandei fazerem alto  
Aquele povo surgido.  
E me disse um cabra deles:  
"Amigo, não sou bandido!"

X Disse ele: "não atire: <sup>mas</sup>  
Já chega de brigar <sup>tanto</sup>  
De ver-lhe assim tão ferido  
Sou obrigado a lamentar:  
Entregue-se a mim <sup>agora</sup>  
Que eu lhe quero salvar."

X Para evitar de morrer,  
Resolvi me entregar  
Mesmo crendo no caboclo  
Que estava comigo a falar  
E tinha grande esperança  
De um dia escapar.  
<sup>Eu</sup> <sup>me</sup>

X Dali me conduziram  
Ao rancho desabrigado  
Para <sup>o</sup> outro dia  
Me levarem ao povoado.  
Ali por diversas senhoras  
Fui muito bem tratado.

X O delegado bandido  
Veio ali interrogar  
Era um tipo antipático  
Que nem gosto de me lembrar.

X De meus dois companheiros  
Ali nada se sabia.  
Muita gente os procurava  
Mas a eles ninguém via.  
"Com este estou satisfeito,"  
O delegado dizia.

X Nesse <sup>pequeno</sup> triste lugarejo,  
Tristonho e montanhoso  
Habitado por ~~muita gente~~ <sup>uma pessoa</sup>  
Traçoeira e cargos <sup>e</sup>  
E já todos sabiam  
Onde eu era criminoso.  
<sup>que</sup>

X Ali apareceu <sup>um</sup>  
Dois caboclos valentões  
E um deles me disse:  
"Que triste sua situação,  
Se és o Jacques confesse,  
Que lhe roubo da prisão!"

X Eu ainda meio desconfiado  
Não queria confessar  
De receio que os cablocos  
Quizessem me atraçoar  
Mas conversnado tive certeza  
Que queriam me salvar.

X Quando eu disse: "sou Jacques,  
Para vós não vou negar  
Se me roubarem da prisão  
Saberei recompensar!"  
E gauchada como esta  
Bem pouco pode igualar

X Por certos documentos  
Que nele foram encontrados  
Conheci ser meu irmão  
O triste morto achado.  
Redobrou a minha tristeza  
Naquele bosque isolado.

*grande*  
X Ali então juntou-se desgraça  
É infelicidade:  
Foi morto meu irmão  
Ainda na flor da idade.  
Contava dezenove anos,  
Gozava liberdade.

X De sua morte tão triste  
Não sei o que vou julgar.  
Aquela gente dali  
Não me quiseram contar  
Mas esse caso de perto  
Um dia vou me informar.

X Que caso tão doloroso  
Ser morto à traição,  
Sem ter que fosse um adeus  
De seu amigo e irmão.  
É um caso de grande dor  
Para quem tem coração.

X Disso penso vingar-me  
Seja o dia em que for  
Desse grave sentimento  
Em meu peito guardo a dor  
E do inimigo traiçoeiro  
Guardei sempre rancor.

X Que dor sente uma mãe  
Gravado em seu coração,  
Ser morto seu pobre filho  
Sem ter a sua bênção,  
Com grave balaço o outro  
E com forte perseguição.

X É grave a dor que sente  
O sentimento é profundo  
Por seu querido filho  
Que cedo deixou o mundo  
E hoje a só sepultado  
Num vasto sertão é imundo.

X Em saber triste notícia  
Quase morri de paixão,  
Senti despegar do peito  
Meu ferido coração,  
Por perder na flor da idade  
Meu fiel compadre irmão.

X Nessas matas que eu estava  
Sofrendo ali escondido  
As nove horas da noite  
Ouvi falar comigo.  
Era o meu caro Prudente  
Que há mais dias tinha perdido.

X Chegou e abraçou-me,  
E sentou junto comigo  
Dizendo: Meu caro irmão,  
Aqui venho sofrer contigo,  
Julgo que nestas matas,  
Corremos grande perigo!"

X Na outra noite imediata  
Apareceu-me um amigo:  
Venho visitar-te em breve noite,  
É preciso falar contigo,  
Mudas de acampamento  
Que aqui estás em perigo!"

X Chegou hoje no povoado  
Doze praças da brigada  
Por comando de um tenente.  
E essa gente é bem armada  
Julgo que já sabem  
Onde é tua parada."

*Como*  
X E eu sem ter forças  
Para dali levantar  
Mas meu fiel amigo *conseguiu*  
Sempre *pronto* a me auxiliar  
E dali saímos depressa  
Tratamos de retirar.

X Escorado em meu amigo,  
Nosso trajeto seguia  
Caminhando pelas matas.  
Por certo pique que havia  
No baixo de uma montanha  
Esperei clarear o dia.

Que à tempo estava fechado.

X Quase tonto de sede  
Sem água para tomar.  
Um rancho existia perto  
Mas não convinha chegar  
Eram gente desconhecida  
Podia nos denunciar.

X Ao romper da aurora  
Seguimos dali para a frente: <sup>ante</sup>  
Em procura de água.  
Caminhamos lentamente,  
Seguimos rastos de feras  
Encontramos uma vertente.

X Ali matei a sede <sup>amim</sup>  
E ficamos acampados.  
Caiu forte tempestade  
Nos pegou desabrigados  
As onze horas do dia  
Estávamos todos molhados.

X Sem fazer os curativos  
O ferimento estava um perigo.  
Num recanto longinquo  
Sem ter por ali um amigo  
Que pudesse auxiliar-me  
Que dissesse: Vem comigo.

X Meu companheiro <sup>Prudente</sup> saiu em busca  
De um sertanejo que perto havia  
Para falar com ele, <sup>(comessar)</sup>  
Saber se me protegia,  
Pedir um agasalho  
Para passar um dia.

X Sem demora apareceu  
O meu sincero amigo  
Trazendo dois sertanejos  
Que vieram dar-me abrigo  
Dizendo-me que me levavam  
Para um lugar sem perigo.

X Abaixo de chuva seguimos  
Num pique quase fechado.  
E os dois bons sertanejos  
Levavam-me escorado  
Até um rancho velho  
Que a tempo estava fechado.

X Oh que prazer eu senti  
Ao entrar no palacete  
Mandei fazer fogo grande  
Para assar milho catete,  
Pendurei a minha roupa,  
Na ponta de um cacete.

X Aover-me perto do fogo  
Naquele rancho tão quente  
Mil vezes agradei  
Aquele tão boa gente  
E eles por mim servirão  
Também estavam contente.

X Antes do sol entrar  
Apareceu-me um velhote.  
Calçado de cuturno  
Caminhando quasi a trote.  
Era o velho sertanejo  
Pai daquele rapazote.

(VELHO)  
X "Boa tarde prá vanceis  
Aqui estão senhor <sup>(ão)</sup>  
O que estive no meu alcance  
A sua disposição,  
Alimento tem com abundância  
Muita mandioca e feijão.

X Mio verde não temo  
Mais catete tem com fartura,  
Pode assá a vontade  
Que a fome ninguém atura.  
Eu gosto de protegê  
Quarquê uma criatura.

X Gosto de dá comida  
E nunca óio a quem  
Tenho mio pipoca  
E prá canjica também  
Toicinho mandei buscar  
Dqui a um bocadô vem.

X Batata doce não temo  
Porque o tempo correu mal  
Mas abóbora tem com abundância,  
Querendo pode assá,  
Temo carne de anta  
Se quiserem churrasquiá.

X Aqui também lhes trouxe  
Prá vancê esta galinha.  
E ali naquele canto  
Tem aquele gamelinha,  
Vanceis vão me descurpá  
Que o que não tem é farinha!"

(JACQUES)

X Muito bem, meu caro amigo,  
Lhe fico muito obrigado. *agradecido*  
peço guardar segredo  
Que estou aqui escondido,  
Além de eu estar ferido  
Sou um homem comprometido.

(VELHO)

X "Não senhô, meu senhô dão!  
De mim perca <sup>você</sup> o cuidado,  
Sou cabroco de mundo  
Muito tenho viajado,  
De Nonoai a Palmera  
Isso tenho revirado.

X Já fui cabroco bem chucro,  
Também fui peleador *clum*  
Tive uma encrenca *com* o compadre  
Por causa de tar amor,  
Me atravancou um estrivaço  
Que intê hoje tenho a dor."

X No outro dia imediato  
Me apareceu um rapazinho  
Dizendo que um inspetor da polícia  
Que dele era vizinho  
Mandou me pedir licença  
Para chegar no ranchinho.

X Eu <sup>tenha</sup> com receio dele  
Mas o que ia fazer,  
Mandei dizer que chegasse  
Que eu queria conhecer,  
Chegou ele e um praça  
Mandei logo o receber.

X Mas esse índio inspetor  
Mostrava não ser vilão,  
Dizendo-me que veio me visitar  
Oferecer-me proteção  
Mas desconfiei de sua bondade,  
Tratei-lhe com prevenção.

X Apareceu-me muita gente  
Todos mesmo nesse dia,  
E eu fiquei desconfiado  
Que essa gente era vigia *espia*  
Mesmo estava ficando público  
Ali minha estadia.

X Essa noite sai de arrastfo  
Subindo uma montanha  
Caminhando pendurado.  
Igual mosca por aranha,  
Fui ficar naquela noite  
Numa terra mais visonha *mito estanha*.

X À noite saí em busca  
De um toldo que perto havia,  
De muitos índios já mansos  
Que há tempo eu conhecia,  
Mas antes disso chegamos  
Num rancho que eu não sabia.

X Deitei-me em frente do rancho  
E mandei o meu Prudente  
Que desse: "Oh de casa"  
Saber se tinha gente,  
Apareceu-me um velhote  
Falando-me entre os dentes.

(VELHO)

X "Vanceis hão de ser os moços  
Que andam de emboscada,  
Peço que se retirem  
Daqui da minha morada  
Porque eu não estou prá cravo,  
*Nim* Minha casa sê sitiada."

(JACQUES)

X "Não senhor, amigo velho  
Não deve estar a tremer.  
Cheguei em sua casa  
Procurando o que comer  
Não venho pedir-lhe esmola  
Se tem algo trate logo de ver."

X O velho logo deu a volta  
Saiu pisando ligeiro  
Em seguida vi barulho  
Dentro dum galinheiro  
Vi uma velha correndo  
Que ia em busca de tempero.

Em seguida trouxe  
Uma galinha recheada,  
Começamos a comer  
X Sem pensar em mais nada  
Perguntei quanto custava  
Respondeu-me: "Não custa nada!"

Para o povoado de Nonoai  
Seguimos em direção  
X Para a casa de um amigo  
Que é de minha estimação  
Aproveitando-se da noite  
Que escurecia o sertão.

Ali estive três dias  
Já estava mais descansado.  
X Mas em uma bela tarde  
Esteve tudo alarmado,  
Chegou em minha procura  
Um grupo do povoado.

Era o velho Cardoso  
X Velho vil e impertinente  
Por mim chegou indagando  
A toda aquela gente,  
Aproveitando-se da ocasião  
Em que eu estava doente.

Me vi quase cercado  
X Em casa desse amigo,  
Resolvi voltar ao mato  
Botar o peito em perigo,  
Arriscando a morrer  
Ou escapar do inimigo.

Sai dali me arrastando  
Com meu amigo Prudente,  
X Ao passarmos numa rua,  
Isso meio de repente,  
Avistamos um gaúcho  
Que nos falou bem contente.

"Sou teu amigo Benvindo  
Que anda a te procurar,  
X Monta no meu cavalo  
E tratamos de nos escapar.  
Eu sigo junto contigo,  
Para aquilo que precisar."

Amigo nunca me falta  
X Que me dê proteção.  
Tenho amigo na cidade,  
Nos campos e nos sertões,  
Até no estrangeiro  
Tenho alguns de estimação.

Em todas as minhas cruzadas  
X Nunca lesei a ninguém  
Quando estou necessitado  
Sempre recorro a alguém  
Amigos ou camaradas  
Me servem com o que tem.

Sou gaúcho decente,  
X Mas nasci predestinado  
Sempre andar a sofrer - *Pelo terra tenho vagado*  
Este já foi meu fadário  
Hoje vivo separado.  
*estou bem descansado.*

Escrito por Theodorico de Góes Falcão  
(Cunhado do Jacques)

Bonito, 18-11-73



Tempo de Silvino Jacques. Da esquerda para a  
direita: Nicácio, Amâncio, Tertuliano, Silvino,  
Adão, Wando e Feliciano.

## ANEXO B

## Certidão de Nascimento de Silvino Jacques:

N.º 124 e foi de idade de annos do m.º de Setembro de  
 anno de mil novecentos e cinco neste  
 terceiro districto de Barraquagem do mun-  
 icipio de São João Estada do Rio Gran-  
 de do Sul, em meu, cá, em companhia  
 e Cidadão João Pedro Jacques, residente  
 neste districto e em presença das es-  
 criptas abaixo assignadas, declarei:  
 Que no dia doze de Fevereiro do  
 anno de mil novecentos e nove em ca-  
 sa de sua residência nasceu uma ex-  
 anca do sexo masculino a qual dou-  
 se o nome de Silvino Thomaz Jacques  
 que é filho legitimo d'ella declarante  
 e de sua mulher com o carizma de San-  
 ta Anna Jacques, e ella declarante  
 e materno deste Estado, residentes  
 neste districto, aqui curadores agricul-  
 tes. Declarei mais que os seus avos pa-  
 ternos de nome Silveiro José de Brancida  
 Jacques e Jose Brancida Silva Jacques e  
 maternos José Paulo de Sant'Anna  
 e Brancida Brancida de Sant'Anna, e  
 que os seus pais ambos de nome Silvino  
 e Brancida e Antonio de Brancida, e  
 residente no municipio de Barraquagem  
 e Silva Rodrigues de Brancida de profissão  
 domestica, residentes neste districto de  
 que para comotio larrei o presente  
 termo que he lido e cheou conforme e  
 assigna com as testemunhas Jacin-  
 tho de Andrade e Brancida José Car-  
 los e cadetes residentes neste distri-  
 cto. O presente assento foi lido e  
 em virtude do edital publicado  
 por ordem do juiz Districtal deste  
 districto, Cidrelos Gregório e Anto-  
 nio Rodrigues, e Carlos Rodrigues  
 de Andrade, e de mais do Registo civil  
 e de mais e assigna o Escrivaõ de Re-  
 gisto Carlos Rodrigues de Andrade  
 Leão Pedro Jacques

## ANEXO C

Certificado de Registro da *Decima Gaucha* na Biblioteca Nacional. IN: GONÇALVES DE IBANHES, Maria de Lourdes. **Silvino Jacques: interseções no mito do bandoleiro.** Tese de Doutorado, UNESP. São José do Rio Preto: [s.n.], 2013, p.249.

Certifico que a folhas 215 do livro n.º 18 foi registrada sob o n.º 25 325 a seguinte obra:

AUTOR: SILVINO HELMIRO JACQUES, que usa assinar  
SILVINO JACQUES

TÍTULO: "DÉCIMA GAÚCHA"

CARACTERÍSTICAS: Obra literária com 20 páginas, mimeografada particularmente em 1980 - São Paulo - SP.

OBSERVAÇÕES: O registro foi requerido por ILDORILDA JACQUES PERRUPATO (filha e única herdeira) através de sua procuradora MARIA ORAIDES JACQUES DE MIRANDA.  
Os 4 documentos que formam o processo estão arquivados no Serviço de Direitos Autorais - B.N.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 19 80

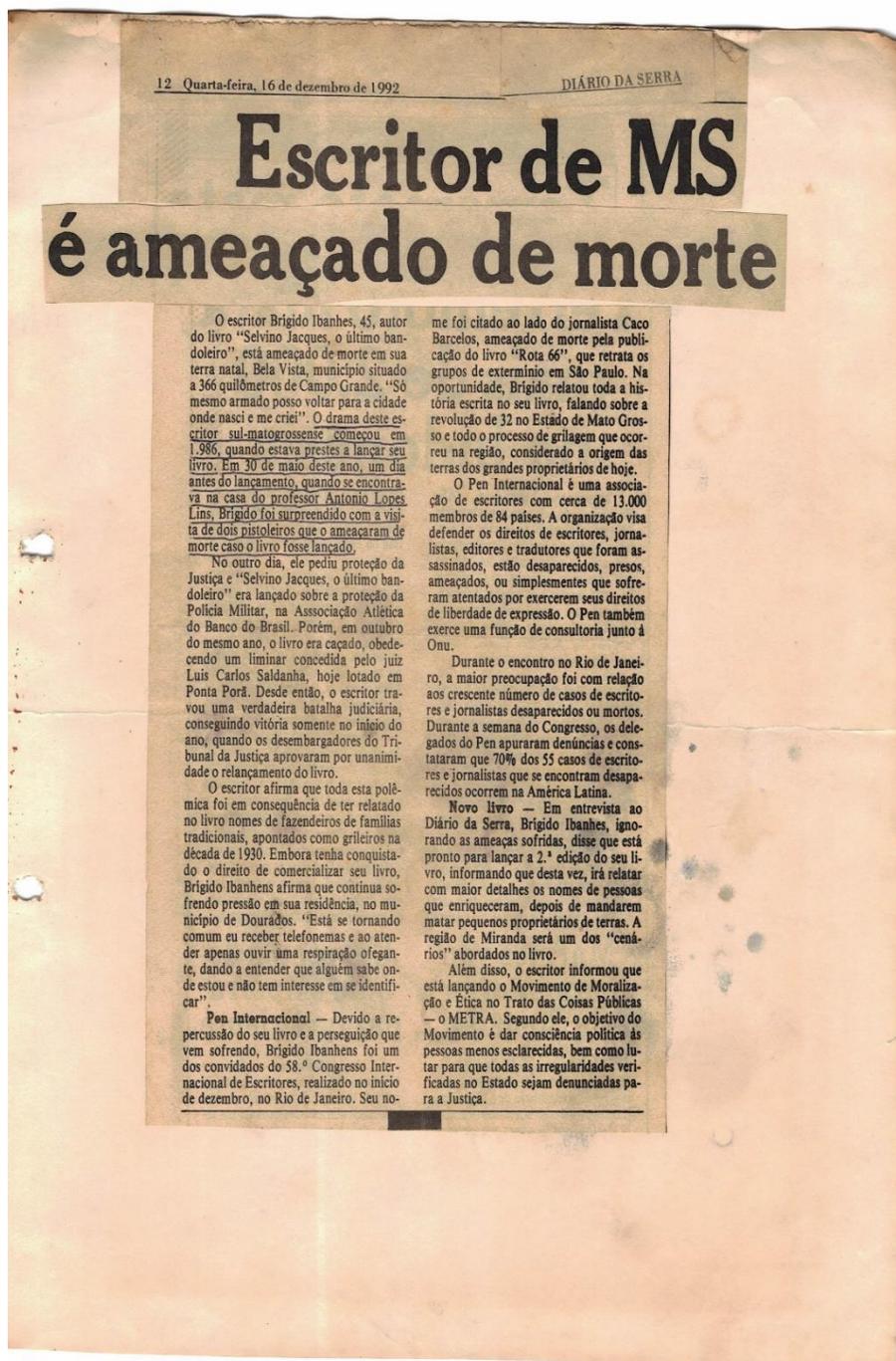
AMFV/  
MVP/

Impresso para registro de direitos autorais Mod. DME 1093

CHEFE DA SEÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS  
 CLEYSON GILBERTO LOPES  
 Unafé Substituto do SDA  
 Matrícula 1.800.631

## ANEXO D

Recortes de notícias utilizadas pelo escritor nas publicações de Silvino Jacques – o último dos bandoleiros sobre a primeira publicação e documentos do International PEN. Todos os recortes foram gentilmente cedidos pelo escritor, do seu arquivo pessoal.



*Maria Lúcia - 021-267-4688*

## Escritores de toda parte do mundo se reúnem no Rio

RIO (AG) - Na semana de 29 de novembro a 4 de dezembro, a cidade do Rio de Janeiro estará recepcionando mais de 140 escritores de todas as partes do mundo. Além de mais de 50 escritores brasileiros. Eles estarão participando do 58º Congresso Internacional de Escritores, que será realizado no Copacabana Palace, para debater o tema "o homem perante a natureza" - uma continuação da Eco-92, agora discutindo a biodiversidade sob o ponto de vista da sensibilidade humana, como define o presidente do PEN Brasileiro, Marcos Almir Madeira.

Entre os convidados encontram-se Mario Vargas Llosa, Gabriel Garcia Marques, Marguerite Duras, Nadine Gordimer, Harold Pinter, o ex-presidente da Tchecoslováquia Vaclav Havel, e o egípcio Naguib Mofous, Prêmio Nobel de Literatura. Entre os brasileiros, conta-se com a participação de Jorge Amado, Nelida Pinon, Antonio Olinto e Zora Seljan (delegados do PEN Brasileiro junto ao PEN internacional).

Os PENs brasileiro e inglês tentam, ainda, garantir, a vinda do escritor Salmon Rushdie - o autor de "Versos Satânicos", cuja cabeça foi posta a prêmio pelo governo iraniano - que

mostrou-se interessado em participar do Congresso. Mas depende de um forte esquema de segurança.

Rushdie pretende dar o seu depoimento na sessão que discutirá os problemas de censura. Tradicionalmente o PEN luta em defesa da total liberdade de expressão, e tem um comitê de escritores na prisão, que adota toda e qualquer causa de escritores que se encontrem presos, ameaçados ou perseguidos.

Esse mesmo comitê - que defende a causa de Rushdie, e que já participou da luta em defesa de Nelson Mandela, de Vaclav Havel, Valadares e Sol-sjenitzen, entre outros - está adotando a causa do jornalista Caco Barcelos, ameaçado desde que lançou o livro "Rota 66", sobre Polícia Especial de São Paulo.

Além do caso de Caco, o da jornalista Eliane Potiguara, que luta em defesa dos índios Potiguar, e o poeta pernambucano Mariano Domingos Freire, em defesa dos agricultores de Matagipe, serão debatidos durante o Congresso.

Outros assuntos interessantes serão as palestras sobre "a rota das caravelas - o caminho da miscigenação cultural", um projeto da Unesco-Portugal, que traçará um painel sobre a difusão de línguas na época da expansão marítima.

Nesse debate, será curiosa

a participação de Aloisius Santa Maria. Um policial aposentado da Malásia, autor de um dicionário de Cristang, que nada mais é do que uma remanescente da língua portuguesa do tempo de Vasco da Gama, o Cristang é falado por uma comunidade de 15 mil malaios, e utiliza expressões engraçadas como "tosse seca" para designar a tuberculose, "mijo doce" para diabetes ou "mata mata" para policiais.

Além disso, o encontro estará discutindo outros temas como "o papel do escritor no diálogo norte-sul", "a América do Sul vista pelos escritores europeus antes do século XX", "a influência geográfica na literatura", "os preconceitos geográficos na literatura", e "a geografia e as linguagens ecumênicas".

Outras atividades paralelas serão desenvolvidas pelo comitê de mulheres, que vai fazer uma mesa redonda para discutir "a situação da mulher na América Latina" e "a censura à mulher escritora".

De acordo com Marcos Almir Madeira, atualmente existem mais de noventa PENs espalhados pelo mundo, com destaque para os de língua exótica como galego, croata, catalão, armênio, montenegrino, macedônio, palestino e curdo, que já confirmaram as suas participações no Congresso.

021-121 - Hotel <sup>(021)</sup> - 255-7070 - Secret. do Congresso - Poli  
 - Marcos Almir Madeira - Comitê Condene na dor  
 Maria Lúcia Bittencourt - a partir das 9  
 Dr. Antonio Olinto - Coordenador div. estar  
 hospedado

# INTERNATIONAL P•E•N

A WORLD ASSOCIATION OF WRITERS

9/10 Charterhouse Buildings, Goswell Road,  
London EC1M 7AT, England  
Telephone: 071-253 4308  
Telegrams and Cables: Lonpenclub London EC1  
Fax: 071-253 5711

*International President*  
Ronald Harwood

*Vice Presidents*  
Sook-Hee Chun  
Georges Emmanuel Clancier  
A. den Doollaard  
Peter Elstob  
Nadine Gordimer  
Stephan Hermlin  
Nancy Ing  
Francis King CBE  
György Konrad  
Predrag Matvejevic  
Artur Miedzyrzecki  
Arthur Miller  
Antonio Olinto

Sir Victor Pritchett CBE  
Michael Scammell  
Léopold Sédar Senghor  
*de l'Académie française*  
Mario Vargas Llosa  
Thomas von Vegesack  
Per Wästberg

*International Secretary*  
Alexandre Blokh

*International Treasurer*  
Bill Barazetti

*Administrative Secretary*  
Elizabeth Paterson

17 November 1993

H. E. Minister Maurício Correa  
Ministro da Justica  
Esplanada dos Ministerios  
Bloco 23  
70.064 Brasilia, DF  
Brazil

Excellency,

When International PEN, the world organisation of writers, held a Congress in Brazil last year, Mr Brígido Ibanhes was invited to address us. He was then working at the Banco do Brasil's agency in Mato Grosso. He explained that, on account of his book, 'Selvino Jacques: o ultimo dos bandoleiros', which he had published in Mato Grosso, he had been threatened with death and subject to persecution. An injunction was taken out against the book which was only overturned after several years of litigation.

We have now been informed that Mr Ibanhes, who is also a human rights activist, has been dismissed from his job at the Banco do Brasil, reportedly for political reasons.

We know, sir, your excellent record in defending human rights which is why we call upon you now to investigate this matter and see that justice is done in the case of Mr Ibanhes.

Yours sincerely,

Ronald Harwood, International President  
Alexandre Blokh, International Secretary  
Antonio Olinto, International Vice-President

cc: Dr Alcir Augustinho Callari, President of the Banco do Brasil

Antonio Olinto,  
Rua Duvivier, 43/501  
Rio de Janeiro, RJ 22020  
Brasil - Tel. 541-5517

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1993.

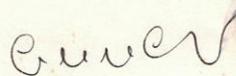
Brígido Ibanhes  
Rua Rio Grande do Norte, 160  
79170-000-Sidrolândia- MT5

Caro Brígido,

Anexo um cheque no valor de Cr\$.1.083.125,00 , refe-  
rente as suas despesas durante o Congresso do PEN.

Grato por ter vindo.

O abraço do



Antonio Olinto



+2893886

ABRAPP

330 P01 DEC 02 '92 12:27

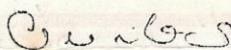
Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1992.

Ilmo. Sr.  
Brigido Ibanhes

Prezado Brigido,

A Assembléia de Delegados do PEN Internacional, reunida no Rio de Janeiro, gostaria de ouvir o seu depoimento em sessão especial do "Comite de Escritores da Prisão" ou ameaçados e perseguidos, na sexta-feira, dia 4 de dezembro de 1992, às 9:00 horas da manhã no Copacabana Palace Hotel do Rio de Janeiro.

Atenciosamente,



Antonio Olinto

Vice-presidente do PEN Internacional

HORÓSCOPO

Astróloga Maha



ÁRIES: (de 21/03 a 20/04) Regente: Marte - Momento um tanto desfavorável para os nativos deste signo. Contrariedades, que lhe darão a impressão que a realização dos seus sonhos está ficando cada vez mais distante. Afaste, portanto, pensamentos negativos e acredite sempre na força de sua vontade.



TOURO: (de 21/04 a 20/05) Regente: Vênus - Você poderá dispor de muita firmeza e determinação, acreditando em si mesmo e nas suas capacidades, nada abalará suas convicções ou deturpará seus passos. Aproveite para resolver de uma vez problemas antigos. O dia favorece as lutas de resistência.



GÊMEOS: (de 21/05 a 20/06) Regente: Mercúrio - Vênus transita pelo seu signo, recebendo vibrações de Urano, trazendo um período de ebulição emocional. Novos acontecimentos na vida afetiva. Os relacionamentos estagnados e deteriorados não resistirão e poderão acabar definitivamente. De uma certa maneira, vida nova na esfera emocional.



CÂNCER: (de 21/06 a 22/07) Regente: Lua - A Lua se aproxima de um aspecto com Marte, o que poderá deixá-lo um tanto agitado. Os romances estão muito vividos, você está caloroso. Grande com a pessoa amada, além de possessivo e absorvido biquixá a emoção.



LEÃO: (de 23/07 a 22/08) Regente: Sol - Apesar de você estar um pouco indeciso, sem saber exatamente o que deseja, tudo deverá correr bem, principalmente no trabalho. Hoje é um daqueles dias em que a cabeça está longe e parece não recordar os chamados para voltar. Hoje não faz mal, viaje despreocupado.



VIRGEM: (de 23/08 a 22/09) Regente: Mercúrio - De um ponto de vista emocional, você é muito sensível, e assim tudo ficará mais agradável e ameno. Um pouco de poesia tem um poder realmente mágico, e como todo mundo, você também precisa de fantasia.



LIBRA: (de 23/09 a 22/10) Regente: Vênus - Vênus forma aspecto com Urano, trazendo um momento de mais calor e agitação emocional. Você sente uma espécie de conflito entre continuar o momento na sua posição ou partir para a luta por uma coisa melhor. Decida-se mais rápido possível.



ESCORPIÃO: (de 23/10 a 21/11) Regente: Plutão - Momento desfavorável para tomar decisões definitivas, pois a vibração do dia é de movimento e mudanças. Antes de resolver alguma coisa, dê um tempo para refletir.



SAGITÁRIO: (de 22/11 a 21/12) Regente: Júpiter - Preocupações financeiras. De repente, você se sente culpado, talvez achando que tem gasto demais ultimamente. Dívidas e pendências poderão levá-lo a extrema irritação. Então, mude a obra, organize a sua vida sem remorso, daqui para frente tudo será diferente, quem sabe?

O livro da história de Silvino Rodovias Federais com morte e fer

Si em março o Poder Judiciário, através da Comarca de Sidrolândia, deverá ter uma solução para o caso que vem correndo pelo Fórum daquela cidade, relacionado com a publicação do livro, Silvino Jacques, o último dos bandoleiros, de autoria de Brígido Ibanhes que relata parte da vida e façanhas de Silvino, obra apreendida por decisão do Juiz de Sidrolândia a requerimento de uma das filhas de Silvino, Ildorilda, que alega prejuízos em direitos autorais inseridos no livro, além de prejuízos à memória do pai e a toda a família.

Pensando resgatar parte da Cultura Regional, o bancário e escritor Brígido Ibanhes, após anos de levantamentos e pesquisas, acabou escrevendo e editando o livro. O que buscava ser como interpreta o poeta Lopes Lins, «Retrato de uma Época Convulsionada», acabou virando caso de justiça.

Relatando os atos de Silvino Jacques, Brígido conta situações das mais diversas, acontecidas na época, logo após a fuga de Silvino, do Sul para o então Mato Grosso, quando inicialmente se estabeleceu em Bela Vista, tendo em seguida virado revolucionário fiel a Getúlio, seu padrinho, e ficando, até a morte na mesma região, onde antes liderava como capitão aliado ao Getulismo.

Em quase todo o livro estão inseridas trovas atribuídas a Silvino Jacques, entregues ao autor pela filha de Silvino, Juracy Jacques. Isso acabou servindo como caminho inicial para o embargo da obra, através da também filha de Silvino, senhora Ildorilda Jacques Perrupato, residente em Bela Vista.

Ildorilda avoca em sua petição, os direitos autorais das trovas de Silvino por ser herdeira universal, já que desconhece a irmã nascida de outra união de Silvino. Além dos direitos autorais, Ildorilda requer indenização por danos e perdas, além de posse da obra e recebimento de valores referentes a exemplares, já vendidos e não apreendidos pela justiça.

A situação embaraçosa do autor da obra, Brígido Ibanhes, começou já na preparação do lançamento da obra, quando passou a receber ameaças das mais diversas formas. As ameaças foram estendidas até mesmo a um velho dono de banca em Campo Grande alertado para que não mais vendesse «aquelas» livros.

Quando do lançamento dos livros, foi preciso que a polícia montasse guarda ostensiva no local, já que haviam ameaças de violências durante o lançamento para tomada dos livros. Por fim o caso agora está nas mãos da justiça que mantém apreendidos cerca de 558 exemplares, levando ao autor um prejuízo de mais de um milhão de cruzados por haver tentado escrever uma parte da história de nosso Estado, seus heróis e seus vilões.

Mais um final de semana foi marcado pela violência nas estradas federais que cortam Mato Grosso do Sul. Tamanho é o estado de perigo reinante em todos os quadrantes rodoviários no MS que três veículos praticamente foram destruídos ao «atropelarem» uma boiada, que sem problemas era conduzida sobre o asfalto.

Ao todo foram registrados doze acidentes nos mais diferentes pontos rodoviários do Estado e que resultaram em ferimentos pelo menos em nove pessoas e morte de uma. Dezenove veículos foram envolvidos nos acidentes, entre eles ônibus, caminhões e carros de passeio, quase todos ficando imprestáveis.

O acidente mais grave, pelo número de vítimas aconteceu no km 390 da BR-163, onde saiu da pista e capotou o Fiat Prêmio placa

AL-59-00/MS, dirigido por Antônio Carlos de Freitas. Seus acompanhantes, Wagner Higa de Freitas, Antônio Pereira de Freitas, Beloniza Gonçalves de Freitas e Célia Higa de Freitas ficaram feridos, enquanto o condutor, Antônio Carlos, morreu logo ao chegar ao Pronto Socorro. Toda a família chegava a Campo Grande, retornando de férias em Camboriú.

Ainda na BR-163, outro acidente envolveu três veículos e, segundo a Polícia Civil, foi causado pela desobediência e deficiência de sinalização em local de reaparelamento asfáltico. Ali bateram um Pampa, um caminhão Mercedes e uma carreta Scania, causando ferimentos em os dois motoristas.

Já na BR-267, km 3, há cerca de 1.500 metros do posto da Patrulha Rodoviária de Porto XV, uma boiada era conduzida sobre a pista

Polícia Militar prendeu assaltaram o BR

Não demorou muito a a que agiram na tarde de sexta-feira, assaltando a agência do Banco BRADESCO, da localidade de Paraíso, Distrito de Camapuã, de onde levaram trinta e quatro mil cruzados e ainda os revólveres dos seguranças da agência bancária.

Foram presos Aparecido Xavier do Nascimento e Gerônimo Barbosa Martins, perseguidos e presos por uma guarnição da Polícia Militar do Distrito de Paraíso.

Os marginais agiram no de sexta-feira, depois de assaltarem o taxista Ijair Israel Tonquelski, em Castilândia, tomando-lhe o Fiat, placa TX-6871/MS, usado no assalto horas depois.

Antes do assalto ao banco, os marginais ainda furtaram a Brasília, PE-6998/, propriedade de Albanta Pacheco Castilho, immobilizada pelos marginais. Logo após o assalto ao BRADESCO, a PM, em Paraíso foi acio-

Trombadões presos

Equipes da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos deteram e apresentaram ontem os elementos João Luiz Gimenes, Antônio Rodrigues Cardoso e Marcos Roberto de Oliveira, que no último dia 30, no cruzamento na Avenida Ernesto Geisel e Rua Rio Branco, atacaram uma vítima, tomandolhe o relógio e as roupas.

MAIS LADROES

Foram mostrados ainda os elementos Sílvio Rocha Vieira, vulgo «Caveirinha», Adão Alves Cordeiro, Bruno de Mattos e Manuel Alves da Costa, vulgo «Gilson». Os elementos são apontados como suspeitos de estarem praticando assaltos a mão-armada e foram encontrados armados com revólveres e uma cartucheira com cano serrado, calibre 36.



Três dos capturados pela DERF

# "Selvino Jacques o último dos bandoleiros"

## Autor do livro espera ganhar a causa na justiça

O Poder Judiciário de Amaro de São João, ainda não deu uma solução para o caso que tem como núcleo o Fórum de quele cidade, relacionado com a publicação do livro intitulado "Selvino Jacques o último dos bandoleiros", de autoria de Brígido Ianher, técnico em agricultura que exerce as funções de Fiscal de Cartões Agrícola na Agência do Banco do Brasil em São João.

O livro relata parte da vida e façanhas de Selvino, um documentário, com conteúdo de fontes escritas pelo próprio bandoleiro e considerado pelo pai do autor. No entanto, os livros foram apreendidos por decisão do juiz de São João, atendendo requerimentos de uma das filhas de Selvino, Hildebranda Jacques Perazzo, residente em Bela Vista, que alega prejuízos em direitos autorais inerentes na obra, além de propunha a memória do pai e a de sua família.

O escritor Brígido Ianher, esteve visitando a redação de O PROGRESSO, oportunidade em que disse confiar na justiça, já que a sociedade cultural, e todos nós, precisamos registrar a memória cultural de nosso Estado.

Em quase todo o livro, o autor narra fatos atribuídos a Selvino Jacques, em trechos do autor pela filha de Selvino, Juracy Jacques. Isso acabou servindo como motivo inicial para o embargo da obra, através da também filha de Selvino, Hildebranda Jacques Perazzo.

Hildebranda acusa em sua petição, os direitos autorais das obras de Selvino por ser herdeira universal, já que desconhece a existência de outra filha de Selvino. Além dos direitos autorais, ela requer indenização por danos e perdas, além de posse da obra e recolhimento de valores referentes a exemplares, já vendidos e não apreendidos pela justiça.

Por outro lado, Juracy Jacques, viúva, entrou com recurso administrativo junto à Biblioteca Nacional, Ministério da Educação, Rio de Janeiro, impetrando a obra literária. E que Hildebranda registrou a "Declaração de Selvino Jacques", em seu nome, alegando ser "filha e única herdeira de Selvino".

No documento enviado à Biblioteca, Juracy Jacques, anexou fotografia do registro de seu casamento, atualizado, efetuado em 26 de maio de 1966, no 182 do Cartório de Registro Civil da Comarca de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, laudado em 22.07.737, sob Juracy e filha de Selvino Hildebranda Jacques e a Almerinda de Costa Leite, então, herdeira legítima.

LAMCAMPINHO  
A situação emborçosa do autor da obra, Brígido Ianher, começou, já na preparação do lançamento do livro, quando passou a receber ameaças das duas filhas. No oculto do lançamento, foi preso por uma polícia montana, que se ostentava no local (na AABV de São João), já que haviam ameaças de violência contra o lançamento.

O caso continua nas mãos da justiça que mantém apreendidos exemplares do livro, ficando ao autor um prejuízo de mais de um milhão de cruzeiros (valor da obra de Selvino pensada), por haver tentado escrever uma parte da história de nosso Estado, sua herança e sua vida.

Brígido Ianher registrou sua obra na Biblioteca Nacional, órgão do Ministério da Cultura e parte também da Fundação Pró-Memória. Ele também fez depósito de direitos autorais à Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.

DIFUSA  
Hildebranda alega que o escritor criou em torno do seu pai "um vendado e sensacionalismo" colocando a ele e sua família "em situação delicada". Ianher através de uma declaração, contestou e requereu a demonstrar tais inverdades e sensacionalismo. Tudo o que ali está e verdadeiro, é histórico e notório, talhado por todas aquelas famílias mais tradicionais do nosso Estado, e de Estados limítrofes como em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, se necessário, ser provado por testemunhas e documentos. Os fatos são absolutamente reais. A requisição que prova o contrário. Onde está a inverdade? Onde está o sensacionalismo? Que espécie de situação delicada está a requisição, se não, verdade, se não, verdade?

Brígido disse que recebeu um direito para usar, para reprodução, o livro "Declaração de Selvino Jacques", por uma das filhas e herdeiras de Selvino, Juracy Jacques. E que utilizou apenas parte de "Declaração de Selvino Jacques" em seu livro. Ele informou que este é o capítulo do livro, que teve tiragem de 1.500 exemplares.

OPINIÃO  
Vale abster opinião segundo Antônio Lopes Lima, respeito do livro de Brígido Ianher.

Selvino Jacques é um verdadeiro monopossuidor do crime, o que se tornou conhecido, do crime, não por sua audácia, que a vida, o tempo, o destino empurram de violência comuns e habituais para a violência como estilo e meio de subsis-



Selvino Jacques o último dos bandoleiros

... e a execução de amigos e colônias de golpes de pistoleiros, pela própria polícia, mas entre essas distorções mentais, arrependimentos, há períodos quase líricos, como aqueles em que se descolou toda a paz deste mundo nos olhos moribundos de Selvino Jacques, quando acreditava que Deus Perdoava seus pecados. Muitos depois, aos 33 anos, ideal em que Cristo morreu, desapareceu desta terra o seu maior bandido, um homem de quem muitos falam com ódio, mas não faltam os que falam com ternura.

O AUTOR  
Brígido Ianher diz que "mesas são as lendas e as façanhas atribuídas ao cidadão Selvino Jacques. Muitos o acusam de oportunista e maluco, o tem como um homem idealista, magnânimo e romântico. Na verdade, ele foi um pouco de tudo isso."

"Selvino Jacques, nasceu com uma predestinação de representar na sua época o cidadão que era obrigado a usar o quarenta e quatro para sobreviver, não importando contra quem. Ele partiu do princípio de que quem o atacasse, fosse gente de lei ou não, e era considerado homem de morte. Conseguiu sobreviver por muito tempo demonstrando uma sagacidade fora do comum, e sabia, como nenhum, conquistar e atrair para seu caminho em seu próprio nome."

Demostrou sua fidelidade ao seu patrão Gerônimo Vargas, na Revolução de 32, e isso lhe valeu muito prestigio com a vitória dos governamentalistas. Mas confiou demais na sua força tanto política como da sua 44, e a justiça de maneira incoerente, conquistado desta maneira um certo número de inimigos dispostos a perseguir-lo até o inferno, caso fosse preciso. Já nos três últimos anos de sua vida, quando tornou-se forçado a abandonar o seu campo, ele sabia que o mais luta estava perdida, e que só lhe restava eliminar o maior inimigo possível de impedir, usar de astúcia e de crueldade para sobreviver, até que chegasse o momento do desígnio eterno.

Em qualquer momento nossa intenção foi ferir a suscetibilidade de quem quer que seja, mas em nome e realidade que com o tempo foi se transformando em lenda, ultrapassando os limites de compreensão nacional dos fatos. Narração esta executada sem proximidades literárias, mas que, revelada sua simplicidade, agrada pelo conteúdo histórico", finaliza Brígido Ianher.

O livro, expulso das mãos dos registros mais pobres do Nordeste e do Norte, teve seus bandos seqüenciados, dos quais os últimos foram Antonio Silvino e Popolino Ferreira, o "Lançadão". Estes foram deturpando uma legenda onde até nos convulsões da violência havia raios de humanidade.

O Rio Grande do Sul, como Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, com outros característicos, teve os seus, dos quais Selvino Jacques foi dos derradeiros. E Selvino, o gaúcho que compareceu sua versão de crimes nas condições especiais da fronteira sulina, fugiu para o sul de nosso Estado e aí veio fazer história e a facção literária que o livro nos conta.

Selvino extrapolou para o crime em condições especiais. De camponês, mulatagem, inventor, charqueiro e com gesto especial para fazer e demais qualidades (estas do habitante do Nordeste) na, se passou fidalgo, para os pagadores e os mortos e daí, evidentemente, impulsionado pelo instinto de vingança, sua mais forte característica, para o crime. Começou com crimes menores, não programados, mas que foi regendo um passo para chegar ao crime organizado, em qual passo depois de pequeno interesse pela política.

Selvino Jacques, foi, para mim, e ficou mais desconhecido que os outros. Aqui e ali em suas histórias, enfrentando pagadores, aventureiros e lutas armadas com uma honra e toda firmeza, não teve a coragem mesquinha, traidora e sanguinária, capaz de todas as baixezas.

Aqui, ele parece de nível de alto colunista e vilão de terríveis filmes. Quando ele morreu, não se deu o devido respeito, nem o devido respeito, se não tomou espaço ou amante de serrenato, não diferenciava machos políticos, genocidas pulcra, com os quais formou um pequeno herói, do qual provieram vários filhos.

Suas viúvas e sua filha são invertebradas. Nunca esqueço, para sempre, com a morte e menor respeito, mas também não esqueço o partido, como aquele em que lhe tiraram um cavalo estropiado e quem impediram para viajar. Brincou o uso de brincadeira em sua vida, mas não para uma vida trágica, não para que seria morto de uma forma miserável e desleixada e depois de uma vida desmoralizada.

No livro há de tudo. A perseguição das polícias, que se uniram e bandos comuns, do Paraguai, para perseguir Selvino Jacques, e a execução de amigos e colônias de golpes de pistoleiros, pela própria polícia, mas entre essas distorções mentais, arrependimentos, há períodos quase líricos, como aqueles em que se descolou toda a paz deste mundo nos olhos moribundos de Selvino Jacques, quando acreditava que Deus Perdoava seus pecados. Muitos depois, aos 33 anos, ideal em que Cristo morreu, desapareceu desta terra o seu maior bandido, um homem de quem muitos falam com ódio, mas não faltam os que falam com ternura.

# HORÓSCOPO

SANDRA MASON

**ÁRDES** (21 de março a 20 de abril)  
Contra sua impaciência e procure não ter ciladas de pessoas amadas. Você terá o único responsável se houver problemas. Tenha paciência e perseverança para terminar um projeto de trabalho. Possibilidade de bom entendimento em família.

**TOURO** (21 de abril a 20 de maio)  
Dia favorável para os negócios e viagens e para os viagens curtas. Favorecido o amor, a vida conjugal e as realizações sociais. Você receberá ajuda de pessoas influentes. Muitos aspectos positivos se apresentam, havendo muito compreendido.

**GÊMEOS** (21 de maio a 20 de junho)  
Bom período para a compra ou venda de imóveis e para assinar papéis importantes. Mas este os assuntos que dependem de pessoas ilustres. No plano sentimental é bom ter cautela. Uma grande vitalidade lhe foi conferida, aproveite.

**CÂNCER** (21 de junho a 21 de julho)  
Ótimo período para o amor e para a vida da família. Cultive o pensamento positivo, ponha o orgulho de lado e não de desconfianças mistas com a pessoa amada. Pratique exercício e faça uma dieta. Procure de carinho e presentes com a pessoa amada.

**LEÃO** (21 de julho a 22 de agosto)  
Ótimo período. Reciba e dê amor com muita alegria. Dêe a irrigação de leão, e não permita que ela interfira em sua vida amorosa. Relaxe e não se estresse inutilmente. Dia ideal para prolongar o desejo. Cuidado melhor de sua alimentação.

**VIRGEM** (23 de agosto a 22 de setembro)  
Alguns bom período poderá surgir, não perca a oportunidade. Muitas poderão trazer problemas e tensões. Evite antes e seja discreto. Saúde excelente, não se preocupar. Muito trabalho no decorrer do dia. Grande êxito no relacionamento social.

**LIBRA** (23 de setembro a 22 de outubro)  
Você poderá ter dificuldades imprévistas, no plano financeiro, e isso lhe trará muitas preocupações. Esforce-se para encontrar a solução de seus problemas. Evite fazer confidências. Separe e a fim de realidade se quiser ser bem sucedido em um projeto.

**ESCORPIÃO** (23 de outubro a 21 de novembro)  
Você poderá melhorar a situação financeira criando novos planos de trabalho. Seja sério e constante no que fizer, que seu problema poderá ser resolvido. Vida sentimental favorecida. Siga um ritmo que permite os outros acompanhá-lo.

**SAGITÁRIO** (22 de novembro a 21 de dezembro)  
Grande vitalidade nos negócios e no trabalho. Pessoas amigas aguardando você a fazer planos ou a concluir acordos importantes. Seja fiel e direto. Nostalgias no plano sentimental. Há uma vida vibrante e se aprendida e virá de uma fonte inesperada.

**CAPRICÓRNO** (22 de dezembro a 20 de janeiro)  
Evite conflitos em quem não conhece, no plano financeiro. Tome muito cuidado. O plano sentimental está intrinsecamente agitado. Boa surpresa. Cuidado bem de sua alimentação. Você pode obter os resultados desejados desde que diminua o passo e aumente o esforço.

**AQUÁRIO** (21 de janeiro a 19 de fevereiro)  
Não deixe que as boas oportunidades de trabalho escapem, pois o período favorece seu progresso profissional. Pratique exercícios físicos para melhorar a forma, evite usar uma vida sedentária. Deslique-se com mais atenção e teriedade à suas tarefas.

**PEIXES** (20 de fevereiro a 20 de março)  
Você poderá melhorar suas chances em amor e amizades, durante este período, se souber ouvir as pessoas e agir de modo a lidar com provas de sua afecção. Cuidado financeiro e pratique esporte. Um problema doméstico deve ficar resolvido ainda hoje.

# Aviso

Estando os mutuários abaixo relacionados, em atraso com o pagamento de suas prestações, vimos convocar V.Ss. a comparecerem em nossa Agência da APEMAT - Crédito Imobiliário S/A, atá a Rua Fátima Celestino, n.º 501 - IAPEMA-SIS; para que Efetue a liquidação de seus débitos em atraso dentro do prazo de 20 dias contados da publicação deste, sob pena de execução de dívida.

COOPHATA:  
Maria Abida Bitencourt Silva.

IAPEMA-SIS; 13 de Julho de 1987.

(a) APEMAT - Crédito Imobiliário S.A.

AVISO

# Clube de Mães amplia atendimento às famílias



Além de horas, as associações estão fazendo o plantio de mandioca na área não utilizada para o clube Luiza de Marilza

O Clube de Mães Luiza de Marilza, instalado no Parque das Nações I Plano atualmente com mais de 100 associadas, sempre se levou de atendimento às famílias daquela comunidade. Além dos serviços normalmente prestados, o Clube de Mães decidiu implantar uma horta comunitária preparada pelas próprias associadas que se reúnem em turnos para cuidar do plantio e manutenção dos canteiros. Além disso, também começaram a plantar mandioca em toda a área não utilizada e todos os produtos alimentícios são distribuídos entre elas com acompanhamento da diretoria da comunidade.

Essa semana o prefeito Luiz Antonio acompanhado da secretária de Educação, Sivanice Dorta, do secretário de Obras Manoel Frost Capilé e da assessora de imprensa, Neomí Fergoglio visitaram o local para conhecer de perto o trabalho desenvolvido através do trabalho da Secretaria das Promoções Sociais, da diretoria do Clube e principalmente do trabalho das hortaliças. O Prefeito que coordena o trabalho dos 22 Clubes de Mães registrou em Dourados, a oportunidade, o prefeito Luiz Antonio anunciou

que em breve instalará máquina em toda uma vaca mecânica para a produção de leite de soja que será distribuído para toda aquela região, complementando assim a alimentação das famílias da comunidade. Segundo Maria Helene Vieira, presidente do Clube de Mães Luiza de Marilza, são realizadas reuniões semanais com as associadas e o interesse delas é muito grande pelo trabalho que desenvolvem. As hortaliças básicas sobre alimentação como verduras, escalopes, entre outros assuntos de interesse da comunidade. Para a secretária interina de Promoções Sociais, Cleusa Maria Fraz de Fraz, é orientar a mulher do trabalho em hortaliças básicas comunitárias, dando uma assistência médica, onde ocorrerem, registros de nascimentos e partos, e muitas outras informações de grande importância no dia a dia das mães.

# Autor quer logo a liberação do livro sobre "Selvino Jacques"



Capa do livro que está proibido pela justiça

Lançado oficialmente, há mais de dois anos ainda continua proibido o livro intitulado "Selvino Jacques o último dos bandoleiros", de autoria de Brígido Ibanhes, técnico em agricultura, que trabalhou muito a anos na agência do Banco do Brasil de Sidrolândia, no cargo de fiscal da Carteira Agrícola, e que foi, recentemente, transferido para a mesma função do banco na cidade de Santa Cruz do Capibaribe (Pernambuco), perto de Caruaru.

Brígido Ibanhes, esteve visitando este jornal, na última quarta-feira, lamentando o fato de seu livro, "histórico e importante", ficar todo esse tempo proibido de circular. Para ele, "alguma coisa vem acontecendo, impedindo a liberação da obra", acrescentou que vem obtendo apoio de vários setores culturais.

**HISTÓRICO**  
Brígido Ibanhes, disse que começou a receber ameaça, desde quando preparava o lançamento do livro. Mesmo assim, ele reuniu várias pessoas e lançou "Selvino Jacques o último dos bandoleiros", no dia 31 de maio de 1986, na sede da AABR, em Sidrolândia, e foi preciso que a polícia montasse guarda no local.

O livro relata parte da vida e facanha de Selvino, um documento com centenas de trovas escritas pelo próprio personagem e conservadas pelo pai do autor (Brígido Ibanhes). No entanto, em 1986 os livros foram apreendidos por decisão do juiz de Sidrolândia, atendendo requerimento de uma das filhas de Selvino, Ildefonisa Jacques Perrupato, residente em Bela Vista, alegando prejuízos com direitos autorais inseridos na obra, além de prejuízos à memória do pai e de toda a família.

**A BRIGA**  
Em quase todo o livro estão inseridas trovas atribuídas de Selvino, Juracy Jacques. Isso acabou servindo como caminho inicial para o embargo da obra, através da também filha de Selvino, Ildefonisa Jacques Perrupato.

Ildefonisa avoca em sua petição, os direitos autorais das trovas de Selvino por ser herdeira universal, já que desconhecias a irmã nascida de outra união do Selvino. Por outro lado, Juracy Jacques, entrou com recursos administrativo junto à Biblioteca Nacional, Ministério da Educação (Min. de Janeiro), impugnando a obra literária. É que Ildefonisa registrou a "Décima Gáucha" de Selvino Jacques, em seu nome, alegando ser "filha única e herdeira de Selvino". No documento enviado à Biblioteca, Juracy Jacques, anexou fotografia do registro de seu nascimento, assentamento efetuado às fls. 98, do livro 6, sob nº 383, do Cartório de Registro Civil da Comarca de Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul, lavrado em 22.09.1937; ela, Juracy, é filha de Selvino Hermínio Jacques e d. Almerinda da Costa Leite, então, herdeira legítima.

O caso continua nas mãos da justiça que mantém apreendidos os exemplares da obra. O autor teve um prejuízo de mais de um milhão de cruzeiros (valor de mês de fevereiro de 1986). Na época, Brígido Ibanhes registrou a obra na Biblioteca Nacional, órgão do Ministério da Cultura e parte da Fundação Pró-Memória, e fez a doação de alguns exemplares à Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.

**DEFESA**  
"A família alegou que o escritor criou em torno de seu pai 'inverdades e sensacionalismo', colocando ela e sua família 'em situação delicada'. Ibanhes rebateu, requerendo à Ildefonisa para "demonstrar tais inverdades e sensacionalismo". Segundo ele, tudo o que existe no livro, "existe e é verdadeiro". É público e notório sabido por todas aquelas famílias mais tradicionais do nosso Estado, e nos Estados irmãos como Mato Grosso e Rio Grande do Sul, se necessário, ser aprovado por testemunhas e documentos. Os fatos são absolutamente reais. A requerida que invoca o contrário. Onde estão as inverdades. Onde está o sensacionalismo? Que espécie de situação delicada está a requerida (a sua família), se mal não citadas no livro?"

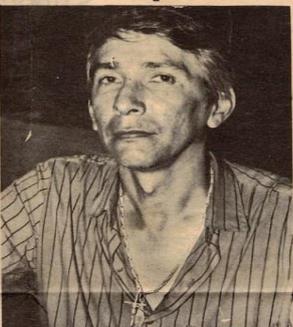
Brígido lembrou que recebeu os direitos para uso, para reprodução e ou citação da "Décima Gáucha", por uma das filhas e herdeiras de Selvino, Juracy Jacques. E que utilizou apenas parte da "Décima Gáucha". Lembrou que a 1ª edição que está embargada, teve uma tiragem de 1500 exemplares.

Explicou Brígido, que após ser feito "memorial de fechamento do processo", ele está aguardando, desde de agosto de 1986, o pronunciamento do juiz da Comarca de Sidrolândia, sendo que o primeiro prazo para tal, era novembro de 1988. No entanto, disse, o juiz alegou acumulo de serviço, e sempre o prazo para o pronunciamento é prorrogado.

Disse o autor que, espera logo um pronunciamento favorável por parte da justiça, para poder finalmente comercializar a obra, porque, "o importante é a identidade cultural, e todos nós precisamos resgatar a memória do nosso Estado".

Informou também, que a 2ª edição do livro, "agora, mais completa ainda, com 330 páginas (a 1ª edição tem 101 páginas)", e que pretende publicar em anexo ao livro, todo o processo desta disputa na justiça. Para tanto, a obra tem que ser liberada.

**APÓDIO**  
Brígido Ibanhes disse que recebeu apoio do presidente da União Brasileira de Escritores (UBE), Claudio Wilton quando este, esteve em Campo Grande, do dia 12 de maio deste ano, ocasião em que este, Brígido, lançou um outro livro, o "Che ru", prefaciado por Elpidio Reis.



Brígido Ibanhes, aguardando a liberação do seu livro

Segundo Brígido, o presidente nacional da UBE, afirmou naquela oportunidade, em palestra, que iria solicitar suspensão dos meios de comunicação, para que conscientiasse a justiça, sobre a importância da obra até agora proibida.

Brígido Ibanhes disse que foi convidado pelo presidente da UBE, Seção de MS, através de seu presidente, Guimarães Rocha, para filiar-se na entidade. Mas, deixou claro que seria incoerência de sua parte, no momento. No entanto, após o livro ser liberado, ele disse que ingressará na UBE/MS.

O autor de "Selvino Jacques o último dos bandoleiros", espera que os cineastas e teatrólogos, também aproveitem a história de Selvino Jacques, e quem quiser entrar em contato com ele, pode escrever para o seguinte endereço: Brígido Ibanhes, ACI do Banco do Brasil, Travessa Neci de Melo, 81, CEP 55.190 - Santa Cruz do Capibaribe (Pernambuco).

Ele lembrou, ainda que o nome de Selvino Jacques, foi citado no livro "O Tempo e o Vento" de Erico Veríssimo, também minissérie produzida pela Rede Globo de Televisão.

**OPINIAO**  
Veja abaixo, opinião do escritor Antônio Lopes Lima, a respeito do livro de Brígido Ibanhes:

*Selvino Jacques é a versão gaúcha sul-matopense do criminoso que se tornou consorte do homem violento por tendência, que a vida, o tempo, o destino empurram de violência contumaz e habitual para a violência como estilo e meta de subsistência.*  
O Brasil, especialmente nas regiões mais pobres do Nordeste e do Norte, teve seus bandolões sanguinários dos quais os últimos foram Antônio Silvino e Virgolino Ferreira, o "Lampião". Fizeram história deixando uma legenda onde até nas convulsões de violência havia traços de humanidade.

*Selvino estrepou para o crime em condições especiais. De sanfonero, mulhengo, trovador, churrasqueador e com gosto especial para festas e danças, qualidades estas do habitante de Tronzeira sul, se passou, fácil, para os pugilatos e as mortes e daí, especialmente impulsionado pelo instinto da vingança, sua trajetória foi de herói de alto coturno a vilão de terceira classe. Ora é um tipo capaz de dar a própria roupa a alguém, ora é o chentista e sequestrador odioso. Conquistador inveterado, se não tomava esposa ou amante de terceiros, não dispensava moças pobres servilmente suas com as quais formava um pequeno harem, do qual provieram vários filhos.*

*Sua vingança e seu ódio são irracionais. Nunca esquece, pune sempre com a morte e menor traço, mas perdoou até grejos pesados como aquele em que lhe deram um cavalo estropeado e quase irreparável para viajar. Buscou o autor de Briseida muitos anos depois, levou-o para uma mata onde fez-lo entender que seria morto de uma forma miserável e deixou-o escapar através de uma fuga demerolizada.*

*No livro há de tudo. A perseguição das patrulhas que se untem a bandolões comuns, do Paraguai, para perseguir Selvino Jacques, e execução de amigos e coiteiros deste e golpes de picanete, pela própria polícia, mas entre essas descrições cruentas, arrepiantes, há períodos quase líricos, como aqueles em que se descebra toda a paz deste mundo nos olhos moribundos de Selvino Jacques quando acredita que Deus Perdoaria seus pecados. Muitos depois, aos 33 anos, idade em que Cristo morreu, desapega-se de terra e seu maior bandido, um homem de quem muitos falam com ódio, mas não falam os que falam com simpatia.*

**O AUTOR**  
Brígido Ibanhes diz que "muitos são as lendas e as façanhas atribuídas ao último Selvino Jacques". Muitos o acusam de barbaridades e muitos o tem como um homem idealista, magnânimo e romântico. Na verdade, ele foi um pouco de tudo isso.

Selvino Jacques, nasceu com uma predisposição de representar na sua época o cidadão que era obrigado a usar o quarente e quatro para sobreviver, não importando contra quem. Ele partia do princípio de que quem o atacasse, fosse gente de lei ou não, era considerado fardo de morte. Conseguiu sobreviver por muito tempo, demonstrando uma sagacidade fora do comum, e sabia, como nenhum, conquistar a simpatia das pessoas em seu projeto.

Demonstrou sua fidelidade ao seu padrinho Genildo Vargas, na Revolução de 12, e isso lhe valeu muito prestígio com a vitória dos governamentalistas. Mas confiou demais na sua força tanto política como do seu 44, e a usou de maneira inconveniente, conquistando desta maneira um cem número de inimigos dispostos a perseguir até o inferno, caso fosse preciso. Já nos três últimos anos de sua vida, quando tornou-se forçado e forçou o seu cangaceiro, ele sabia que a sua luta estava perdida, e que só lhe restava eliminar o melhor inimigo: possível de inimigos, usar de astúcia e de opressão para sobreviver, até que chegasse o momento do seu castigo eterno.

O objetivo é retratar o mais fielmente possível os fatos marcantes de sua vida, e inserir os fatos em pessoas e circunstâncias, parentes, amigos, ex-amantes, e pessoas que foram por ele perseguidas.

O nosso serviço foi juntar os fatos minuciosamente descritos por essas pessoas, organizando em pequenos capítulos, com títulos representativos da ocorrência descrita. Todas as trovas incluídas na obra são de autoria do próprio Selvino Jacques.

Em qualquer momento nossa intenção foi ler a suscetibilidade de quem quer que seja, mas em narrar a realidade que com o tempo foi se transformando em lenda, ultrapassando os limites da compreensão nacional dos fatos. Narração esta executada sem proibições literárias, mas que, revelada sua singularidade, será lida pelo consórcio histórico", finaliza Brígido Ibanhes.

SÁBADO/DOMINGO — 05/06 DE DEZEMBRO DE 1992

06 — CORREIO DO ESTADO — B

BLUES

TEA

# Escritor Brígido Ibanhes está sob proteção do Pen Club

O escritor sul-matogrossense Brígido Ibanhes, autor do livro "Selvino Jacques, o Último Bandedeiro", relançado este ano na Capital, é um dos integrantes da lista de outros autores que o Pen Club adotou para proteger. Em 1986, às vésperas do lançamento de seu livro, Ibanhes foi ameaçado por dois pistoleiros, que prometiam matá-lo caso o livro fosse comercializado. A obra foi relançada no primeiro semestre deste ano, com reforço da Polícia Militar.

O livro "Selvino Jacques" conta a história deste latifundiário e o acusa de se apoderar das armas usadas pelo Exército logo após a revolução de 1930, para matar pequenos agricultores e roubar-lhes as terras, entre outros crimes hediondos.

O Pen Clube, que reúne 13 mil poetas, ensaístas e novelistas de 90 nacionalidades, enviará, nas próximas semanas, carta ao governador de São Paulo, Luis Antônio Fleury Filho —, e aos respectivos governadores

dos outros Estados — pedindo providências sobre as ameaças de morte que o jornalista Caco Barcellos vem sofrendo desde a publicação do seu livro "Rota 66: A História da Polícia que mata".

Caco está entre os quatro escritores e jornalistas brasileiros perseguidos por grupos contrários às suas publicações e que entraram ontem para a lista dos escritores adotados pelo Pen Club.

O Club adotou também o poeta pernambucano Mariano Domingos Freire e a escritora paraibana Eliana Potiguara. A partir de agora, toda ameaça recebida por estes escritores será divulgada para a imprensa mundial, o governo federal e os governadores de seus Estados. As embaixadas do Brasil também serão comunicadas sobre a violência contra os escritores.

O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Pen Club Internacional, o húngaro Gyorgy Konrad, durante encerramento do 58º Congresso Internacional

de Escritores, no Hotel Copacabana Palace, na Zona Sul. "Vamos pressionar as autoridades a olharem para todos estes casos", prometeu Konrad, que no início da semana empossou como vice-presidente internacional do Pen Club a escritor Antônio Olinto.

A maior preocupação dos escritores no congresso foi em relação ao crescente número de casos de desaparecimento desses profissionais. Levantamento feito entre março e setembro deste ano mostra que 43 escritores e jornalistas foram mortos nesse período em todo o mundo. Mais 55 estão desaparecidos, 13 foram raptados, sete sofreram tentativa de assassinato e 15 foram agredidos.

O presidente do Sindicato dos Agricultores de Matagipe, Mariano, foi vítima de uma tentativa de assassinato em abril, em sua cidade. Eliana acusa grupos isolados da localidade de Baía da Traição de divulgarem calúnias sobre ela na imprensa local.

SEXTA-FEIRA — 20 DE MARÇO DE 1992

## Brígido Ibanhes relança "Selvino Jacques"

A Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul lança hoje, às 17 horas, no Centro Cultural José Octávio Guizzo, o polêmico livro "Selvino Jacques - O Último dos Bandoleiros", de autoria do

escritor Brígido Ibanhes. O livro seria liberado na semana passada, mas o juiz da Comarca de Sidrolândia, Marcelo Rasslan, não havia assinado a documentação de entrega dos 558 exem-

plares.

O livro, um romance histórico que conta a vida do afilhado de Getúlio Vargas, nascido em São Borjás -RS, teve sua venda proibida por causa de uma ação movida pela filha de Selvino, Il-dorilda Jacques Perrupato, que o acusava de ter plagiado das "Décimas Gaúchas", escrito em forma de trovas pelo personagem.

Apreendido no dia 23 de outubro de 1986, alguns meses depois do seu lançamento, pelo então juiz da Comarca de Sidrolândia, Luiz Carlos Saldanha Rodrigues. Durante seis anos o livro ficou depositado no Fórum de Sidrolândia e agora será liberado ao escritor.

Selvino Jacques foi um personagem muito importante na Revolução de 32, comandando e lutando de Bela Vista a Porto Murtinho. Depois da revolução, como já tinha a fama de bandoleiro, começou a perseguição aos paraguaios daquela região. Ele migrou para a região de Bela Vista, Jardim e Bonito, radicando-se na cidade de Caracol, antes denominada Vila de Porteirras.

Seguindo orientação política de seu padrinho Vargas, Selvino Jacques se envolveu e assassinou o genro de Alípio Felipe dos Santos, coronel-populista da região de Bela Vista e Porto Murtinho. O coronel encaminhou, então, o mensageiro João Braga com uma carta para Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, pedindo ao presidente que retirasse o seu afilhado da região, senão o bandoleiro seria morto.

Com isso, Getúlio Vargas tentou encontrar Selvino Jacques e mandá-lo para os Estados Unidos. Mas, já era tarde. O coronel havia conseguido uma "carta branca" do Governo de Mato Grosso para caçá-lo, vivo ou morto, formando vários grupos de captura. Um deles, comandados por Orcirio dos Santos, que, após muita perseguição e várias mortes, acabou por assassinar Selvino Jacques.



### COELHO CRE De John Up

Ao contrário retratado em "Coelho Crescer", a época na qual este "Coelho Crescer" da década de 60, marcada pelas exigências da re- um refluxo das id- rias e dos question- dicais, os Estad- saem humilhados, e a economia mu- sucessivos abalos- mentos no preço c- Os yupies tomam e hippies: a busca d- e do dinheiro substi- cupos, os espiritua- Coelho Angstrom, j- idade, está rico e ti- nalmente consegue- guadas suas própr- tações — tanto pel- material quanto p- consciência da fr- desse mundo no qu- tão bem. Em "Coelh- John Updike retor- caoticamente exe- Harry Angstrom e si- tes e amigos na peq- de de Brewer, na P- Ao se tornar chefe- da Springer Motors, sionária de carros T- passou a dirigir cor- do sogro, Coelho p- afastado para semp- horizonte as preocu- nanceiras. E, com i- bou perdendo també- mento de inadequa- que tanto o incomo-

### NA HORA DE ESCOLHER SEU PAPEL, SEJA FRANCO, PROCURE A QUALIDADE VOTORANTIM.



Quando precisar de papel gráfico e papel Copimax para fotocopiadoras, procure a Franco Atacado. Distribuidor autorizado da CELPAV - Companhia Votorantim de Celulose e Papel. Sempre um grande estoque e condições especiais de pagamento.



CELPV



Rua Maracajú, 89 Campo Grande/MS

Fone: 383-1933

MF

Sábado, 25.04.1992

Página 10

HISTÓRIA

25.04.1992

## Vida de são-borjense é tema de obra polêmica no MS

A vida de um são-borjense é tema de obra polêmica lançada este ano na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, pelo historiador e pesquisador Brígido Ibanes, que também é funcionário do Banco do Brasil daquela cidade. "Selvino Jacques - O Último dos Bandoleiros" é o título do livro que foi escrito por Brígido e que conta os atos de bravura e a rebeldia deste são-borjense que viveu no Mato Grosso do Sul. Mas o lançamento da obra já deveria ter acontecido há 6 anos atrás. Isto não foi possível porque uma das filhas de Selvino Jacques (ou Sylvino Jacques), de nome Ildorilda Jacques Perrupato - que é viúva - resolveu entrar na justiça contra o escritor e o caso de arras-tou desde 1986 até este ano, quando, na última instância, o escritor conseguiu vencer e teve autorização para a publicação.

A filha de Selvino Jacques, Ildorilda Perrupato, alegou que Brígido Ibanes difamou a honra e a moral de seu pai, além de plágio. Brígido disse que a polêmica te-

ve início porque um grupo de fazendeiros que enriqueceu as custas de Selvino, pressionou Ildorilda a embargar a publicação da obra. O escritor sofreu e ainda sofre, segundo entrevista que concedeu a FSB, sérias ameaças por parte dos fazendeiros, que quando da primeira tentativa de lançamento do livro, prometeram acabar com o evento a bala. Brígido diz que no entanto tem o apoio da outra filha de Selvino, Juracy Jacques.

**BANDOLEIRO** - Selvino Jacques foi, segundo conta Brígido em seu livro, um verdadeiro bandoleiro. Ele chegou pelas paragens da hoje Dourados e se estabeleceu como fotógrafo. Mais tarde foi mascate e depois, após grangear uma grande amizade com pessoas influentes, arrendou terras da extinta Companhia Mate Laranjeiras para começar a criar gado. Quando da revolução civil de 1932, através da qual Getúlio Vargas chegou ao poder da Nação, ele, que segundo consta, nasceu na fazenda de Getúlio Vargas em São Borja, no ano de 1906,

arregimentou um grupo de simpatizantes de Getúlio e saiu a lutar contra os opositores do ex-presidente, expulsando muitos deles de suas propriedades. O próprio pai do escritor, Aniceto Ibanes, foi um dos combatentes do exército irregular formado por Selvino Jacques, considerado herói da revolução no Mato Grosso.

Brígido Ibanes conta que o próprio Selvino deixou registrado através de trovas e décimas, muito de suas proezas e matanças. São mais de duzentas trovas contando os seus feitos na revolução. Através de suas investidas contra os inimigos políticos de Getúlio Vargas ele possibilitou a invasão de terras por amigos seus e que são hoje os maiores opositores ao lançamento do livro, eis aí o motivo da polêmica, mas que por um lado está ajudando a vender a obra escrita por Brígido Ibanes. O próprio escritor ressalta que não está interessado em tentar contra a honra de Selvino ou atacar fazendeiros que se opõem ao livro. "O que interessa para nós é a

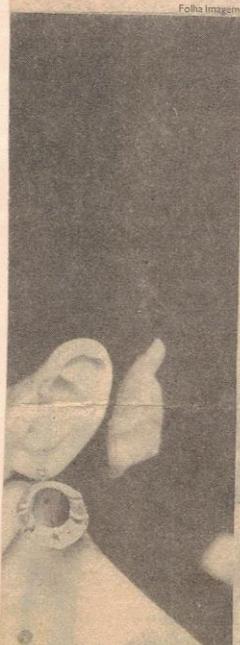
história", lembrando que trata-se de fato passado e que o personagem é hoje uma lenda no Estado do Mato Grosso do Sul. Selvino Jacques foi assassinado aos 33 anos nas proximidades de Dourados, vítima de um grupo de captura, no ano de 1939.

**O AUTOR** - Brígido Ibanes é, como já foi mencionado no início da matéria, historiador e pesquisador e também funcionário do Banco do Brasil de Dourados. Ele trabalha atualmente numa pesquisa arqueológica na região que compreende Chapadão (SC) e Nonoiá (RS). Mas garante que o seu maior sonho é o de conhecer São Borja e inteirar-se mais sobre a vida de seu personagem Selvino Jacques, além de claro de pesquisar também sobre a vida dos ex-presidentes Getúlio e Jango. Quanto ao seu livro, "Selvino Jacques - O Último dos Bandoleiros", Brígido disse que tem registro na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

LAZER e CULTURA

# 'Prima-Dona' no cinema

de filmar a peça de Alcione Araújo, com Marília Pêra



Folha Imagem

**MARCELO MIGLIACCIO**  
Da Sucursal do Rio

O diretor norte-americano Paul Morrissey pode aportar no Brasil em 93 para filmar "A Prima-Dona", peça de Alcione Araújo estrelada por Marília Pêra, em cartaz atualmente no Rio. Segundo Araújo, Morrissey já trabalha no projeto do filme, e uma conversa telefônica entre os dois nos próximos dias deve detonar a produção.

Encenada agora no palco do teatro Tereza Raquel, a peça conta a trajetória da cantora lírica Diva Bustamante (Marília), que, rejeitada no circuito Rio-São Paulo, sai pelo interior levando sua arte aos recantos mais longínquos do país. "Podemos até trabalhar na adaptação a quatro mãos, mas acho que conheço mais a realidade brasileira do que ele (Morrissey)", diz Araújo, 46.

Fã de Marília desde que a dirigiu em "Mixed Blood" (84), Morrissey teria proposto filmar a peça em agosto, quando assistiu o espetáculo num dos intervalos da mostra cinematográfica do Banco

Nacional. Poucos dias depois, ele recebia em Nova York o texto traduzido, enviado pela própria atriz.

Araújo já tem experiência na adaptação do teatro para o cinema: chega às telas em março o filme "Vagas Para Moças de Fino Trato", dirigido por Paulo Thiago, com Lucélia Santos e Norma Benguel no elenco. O dramaturgo ainda não viu o resultado, mas já ouviu elogios à fita.

Enquanto espera o telefonema do diretor americano, Araújo planeja uma viagem a Portugal, onde a Companhia Experimental do Porto encena "Cinco Movimentos a Duas Vozes", uma peça sua em que um casal de atores protagoniza cinco histórias interligadas.

Além de "A Prima-Dona", também está em cartaz no Rio "A Caravana da Ilusão", peça de Araújo dirigida por Luis Artur Nunes. Segundo o dramaturgo, as duas produções deverão chegar a São Paulo em março —isso se Marília já não estiver às voltas com a claquete de Morrissey em locações pelo interior do Brasil.

## PEN CLUB

### Congresso reivindica segurança para autor

Da Sucursal do Rio

Um documento com os números da perseguição a profissionais de imprensa e escritores no mundo foi apresentado ontem no encerramento do 58º Congresso Internacional do Pen Club, no Rio.

O caso brasileiro mais conhecido é o de Caco Barcellos, autor do livro "Rota 66: a História da Polícia que Mata". Diz o documento que Barcellos se mudou para os EUA por causa de amea-

ças de morte. O poeta Mariano Domingos Freire participa de movimentos sociais na região de Matagipe (PE) e teve o rosto desfigurado por tiros.

Também convivem com ameaças Brígido Ibanhes, autor de "Selvino Jacques, o Último Bandedoleiro", sobre a ação grileira em Mato Grosso; e Eliane Potiguara. Ela edita a publicação "Grumin", que acusa a invasão da reserva dos índios potiguara, na Paraíba.

## Cultural

japonesas, como a Sony, estão certo. É o caso de pensar em o atraí-las."

astante articulada nos meios artes plásticas e teatro. Lindi afirma que sua prioridade é a abertura do centro aos jovens. Elogia a última gestão da Secretaria de Cultura, embora acompanhado "muito pouco", e acredita que a escolha de Lidiane para a sucessão de Marília Chauí demonstra uma vontade "modernidade" da parte do eleito.

# Selvino Jacques: um herói Sulmatogrossense que se transformou em "Cangaceiro"

Afilhado e discípulo de Getúlio Vargas, Herói e finalmente cangaceiro. Este foi Selvino Hermínio Jacques ou, Selvino Jacques, que de 1927 a 1933 viveu entre Bela Vista e Caracol, que hoje é o município de Caracol, lutando na Revolução de 1932 e posteriormente se transformando no capitão Selvino Jacques, seguidor do então presidente Getúlio Vargas, que foi o responsável por uma série de mortes e atos de banditismo juntamente com seus homens no sítio Bela Vista-Caracol. O capitão (condecorado com a patente após ser considerado como herói na Revolução), foi morto em 1939 pelo chefe de uma das "capturas" criadas com esse objetivo, Ocirio dos Santos, pai do atual deputado José Ocirio, o "Zeca do PT".



O autor do livro, durante entrevista com um integrante do bando que matou Selvino Jacques

A vida de Selvino está contada num livro do escritor Brígido Ibanhes, denominado "Selvino Jacques - O Último dos Bandoleiros", cuja edição, totalizando 558 livros, fora apreendida em outubro de 1986, em Sidrolândia, após o lançamento e, liberada somente alguns dias atrás, pela Justiça daquela Comarca. A obra "relata a trajetória do "Lampião" sulmatogrossense", de forma bem resumida, pois uma segunda edição já está praticamente pronta para ser editada, contando todos os detalhes da vida desse personagem real da nossa história, inclusive com relatos e detalhes surpreendentes sobre a Revolução de 1932. O autor é filho de família que esteve envolvida diretamente com o "Bandoleiro" e que foi ameaçada de morte pelo bando de Selvino.

O lançamento da obra, ocorrido em 31 de maio de 1986 na AAB, em Sidrolândia, foi muito tumultuado e foi necessário uma escola policial para proteger o autor que, na véspera foi ameaçado por dois elementos considerados como jagunços quando encontrava-se na residência de Antonio Lopes Lins (escritor já falecido), em Campo Grande, além de uma série de outras tentativas de impedir que o livro fosse colocado à venda. Uma das filhas de Selvino, Ildorilda Jacques Perrupato, juntamente com a advogada Maria Oraides Jacques de Miranda - irmã do personagem -, entraram na Justiça sob alegação de plágio e conseguiram em outubro do mesmo ano, com que a edição fosse apreendida.

epoca, Luiz Carlos Saldanha Rodrigues. Brígido Ibanhes, o autor, procurou seus direitos, mas o processo ficou parado na Justiça até fevereiro de 1991, quando o também então juiz, Marcelo Câmara Rasslan determinou a liberação dos exemplares. A advogada Maria Oraides recorreu ao Tribunal, mas em fevereiro último os desembargadores decidiram manter a sentença do juiz Rasslan, determinando a liberação imediata dos 558 livros que foram entregues oficialmente dias atrás ao autor, no fórum de Sidrolândia. Esse fato porém, foi considerado por Brígido Ibanhes, não como uma vitória sua, mas sim uma vitória da cultura e da história sulmatogrossense.

## Quem foi esse "Lampião" que poucos sabem sua história

Quem foi essa pessoa que de herói nacional passou a cangaceiro? Na realidade trata-se de uma parte importante da história de Mato Grosso do Sul, que era de conhecimento de uma minoria de pessoas e que foi resgatada pelo escritor Brígido Ibanhes, autor também de outras obras, como o relato sobre uma lenda indígena sulmatogrossense, um assunto pelo qual ele está familiarizado por ser de origem indígena e, ainda o livro "Che Ru - O pequeno Brasiguai". Selvino Hermínio Jacques chegou a Mato Grosso do Sul (na época Mato Grosso) em 1927, diretamente na cidade de Bela Vista. Ele veio do Rio Grande do Sul, foragido, para cumprir uma missão determinada pelo presidente Getúlio Vargas, que era nada mais nada menos que seu padrinho e que o tinha como uma pessoa fiel a seus propósitos. Em Bela Vista Selvino se apresentou com o nome de "Valdemar Pereira", um "retroatista", mas teve posteriormente sua verdadeira identidade descoberta.

O pai do autor, Aniceto Ibanhes conheceu Selvino ainda em Bela Vista, assim que este

chegou e, em 1932 com a Revolução Constitucionalista, o bandoleiro foi convocado por Vargas para auxiliar nos combates, formando um grupo de pessoas sob sua chefia. Dentre estas estava o pai de Brígido e mais quatro filhos, que formavam a equipe dos "getulistas", os quais receberam todo o armamento necessário. Com o fim do problema ou seja, com São Paulo sem munição para dar sequência à revolta, Selvino não entregou as armas militares que havia recebido tendo sido antes, condecorado com a patente de Capitão e homenageado como herói - passando assim a praticar atos de violência, incluindo saques, torturas e muitos assassinatos. Conta-se que a partir daí, o capitão ficou armado, a mando de Getúlio Vargas, para combater os paraguaios na região, já que a preocupação do governo era de que fossem se formando novos grupos de paraguaios na região e eles pudessem retomar a área.

### BONITO - O QG

Com toda a autoridade, Selvino passou a cumprir a risca as ordens que seriam do presiden-

te Vargas, arrematou um grupo de pessoas e partiu para o "cangaço" promovendo atos de banditismo, piores inclusive que os que se conta na história de Virgílio Ferreira, o "Lampião". Depoimentos colhidos pelo autor do livro, destacam que os crimes do capitão eram todos considerados hoje, hediondos, visto que geralmente ele torturava os paraguaios antes de matá-los e, em grande parte dos casos, cortava as orelhas de suas vítimas.

Em Bonito ele montou seu "Quartel General", pois a cada momento que chegava na cidade, se transformava num verdadeiro proprietário do município, mandando e desmandando. Nesta época, recebeu inclusive a primeira arma automática, uma mini metralhadora (gíplipi), que teria sido entregue a ele por um tenente do Exército, a mando de Vargas. Com isso passou a perseguir também a família de Brígido Ibanhes, obrigando esta a se mudar para o Faraquá, onde o autor nasceu. Seu avô, Narcísio Ibanhes cometeu o suicídio para evitar maiores represálias à sua família.

Nos depoimentos existem in-

clusive relatos de uma vítima de Selvino e seu bando, que foi violentada por toda a "gang", a qual ainda é viva e dificilmente diz alguma coisa que venha lembrar o passado. Mas o tempo de violência e atrocidades do bandoleiro passou pelo processo do "felício virar contra o felício", pois com o bárbaro assassinato do paraguai Manoelito Coelho, Selvino comprou uma briga com a família dos "Dos Santos", proprietária de várias fazendas na região, e a partir daí iniciou-se a perseguição ao bando.

### O FIM DO BANDOLEIRO

Como a situação de violência já estava aterrorizante, a família dos "Dos Santos" pediu para que Getúlio tirasse o capitão da área. Sem resposta foi encaminhado um ofício ao governador de Mato Grosso - na Capital Guaiabá - relatando os fatos e exigindo uma providência. Com carta branca do governo, o prefeito de Bela Vista, na época, nomeou Ocirio dos Santos para chefiar uma das duas equipes de "captura", que foram formadas com o objetivo de capturar Selvino vivo ou morto. A homenagem aconteceu no dia 3 de maio de 1939.

Antes disso porém, como já estava em atrito com a família dos "Dos Santos", Vargas ordenou que Selvino se apresentasse em São Paulo, pois poderia mandá-lo para os Estados Unidos, visto que tinha cumprido parte da missão. Mas como já havia sofrido um atentado em Minas Gerais, onde ficou por um bom tempo escondido, orientado pela família Miranda, Selvino tentou fugir para o Paraguai, mas não conseguiu e acabou sendo capturado em Bonito. O capitão não acatou a ordem e ficou na região de Bonito.

Os grupos de "captura" juntamente saíram à caça e, justamente com o esquadrão comandado por Ocirio - pai do deputado Zeca do PT -, encontraram Selvino e seu bando, às margens do rio Apa, no dia 19 de maio de 1939, pouco depois da formação do grupo. No confronto, Selvino que inicialmente foi confundido com uma mulher, pelos cabelos compridos, foi encurralado e só reconhecido posteriormente pelo lenço vermelho (seu símbolo). Nesse Ocirio e Justo Cândido, tio do autor, passaram a trocar tiros com o bandoleiro e este acabou atingindo mortalmente um dos componentes da captura, Horácio dos Santos.

Na ocasião, juntamente com Selvino, estava sua amante (Almerinda de Góes Falcão, filha de um tabelião de Bonito), a "Raída", que depois que o bandoleiro foi baleado por Ocirio, ela segurou o capitão pelos braços, para que este pudesse atingir Horácio, com um tiro na testa. Em seguida foi arrastado pela mulher para dentro da mata, na Fazenda São Alão e, encontrado no dia seguinte, já de maio de 1939, pela equipe de Ocirio, deixado em uma rede, já morto.

### UMA VITÓRIA DA CULTURA SUL-MATOGROSSENSE

O resgate da história e vitória da cultura, são pontos principais nesta obra de Brígido Ibanhes, pois com a publicação o autor conta que houve muito interesse em tentar impedir a circulação, justamente por fazer um relato de algo que ainda não havia sido exposto e que pode trazer a tona uma série de fatos jamais imaginados pela população sul-matogrossense.

A briga maior de Ildorilda Jacques e Maria Oraides, foi justamente para impedir a revelação destes detalhes, onde para tal, alegou que o livro havia sido plágio do livro "Décimas Gaúchas", que trazem parte das trovas de Selvino, onde ele contava sua história.

Ocorre que segundo Brígido Ibanhes, esses documentos lhe foram passados inclusive através de escritura de declaração pública, por Juracy Jacques, uma outra filha de Selvino, cuja mãe é a Raída. Ildorilda entretanto, alegou ser herdeira universal, não reconhecendo Juracy como irmã e declarou que não havia registrado o livro "Décimas Gaúchas", não oferecendo provas suficientes. O autor prova que Juracy também é herdeira, através de uma Certidão de Nascimento, feita pelo próprio Selvino, num cartório de Bonito, onde constaria inclusive sua assinatura no livro de registros.

Por outro lado, Brígido esclarece que "Selvino Jacques - O Último dos Bandoleiros", foi devidamente registrado no escritório de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, documento pelo qual o juiz Marcelo Rasslan após reconhecer a legalidade, determinou a liberação dos exemplares, o que foi ratificado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Na última sexta-feira, o autor, já de posse dos exemplares, fez o lançamento da obra em Dourados, tendo como local o auditório do Alphonus Hotel, onde um grande número de pessoas se fizeram presentes, para conhecer a história de um dos heróis mais polêmicos de nosso Estado.

# SELVINO JACQUES o ultimo dos bandoleiros



## o mito gaúcho Sul-matogrossense

A capa do livro de Brígido Ibanhes, que após vários anos proibido foi liberado e lançado, sexta-feira em Dourados.

INI

O PROGRESSO  
10/04/92E C  
Cicero Faria

## As façanhas e os amores de um mito

### Oferecido

Mal terminou a reunião da Executiva do PSDI na noite de terça-feira, e o deputado Saulo Queiroz correu ao Ascot Bar, estava o ministro-chefe da Secretaria de Governo, George W. Bush, para ler em primeira mão uma cópia do programa mínimo do partido, que só seria oficialmente entregue por Tasso Reissati no dia seguinte.

Na mesma noite, Juscelino Kubitschek - presidente nacional dos tucanos, soube da oferta de Saulo (ex-atoado pelo Mato Grosso do Sul) e ficou enfurecido. - Isso é um desrespeito comigo!

Essa atitude deu a Queiroz o apelido de "recido" dentro do seu próprio partido, tanto que ali, de determinadas fases do processo de formação do PSDB com o governo Collor.

### Tinha outro

Não foi apenas o próprio Braz Melo que este gabinete do governador Pedrorossian dias atrás nosso alcaide estava ganhado do deputado Elias Moreira que discursou o processo sucessório Dourados.

Pedrossian disse na ocasião que não convém profundamente as eleições municipais se o deputado Humberto Teixeira não fosse envolvido.

### Matra

Deu na coluna da lista Sonia Racy, do Es "O Grupo Matra

Hoje, às 20hs no salão de convenções do Alphonsus Hotel, o escritor Brígido

Ibãñez lança o seu polêmico livro "Selvino Jacques, o Último dos Bandoleiros", que narra as façanhas e os amores desse mito gaúcho sul-matogrossense.

Selvino Jacques, filho de São Borja (RS), a afilhado de Getúlio Vargas, emigrou para o Mato Grosso, já famoso pela valentia e perseguição. Nessa terra, tornou-se herói da Revolução de 32, e depois, um capitão quadrilheiro, formou um bando com armas de guerra e implantou na região de Ponta Porã, Bela Vista, Caracol, Bonito, Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana, Campo Grande, e até em Minas Gerais, um clima de terrorismo e de mortes só comparável ao Lampião nordestino. Trovador, boêmio, amante de muitas mulheres, o capitão é a figura lendária de maior vulto no oeste brasileiro.

"Por 50 anos, seus protetores políticos e fazendeiros que lhe deram cobertura, ocultaram da sociedade essa história que pertence ao Mato Grosso do Sul. Após ameaças de morte, e de seis anos de batalha judicial, vence a cultura e a história, por decisão unânime do Tribunal do Estado, e o livro finalmente poderá ser lido e a história revelada", diz o escritor.

1ª Página do Caderno B

do" uma colheitadeira numa lavoura de milho.

Collor decidiu ficar em Brasília tratando de política, porque milho não dá voto no Congresso.

### Tem o zap

Braz Melo estava mal-humorado na tarde de anteontem. Chegou na Prefeitura de cara amarrada, um contraste com a sua figura sorridente, habitualmente.

E falando em cara feia, o prefeito tem dito reservadamente de que se houver muita pressão sobre ele, pode até lançar o deputado Valdenir Machado à sua sucessão.

Está parecendo aquela música do Gaúcho da Fronteira: "Ferrovia Norte-Sul/Quase mudou o destino/me ameaçaram com um gaúcho/e me empurraram um nordestino"...

### Selvino Jacques

O bancário Brígido Ibãñez lança na noite de hoje, no auditório do Alphonsus Hotel, o livro sobre a história de Selvino Jacques em Mato Grosso do Sul. Para quem gosta de lances políticos, amorosos e de crimes essa obra é imperdível. Além de tudo conta um famoso episódio que envolve coisas nossas, principalmente da região de fronteira com o Paraguai, como Bela Vista, Porto Murtinho e Guia Lopes.

O livro estará sendo vendido pelo autor a Cr\$ 20 mil, preço razoável, se pensarmos que a obra ficou apreendida pela Justiça por dez anos.



## ANEXO F

FONTE: **Tratado de Limites – Brasil / Paraguai – 9 de janeiro de 1872.**

Disponível em: < <http://info.lncc.br/ptt1872.html>>.

Tratado de Limites  
Brasil / Paraguai ( 9.janeiro.1872 )

- Sua Alteza a Princesa Imperial do Brasil, Regente em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, de uma parte, e, da outra, a República do Paraguay, reconhecendo que as questões e dúvidas levantadas sobre os limites de seus respectivos territórios muito contribuíram para a guerra que desgraçadamente se fizeram os dois Estados, e animados do mais sincero desejo de evitar que no futuro sejam por qualquer forma perturbadas as boas relações de amizade que entre eles existem, resolveram com este objeto celebrar um tratado de limites, e para este fim nomearam seus Plenipotenciários, a saber:
- Sua Alteza a Princesa Imperial do Brasil, Regente em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, a Sua Ex<sup>a</sup> o Sr. João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegipe, senador e grande do Império, membro do seu conselho, comendador da sua imperial ordem da Rosa, gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa de Portugal, da real ordem de Isabel a Católica de Espanha, e da de Leopoldo da Belgica, seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial.
- Sua Ex<sup>a</sup> o Sr. D. Salvador Jovellanos, Vice-Presidente da República do Paraguay, em exercício do Poder Executivo, ao Sr. D. Carlos Loizaga, senador da República.
- Os quais depois de terem reciprocamente comunicado seus plenos poderes, achando-se em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

ARTIGO 1º

Sua Alteza a Princesa Imperial do Brasil, Regente em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, e a República do Paraguay, estando de acordo em assinalar seus respectivos limites, convieram em declará-los, defini-los, e reconhece-los do modo seguinte:

O território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguaçu até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná;

Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda;

Dai segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambay;

Prosegue pelo mais alto desta serra até à nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguay;

Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguay.

A Ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brasil.

ARTIGO 2º

Três meses ao mais tardar contados da troca das ratificações do presente tratado, as altas partes contratantes nomearam comissários, que, de comum acordo e no breve prazo possível, procedam à demarcação da linha divisória, onde for necessário e de conformidade com o que fica estipulado no artigo precedente.

ARTIGO 2º

Se acontecer (o que não é de esperar) que uma das altas partes contratantes, por qualquer motivo que seja, deixe de nomear o seu comissário dentro do prazo acima marcado, ou que, depois de nomeá-lo, sendo mister substituí-lo, o não substitua dentro de igual prazo, o comissário da outra parte contratante procederá à

demarcação, e esta será julgada valida, mediante a inspeção e parecer de um comissário nomeado pelos governos da República Argentina e da República Oriental do Uruguay.

Se os ditos governos não puderem aceder à solicitação que para esse fim lhes será dirigida, começará ou prosseguirá a demarcação, da fronteira, da qual será levantado por duplicata um mapa individual com todas as indicações e esclarecimentos precisos para ser um deles entregue à outra parte contratante, ficando a esta marcado o prazo de seis meses para mandar, se assim lhe convier, verificar a sua exatidão.

Decorridos esse prazo, não havendo reclamação fundada, ficará definitivamente a fronteira fixada de conformidade com a demarcação feita.

## ARTIGO 4º

Se no prosseguimento da demarcação da fronteira os comissários acharem pontos ou balizas naturais, que em nenhum tempo se confundam, por onde mais conveniente se possa assinalar a linha, fora, mas em curta distância da que ficou acima indicada, levantarão a planta com os esclarecimentos indispensáveis e a sujeitarão ao conhecimento de seus respectivos governos, sem prejuízo ou interrupção dos trabalhos encetados. As duas altas partes contratantes à vista das informações assentarão no que mais conveniente for a seus mútuos interesses.

## ARTIGO 5º

A troca das ratificações do presente tratado será feita na cidade do Rio de Janeiro dentro do mais breve prazo possível.

Em testemunho do que os plenipotenciários respectivos assinaram o presente tratado em duplicata e lhe puzeram o selo de suas armas.

Feito na cidade de Assunção aos nove dias do mes de Janeiro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e dois.

(L.S.) Barão de Cotegipe

(L.S.) Carlos Loizaga.

E sendo-nos presente o mesmo tratado, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerando e examinando por nos tudo o que nele se contém, o aprovamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo, como em cada um dos seus artigos e estipulações, e pela presente o damos por firme e valioso para produzir o seu devido efeito, prometendo em fé e palavra imperial cumpri-lo inviolavelmente e faze-lo cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Dada no palacio do Rio de Janeiro aos 26 dias do mes de março do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1872.

(L.S.) Isabel, Princesa Imperial Regente.

Manoel Francisco Correia.

FONTE: **Tratado de Limites Complementar ao de 1872 - Brasil/Paraguai – 21 de maio de 1927**. Disponível em: < <http://info.lncc.br/ptt1927.html>>.

Tratado de Limites Complementar ao de 1872

Brasil / Paraguai ( 21.maio.1927 )

---

• O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República do Paraguay, desejando completar a determinação da linha de fronteiras entre os respectivos territórios dos dois Países, já definitivamente estabelecida no trecho que vai da foz do rio Iguassú, no rio Paraná, Até a foz do rio Apa, no rio Paraguay, conforme dispôs o art. 1º do Tratado de limites firmado em Assunção, aos 9 de Janeiro de 1872, resolveram celebrar um Tratado de Limites, complementar do de 1872, para a parte da fronteira constituída pelo rio Paraguay, no trecho compreendido entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Bahia Negra; e, para esse fim, nomearam Plenipotenciarios, a saber:

- O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- O Presidente da República do Paraguay, o Senhor Rogelio Ibarra, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciario do Paraguay, no Rio de Janeiro;
- Os quais, depois de se haverem comunicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos seguintes artigos:

**ARTIGO I**

Da confluência do rio Apa, no rio Paraguay, até a entrada ou desaguadouro da Bahia Negra, a fronteira entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguay é formada pelo álveo do rio Paraguay, pertencendo a margem esquerda ao Brasil e a margem direita ao Paraguay.

**ARTIGO II**

Além da ilha do Fecho dos Morros, que é brasileira, conforme ficou estipulado na parte final do artigo 1º do Tratado de Limites de 9 de Janeiro de 1872, pertencem, respectivamente, aos Estados Unidos do Brasil ou ao Paraguay, as demais ilhas que fiquem situadas do lado oriental ou do lado ocidental da linha de fronteira, determinada pelo meio do canal principal do rio, de maior profundidade, mais fácil e franca navegação, reconhecido no momento da demarcação, segundo os estudos efetuados. Uma vez feita a distribuição geral das ilhas, elas só poderão mudar de jurisdição por acesso à parte oposta. As ilhas que se formarem posteriormente à data da distribuição geral das mesmas serão denunciadas por qualquer das partes contratantes e se fará a sua adjudicação de acordo com o critério estabelecido no presente artigo.

**ARTIGO III**

Uma comissão mixta brasileiro-paraguaya, nomeada pelos dois Governos no mais breve possível após a troca das ratificações do presente Tratado, levantará a planta do rio Paraguay, com as suas ilhas e canais, desde a confluência do Apa até o desaguadouro da Bahia Negra. Essa comissão efetuará as sondagens necessárias e as operações topográficas e geodésicas indispensáveis para a determinação da fronteira, e colocará marcos nas ilhas principais e pontos que mais convenientes.

Parágrafo Único. Os dois Governos, em protocolo especial, a ser firmado logo depois da troca das ratificações deste Tratado, estabelecerão o modo por que a comissão mixta será constituída e as instruções por que se regerá para a execução dos seus trabalhos.

**ARTIGO IV**

O presente Tratado, preenchidas as formalidades legais em cada um dos dois países contractantes, será ratificado e as ratificações serão trocadas no cidade do Rio de Janeiro, no mais breve prazo possível.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciários acima nomeados, assignados este Tratado em dois exemplares, cada um dos quais nas linguas portuguesa e castelhana, neles aponto os nossos selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e um dias do mes de Maio de 1927.

Octavio Mangabeira (L.S.)

Rogelio Ibarra (L.S.)

## ANEXO G

Fotos de Silvino Jacques que serviram de fontes para documentar as suas narrativas. Algumas destas fotos fazem parte do acervo pessoal do escritor. Outras foram retiradas de sites pertencentes à família de Silvino Jacques.

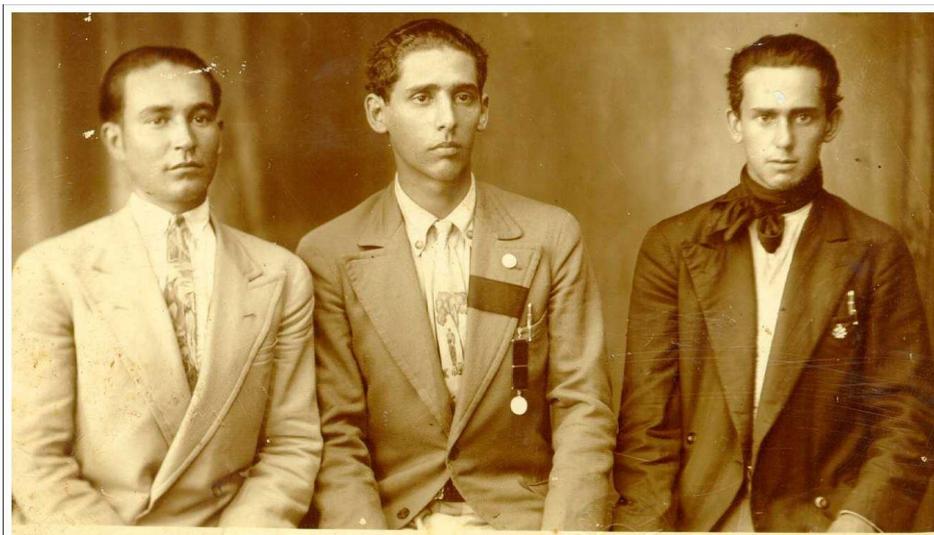
Foto nº 09 – No Rio Grande do Sul ao lado de sua irmã Maria (1929)



FONTE: Disponível em:

<https://www.facebook.com/capitaosilvinojacques/photos/a.781938958640750/842273459273966/?type=3&theater:>

Foto nº 10 – Adão Jacques, Silvino e veloso – condecorados pelo desempenho na Revolução de 32



FONTE: Arquivo pessoal de Brígido Ibanhes e legenda ref. (2012, p. 89)

Foto nº 011 – Silvino Jacques com Prudente D'Ornellas na Invernada Reiúna com alguns dos combatentes legalistas na Revolução de 32, onde ele serviu como Capitão. Ele, que era também fotógrafo, organizava o ambiente para as fotos.



FONTE: Disponível em:  
<https://www.facebook.com/capitaosilvinojacques/photos/a.781926135308699/781926008642045/?type=1&theater>

Foto nº 12 – O Capitão Silvino Jacques na Revolução de 32. Ele está de pé. O 4º da Esquerda para a direita.



FONTE:

<https://www.facebook.com/capitaosilvinojacques/photos/a.781938958640750/842264282608217/?type=3&theater>

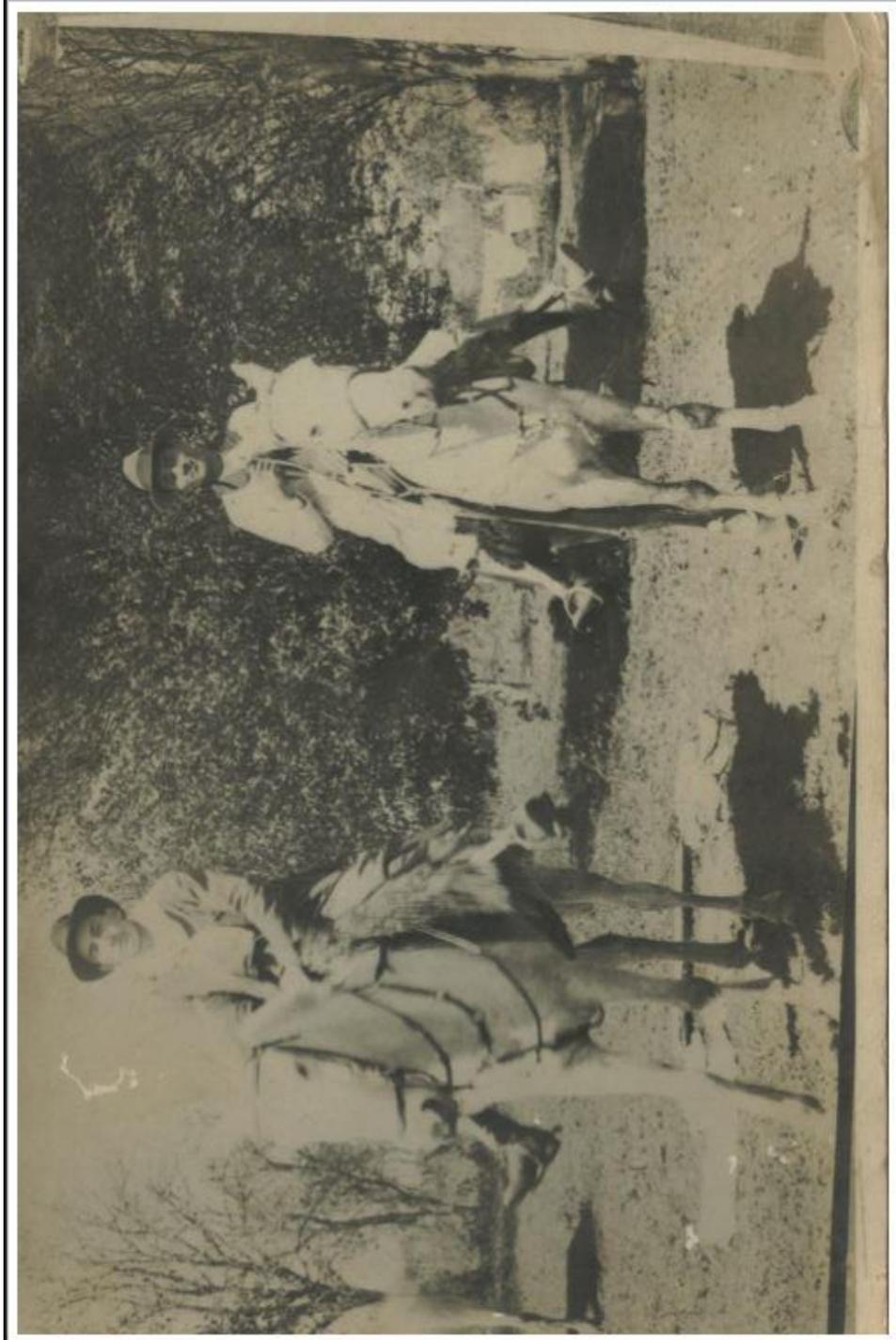
Foto nº 13 – Silvino na Revolução de 32 com companheiros



FONTE:

<https://www.facebook.com/capitaosilvinojacques/photos/a.781938958640750/782223661945613/?type=3&theater>

Foto nº 14 – Adão Jacques, primo de Silvino (a esquerda)



FONTE: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=16401866>

Foto nº 15 – Silvino Jacques e seu bando



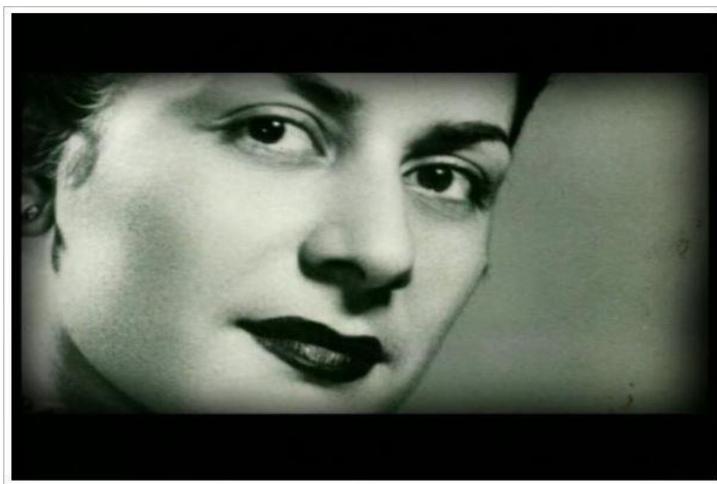
FONTE: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=11427836>

Foto nº 16 – Na Foto o Capitão Silvino Jacques e sua pequena filha Ilda (Ildorilda Jacques)



FONTE: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=65181300>

Foto nº 17 – Elódia – uma das mulheres de Silvino



FONTE: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=16402119>

Foto 18 – Elódia



FONTE: Fotos do arquivo pessoal do escritor.

Foto nº 19 – Capitão Silvino H. Jacques



FONTE: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=7446116>

Foto nº 20 – Silvino Jacques – Arquivo Público de Minas Gerais



FONTE: <https://jacquesgp.webs.com/apps/photos/photo?photoid=30473452>

Legenda extraída do Arquivo pessoal de Brígido Ibanhes (2012, p. 190)

Foto nº 21 – Almerinda de Góes Falcão “Raída” (1916-1972) –  
companheira fiel de Silvino.



FONTE: Disponível em:  
<https://www.facebook.com/capitaosilvinojacques/photos/a.781938958640750/782179818616664/?type=3&theater>

## ANEXO H

### Fotos de Brígido Ibanhes

Foto nº 22 – Brígido Ibanhes brincando com seu caminhão de madeira. Ao fundo, a casa em que passou a sua infância em Bella Vista Norte/Py.



FONTE: Fotos do arquivo pessoal do escritor.

Foto nº: 23- Fotografia (recente) tirada ao lado da esposa Elisângela, em visita a casa onde passou a infância em Bella Vista Norte/Py.



FONTE: Fotos do arquivo pessoal do escritor.